



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE (EDUCANORTE)

RENATA DA SILVA ANDRADE SOBRAL

**AS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
PARÁ DO SÉCULO XIX**

Belém-PA
2025

RENATA DA SILVA ANDRADE SOBRAL

**AS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
PARÁ DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) da Universidade Federal do Pará, na linha de pesquisa Educação na Amazônia: formação do educador, práticas pedagógicas e currículo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha.

Belém-PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S677f SOBRAL, RENATA DA SILVA ANDRADE.
 AS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS
 COM DEFICIÊNCIA NO PARÁ DO SÉCULO XIX / RENATA
 DA SILVA ANDRADE SOBRAL, . — 2025.
 254 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Genylton Odilon RÊgo da Rocha
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
 Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-
 Graduação em Educação na Amazônia, Belém, 2025.

 1. História da Educação Especial no Pará . 2. Formas
 Educativas . 3. Forças Educativas . 4. Século XIX. 5. História
 Social . I. Título.

CDD 370.98115

RENATA DA SILVA ANDRADE SOBRAL

**AS FORÇAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
PARÁ DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) da Universidade Federal do Pará como parte do requisito necessário à obtenção do título de Doutora em Educação.

Data de avaliação:
Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Orientador

Profa. Dra. Amélia Maria Araujo Mesquita
Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Cléia Demétrio Pereira
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Gustavo Martins Piccolo
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Profa. Dra. Maria Edith Romano Siems
Universidade Federal do Pará

Belém-PA, 2025

Dedico este trabalho aos meus pais José Maria (*In memoriam*) e principalmente à minha Mãe Angelita, cuja história se mistura com a finalidade desta tese; graças à sua dedicação em trabalhar de sol a sol, eu pude terminar esta tese na sombra. Dedico também ao meu filho querido Heitor Sobral, que é minha razão a mais para sonhar, amar, viver e pesquisar.

AGRADECIMENTOS

Foram longos quatro anos de uma pesquisa que se mostrou desafiadora do início ao fim, uma busca incessante para chegar aos resultados que apresento nesta tese, somado a tudo isso a solidão da pesquisa, o choro recorrente em vários momentos, o sentimento de insuficiência, de baixa autoestima, e de uma corrida pela perfeição, pela exatidão mesmo sabendo que somos cientistas de uma ciência que é inexata, a ciência humana.

Meu ingresso no doutorado ocorreu durante a pandemia da Covid-19 em 2021, em um cenário de incertezas, frente a eminência da finitude da vida que o período nos apresentava. Duas atitudes foram fundamentais nesse processo: a fé que tudo daria certo e a humildade. Humildade para considerar que você não sabe tudo, para retornar à teoria pela décima vez, para entender que, por mais tenha feito muito, ainda falta, sempre faltará.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, pelas contribuições e repreensões necessárias, ao mesmo tempo, por toda de atenção, dedicação e pelos momentos de carinho que também se fizeram presentes durante esses anos. Nossa relação evoluiu de uma forma bonita e inspiradora, desde o meu ingresso no mestrado (2016) onde fui sua aluna em diversas disciplinas, até ingressar no doutorado como sua orientanda e chegar a finalização desta tese, o que contribuiu para ajudar em minha formação de maneira enriquecedora, sempre permeando suas atitudes com ética e profissionalismo. Você é exemplo que eu quero levar para minha vida pessoal e profissional.

Agradeço ao meu pai (*In memoriam*) que esteve comigo somente até os meus 10 anos de idade e depois seguiu para os braços do senhor, mas, durante o tempo que permaneceu neste plano, conseguiu ensinar-me a acreditar em mim e sempre lutar pelos meus sonhos. Agradeço à minha inspiração, a Angelita Andrade – minha mãe, meu amor maior, a menina cuja história conto nesta tese, a mãe que criou 3 filhas sozinhas com o falecimento do meu pai, a mulher mais justa, prudente e amorosa que já conheci, saiba que o amor que você sente por mim é o que me estimula a lutar e vencer todos os dias. Te amo!

Agradeço ao meu filho Heitor Sobral, que iniciou a jornada de sua existência em meu ventre, durante o mestrado, nasceu cinco meses antes de minha defesa no mestrado, e desde sempre me acompanhou neste processo cansativo e difícil que é a trajetória acadêmica. Desculpe-me pela mãe que por vezes não consegui ser, por todos os momentos que não pude te levar ou buscar da escola, fazer uma viagem ou te levar para brincar. Que a finalização desta etapa seja também a possibilidade de construir novas memórias juntos. Que você nunca esqueça, as melhores lembranças são construídas com você! Te amo.

Agradeço ao meu esposo, Maycon Sobral, que já me acompanha na jornada desta vida há 17 anos, o homem da minha vida, se não para vida toda, para boa parte dela! Obrigada por representar meu ponto de apoio, e me fortalecer sempre que eu precisei. Te amo!

Às minhas irmãs, Maria e Ana, por entenderem minha ausência e ajudar nos cuidados com meu filho, preocupando-se com nosso bem-estar, proporcionando-me momentos de risos e descontração.

Aos amigos guerreiros que cresceram no mesmo bairro que eu, compartilhando dificuldades e a esperança por uma vida melhor. Às pessoas que a vida me presenteou: Marizete, Marinaldo, Osiel, Vanessa, Evelyn, Átila, Lana, Marluce dentre tantos outros amigos que a vida colocou no meu caminho para ajudar-me nos momentos difíceis e me agraciar com palavras de amor, carinho e cuidado.

“...Ser um olhar com uma alma por trás.”

Álvaro de Campos-Livro dos Versos.

RESUMO

A presente tese de doutorado apresenta como tema a História da Educação Especial no Pará e como objeto de pesquisa “As formas educativas destinadas às pessoas com deficiência no Pará do século XIX”. O problema se desdobrou na seguinte pergunta: “As pessoas com deficiência receberam que formas educativas no Pará do século XIX?” O objetivo geral: Analisar as formas educativas destinadas às pessoas com deficiência durante o século XIX no Pará, tendo como objetivos específicos: a) Interpretar qual a influência dos debates internacionais acerca das formas educativas destinadas às pessoas com deficiência; b) Identificar os debates nacionais e locais que prevaleciam no processo de criação e implementação das formas educativas desenvolvidas na Educação da pessoa com deficiência no Pará do século XIX; c) Problematicar as forças educativas que prevaleciam na criação e implementação das formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no Pará do século XIX; d) Identificar as formas educativas que foram criadas para atender as pessoas com deficiência no Pará do século XIX. A pesquisa foi elaborada a partir da concepção de Gondra e Schueler (2008) e de seus conceitos sobre forma educativa (ou formas de educar) e força educativa, num desdobramento coerente entre a temática e o período estabelecido, levando em consideração que as fontes encontradas indicam que a noção de educação destinada às pessoas com deficiência eram experiências que consideravam formas institucionalizadas ou não institucionalizadas. Quanto ao método, optou-se pela pesquisa histórica, cuja especificidade consiste no tempo, no fenômeno educativo em suas diferentes facetas. A concepção de história definida é a História Social, que possibilita substituir perspectivas exclusivamente lineares de uma história contínua e factual, mas que considere que exista outros sujeitos como protagonistas. A coleta dos dados foi catalogada e identificada a partir de quatro categorias documentais: Normativas oficiais (decretos, resoluções e projetos de lei); documentos da administração estatal (estatísticas censitárias, relatórios de gestores públicos, correspondências e microdados do censo); trechos de periódicos (jornais, revistas especializadas, diários oficiais); e documentos sobre o debate internacional, nacional e local acerca do tema. O material encontrado concentrou-se em grande parte nos acervos do Arquivo Público do Estado do Pará; da Biblioteca Pública Arthur Vianna e no site da Biblioteca Nacional Digital. De posse de todas as fontes históricas necessárias, a análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Os dados revelaram que os debates internacionais e nacionais alteram progressivamente o entendimento da sociedade paraense sobre as deficiências ao longo do século dezanove, e, mesmo que não tivessem instituições próprias até o final do século, três forças educativas foram decisivas na criação e implementação de espaços educativos para atender a diversidade de sujeitos que se apresentavam: o Estado, as igrejas e a Sociedade Civil. Os desafios de pensar a educação de pessoas com deficiência, na sociedade paraense oitocentista, mostram que esse marco temporal foi responsável por demarcar a “inauguração” das desigualdades no campo educativo entre as deficiências, onde as pessoas com impedimentos sensoriais tiveram um olhar privilegiado em relação às outras, ou seja, a maneira de ser aluno se constituiu de forma distinta em um processo de individualização e funcionalidade. As fontes encontradas e o levantamento teórico levaram a seguinte tese: Existiram formas educativas destinadas à atenção de pessoas com deficiência no Pará durante o século XIX, mesmo que não tivessem como objetivo central a escolarização desses sujeitos.

Palavras-chave: história da Educação Especial no Pará; formas educativas; forças educativas; século XIX; oitocentismo e História Social.

ABSTRACT

This doctoral thesis presents as its theme the History of Special Education in Pará and as its research object “Educational forms aimed at people with disabilities in Pará in the 19th century”. The problem unfolded into the following question: “What educational forms did people with disabilities receive in Pará in the 19th century?” The general objective: To analyze the educational forms aimed at people with disabilities during the 19th century in Pará, with the specific objectives: a) Interpreting the influence of international debates about educational forms aimed at people with disabilities; b) Identify the national and local debates that prevailed in the process of creating and implementing the educational forms developed in the Education of people with disabilities in Pará in the 19th century; c) Discuss the educational forces that prevailed in the creation and implementation of educational forms that served people with disabilities in Pará in the 19th century; d) Identify the educational forms that were created to serve people with disabilities in Pará in the 19th century. The research was developed based on the conception of Gondra and Schueler (2008) and their concepts about educational form (or ways of educating) and educational force, in a coherent development between the theme and the established period, taking into account that the sources found indicate that the notion of education aimed at people with disabilities were experiences that considered institutionalized or non-institutionalized forms. As for the method, we opted for historical research, whose specificity consists of time, the educational phenomenon in its different facets. The defined conception of history is Social History, which makes it possible to replace exclusively linear perspectives of a continuous and factual history, but which considers that there are other subjects as protagonists. Data collection was cataloged and identified based on four documentary categories: Official regulations (decrees, resolutions and bills); state administration documents (census statistics, reports from public managers, correspondence and census microdata); excerpts from periodicals (Newspapers, specialized magazines, official diaries); and documents on the international, national and local debate on the topic. The material found was largely concentrated in the collections of the Public Archive of the State of Pará; of the Arthur Vianna Public Library and on the National Digital Library website. With all the necessary historical sources in hand, data analysis was carried out based on Laurence Bardin’s content analysis (1977). The data revealed that international and national debates progressively changed Pará society’s understanding of disabilities throughout the nineteenth century, and that, even though they did not have their own institutions until the end of the century, three educational forces were decisive in the creation and implementation of educational spaces to meet the diversity of subjects that presented themselves. The challenges of thinking about the education of people with disabilities, in the nineteenth-century society of Pará, show that this times frame was responsible for demarcating the “inauguration” of inequalities in the educational field between disabilities, where people with sensory impairments had a privileged perspective in relation to others, that is, the way of being a student was constituted differently in a process of individualization and functionality. The sources found and the theoretical survey led to the following thesis: There were educational forms aimed at caring for people with disabilities in Pará during the 19th century, even if they did not have the schooling of these subjects as their central objective.

Keywords: history of Special Education in Pará; educational forms; educational forces; 19th century; nineteenth century and Social History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marcos históricos, políticos e legais da Educação Especial	24
Figura 2 – Trechos do periódico “A Regeneração”: o Decreto nº 5.435 de 15 de outubro de 1873	38
Figura 3 – Tabela do recenseamento dos surdos-mudos no Brasil no Século XIX.....	45
Figura 4 – Tabela do recenseamento dos surdos-mudos no Brasil no Século XIX Figura 4 – Jornal “A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario” (1873).....	47
Figura 5 – Os diversos âmbitos da História Social.....	54
Figura 6 – Categorias Teóricas da Pesquisa	73
Figura 7 – Sede da Secretaria do Estado do Pará (SEDUC)	83
Figura 8 – Coordenação de Documentação Escolar (CODOE/SEDUC)	85
Figura 9 – Livros disponibilizados pela SEDUC	86
Figura 10 – Livro Deficiência e Cidadania: Coletânea de Leis (1997)	87
Figura 11 – Livro “Uma proposta para a Educação Especial no Estado do Pará” (1996)	88
Figura 12 – Unidades de Registro, Análise Temática e Análise Categorical.....	111
Figura 13 – Unidade de Registro, Análise Temática e Análise Categorical	112
Figura 14 – Unidade de Registro, Análise Temática e Análise Categorical	113
Figura 15 – Unidades de Registro, Análise Temática e Análise Categorical	113
Figura 16 – Concepção de Séguin sobre a Educação da pessoa com Idiotia	121
Figura 17 – Séguin sobre os conteúdos que deveriam ser ministrados para a pessoa com Idiotia.....	122
Figura 18 – Relatório referente ao Congresso Internacional de Educação de Surdos (1880)	127
Figura 19 – Anúncio do Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos.....	135
Figura 20 – Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos (1888 e 1889)	136
Figura 21 – Disciplinas Ministradas no Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos	137
Figura 22 – Mapa de localização das macrorregiões oeste, nordeste e sudeste paraenses.....	142
Figura 23 – Periódico <i>A voz do caixeiro</i> (1890).....	146
Figura 24 – Revista <i>Folha do Norte</i> (1896)	147
Figura 25 – Revista Educação e Ensino (três primeiros volumes, lançados em 1891)	153
Figura 26 – Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará.....	154
Figura 27 – Revista Educação e Ensino (onze volumes lançados em 1892).....	154
Figura 28 – Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará.....	155
Figura 29 – Revista Educação e Ensino (oito volumes lançados em 1893).....	156
Figura 30 – Revista Educação e Ensino (trata sobre o Congresso Pedagogico hispano- portuguez (1893)	157
Figura 31 – Revista Educação e Ensino (trata sobre o Congresso Pedagogico hispano- portuguez (1893)	158
Figura 32 – Principais Terminologias destinadas as pessoas com deficiência no século XIX	170
Figura 33 – Palavra “cego”: Jornal A Republica: Orgão do Club Republicano, Edição 00199, ano 1890 e Jornal Diário de Notícias, Edição 00153, ano 1890, respectivamente.....	171
Figura 34 – Palavra “doido”: Jornal O Pará, Edição B00757, ano 1900 e Jornal Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario, Edição 00202, ano 1893, respectivamente	171
Figura 35 – Palavra “surdo”: Jornal Diario de Notícias, Edição 00253, ano 1890 e Jornal Diario de Notícias, Edição 00130, ano 1891, respectivamente	172

Figura 36 – Palavra “anão”: Jornal Folha do Norte, Edição 00249, ano 1896 e Jornal Diario de notícias, Edição 00117, ano 1891 respectivamente	172
Figura 37 – Jornal Diario de Noticias, 1897, edição 00065	175
Figura 38 – Álbum descritivo anual do Estado do Pará (1898).....	177
Figura 39 – A Boa Nova: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel, em 1873	183
Figura 40 – As forças educativas e suas funções com base nas fontes e autores encontrados	187
Figura 41 – O Liberal do Pará (1872) edição 00016	193
Figura 42 – Correio Paraense (Diario Noticioso, commercial e litterario) edição 000366, 1893	194
Figura 43 – Internatos, asilos, hospícios e hospitais de isolamento e instituições disciplinares na História da Educação Paraense, durante o século XIX.....	198
Figura 44 – Asilo dos Lázaros do Tucunduba (fotografia de junho de 1921).....	201
Figura 45 – Diario de Noticias 1881-2898, Ano 1884, Edição 00113	202
Figura 46 – Diario de Noticias (PA) – (1881-1898), Ano 1882, Edição 00062.....	203
Figura 47 – Intendente Antônio José de Lemos	205
Figura 48 – Asilo da Mendicidade	206
Figura 49 – Folha do Norte (1896).....	207
Figura 50 – Trecho do Esboço histórico do Instituto Gentil Bittencourt (1906, p. 12).....	210
Figura 51 – Trecho do Relatório apresentado ao Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro, 1907.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados da busca nos repositórios de teses e dissertações brasileiras	25
Quadro 2 – Teses e Dissertações organizadas conforme o paradigma de seu recorte temporal	26
Quadro 3 – Teses e Dissertações situadas no paradigma da exclusão.....	27
Quadro 4 – Pesquisas encontradas no catálogo de teses e dissertações da CAPES sobre “História da Educação Especial”, tendo como espaço delimitado o estado do Pará.....	32
Quadro 5 – Descrição das Normativas do Instituto Nacional de Surdos (INES).....	39
Quadro 6 – Levantamento realizado nos periódicos SciELO.....	56
Quadro 7 – Principais eixos de análise-Categorias temáticas identificadas no levantamento dos artigos SciELO	59
Quadro 8 – Organização da Pesquisa Histórica (ficha de leitura).....	82
Quadro 9 – Principais terminologias citadas no Relatório de Antônio Lemos	94
Quadro 10 – Livros sobre História da Educação Especial (Autores Paraenses)	96
Quadro 11 – Livros sobre História da Educação Especial (Autores Nacionais).....	97
Quadro 12 – Levantamento de periódicos utilizados na pesquisa.....	98
Quadro 13 – Documentos e Normativas usados na pesquisa	99
Quadro 14 – Políticas Públicas que marcaram a história da Educação Especial no Mundo/Brasil/Pará do século XIX	100
Quadro 15 – Unidades de Registro: Temas Iniciais	106
Quadro 16 – Unidades de Registro: Temas Iniciais	107
Quadro 17 – Unidades de Registro: Temas Iniciais	109
Quadro 18 – Unidades de contexto – Eixos Temáticos.....	110
Quadro 19 – Principais estudiosos sobre a educação da pessoa com surdez no mundo (século XIX).....	128
Quadro 20 – Formas Educativas e suas funções.....	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios mais populosos do Brasil, em 1872	166
Tabela 2 – Municípios mais populosos do Brasil, em 1900	166
Tabela 3 – Quantidade da ocorrência de nomenclaturas depreciativas (1890 a 1900).....	174
Tabela 4 – Trecho do Esboço histórico do Instituto Gentil Bittencourt (1906, p. 12)	209

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BN	Biblioteca Nacional
CENTUR	Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COOES	Coordenadoria de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará
DEES	Departamento de Educação Especial
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPLAC	Instituto Latino-Americano Y Caribeño
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PGEDA	Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia
PPEB	Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
PPP	Projeto Político Pedagógico
ONU	Organização das Nações Unidas
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Pará
SEMAD	Secretaria Municipal de Administração Municipal de Belém-PA
UEESPAC	Unidade de Educação Especial Professor Astério de Campos
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Apresentação do tema, relevâncias e objeto de pesquisa.....	19
1.2	Apresentação do problema, objetivos e estrutura do texto	36
2	PERCURSO METODOLÓGICO	51
2.1	As escolhas metodológicas	51
2.2	Etapas de realização da pesquisa	55
2.2.1	Levantamento e Revisão bibliográfica	55
2.2.1.1	A pesquisa na Base SciELO	56
2.2.1.2	Ano de publicação	57
2.2.1.3	Formação dos autores	58
2.2.1.4	Temática: História da Educação de Surdos e Cegos	60
2.2.1.5	Temática: História das instituições e práticas Educacionais Especializadas	65
2.2.1.6	Temática: História dos Intelectuais de Educação Especial, suas ideias e ações	66
2.2.1.7	Temática: História das políticas públicas de Educação Especial-Inclusão Escolarização	68
2.2.1.8	Temática: História da Formação e do Trabalho Docente em Educação Especial	68
2.2.1.9	Temática: História do Currículo da Educação Especial	69
2.2.1.10	Temática: História da Educação Especial Regional.....	69
2.2.1.11	Métodos e fontes utilizadas nas pesquisas	70
2.2.1.12	Definição das Categorias Teóricas	71
2.2.1.13	As formas educativas ou formas de educação	74
2.2.1.14	Forças Educativas.....	76
2.2.1.15	História Social	78
2.2.2	Pesquisa Exploratória	81
2.2.2.1	Catálogo e identificação das fontes.....	96
2.2.3	Análise e tratamento dos dados à luz da Análise de Conteúdo	101
2.2.3.1	O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação	114
3	OS DEBATES INTERNACIONAIS SOBRE AS FORMAS EDUCATIVAS QUE ATENDERAM ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SÉCULO XIX.....	115
3.1	Os debates internacionais acerca das formas educativas destinadas à educação das pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais.....	115

3.2	Os debates internacionais acerca das formas educativas destinadas à educação das pessoas com impedimentos sensoriais	124
4	OS DEBATES NACIONAIS E LOCAIS ACERCA DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SÉCULO XIX	131
4.1	O debate sobre as pessoas com deficiência no Brasil	131
4.1.1	Os primeiros debates acerca do processo de criação e implementação das formas educativas destinadas às pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais.....	131
4.1.2	Os primeiros debates acerca da criação e implementação das formas educativas destinadas às pessoas com impedimentos sensoriais.....	134
4.1.3	O Debate sobre a Educação das pessoas com deficiência no Pará do século XIX ..	140
4.1.3.1	Notas sobre o Estado do Pará	141
4.1.4	As possibilidades sobre o debate da Educação das pessoas com deficiência no Pará do século XIX	145
5	AS FORÇAS EDUCATIVAS QUE ESTIVERAM À FRENTE DA CRIAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DAS FORMAS EDUCATIVAS QUE ATENDERAM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PARÁ DO SÉCULO XIX: O ESTADO, A SOCIEDADE CIVIL E A IGREJA	164
5.1	O Estado, a Sociedade Civil e a Igreja como Forças Educativas: a deficiência e as novas exigências produtivas	164
5.1.1	A Sociedade Civil.....	165
5.1.2	O Estado	176
5.1.3	A ação da Igreja.....	180
6	AS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PARÁ DO SÉCULO XIX	188
6.1	A Invenção das formas educativas no Pará do século XIX	190
6.2	As Formas Educativas no Pará	195
6.2.1	Asilo dos Lázaros do Tucunduba (ações educativas informais)	199
6.2.2	Asilo da Mendicidade (ações educativas informais).....	205
6.2.3	Colégio Nossa Senhora do Amparo (Instituto Gentil Bittencourt) e Instituto Paraense de Educandos Artífices- Lauro Sodré (práticas educativas formais)	209
7	CONCLUSÃO	214
	REFERÊNCIAS	218

ANEXO A – LIVRO DO INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS (1851, RIO DE JANEIRO, 179 PÁGINAS).....	242
ANEXO B – LIVRO SOBRE EUGENIA (BELÉM-PA).....	243
ANEXO C – O MUNICÍPIO DE BELÉM: RELATÓRIO DE ANTÔNIO LEMOS (CRIAÇÃO DO ASYLO DA MENDICIDADE) (1897-1902).....	244
ANEXO D – LIVRO “OS CEGOS E OS SURDOS E MEIOS INFALLIVEIS DE RESTABELECER, FORTIFICAR E CONSERVAR A VISTA E O OUVIR” (1847, LISBOA, 108 PÁGINAS).....	245
ANEXO E – CURRÍCULO DO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS (ALMANAK, 1888)	246
ANEXO F – TESES E DISSERTAÇÕES UTILIZADAS NA PESQUISA	247
ANEXO G– CARTA DO PROFESSOR FRANCÊS EDUARD HUET (1855) RELATÓRIO AO IMPERADOR	253
ANEXO H- LEVANTAMENTO REALIZADO NOS JORNAIS DIGITAIS DO ESTADO DO PARÁ SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (1890-1900).....	254

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema, relevâncias e objeto de pesquisa

O tema desta pesquisa é História da Educação Especial no Pará. A aspiração em desenvolvê-la, como professora e pesquisadora, surgiu no sentido de refazer caminhos, levar o leitor ao início da jornada e explorar a origem desse tema. É como diria Amaral (1992, p. 5): “rebobinar o filme imaginário, anos percalços, trazer certezas e incertezas”, de minha caminhada neste tema, defendendo três grandes dimensões para sua escolha: minha inquietação pessoal e científica (que nasce dos silenciamentos e ausências presentes na problematização dos sujeitos que devem/deveriam ter acesso à Educação); meu envolvimento teórico-conceitual e profissional com esse campo de pesquisa e as dificuldades enfrentadas enquanto pesquisadora.

Sobre silenciamentos e ausências dos sujeitos que devem ou deveriam ter acesso à Educação. Uma menina preta, pobre, nascida em um quilombo no interior do Maranhão na década de 1950, sendo a única menina entre três filhos homens e tendo um dos irmãos com paralisia cerebral. A menina ajudava a mãe nos cuidados com o irmão, e, nesse ínterim de infância, às vezes fugia para a ficção e sonhava com o dia em que frequentariam a escola. Era apenas um sonho, pois o quilombo não tinha essa instituição. O irmão paralítico morre, aos 13 anos de idade, “sem nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história e que se desvanecem nos registros porque ninguém as considera relevantes para serem trazidas à luz” (Lobo, 2008, p. 8).

A mãe das crianças sabia que seus outros filhos estavam fadados ao mesmo fim. E nesse interjogo da sobrevivência, famílias abastadas da capital maranhense buscavam meninas quilombolas para “ajudar” nas demandas do lar com a promessa que ganhariam escolarização e seriam tratadas como membros “quase da família”. A ingenuidade e o desejo da filha aprender levaram a mãe da menina preta a entregá-la para uma dessas famílias da capital. Aos 9 anos, ela achava que viveria o sonho de estudar, porém sua realidade era o trabalho doméstico pesado, e a promessa “quase” sempre boa de permitir que a menina estudasse não foi cumprida.

A menina preta, então, resolveu pedir para trabalhar em uma casa onde pudesse estudar e finalmente conseguiu patrões que consideraram esse direito. O tempo passou, a menina, assim como um objeto, foi doada de “presente” da atual patroa para sua filha recém-casada; afinal, aquele bem não poderia sair da família. Os novos patrões foram transferidos no trabalho, saindo do estado maranhense para Belém-PA, e a menina, agora mulher, sem poder de escolha, veio para a nova cidade. Ela não recebia salário, nem férias, muito menos descanso semanal

remunerado; afinal, era “quase da família”, mas poderia estudar à noite (após o término do serviço doméstico), e, mesmo com todas as dificuldades, concluiu o ensino médio.

Essa história poderia acabar aqui, mas a menina partiu da compreensão de que a educação era um caminho sem volta. Finalizou o curso de magistério (curso técnico profissionalizante de nível médio que formava professores para atuarem na Educação Básica), e, aos 30 anos de idade, passou em um concurso público para exercer o magistério na prefeitura municipal de Belém-Pará. Enfim, a menina preta ganhou a tão sonhada liberdade.

A menina preta antes doméstica, agora professora, é minha mãe, e, sem dúvidas, minha inspiração na docência. A história da menina e de seu irmão com deficiência (meu tio) é o motivo que justifica a existência desta pesquisa, pois a busca da menina preta e de seu irmão pela educação e os silenciamentos de quem morreu sem alcançar tal direito me levou a acreditar que o acesso à educação é responsável “pela socialização de gerações mais iguais e menos injustas” (Cury, 2002, p. 247) – razões que fomentaram a inquietação de que esta deveria fazer parte historicamente dos direitos das pessoas comuns, pretos, pobres, pessoas com deficiência.

Ao alargar essa perspectiva de análise da educação como direito, considero, necessariamente, o aprofundamento da discussão sobre o ser humano, de modo a entender que muitos grupos sociais estiveram excluídos de uma educação organizada inicialmente para atender uma parcela reduzida de indivíduos, e acreditar que os homens, independente de suas condições individuais (físicas, mentais, intelectuais e sensoriais), sociais, históricas e econômicas estão circunscritos no campo da igualdade da raça humana e deveriam ter desde o princípio esse direito assegurado.

A inquietação pessoal trazida corrobora com a ideia de que o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz. O direito à educação é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si (Cury, 2002). A ideia de que existiram sujeitos que, no passado, não tiveram acesso à educação é um ponto que guiou a construção desta tese, porque falar sobre “o direito à educação escolar é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade” (Cury, 2002, p. 246).

Meu envolvimento teórico-conceitual e profissional com o campo de pesquisa da Educação Especial/Inclusiva. As inquietações já citadas no âmbito pessoal ganham força durante a graduação em Pedagogia realizada de 2004 a 2008, quando, no ano de 2005, realizei uma experiência do estágio curricular na Escola de Aplicação da Universidade Federal do

Pará¹, que é uma instituição que tem como função oferecer ensino básico gratuito e qualificado, além de ser um campo de estágio e de experimentação pedagógica. Nesse ambiente, pude vivenciar a modalidade da educação especial, uma vez que foi lá a primeira vez que pude ter contato com um aluno com deficiência². A partir desse encontro com indivíduos, que assim como a menina preta e seu irmão tiveram esse direito historicamente negado ou denegado, vi-me tentada a explorar nesse campo, pois tudo que estivesse ligado à “deficiência, à diferença, ao corpo desviante” (Amaral, 1994, p. 246) fazia parte de meu interesse, levando-me a um caminho quase linear de aprofundamentos: especializações, cursos de formação continuada e aperfeiçoamento, mestrado e agora doutorado.

Concomitante aos aprofundamentos teóricos, surgem as aprovações em concursos públicos, em que transito, então, pelas esferas municipal e estadual paraenses, até chegar na esfera federal (onde estou até os dias de hoje). Iniciei minha carreira trabalhando simultaneamente na Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) e na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC). Em ambos os concursos, ocupei o cargo de Professor da Educação Especial. Na SEMEC, desempenhei minhas funções em salas de recursos, enquanto na SEDUC atuei em uma instituição especializada para alunos com Deficiência Intelectual. O aprofundamento empírico levou à necessidade de “publicitar” conceitos de minha prática na sala de recursos e da unidade especializada da qual estava vinculada. Possuía clareza de que minha discussão estava fadada a voos rasantes. Para levá-la mais a fundo, eu precisava aprofundar os estudos e um caminho “urgente” naquele momento era o mestrado acadêmico.

As dificuldades enfrentadas enquanto pesquisadora O ingresso no Mestrado Acadêmico em 2016 inaugura uma verdadeira metamorfose na vida desta pesquisadora, pois nada seria como antes. Ingressei no Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), na Linha “Currículo da Escola Básica”. E uma ideia começou a tomar forma: era muito importante fazer o registro de trajetórias de pessoas com deficiência que tiveram seu direito à Educação negado. Assim, na dissertação, realizei a pesquisa sobre a “Trajetória de escolarização de um aluno com deficiência Intelectual: entre otimismo e frustrações” (Sobral, 2018). No intuito de conhecer mais a respeito da trajetória escolar de um

1 Escola pública federal responsável pela oferta de Educação Básica.

2 Uma escolha consciente neste texto foi a utilização da expressão “pessoa com deficiência”, pois esse termo foi adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Vale destacar que a definição desta expressão se tornou um dilema na escrita, mas entre cometer um anacronismo (trazer um termo do século XXI para o século XIX) ou reviver integralmente ao longo da escrita desta tese (inclusive no título), termos hoje considerados capacitistas, que na contemporaneidade possui normativas que são encaradas como violações de direitos (Brasil, 2015). Mesmo que, ao longo do texto, apareçam termos nas (fontes históricas) que hoje se constituem capacitistas, a escolha do título com uma nomenclatura contemporânea tem uma função estratégica (após sua produção, despertar o interesse do leitor, e facilitar pesquisas futuras sobre estado da arte/conhecimento).

aluno com deficiência intelectual singular, fui em busca da história das instituições especializadas paraenses pelas quais o aluno estudou, mas encontrei poucas pesquisas acadêmicas.

Paralelo às pesquisas para construção da dissertação, a Universidade Federal do Pará (UFPA) ofertou uma única vaga para o cargo de professor efetivo na área de Educação Especial em 2016. O profissional seria lotado na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Prestei o concurso e, entre mais de cinquenta candidatos, fui a única aprovada para as fases seguintes, seguindo sozinha até a tão sonhada aprovação no concurso. Em 2017, tomei posse do cargo de Professora Efetiva do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) da Universidade Federal do Pará.

Após ser aprovada no concurso, retornei minha dissertação e sai em busca de fontes de pesquisa. Na época, recorri a livros, dissertações e teses, mas o material encontrado sobre a história da Educação Especial no Estado do Pará era majoritariamente de uma história recente, com informações a partir de 1996, de forma bem sucinta e com uma escrita factual³, sem grandes “novidades” no que diz respeito à história dessa modalidade de ensino. Terminei a dissertação em 2018, certa de que havia uma série de lacunas formativas devido à ausência de pesquisas e documentos que subsidiassem o conhecimento do processo histórico de constituição da Educação Especial no Estado do Pará. Essa constatação se constituía em um problema de pesquisa, com originalidade, ineditismo e relevância acadêmica, levando-me a investir neste tema, no âmbito do doutoramento.

O passo seguinte foi concorrer a uma vaga ao doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), na linha de pesquisa “Educação na Amazônia: formação do educador, práxis pedagógicas e currículo”. A escolha pelo programa foi intencional, visto que a grande relevância social desta pesquisa é, sem dúvida, despertar o interesse do leitor para conhecer a história local, que, a meu ver, deve ser estimulada desde os programas de pós-graduação até a educação básica. Ao encontro do que afirma Hofling (2003), a história local deve ser iniciada ainda no ensino básico, para que o aluno possa se identificar com o conteúdo estudado. Isso ajuda a perceber as nuances do passado em sua cidade e não ficar preso a uma história que está muito distante de sua identidade, além de contribuir para a melhoria do local e incentivar a preservação das fontes existentes.

3A história factual é mais ligada à forma narrativa de ordenar os fatos em uma progressão cronológica. São traçadas as grandes rupturas e transformações passadas, tendo como modelo básico a narrativa biográfica ou política (Furet, 1980, p. 81).

Em seguida, submeti um projeto de pesquisa com o tema: História da Educação Especial no Pará, cujo título era “A História da inclusão do aluno com deficiência na segunda metade do século XX no Pará: a partir da memória dos professores”. Da mesma forma que no mestrado eu ouvi a memória de um aluno com deficiência, no doutorado, gostaria de analisar como se deu esse processo histórico de transição entre o movimento da integração para a inclusão educacional a partir da memória dos professores. A ideia era revelar, através de suas memórias, as histórias escritas, escondidas, esquecidas, desprezadas a importância delas, sobretudo quando se observa com atenção o processo de abertura da escola regular para o público com deficiência.

Fui aprovada no doutorado em 2021. Após a aprovação, em conversa com meu orientador e na definição das disciplinas, estabelecemos que o tema permaneceria, mas o objeto precisava ser reconstruído. Nesse momento de redefinição do objeto, resolvemos realizar uma pesquisa exploratória para conhecer as produções das dissertações e teses nos bancos de dados nacionais. Nesse sentido, saí em busca da definição do objeto e do período no qual seria delimitado minha investigação. Além disso, precisava definir a perspectiva da redação do meu texto, uma vez que o tema “História da Educação Especial no Pará” é de grande abrangência e ainda necessitava de um processo o qual Pimentel (2001) chama de “garimpagem” de informações.

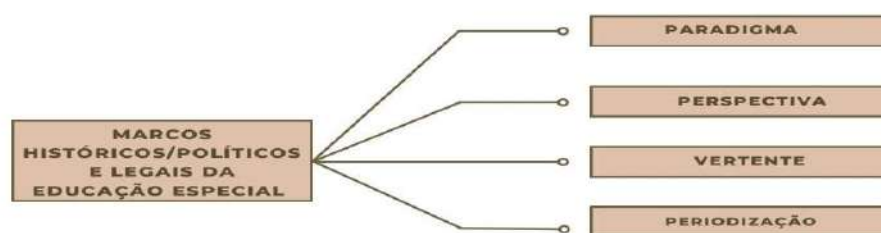
A busca pelo objeto de pesquisa. Inicia-se uma imersão no material já produzido nas teses e dissertações nos repositórios nacionais a fim de cumprir os critérios de originalidade e ineditismo, dentro do tema História da Educação especial no Pará. A leitura de alguns materiais demonstrou que os autores que trabalhavam a temática apresentavam um entendimento distinto sobre a organização dos marcos históricos, políticos e legais da Educação Especial. Com o propósito de deixar mais compreensível para minha organização e escolhas teóricas, bem como para o entendimento do leitor, resolvi sistematizar a compreensão dos autores. Para isso, utilizei os 7 (sete) livros mais citados nas teses e dissertações sobre História da Educação Especial no Brasil, cujas obras foram: Bueno (1993); Sasaki (1999); Mazzotta (2011); Jannuzzi (2012); Figueira (2021); Moreira (2021) e Martins (2015).

As obras de Mazzotta (2011) e Figueira (2021) trabalham com a ideia de “periodização”, uma divisão realizada com base em dois marcos legais: de 1854 a 1956 (iniciativas oficiais e particulares isoladas) e o segundo período 1957 a 1993 (iniciativas oficiais de âmbito nacional). Já Jannuzzi (2012) organiza a história da educação especial, por meio da ideia de “vertente”, dividindo-as em duas: médica pedagógica e psicopedagógica.

Bueno (1993) e Sasaki (1999) realizam a organização histórica da Educação Especial a partir da ideia de “paradigma”, realizando a divisão dos períodos históricos em quatro paradigmas: 1) exclusão: rejeição social; 2) institucionalização: segregação; 3) integração: modelo médico da deficiência e 4) inclusão. Moreira (2021) traz a ideia de “perspectiva”, dividindo-as em três: 1) perspectiva segregacionista; 2) perspectiva assistencialista e filantrópica; 3) perspectiva assistencial ao público.

Após a leitura e análise das obras, realizei a organização dos marcos históricos da Educação Especial, com base na forma como os autores aqui apresentados partilham na comunidade científica, alternando entre: paradigma, perspectiva, vertente e periodização. Abaixo, apresento uma figura que representa a síntese da organização histórica da Educação Especial no Brasil.

Figura 1 – Marcos históricos, políticos e legais da Educação Especial



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Excluí as formas de organização que se preocupavam apenas com a periodização dos fatos históricos, já que a pesquisa histórica que me propus a fazer baseia-se na história social, explicado com detalhes na seção metodológica. Essa concepção de história não está muito preocupada com a narrativa dos eventos, e, sim, com a análise das estruturas.

Dentre as formas de organização estabelecidas pelos autores, optei por utilizar a ideia de “paradigma” de Sasaki (1999), que proporcionou organizar a construção do pensamento sobre as teorias, experiências e métodos da história da educação especial de uma forma assumida e partilhada pelo conjunto dos membros de uma comunidade científica. Kuhn continua a conceituar paradigma como “aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (Kuhn, 1998, p. 219). O autor utiliza a metáfora de que os paradigmas são algo como as lentes dos óculos assim como as lentes corretivas, que clareiam o caminho para a visão turva e confusa do míope. O paradigma, portanto, é um horizonte estruturante que põe em ordem os fenômenos e permite à comunidade dos cientistas se situar na realidade, compreendê-la e comunicá-la.

Aqui abro um parêntese: a demarcação da concepção de deficiência utilizada nesta pesquisa vai ao encontro do “modelo social da deficiência” (Fletcher, 1991); (Diniz, 2003); (Piccolo e Mendes, 2022), considerando-a como o resultado do sistema político e econômico que cria barreiras para a participação em sociedade. Compreendendo que a pessoa com deficiência não se limita a seus impedimentos e que possuem relação com os saberes que foram historicamente produzidos. É isso que procuro mostrar durante a incursão neste texto.

De posse da aproximação do referencial teórico voltado à ideia de paradigma, iniciei a organização do material a ser coletado. A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2023, nos dois repositórios: 1) Portal de Teses da CAPES⁴, vinculado ao Ministério da Educação (MEC); 2) Banco de Teses do IBICT⁵, que integra todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras que utilizam o sistema BDTD do IBICT. Utilizei diversas palavras-chave e suas combinações com o intuito de alcançar o maior número de trabalhos publicados a respeito do tema da tese.

Optei pelas palavras-chave: “história da educação especial”, “história da educação especial no Pará”, “história da educação de surdos”, “história da educação de cegos”, “educação de surdos no século XIX” e “educação de cegos no século XIX” porque elas remetem a um grande espectro na captura de materiais condizentes com meus propósitos. No Quadro 1, apresento os resultados encontrados na pesquisa realizada no banco de teses e dissertações CAPES e BDTD.

Quadro 1 – Resultados da busca nos repositórios de teses e dissertações brasileiras

Palavras -Chave	Número de teses e dissertações
História da educação especial (CAPES)	52 resultados
História da educação especial (BDTD)	40 resultados
História da educação especial no Pará (CAPES)	Nenhum registro encontrado
História da educação especial no Pará (BDTD)	2 resultados
História da educação de surdos (CAPES)	57 resultados
História da educação de surdos (BDTD)	17 resultados
História da educação de cegos (CAPES)	1 resultado
História da educação de cegos (BDTD)	Nenhum resultado encontrado
Educação de surdos no século XIX (CAPES)	1 resultado

4 Portal de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é o sistema online oficial do governo brasileiro para depósito de teses e dissertações brasileiras, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/>>.

5 Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é um mecanismo de busca que integra todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/pt>>.

Educação de surdos no século XIX (BDTD)	Nenhum resultado encontrado
Educação de cegos no século XIX (CAPES)	Nenhum resultado encontrado
Educação de cegos no século XIX (BDTD)	Nenhum resultado encontrado
TOTAL	170 pesquisas

*As nomenclaturas: deficiência intelectual e física não foram utilizadas, pois não eram termos utilizados no século XIX.
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nos repositórios indicados, levantei um total de 170 pesquisas relacionadas aos termos empregados. Foram excluídos os títulos que apareciam simultaneamente em ambos os repositórios, além da verificação de que 112 pesquisas tratam de assuntos que não se enquadram no tema escolhido, pois não discutem a questão da História da Educação Especial, temática central desta pesquisa. Por outro lado, verifiquei que 58 pesquisas tratam da temática. Li cada uma e as organizei em um quadro conforme os quatro paradigmas propostos por Sassaki (1999): Exclusão: Rejeição social; (Antiguidade até o final do século XIX); Institucionalização: Segregação (Início do século XX até 1950); Integração: Modelo médico da deficiência (1950 a 1980 do século XX); Inclusão (Segunda metade dos anos 1980, 1985 até a atualidade), e classifiquei-as de acordo com o recorte temporal indicado. A seguir, apresento as referências das 58 teses e dissertações encontradas nos repositórios brasileiros, selecionadas para leitura e análise:

Quadro 2 – Teses e Dissertações organizadas conforme o paradigma de seu recorte temporal

N ^o	Paradigma	Autor/Ano da obra
1	EXCLUSÃO: Rejeição social; (Antiguidade até o final do século XIX)	Souza (2009); Jannuzzi (1985); Soares (1996); Gonçalves (2015); Silva (2021); Rocha (2009); Silva (2022); Silva (2015);
2	INSTITUCIONALIZAÇÃO: Segregação (Início do século XX até 1950)	Souza (2000); Rafante (2011); Nascimento (2018); Minatel (2018); Barbosa (2019); Farias (2019); Nogueira (2021); Martins (2003); Borges (2014); Francisco (2018); Costa (2018); Santos (2019); Petersen (2021); Oliveira (2021); Guedes (2019); Pereira (2022); Cardoso (2023); Gonçalves (2011); Ferreira (2018);
3	INTEGRAÇÃO: Modelo médico da deficiência. (1950 a 1980 do século XX)	Moro (1997); Krause (2002); Botura (2006); Rosado (2010); Nunes (2013); Blanco (2014); Batista (2019); Gabriel (2023); Siems-Marcondes (2013); Pereira (2013); Bezerra (2017); Cassemiro (2018); Andrade (2019); Costa (2019); Duarte (2009); Souza (2014); Santos (2023); Pereira (2018); Neves (2011); Rodrigues (1994);
4	INCLUSÃO (Segunda metade dos anos 80, 1985 até a atualidade)	Corrêa (2005); Velloso (2010); Silva (2017); Silva (2010); Bianchi (2011); Gobete (2014); Oliveira (2022); Vilela (2016); Souza (1997); Saia (2014); Ferreira (2017);

*Todas as referências das 58 teses e dissertações encontradas nos repositórios nacionais constam no anexo F desta pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após a organização, verifiquei que o paradigma com o menor número de pesquisas é o da exclusão (com apenas 8 pesquisas), correspondente ao período da rejeição social que se inicia na antiguidade e vai até o final do século XIX. O período da institucionalização conta com (19 pesquisas); a integração (20 pesquisas); inclusão (11 pesquisas). Ressalto que a realização desta classificação dos trabalhos, conforme o recorte temporal, não possui como intuito contar a história de forma linear. A sua realização ocorreu meramente para direcionar que trabalhos integrariam o referencial teórico desta tese, traçando um panorama da historiografia até agora produzida.

Constatei que o tema é pouco discutido no século XIX, conforme mostram os dados, aumentando o entusiasmo em realizar uma pesquisa que tenha o marco temporal anterior ao que a maioria dos autores se propôs a investigar. Para melhor entendimento acerca dos trabalhos que se situam dentro deste período histórico, em seguida, exponho as referências das 8 (teses e dissertações) que se debruçaram a estudar o paradigma da exclusão (período de meu interesse), bem como os textos que foram selecionados para leitura e análise.

Quadro 3 – Teses e Dissertações situadas no paradigma da exclusão

N ^o	Autor	Título da obra	Tipo	Ano	Universidade/ estado
1	JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino	História da educação do deficiente mental no Brasil: 1876 a 1935	Doutorado	1985	UNICAMP/SP
2	SOARES, Maria Aparecida Leite	O oralismo como método pedagógico: contribuição ao estudo da história da educação do surdo no Brasil.	Doutorado	1996	UNICAMP/SP
3	ROCHA, Solange Maria da.	Antítese, Díades, Dicotomias no Jogo entre Memória e Apagamento Presentes nas Narrativas da História da Educação de Surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1961).	Doutorado	2009	PUC/RJ
4	SOUZA, Rita de Cácia Santos.	Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: Cuidar e Educar para civilizar.	Doutorado	2009	UFBA/BA
5	GONÇALVES, Radai Cleria Felipe	O silêncio Eloquente: A Gênese do Imperial Instituto de Surdos Mudos no Século XIX (1856-1896)	Mestrado	2015	UEMS/MS
6	SILVA, Morena Dolores Patriota da.	Marcas Eugênicas na Educação de surdos no século XIX.	Mestrado	2015	UNICAMP/SP
7	SILVA, Morena Dolores Patriota da.	A Educação de Surdos no Brasil de 1856 a 1961: Manutenção e Resistência ao Ideário Eugênico.	Doutorado	2021	UNICAMP/SP
8	SILVA, Danilo da.	Contexto Socioeducacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1868): O	Doutorado	2022	UFPR

A pesquisa de Jannuzzi (1985) estuda a concepção de deficiência mental, a teoria e a prática escolar proposta para estas crianças no contexto socioeconômico brasileiro, no período de 1876 a 1935. A autora explica o possível inter-relacionamento do conceito e da educação dessas crianças com o contexto social em que foram produzidos.

Soares (1996) teve por objetivo analisar a incorporação do oralismo como método pedagógico na década de 1950, através das iniciativas do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), do Rio de Janeiro, consubstanciadas pela reforma estrutural sofrida por este instituto, bem como pela extensão de sua influência para vários estados brasileiros. Isso se deu por meio do primeiro curso de formação de professores de surdos e da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, sendo as duas iniciativas nascidas e implementadas pela ação de sua diretora, Profa. Ana Rímoli de Faria Dória. Para tanto, a autora procurou verificar a gênese e desenvolvimento dos métodos de educação de pessoas com deficiência auditiva, desde o surgimento dos preceptores, no século XVI, na Europa, até o surgimento do Instituto Brasileiro, no início da segunda metade do século XIX, assim como toda a sua trajetória, desde essa época até os anos 1950 do século XX. A autora concluiu, a partir de suas análises e do extenso número de fontes primárias referente aos métodos de ensino utilizado no INES, que a preocupação fundamental do Instituto residiu, desde a sua criação, nos processos para aquisição e desenvolvimento da linguagem (quer seja oral ou gestual), em detrimento dos processos de escolarização que foram muito pouco tratados nos documentos em questão. Constatou que o percurso histórico de uma das mais importantes instituições educacionais para pessoas com deficiência auditiva de nosso país parece ter sofrido pequena influência da trajetória histórica da educação escolar no Brasil.

A pesquisa de Rocha (2009) buscou identificar os efeitos de narrativas dicotomizadas para a história da educação de surdos, tendo como campo de investigação o Instituto Nacional de Educação de Surdos. A autora apresenta alguns períodos em que a narrativa da história dos surdos vem assumindo uma visão crítica baseada em uma perspectiva de história-tribunal numa lógica de opressores (ouvintes/oralistas) versus oprimidos (surdos/gestualistas). A autora defende que alguns pioneiros da educação de surdos, dentre eles o francês Jean-Marie Gaspard Itard (1755-1838), são apresentados hoje como anacrônicos em seus tempos por não corresponderem às ideias desse corpo teórico, determinando que a centralidade que essas críticas vêm assumindo opera inúmeros apagamentos e compromete a percepção das interações

do campo com o da educação geral. A compreensão dos processos de memória e história se apoiou, principalmente, em Halbwachs (2006), Le Goff (2003) e Duby (1993). O estudo apontou que tem havido diálogo entre a educação de surdos, educação regular e políticas nacionais, o que, na verdade, não tem havido é pesquisa sobre esses diálogos.

Souza (2009) procurou analisar a constituição do campo da Educação Especial em Sergipe imersa na conjuntura nacional e internacional do século XIX e começo do século XX, através das produções dos intelectuais sergipanos das áreas médica e jurídica desse período. A pesquisa utilizou artigos de jornais, relatórios de governo, e o texto tem como principais aportes teóricos as categorias de apropriação e representação de Roger Chartier; campo de Pierre Bourdieu; normal e anormal de Foucault e Canguilhem; além do estudo das produções do século XIX e sobre o século XIX e início do século XX, em âmbito local e nacional. O estudo inspira-se nos pressupostos da nova história cultural, da História da Educação e da Educação Especial e contribui para a compreensão da constituição desse campo de conhecimento por meio das relações entre o saber e poder médico e jurídico e sua influência nas apropriações e representações materializadas socialmente, num período em que se tornou imperativo cuidar e educar para civilizar o anormal.

A pesquisa de Gonçalves (2015) teve como enfoque o Imperial Instituto de Surdos-mudos do Rio de Janeiro no século XIX, (hoje, denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES). Os aportes teóricos que forneceram subsídios para a compreensão do objeto foram os advindos da Nova História Cultural (NHC). No decorrer da investigação, ocorreu o mapeamento e a identificação de considerável base documental (relatórios, pareceres, fotografias, regimentos, leis, decretos etc.) localizada nos arquivos institucionais. O autor afirma que a documentação contribuiu de forma substancial para a compreensão da trajetória da instituição no período elencado, além de possibilitar o vislumbre das práticas ocorridas no interior da instituição, como aquelas ligadas ao ensino, como, por exemplo, o conflito entre o oralismo e linguagem gestual. Dados quantitativos de alunos como o acolhimento, origem e grau de surdez também sobressaem no refinamento dos dados. Fatores como a alternância de diretores, mudanças na estrutura física e da necessidade de recursos financeiros também sobressaem na narrativa. O autor admite que, apesar das vicissitudes enfrentadas no decorrer da existência do Instituto, sua criação e manutenção no século XIX foi determinante para a história da educação de surdos no país.

Silva (2015) apresenta uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, cujo objetivo foi reconhecer as marcas eugênicas na educação de surdos, a partir de um conjunto de pressupostos eugênicos que visavam compreender os impactos que as ideias eugênicas tiveram

na educação de surdos. Realizou a análise de três obras clássicas – duas do campo da educação de surdos e uma do campo da eugenia, respectivamente: *Atas do Congresso de Milão – 1880* (Atas, 2011), *Memoir: upon the formation of a deaf variety of the human race* (Bell, 1883) e *A cura da fealdade* (Kehl, 1923). A análise considerou a relação entre as obras, com base nas definições de beleza e de fealdade de Kehl e nas práticas a serem cumpridas no combate à fealdade. Constatou que a tentativa de normalização e a rejeição da surdez estão presentes nas duas obras do campo da educação de surdos, bem como a presença do ideário eugênico em nossos dias. Além disso, as tentativas eugênicas de seleção dos indivíduos belos influenciaram as decisões sobre a educação de surdos no século XIX. As conclusões da autora apontaram para a necessidade de participação dos surdos nas decisões sobre sua educação, além do fortalecimento do respeito à diversidade humana e da recusa à defesa da normalização de indivíduos que não se enquadram no padrão eugênico de beleza.

Para Silva (2021), a eugenia foi um movimento organizado no século XIX como campo de saber e intervenção sobre a hereditariedade para alcançar o aprimoramento racial, influenciou o pensamento científico e social, assim como as políticas nacionais e internacionais. A tese teve como objetivo identificar as marcas eugênicas presentes na educação de surdos no período de 1856 a 1961. Para tanto, a autora realiza um percurso de investigação a partir de um estudo qualitativo, com pesquisa bibliográfica e documental, passando pela construção do ideal de normalidade eugênica, tendo sua legitimação como discurso científico e aplicação na educação, além da instigação sobre a relação entre medicina e eugenia, a escola e os anormais no Brasil, discutindo as origens e concepções dos termos norma e normalidade para, em seguida, fazer uma narrativa histórica da educação de surdos no Brasil de 1856 a 1961. Os resultados apresentados indicaram resquícios da eugenia na imposição para o surdo se enquadrar no ideal de ser humano de sua época ou sociedade, na busca por homogeneização social, na inferiorização do diferente e na normalização dos considerados anormais.

A tese de Silva (2022) teve como objetivo analisar o contexto histórico, as condições educacionais e sociais dos/as primeiros/as estudantes surdos/as que frequentaram o atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), entre 1856 e 1868. A pesquisa trata de aspectos históricos, culturais e de gestão educacional desta Instituição para que se possa compreender não apenas a história educacional de surdos/as, mas também as mazelas sociais, as violências de toda ordem e o protagonismo dos/as surdos/as que foram silenciados/as pela história oficial. Possui abordagem metodológica qualitativa, balizada pela pesquisa documental e da perspectiva da história cultural, no campo dos Estudos Surdos em Educação. As fontes documentais foram coletadas no acervo histórico do INES, no Arquivo Nacional, na Biblioteca

Nacional e no The Center for Research Libraries (CRL). Os dados foram sistematizados com base nas seguintes categorias de análise: a) contexto histórico brasileiro na época da fundação do INES; b) gestão educacional e perfil de estudantes surdos do INES (1856-1868); e c) as condições educacionais e sociais dos primeiros estudantes surdos. Os resultados revelaram que a criação do INES envolveu diversas adversidades, inclusive conflitos entre os estudantes surdos e a gestão do INES, bem como sobre as condições educacionais e sociais dos primeiros estudantes surdos dessa instituição, colocando em evidência e protagonismo os primeiros estudantes surdos da história da educação do Brasil.

O levantamento das dissertações e teses foi fundamental para o dimensionamento de como e quais objetos estão ganhando destaque na delimitação temporal da temática. Acrescenta-se também o estudo das 8 (oito) produções científicas voltadas diretamente ao recorte temporal de interesse, em que dois pontos chamaram atenção: o primeiro é o fato de 6 (seis) trabalhos de debruçarem sobre a “surdez”, 1 (um) sobre a deficiência mental e 1 (um) sobre a história da Educação Especial no Estado de Sergipe, o que representa um número reduzido de pesquisas, apontando lacunas a serem preenchidas, em especial a respeito do marco temporal delimitado que, em sua maioria, está voltado para períodos mais recentes da história.

Autores como Cardoso e Martinez (2022); Bezerra e Furtado (2017); Borges e Siems (2020) chegaram a resultados similares quando investigaram as pesquisas sobre história da Educação Especial nas revistas especializadas na área da educação. Confirmam a pequena quantidade de pesquisas sobre a historiografia da Educação Especial, levando a concluir que existe a necessidade de ampliação, a partir dos territórios brasileiros, dos sujeitos implicados neste processo como professores pioneiros, iniciativas particulares ou individuais na constituição da educação da pessoa com deficiência, ou seja, conhecer a educação especial, para além da historiografia de instituições específicas, e, sim, dentro de uma conjuntura, demarcando os pontos de confluência com os interesses da época. Essas são lacunas carecem de discussões.

Considerarei os preceitos descritos por Eco (2012) sobre o direcionamento que deve ser seguido na escolha de um tema de pesquisa. Para o autor, o tema, além de responder os interesses de quem está escrevendo a tese, precisa de “fontes de consultas acessíveis e manejáveis (que estejam ao alcance material e cultural do candidato)” (Eco, 2012, p. 6). Para justificar o Pará como o lócus da investigação, precisávamos aprofundar o entendimento acerca da história da Educação Especial no Estado do Pará. Dentre as 58 teses e dissertações encontradas (descritas no Quadro 1), apenas “três pesquisas” tiveram esta delimitação espacial, conforme apresento.

Quadro 4 – Pesquisas encontradas no catálogo de teses e dissertações da CAPES sobre “História da Educação Especial”, tendo como espaço delimitado o estado do Pará

Autor	Título da obra	Tipo	Ano	Instituição
SOUZA, Terezinha Sirley Ribeiro.	A Educação Especial do Pará: Relato de seus autores.	Mestrado	1997	UERJ/RJ
BENTES, José Anchieta de Oliveira	Formas do trabalho docente em duas escolas especiais para surdos: Estudos históricos e de representações sociais.	Doutorado	2010	UFSCAR/SP
FERREIRA, Cibele Braga	História da fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional.	Doutorado	2018	UFPA/PA
FARIAS, Roseane Rabelo Souza	Itinerários da Institucionalização da Educação Especial no Estado do Pará: Perspectivas a partir da História Social.	Doutorado	2019	USP/SP

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A análise das pesquisas reiterou a necessidade da ampliação de trabalhos sobre o tema, além da possibilidade de constituição de uma rede nacional e local, para se ter um debate nas conferências municipais com vistas a expansão de políticas públicas. Sobre as obras acima, a pesquisa teve dificuldades de ter acesso a todas elas. Por exemplo, o trabalho de Souza (1997) “A Educação especial do Pará: relato de seus autores”, defendido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que consta no banco de dissertações e teses da CAPES, mas não está disponível na internet. Assim, fui até à biblioteca da UERJ, no Rio de Janeiro⁶, e tive a informação de que, devido ao período da obra, ela não existia mais fisicamente. Em busca da dissertação, iniciei a saga nos grupos de pesquisa que tratavam sobre Educação Especial. A busca se deu pelas informações sobre a professora paraense Terezinha Souza, autora da dissertação. Após consegui o número do seu telefone através de um membro do grupo, entrei em contato e descobri que atualmente ela é professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA). No entanto, a professora informou que não possuía mais o documento, não sendo possível ter acesso à dissertação.

Bentes (2010) apresenta em sua tese uma perspectiva histórica e de representações sobre o trabalho dos docentes de duas escolas especializadas destinada a alunos surdos, que são o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES/RJ) e a Unidade Especializada Professor Astério de Campos (Belém/PA). Utiliza como base a teoria das representações sociais, buscando analisar as situações-problema e as soluções apresentadas pelos professores, com foco no conteúdo ensinado, nas metodologias, nos objetivos, nas formas de avaliação etc. O levantamento da história sobre as unidades especializadas localizadas em Belém é uma contribuição de suma importância, pois ajuda a contar o processo de institucionalização

⁶A visita foi realizada em setembro de 2022.

ocorrido no século XX, período posterior ao movimento que sigo. Apesar disso, prevejo que outras pesquisas seguirão ou já estão seguindo os caminhos de Bentes (2010).

A tese de Ferreira (2012) sobre a história da Fundação Pestalozzi do Pará analisa o período do início de suas atividades (1953) até meados de 1975, com vistas a verificar os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional. Este estudo remete a um período mais recente da história, destoando da pesquisa em que me propus realizar, pois a ênfase era o período da institucionalização do instituto já no século XX.

A tese de Farias (2019) é a mais próxima de minha intenção de pesquisa, inclusive por abordar como metodologia a perspectiva da história social. O trabalho investiga os itinerários de institucionalização da educação especial no Estado do Pará, por meio da experiência de cinco professoras. Para isso, a autora recorreu à perspectiva representada por Edward Palmer Thompson, utilizando entrevistas semiestruturadas e dando centralidade às experiências dessas mulheres, alinhada à pesquisa bibliográfica e documental, a fim de erguer elementos do cenário político educacional nacional e local. O material trazido pela autora se mostrou muito interessante porque indicava pistas do processo de instituição das unidades especializadas e da configuração das professoras que iniciaram este campo do conhecimento no Estado do Pará. Porém, vale destacar que, devido à minha experiência como professora da rede estadual por muitos anos, a história da institucionalização da educação especial já era de meu conhecimento, inclusive algumas dessas professoras pioneiras na tese ministraram formações na rede estadual relatando um pouco dessa trajetória. A história contada pela autora era de um período mais recente, direcionado ao século XX, mas conseguia trazer alguns capítulos que indicavam um pouco do movimento histórico ocorrido no século XIX, determinando que possuía um tema preciso, que seria possível recolher documentação com indicações de fontes de consulta acessíveis e manejáveis (Eco, 2012).

Nesta altura da pesquisa, duas definições já haviam sido estabelecidas: a necessidade de compreender a história da educação especial a partir de uma dimensão regional (estado do Pará) e da delimitação temporal (século XIX)⁷ como período delimitado para a realização da investigação. A originalidade desta escrita acadêmica se deve exatamente por essas duas escolhas citadas, pois, além da criação de ideias, teorias ou descobertas novas que resultam da pesquisa, interessa-nos as novas interpretações dos dados existentes ou novos modelos e estruturas que contribuem para o campo de estudo (Gill e Dolan, 2015).

⁷ Utilizo ao longo do texto variações para a delimitação temporal como: oitocentismo ou século dezenove (por extenso)

Quanto à definição regional, considere as efervescências políticas, ideológicas e conceituais que ocorreram na sociedade paraense no século XIX, identificado por meio da pesquisa inicial bibliográfica e documental, como um período histórico de intensas transformações econômicas e culturais com o advento e expansão da borracha na Província do Pará, mais especificamente na Intendência⁸ de Belém. Esse novo olhar acerca da circulação de ideias, modelos sociais e modernização, ocorrida na sociedade paraense ao longo do século, bem como a transição do período imperial (1822) para a república (1889) são meandros políticos que ajudaram a entender a essência da educação de pessoas com deficiência neste território, e, porventura, ajuda a saber como chegamos à atual configuração da Educação Especial.

A delimitação temporal está relacionada à leitura dos trabalhos produzidos que demonstraram uma expressiva lacuna no campo da historiografia da educação especial no Pará, bem como ao fato de que o século XIX inaugura um marco importantíssimo para a organização de ideias e pensamentos, movimento de amplitude nacional e internacional. É nesse século que foram criadas muitas instituições asilares “destinadas a acolher e educar crianças desvalidas e incapacitadas” (Gondra e Schueler, 2008, p. 115).

Estabelecido a definição regional e temporal para esta tese, a trajetória em busca da literatura base perdurou alguns meses, haja vista que o século dezenove é um período escasso de material científico. Ao mesmo tempo, é quando ocorre a “invenção” da experiência de educar pessoas com deficiência com a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” em 1854 e do “Instituto dos Surdos-Mudos” em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (Bueno, 1993; Mazzotta, 1996).

A busca por autores levou-me a Gondra e Schueler (2008), que aprofunda a discussão sobre a educação no século dezenove. Esse período foi marcado pela ausência de responsabilização do estado pela instrução pública, e, ao deixar de prestar seus serviços, outros “poderes” cumpriram esse papel e estiveram à frente da criação das primeiras formas de educar ou “formas educativas”⁹ de pessoas com deficiência, experiências que consideravam formas institucionalizadas ou não institucionalizadas (Gondra e Schueler, 2008). Interessa-nos conhecer essas formas educativas constituídas no Pará e como criaram situações próprias para seu exercício, produzindo métodos, estabelecendo regras e tempos próprios e indicando a noção de “educação” destinada às pessoas, naquele século.

8 No Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, Belém passou de Intendência para Prefeitura Municipal.

9 O conceito de Forças Educativas será explicado ao longo desta tese.

O primeiro passo foi a busca de textos históricos sobre a educação especial paraense. A escassa literatura pode estar relacionada à ausência de documentos que viabilizem sua execução, já que boa parcela da dificuldade em acessar os conhecimentos relativos às pessoas com deficiência em épocas anteriores ao século XIX está atrelada ao fato de a utilização de evidências derivadas de fonte primária, “o padrão ouro na pesquisa histórica, se mostrar extremamente limitada na literatura” (Braddock; Parish, 2001 *apud* Piccolo, 2022). O intuito em trazer esta informação não foi ignorar todas as pesquisas já produzidas, mas, enfatizar a importância de se buscar respostas a respeito das formas educativas que influenciaram diretamente as primeiras ações acerca da escolarização desses sujeitos no Estado do Pará.

Ao pesquisar os trabalhos realizados nesta modalidade de ensino, identifiquei a escassez nas investigações sobre a história da Educação Especial no Pará, e principalmente no período estabelecido. Frente a este contexto, delimito como objeto de pesquisa a ser investigado em minha tese de doutorado: *As formas educativas destinadas às pessoas com deficiência no Pará do século XIX*.

Ao escolher trabalhar com o século XIX, estou ciente de que a noção de educação não se restringe à escola (Gondra e Schueler, 2008). O autor afirma que é necessário observar a heterogeneidade das formas educativas que passavam a considerar formas que ocorriam na escola ou fora dela. Proponho, então, trabalhar com essa periodização, sensível a perceber que:

A educação não esgota seu significado na escola. A educação, como prática social e histórica, é plural e adquire formas e sentidos diversos, conforme os espaços, os tempos, os sujeitos e os grupos que a experimentam e vivenciam. Assim, **as experiências educativas no século XIX conheceram formas institucionalizadas e não institucionalizadas** (Gondra e Schueler, 2008, p. 11, grifo nosso).

A educação tem vários significados nesta tese, porque ela não será entendida como a prática única que se conhece, mas assumindo formas, sujeitos e sentidos diversos. A discussão sobre a educação da pessoa com deficiência no Pará e sua importância para a história local contribuem socialmente para a constituição do campo da educação especial, pois é algo que se mistura aos objetivos da história de “resgatar os aspectos culturais de um determinado povo ou região para o entendimento do processo de desenvolvimento” (Vicentino, 1997 *apud* Foizer, 2010, p. 10).

O resultado final desta pesquisa ajudará na análise de que os vestígios deixados foram estabelecidos em um espaço-tempo, visto que, em cada momento histórico, a educação especial atendeu a objetivos e interesses que correspondiam a visões de homem e de mundo naquele contexto. Perceber isso é refinar o olhar sobre as concepções que se tornaram hegemônicas e que, até o presente momento, influenciam na Educação Especial ofertada no Estado do Pará.

1.2 Apresentação do problema, objetivos e estrutura do texto

Posicionar-me para a realização de uma investigação que tenha como lócus de investigação o estado do Pará, na região Norte do Brasil, é uma escolha consciente que se relaciona com a tentativa de reforçar a capacidade de produção técnico-científica do estado, bem como pretende contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais “das regiões tradicionalmente menos desenvolvidas Nordeste, Norte e Centro-Oeste” (Barros, 2000).

A demarcação de uma pesquisa em uma região que apresenta o reflexo do atraso de seu processo histórico colonial e imperial, processo que “inicia no final do século XIX onde as disparidades regionais já eram notadas e “as diferenciações não eram somente física, política, econômica, mas sobretudo étnica e cultural” (Rodrigues, 2006). Discorrer sobre as forças educativas destinadas às pessoas com deficiência no Estado do Pará é reconhecer que existem diferenças regionais históricas, não apenas na região, mas sobretudo no estado, levando-nos a uma invisibilidade em todos os setores sociais, em especial na produção técnico-científica. Esta afirmação pode ser verificada no levantamento da produção científica brasileira apresentado anteriormente, que mostra um número reduzido de pesquisas realizadas sobre o estado do Pará, levando-nos à formação de uma região estanque e invisibilizada quanto à produção de literatura científica, mas subestimada em relação à possibilidade e qualificação de seus pesquisadores.

Subscribo as ideias de Mello (2015) quando afirma que a Amazônia Brasileira e, especialmente a paraense, convive com uma enorme contradição, pois se constitui, ao mesmo tempo, como “centro” das atenções do mundo e simultaneamente como periferia dos interesses do Brasil. O autor considera que “o modelo de ocupação e de exploração da Amazônia esteve assentado no que pode ser cunhado de “economia de saque”, e, no rastro do saque, perduram:

[...] exclusão social, pobreza, destruição ambiental, urbanização caótica, atraso tecnológico, economia de enclave, insuficiente infraestrutura logística, fragmentação entre os setores produtivos, **nível educacional sofrível, baixa capacidade científica instalada**, estruturas estatais ineficientes, desigualdade social. Em outras palavras: progresso sem desenvolvimento (Mello, 2015, p. 92, grifo nosso).

Urge o momento de naturalizar como centro do Brasil e todo território nacional, além dos trechos Sul e Sudeste. A escrita desta pesquisa e o fato deste estudo integrar uma produção do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE)¹⁰ é uma

10 O programa foi criado no ano de 2020. Trata-se de um Programa em Rede, que possui como objetivo proporcionar a produção integrada de conhecimentos acadêmicos-científicos sobre a Educação na Amazônia, além de oportunizar o acesso à formação em nível de doutorado em uma região ainda carente de produção intelectual.

tentativa de distanciar-nos do pensamento subalterno amazônida, além da construção e consolidação de uma educação mais coesa e representativa no norte do país.

Contar a história e memória alimentada pela perspectiva das narrativas regionalistas busca a constituição de uma identidade a ser defendida, o que para mim é “forjar um *paraensismo* a fim de preservar os interesses paraenses, utilizando, entre outras estratégias a história e a memória como prática regionalista no intuito de reforçar as identidades” (Barbosa, 2010, p. 20).

Sigo o caminho de preservar os interesses paraenses, ao contar a história sobre as formas educativas destinadas a pessoas com deficiência no Pará do século XIX. Esclareço que a ideia de educar sujeitos no passado é bem diferente da escolarização ocorrida na escola formal e ou intencional. A escola organizada da forma que conhecemos na atualidade estava em processo de invenção, o que leva a analisar os diferentes espaços considerados educativos no oitocentos¹¹, período que apresentou diversificadas formas de educação e de apropriação de modelos educacionais.

Neste sentido, o quadro que procuro traçar é o de compreender e buscar fontes que mostrem como essas formas de educação ocorreram na educação da pessoa com deficiência no Pará, durante o século XIX. Dito isso, retorno a ideia de que a primeira proposta da minha pesquisa possuía como questionamento: como se constituiu o debate em torno da educação da pessoa com deficiência no Pará do século XIX? Visando obter dados para tentar respondê-la, tornou-se necessário encontrar fontes viáveis e marcar o caráter educativo dos debates políticos e os pontos de confluência com os interesses da época. Até aí, a única certeza era de que o século XIX testemunhou mudanças significativas na percepção das finalidades do ensino, pois “a rápida expansão do conhecimento científico colocava em causa certos paradigmas e propunha novos conceitos, hipóteses e teorias” (Lorenz; Vechia, 2011, p. 118), tanto que o século XIX tornou-se conhecido como “Idade da Certeza”.

A partir dessas características do período estudado, acreditava-se que provavelmente as fontes levassem a documentos escritos como: certidões, registros em jornais, fotografias, legislações, mensagem do governo, cartas pastorais dentre outros que comprovassem este debate. Entretanto, esse caminho se mostrou longo, perpassando por bibliotecas, arquivos públicos, secretarias estaduais e municipais, conselhos de educação, conselho de psicologia, arquidiocese de Belém dentre outros. Concordo com a afirmação de que “Aventurar-se pelos

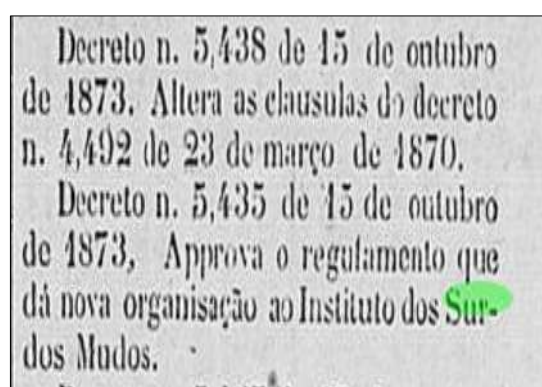
¹¹ Os anos oitocentos correspondem ao século XIX, que vai de 1801 a 1900.

arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados” (Pinsky, 2021, p. 49).

Encontrei todos os tipos de desafios: um certo descaso pelo patrimônio arquivístico, a dificuldade de reproduzir o material encontrado, já que em alguns arquivos é proibido a fotografia digital pelo pesquisador, e, mesmo que as bibliotecas normalmente possuíssem um setor para reprodução, quase sempre são pagos, além de demoram dias para entregar as reproduções atrasando às análises. Outro ponto que merece destaque é a confiabilidade das fontes, uma vez que “uma boa dose de desconfiança é o princípio básico a nos orientar na pesquisa” (Pinsky, 2021, p. 63).

Confesso que a ausência de desconfiança das fontes atrasou a definição da problemática, pois, ao pesquisar nos jornais paraenses, encontrei no jornal “A Regeneração”, o Decreto nº 5.435 de 15 de outubro de 1873, que aprovava o regulamento que daria nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos. Essa fonte mostrou-se provocativa, uma vez que a existência de um decreto de organização do Instituto de Surdos-Mudos, provavelmente indicava a existência de um debate preexistente em torno da educação de surdos no Estado do Pará. Esse dado se mostrou um documento fundamental para a fundamentação e contextualização acerca do problema de pesquisa. Apresento abaixo a Figura 2, que mostra o trecho do periódico com a informação encontrada.

Figura 2 – Trechos do periódico “A Regeneração”: o Decreto nº 5.435 de 15 de outubro de 1873



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Esta informação convergia com outra notícia encontrada no jornal “A Boa Nova” sobre o projeto de um Instituto dos Surdos-Mudos na capital do Pará, também do ano de 1873. Ao confrontar as informações, estava certa de que poderia finalmente provar que ocorreu um debate e possível implantação deste espaço em Belém. Entretanto, para encerrar esta digressão,

gostaria de mencionar que encontrei uma acepção causadora de desconforto, já que, após aprofundar a pesquisa e observar o quadro que construí com a descrição das normativas do Instituto Nacional de Surdos no Rio de Janeiro, descobri que o decreto se tratava de uma informação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, conforme mostra o decreto (de número 6) destacado no quadro abaixo.

Quadro 5 – Descrição das Normativas do Instituto Nacional de Surdos (INES)

Nº	Lei / Data	Descrição das Normativas do Instituto Nacional de Surdos (INES)
1	1º de janeiro de 1856.	Criação do Colégio Nacional dos Surdos-Mudos (criado como instituição privada, fundada pelo surdo francês E. Huet, tendo como finalidade oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos.
2	Lei nº 939, de 26 de setembro/ 1857.	O Governo Imperial passou a conceder subvenção para o colégio, bem como pensões aos alunos surdos pobres.
3	11 de dezembro/ 1861.	O Colégio passou à administração imperial, por meio de contrato de cessão de direitos, celebrado em 11 de dezembro com E. Huet.
4	Decreto nº 4.046, de 19 de dezembro /1867	Foi sancionado um regulamento provisório para o colégio, até sua incorporação à Secretaria do Império.
5	Decreto n. 4.154, de 13 de abril/ 1868.	Reorganizou a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o Instituto dos Surdos-Mudos já constava de sua estrutura.
6	Decreto nº 5. 435 de 15 de outubro de 1873.	Novo regulamento.
7	Decreto nº 346, de 19 de abril de 1890.	O Instituto passou a jurisdição da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.
8	Decreto n. 3.964, de 23 de março/1901.	Aprovado novo regulamento para a instituição, que teve a denominação alterada para Instituto Nacional de Surdos-Mudos.
9	Decreto nº 9.198, de 12 de dezembro de 1911.	Aprova o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.
10	Decreto nº 6.074, de 7 de dezembro de 1943.	Dispõe sobre a finalidade do Instituto Nacional de Surdos-Mudos e dá outras providências.
11	Decreto nº 26974 de 28 de julho de 1949.	Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos-Mudos do Ministério da Educação e Saúde.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao perceber que algumas notícias da capital¹² do Brasil eram publicadas nos jornais paraenses, causou desânimo e, a partir daquele momento, a atenção ficou redobrada. Com essas informações, constatei que as fontes primárias, até então pesquisadas, não dariam conta de responder a problemática inicial. Refiz a indagação motivadora da pesquisa e questionei como se constituiu as primeiras iniciativas de atendimento de alunos com deficiência no Pará do século XIX. Assim, optei por manter a tecedura, refazer o caminho teórico à procura de “pistas” que ajudassem a entender as lacunas que cercavam o problema. Retorno ao primeiro ponto já realizado: o levantamento da produção em teses e dissertações, o qual teve como foco a

¹² O Rio de Janeiro foi capital do Brasil desde 1763 até 1960.

Educação Especial no Pará. Desse levantamento, os três autores: Souza (1997), Ferreira (2018) e Farias (2019) deveriam ser melhor analisados.

Farias (2019) é a autora que mais se aproxima da tentativa de revelar sobre os primórdios da Educação Especial no Pará, ao trazer, no primeiro capítulo de sua tese, “Como sombras no Grão Pará e na Primeira República”, a discussão acerca das concepções e modelos forjados às pessoas com deficiência antes de 1953.

Dado isso, no primeiro tópico destacamos *O legado de José Raymundo*, “o louco furioso”, que encaminhado para o Hospital da Caridade, foi transferido para o Hospício do Tucunduba, destinado aos acometidos pela lepra, inaugurando a partir daí a prática de recolher neste recinto os loucos. O que compreendemos, e inferimos, que possa ser uma das “fagulhas” para o início do pensamento sobre a institucionalização de serviços aos diferentes e incômodos da época. O Asilo dos Alienados surge nesse contexto, assim como outras instituições de propriedade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que por muito tempo desempenhou o papel que era da assistência pública, cuidando dos doentes, condenados e desvalidos. Em virtude desse papel desempenhado pela Santa Casa e de suas propriedades, em subtópicos destacamos um pouco de sua história, particularmente do Hospital da Caridade, do Hospício do Tucunduba e do Asilo dos Alienados (Farias, 2019, p. 37, grifo nosso).

Nesse primeiro capítulo, a autora dá pistas de espaços asilares/hospícios que inauguraram a prática de acolher pessoas “loucas” e cita a experiência de José Raymundo, “o louco furioso”, inferindo que essas experiências foram “fagulhas” para o início do pensamento sobre a institucionalização de serviços. No entanto, esse foi o único parágrafo encontrado que trazia pistas sobre formas educativas que receberam pessoas com deficiência no século XIX. Fazia-se necessário uma maior compreensão sobre a sociedade desse período, para verificar se havia outros espaços responsáveis por receber esses sujeitos ou se o caso de Raymundo era um caso isolado na história, com fontes que comprovassem tais afirmações, o que não foi aprofundado na pesquisa.

Logo, recorri aos livros, artigos, trabalho de conclusão de curso, teses e dissertações (pesquisas que não necessariamente fossem históricas) escritas por autores paraenses que se dedicam à educação especial, às práticas sociais e aos conceitos referidos à pessoa com deficiência, com o intuito de encontrar material referente ao atendimento de alunos com deficiência antes do processo de institucionalização. Encontrei 2 (dois) livros, 2 (duas) dissertações e 2 (duas) teses, publicações que se propunham a discorrer trechos, capítulos ou seções sobre a História da Educação Especial no Pará, em que se destacam os trabalhos dos autores: Bentes e Ayashi (2012); Bentes (2010); Cruz (1998); Torres (2000); Vieira (2010); Casado (2012).

O livro *Normalidade e Disnormalidade* (Bentes; Hayashi, 2012), fruto da tese de Bentes (2010) intitulada “Formas de trabalho docente em duas escolas especiais de surdos:

estudos históricos e representações sociais”, apresenta em um primeiro momento a história das formas de trabalho docente no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro; e, no segundo momento, possui um capítulo sobre a criação da Unidade de Educação Especial Professor Astério de Campos (UEESPAC), localizado na capital do Pará. Neste capítulo, os autores abordam a fundação da Escola Astério de Campos em Belém, que é voltada para a escolarização de alunos surdos, apresentando em dois parágrafos como se deu, inicialmente, a preocupação com as pessoas com deficiência no Pará:

Ao que tudo indica a preocupação com os deficientes iniciou no período do Império no Brasil que impulsionou o comércio e a construção dos centros urbanos, o que exigiria um espaço reservado, longe do centro comercial, para os indesejáveis, dentre outros, os deficientes, alienados e mendigos. Por ora, é suficiente dizer que em Belém, desde o ano de 1886, já existia a proposta de construção de um hospício de alienados, a exemplo do Hospício Pedro II, conhecido como “Palácio dos Loucos” inaugurado em 1852, no Rio de Janeiro. **O Hospício dos Alienados do Pará foi criado em 1892, em Belém.** Conhecido como Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, a partir de 1937, sobreviveu por noventa e dois anos (Bentes; Hayashi, 2012, p. 88, grifo nosso).

A partir desses parágrafos, os autores realizam um salto temporal chegando ao discurso relativo à fundação da Escola Astério de Campos em 1957. Os autores não deixam claro quais as fontes foram consultadas para chegar a essas informações contidas na citação. Então, concluí que eles apresentam um panorama da história da pessoa com deficiência auditiva no Pará; entretanto, o contexto da pesquisa se dá a partir da criação da primeira escola para surdos na capital paraense de 1957 até os dias atuais. Nesse sentido, esse trabalho ainda não me dava informações sobre as pessoas com surdez antes do período delimitado.

Outro autor paraense que escreveu um livro sobre a história das instituições especializadas foi Cruz (1988). Na obra *Fundação Pestalozzi do Pará: A Educação Especial no processo de Integração Social*, o jovem escritor sourense, natural do Marajó-Pará, apresenta ao leitor “duas laudas” em que discute os antecedentes históricos da instituição. Narra que, em 1953, a professora Blandina Alves Torres viaja ao Rio de Janeiro como bolsista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), através da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Pará, com o objetivo de se especializar em “Educação de Excepcionais Retardados Mentais”.

Ao mesmo tempo, com a iniciativa da família paraense da Sra. Palmira Pureza dos Santos, mãe de duas crianças com deficiência intelectual, que já realiza viagens à cidade de São Paulo em busca de atendimento de Ortofreniatria (uma espécie de correção da mente) para os filhos. A orientação dada a família era de pudesse buscar ajuda especializada no seu próprio estado, para ter um melhor direcionamento da educação de seus filhos. Em Belém, Dona Palmira procura a Sociedade Paraense de Educação Casa do professor, que funcionava como

uma Organização Beneficente e Sociocultural. Ao entrar em contato com a presidente dessa entidade, Dra. Hilda Vieira, dá início a ideia de desenvolver um trabalho educativo junto à professora Blandina que retornara do curso de especialização em janeiro de 1954.

Segundo Cruz (1988), no ano seguinte, em 15 de outubro de 1955, é criado o Curso Pestalozzi do Pará, mantido pela Sociedade Paraense de Educação. A criação desse curso foi oficialmente registrada em Ata, em 17 de agosto de 1959, estabelecendo-se como a primeira entidade Especializada em Educação do Excepcional do Estado do Pará. Esse livro, apesar de não trazer respostas ao meu problema, deu-me alguns indícios de pesquisa: 1) a indicação de que a professora Blandina já trabalhava com “retardados mentais” em hospícios, antes da fundação do Pestalozzi; 2) a ideia de buscar por viagens e atendimentos dos filhos da Sr. Palmira Pureza dos Santos, com intuito de encontrar suportes financeiros do governo destinados aos alunos com deficiência, já que existia um movimento de formar professores em outros estados, e isso poderia também provocar a iniciativa do governo para arcar as despesas de alunos que precisassem de atendimento educacional fora da capital. Esse movimento me despertou muitas provocações.

Segui em direção de encontrar maiores informações sobre a professora Blandina Torres como pioneira na educação da pessoa com deficiência intelectual. Fui em busca de suas produções e tive acesso à sua dissertação de mestrado defendida no ano de 2000, na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Aqui, eu acrescento um parêntese. Nesse período, não havia Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Estado do Pará (Mestrado); por sua vez, o programa de pós-graduação em Educação, da UEPA, só foi recomendado pela CAPES em 16 de março de 2005¹³. No entanto, a professora Blandina realizou seu mestrado em Educação no Instituto Latino-Americano Y Caribeño (IPLAC) de Cuba, em convênio com a UEPA.

A autora infelizmente não aborda informações sobre a história da educação especial, pois sua pesquisa foi sobre a “A Práxis Pedagógica do Educador frente ao Novo paradigma da Educação Especial” (Torres, 2000). Realizei, então, a leitura de toda dissertação e, mesmo que a autora faça um apanhado sobre a história da educação especial, ela se limita a tratar da evolução histórica da Educação Especial no Brasil. Não encontrei, portanto, nada referente à

¹³ O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (Mestrado) foi aprovado pelas Resoluções CONCEN-UEPA n° 383, de 04 de agosto de 2003 e CONSUN-UEPA n° 892/2003, de 24 de setembro de 2003, recomendado pela CAPES em 16 de março de 2005 e credenciado pelo Conselho Nacional de Educação em julho de 2005.

sua vivência no atendimento de alunos com deficiência antes de iniciar suas atividades no Pestalozzi em Belém, fato que me intriga muito.

Tentei contato com a professora Blandina, por meio de professores que trabalharam no Pestalozzi, já que hoje ela está aposentada; efetuei ligações e mensagens de texto, mas ela nunca retornou. Obtive a informação de que a professora, devido a problemas de saúde agravado com a pandemia de Covid-19¹⁴, apresenta sequelas como a dificuldades de fala, o que dificultou a comunicação.

Uma tese que faz alusão à história da Educação Especial no Pará é a de Casado (2012), que teve como título “Interações e relações de amizade: um estudo longitudinal no contexto de uma escola inclusiva”. Apresentada ao programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, a autora faz uma breve incursão sobre a educação especial no Pará. Em sua fundamentação teórica, que traz o título “O processo de Inclusão: a construção de uma escola para todos” e como subtítulo “A educação inclusiva no Pará”, escreve um parágrafo sobre as primeiras iniciativas da Educação Especial e cita Carvalho e Moraes (2002), para seu embasamento.

A Educação Especial no Pará teve sua origem atrelada à construção de instituições de ensino especializado pertencentes às redes pública e privada numa perspectiva que impedia a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular. Posteriormente, tais perspectivas foram modificadas em decorrência das mudanças ocorridas no cenário nacional e mundial passando-se a enfatizar a integração e hoje a inclusão (Carvalho; Moraes, 2002, p. 30).

As informações desta citação são imprecisas dificultando a busca por detalhes. No próximo parágrafo desta tese, o autor já adentra o século XX, com o seguinte enunciado: “A década de 1950 representa um marco fundamental desta história” (Casado, 2012, p. 35), quando se dá a institucionalização da educação especial. A pesquisa citada de Carvalho e Moraes (2002) é um trabalho de conclusão de curso, escrito no curso de Pedagogia da Universidade da Amazônia (UNAMA), mas não tive acesso a esta pesquisa.

Consultei também Vieira (2010), que escreveu a dissertação de mestrado sobre “Formação Continuada do professor: um estudo das contribuições do programa conhecer para acolher para a prática inclusiva”, pela Universidade Federal do Pará, com subtítulo “A Educação Especial no Pará”. Ela apresenta um pouco sobre a história da educação especial no Brasil do século XIX e depois remete à segunda metade do século XX no Pará. Vieira (2010, p. 49) cita:

¹⁴ Pandemia de Covid 19, também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma doença causada pelo coronavírus da Síndrome Respiratória aguda grave 2 (SARS-COV-2), identificado pela primeira vez a partir de um surdo em Wuhan, em dezembro de 2019.

Os serviços de educação especial no Pará têm início no mesmo período da criação das primeiras escolas especializadas no Rio de Janeiro.

As primeiras ações governamentais foram direcionadas a pessoa com deficiência visual, quando foi enviado ao Instituto Benjamin Constant-RJ, um grupo de bolsistas **para especializarem-se na educação de cegos e com a criação da Escola de Cegos no Pará, por meio do Decreto-Lei nº 1300 de 07 de dezembro de 1953, que iniciou suas atividades no ano de 1955, no salão nobre da Escola Profissional**, posteriormente chamada Instituto Lauro Sodré. Em outubro de 1956, a Escola de Cegos passa a chamar-se Escola José Álvares de Azevedo, em homenagem ao primeiro cego brasileiro alfabetizado na França por meio do Sistema Braille (Rocha, 1983; Barros, 1986 *apud* Vieira, 2010, p. 49, grifo nosso).

Autores como Rocha (1983) e Barros (1986) são citados por Vieira (2010) ao afirmar que “Os serviços de educação especial no Pará têm início no mesmo período da criação das primeiras escolas especializadas no Rio de Janeiro”; entretanto, as documentações que comprovam tal afirmação não são divulgadas na pesquisa, ou seja, todo o material (já publicado) não deu conta de responder, por meio de fontes seguras, se realmente os serviços de educação especial no Pará iniciaram em concomitância aos primeiros institutos do Rio de Janeiro. Para isso, fez-se necessário a busca de fontes primárias, já que o material publicado era impreciso.

O caminho teórico confirmou a ausência da literatura científica acerca da constituição da Educação Especial no Pará do século XIX, com os seguintes destaques: 1) não havia até então literatura produzida em teses, dissertações e livros sobre o assunto no período estabelecido; 2) a parte empírica, inicialmente, também não dava conta de responder se existiu algum debate em torno da educação das pessoas com deficiência, mas, no levantamento inicial de fontes, era possível provar, com fontes confiáveis, que houve iniciativas de instrução de pessoas com deficiência no Pará ainda durante o século XIX.

Com estas constatações, a ideia de um problema com ênfase “na constituição da Educação Especial no Pará do século XIX” ficou para trás, pois permaneceu uma dúvida, o que para mim era crucial: “que formas educativas eram destinadas para as pessoas com deficiência no Pará do século XIX?”. Para descobrir que atendimento era ofertado, precisava saber se essas pessoas constavam nas estatísticas oficiais da época e se já havia alguma pesquisa ou levantamento referente ao Pará, visto que a instrução nos institutos especiais, em nível nacional já existia desde a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente, Instituto Benjamin Constant), por intermédio do Decreto Imperial nº. 1.428, de 12 de setembro de 1854, no Rio de Janeiro. E em 1856, ocorre a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, também no Rio de Janeiro; inclusive esses espaços “ofereciam instrução primária, educação moral e religiosa, ensino de música, ensino de alguns ramos da instrução secundária e ofícios fabris” (Gondra e Schueler, 2008, p. 100).

Em busca das fontes que indicassem sobre o quantitativo de pessoas com deficiência no século XIX, encontrei o “Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos” (1888), que fazia parte do Relatório de Tobias Rabello Leite, o qual foi diretor do Instituto dos Surdos-Mudos entre os anos de 1868 e 1896. Os dados do Almanak foram apresentados por Tobias Leite no século XIX. O diretor empenhou-se em realizar o levantamento de surdos-mudos do Brasil, objetivando expandir o atendimento do público para demais localidades. A imagem abaixo apresenta o recenseamento dos surdos-mudos no Brasil no ano de 1888.

Figura 3 – Tabela do recenseamento dos surdos-mudos no Brasil no Século XIX

Surdos mudos existentes no Brazil						
CONFORME O ULTIMO RECENSEAMENTO						
Côrte e Províncias	LIVRES			ESCRAVOS		
	HOMEES	MULHERES	SOMA	HOMEES	MULHERES	SOMA
Amazonas	16	7	23	3	3	5
Pará	158	73	231	16	7	23
Maranhão	103	87	190	5	1	6
Piauí	53	38	90	6	8	14
Ceará	378	214	592	8	4	12
Rio Grande do Norte	188	44	232	5	8	13
Parahyba	173	62	235	30	26	56
Pernambuco	222	143	365	3	1	4
Alagoas	63	85	148	3	1	4
Sergipe	31	10	41	2	1	3
Bahia	516	420	936	130	159	289
Espírito Santo	23	0	23	4	1	5
Município da Côrte	123	70	193	8	8	16
Rio de Janeiro	181	104	285	39	33	72
S. Paulo	676	361	1.037	30	18	48
Paraná	117	59	176	4	3	7
Santa Catharina	333	78	411	7	5	12
Rio Grande do Sul	283	131	414	17	8	25
Minas Geraes	3.266	1.620	4.886	358	282	640
Goyaz	420	258	678	32	14	46
Mato Grosso	93	56	149	4	8	12
	7.392	3.847	11.239	720	594	1.314

De 1875 até 10 de Outubro do corrente foi este o movimento de visitantes ao Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro: 1875—151, 1876—29, 1877—412, 1878—276, 1879—267, 1880—230, 1881—140, 1882—35, 1883—87, 1884—46, 1885—69, 1886—35, e 1887 até 10 de Outubro—56.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Tobias Leite demonstrou incertezas sobre o quantitativo existente de surdos no Brasil, acreditando que eram poucos surdos: “infelizes privados da palavra” (Leite, 1871). No entanto, a soma de todas as cortes e províncias brasileiras contabilizou cerca de 11.239 mil surdos (homens livres) e 1.311 mil surdos (escravos), o que representava um quantitativo significativo. Quando se trata do Pará, o “Almanak” apresenta um quantitativo de surdos-mudos de 158 homens; 73 mulheres, totalizando 231 pessoas surdas; dentre os escravizados, eram 16 homens e 7 mulheres, totalizando 23 escravizados com surdez. Nesse documento é possível ter uma ampla dimensão do alto número de pessoas com surdez que viviam no Pará e no Brasil.

Segundo Silva (1988), Tobias Leite localizou a população que estava dispersa no território nacional com auxílio dos dados coletados no censo e desfez a ideia de que não havia surdos no país. Assim, ele passou a defender a criação de escolas de surdos em todas as cortes e províncias do Brasil distribuídas da seguinte maneira:

- a. Três na província de Minas Gerais (Diamantina, Barbacena e Uberaba);
- b. Dois na província da Bahia (Feira de Santana e Caravelas);
- c. Dois na província de São Paulo (Capital e Tietê);
- d. Um na província da Goiás;
- e. Um na província do Ceará, que atendesse aos surdos das províncias do Piauí, Maranhão e Pará; e
- f. Um na província de Pernambuco, que atendesse aos surdos das províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

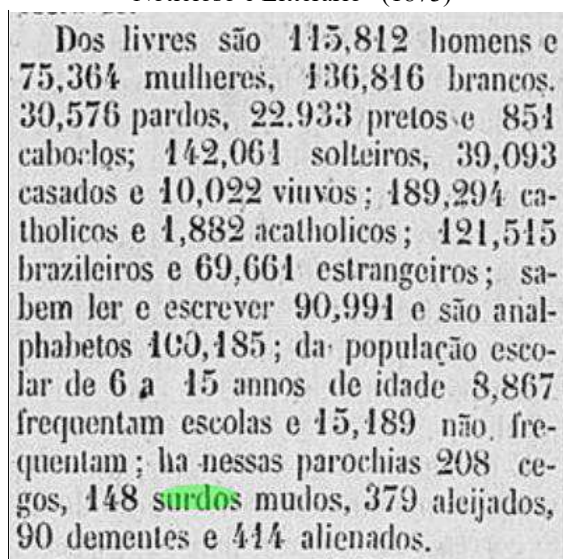
A discussão sobre a expansão da Educação de surdos se deu para além dos muros do Instituto de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, pois, em 1883, aconteceu o I Congresso de Instrução Pública, evento educacional organizado pelo Governo Imperial para direcionar os rumos da Educação brasileira. No evento, Dr. Tobias Leite apresentou a proposta da criação de novos institutos de surdos, baseada nos dados do censo e atribuiu ao Instituto do Rio de Janeiro a responsabilidade com a formação de professores para atuar nos futuros espaços (Jannuzzi, 2012).

Na proposta de Tobias, o Instituto do Rio de Janeiro ficaria responsável por preparar os professores em um curso normal destinado à habilitação de profissionais para os Institutos a serem criados. A ideia de que as ações do Instituto deveriam ser de âmbito nacional vai se concretizar somente quase um século depois no projeto nacional desenvolvido na década de 1950 (Rocha, 2009).

Retomo a ideia de que já havia uma discussão nacional sobre a necessidade de instruir pessoas com deficiência, inclusive com a necessidade de expansão desses espaços para todas as províncias. No Pará, nota-se que o recenseamento se apresenta de forma mais detalhada, com a quantidade de deficiências variadas, provavelmente para obter o número estimado desse público. Encontrei o trecho do jornal “A Regeneração: Periódico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario”, ano 1873, edição 00039, que apresenta o quantitativo de 148 surdos-mudos na capital paraense, além de 208 cegos, 379 aleijados e 90 dementes.

Dos livres são 115,812 homens e 75,364 mulheres, 136,816 brancos. 30,576 pardos, 22.933 pretos e 851 caboclos; 142,061 solteiros, 39,093 casados e 10,022 viuvos; 189,294 catholicos e 1.882 acatholicos; 121,515 brasileiros e 69.661 estrangeiros; sabem ler e escrever 90.991 e são analphabetos 100.185; da população escolar de 6 a 15 annos de idade 8,867 frequentam escolas e 15.189 não frequentam escolas e 15.189 não frequentam; ha nessas parochias 208 cegos, 148 surdos-mudos, 379 aleijados, 90 dementes e 414 alienados (Jornal “A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario”, ano 1873, edição 00039).

Figura 4 – Tabela do recenseamento dos surdos-mudos no Brasil no Século XIX Figura 4 – Jornal “A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario” (1873)



Dos livres são 115,812 homens e 75,364 mulheres, 136,816 brancos. 30,576 pardos, 22.933 pretos e 851 caboclos; 142,061 solteiros, 39,093 casados e 10,022 viuvos; 189,294 catholicos e 1,882 acatholicos; 121,515 brasileiros e 69,661 estrangeiros; sabem ler e escrever 90,991 e são analphabetos 100,185; da população escolar de 6 a 15 annos de idade 8,867 frequentam escolas e 15,189 não frequentam; ha nessas parochias 208 cegos, 148 surdos mudos, 379 aleijados, 90 dementes e 414 alienados.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Esse quantitativo de surdos-mudos (148 ao todo) divulgado no jornal paraense é um pouco menor do que o total de surdos encontrado no relatório de Tobias Leite; no entanto, o fato das pessoas cegas e surdas fazerem parte do recenseamento no Pará já demonstrava uma preocupação com sujeitos que estavam cada vez mais se afirmando e sendo visibilizados.

Belém era uma das intendências mais ricas do Brasil no Século XIX (Sales, 2007). A cidade vivia uma das fases mais abundantes de sua economia entre os anos 1848 a 1912, período que coincide com o advento da extração da borracha e o alvorecer da República. Nesse momento, efervesciam as discussões sobre a necessidade de se adequar os objetivos educacionais aos ideais do estado (Coelho, 2011). Além da discussão estar presente em congressos brasileiros, era inevitável ter ocorrido a discussão sobre a educação para pessoas surdas ou cegas na capital do Pará, mas, ainda assim, precisava encontrar as fontes para a pesquisa.

Para além dos surdos-mudos e cegos, a instrução de um outro público ganhava força (da categoria de sujeitos com impedimentos intelectuais/mentais) com a difusão dos internatos

e asilos, que começavam a ser amplamente difundidos no século XIX. A criação desses espaços foi uma estratégia para a difusão de saberes elementares e aprendizagem de ofícios manuais, ligados a postos de trabalho nas manufaturas, indústrias, comércio e oficinas. Esse movimento parece ter sido uma fórmula amplamente difundida nesse período histórico, com dois objetivos comuns: evitar os perigos representados pela população posta à margem e, ao mesmo tempo, abastecer-se os postos de trabalho com uma “gente” minimamente capacitada e disciplinada, cabendo ao mundo do trabalho (Gondra; Schueler, 2008).

A “utilidade” das pessoas com deficiência foi cada vez mais notada ao longo do século XIX, na medida em que o Pará, e mais especificamente sua capital Belém, era considerada uma Paris N’América. Embora a cidade estivesse longe de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, ela era bastante desenvolvida no século XIX e continuava em grande expansão e modernização, o que faz deste estado um lócus de pesquisa rico a ser investigado, uma vez que está inserido em um contexto de constantes reconfigurações educacionais. Amadurecer os discursos das representações regionais em teses e dissertações contribui também para reduzir as discrepâncias regionais e tornar a Educação Especial um solo fértil de debates.

Neste contexto, ilustrei o caminho teórico e empírico percorrido, e a pergunta problema desta tese consolida-se em investigar: As pessoas com deficiência frequentaram que formas educativas no Pará do século XIX? Tal problema se desdobra nas seguintes questões de investigação:

- Quais os debates internacionais sobre as formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no século XIX?
- Quais os debates nacionais e locais prevaleciam no processo de criação e implementação das formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no século XIX?
- Que forças educativas foram responsáveis pela criação e implementação das formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no Pará do século XIX?
- Quais as formas educativas foram criadas para atender as pessoas com deficiência no Pará no século XIX?

No intuito de responder as questões de investigação, delimito como objetivo geral desta investigação “Analisar as formas educativas destinadas às pessoas com deficiência durante o século XIX no Pará”. Para tanto, desdobro este objetivo em três objetivos específicos, que são:

- Interpretar qual a influência dos debates internacionais acerca das formas educativas destinadas às pessoas com deficiência no século XIX.
- Identificar os debates nacionais e locais que prevaleciam no processo de criação e implementação das formas educativas desenvolvidas na Educação de pessoas com deficiência no Pará do século XIX.
- Problematicar as forças educativas que prevaleciam na criação e implementação das formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no Pará do século XIX.
- Identificar as formas educativas que foram criadas para atender pessoas com deficiência no Pará no século XIX.

Os procedimentos teórico-metodológicos norteadores para esta tese estão fundamentados no método dialético, que tem como propósito a busca de contestar a realidade posta e enfatizar suas contradições. Conforme Pires (1997, p. 28), “O método caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade”.

O tipo de pesquisa utilizado foi a Pesquisa Histórica, cuja especificidade consiste no tempo, no fenômeno educativo em suas diferentes facetas, dentro dos campos históricos relacionados à vida social. Nesse sentido, optou-se como concepção de história a História Social que, segundo Langaro e Silvério (2019, p. 14-15), “se caracteriza por colocar, nas análises históricas, as relações sociais em primeiro plano, ao invés das diferenças culturais”, ou seja, se preocupa não apenas com os elementos econômicos, mas também “por relações desiguais de poder” (2019, p. 15). O levantamento dos dados se deu através de pesquisa documental, em que catalogação e identificação foram realizadas a partir de quatro categorias documentais: a) normativas oficiais paraenses (documentação legislativa e normativa: decretos, resoluções e projetos de lei); b) documentos da administração estatal (correspondências, estatísticas censitárias, relatórios de gestores públicos e microdados do censo); c) trechos de periódicos (jornais, revistas especializadas, diários oficiais, imprensa periódica); e d) documentos sobre o debate internacional/nacional, em que se destaca a instrução das pessoas com deficiência e sua relação com o atendimento que ocorria no estado do Pará. O material encontrado concentrou-se nos acervos do Arquivo Público do Estado do Pará (Secretaria de Cultura – SECULT); Biblioteca Pública Arthur Vianna (Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves – CENTUR), Sede Fundação Cultural do Pará e no site da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) – órgão público federal vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. A análise dos dados foi

realizada a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), “compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento” (Campos, 2004, p. 611).

O texto da tese está estruturado em sete seções. A primeira seção corresponde à Introdução, que está dividida em dois momentos: o primeiro em que apresento o tema, o objeto de estudo e as questões de investigação; no segundo momento, é apresentado o problema, o objetivo e a estrutura do texto. A segunda seção intitulada “Percurso metodológico” descreve e fundamenta teoricamente as escolhas e o percurso metodológico. A terceira seção designada “Os debates internacionais sobre as formas educativas que atenderam às pessoas com deficiência no século XIX” e a quarta seção “Os debates nacionais e locais acerca do processo de criação e implementação das formas educativas destinadas às pessoas com deficiência no século XIX”. Na quinta seção, temos: “As forças educativas que estiveram à frente da criação e da implementação das formas educativas que atenderam a pessoa com deficiência no Pará do século XIX: o Estado, a Sociedade Civil e a Igreja”. A sexta seção debate “As formas Educativas destinadas às pessoas com deficiência no Pará do século XIX”. E, por fim, a sétima seção, onde apresento a conclusão desta tese, local que sinalizo as respostas para os objetivos propostos.

As fontes encontradas e o levantamento teórico das sete seções levaram a seguinte tese: Existiram formas educativas destinadas à atenção de pessoas com deficiência no Pará durante o século XIX, mesmo que não tivessem como objetivo central a escolarização desses sujeitos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente seção desta tese tem por objetivo apresentar o percurso metodológico e como se procedeu o delinear da pesquisa, descrevendo as decisões e escolhas tomadas, apontando as fundamentações teórico-metodológicas desde a revisão bibliográfica, perpassando pela coleta de dados, e concluindo com a análise dos dados coletados, o que garante a validade e confiabilidade dos resultados de minha pesquisa. Conforme Luna (2002), as decisões metodológicas aqui tomadas são fruto do problema de pesquisa formulado, a qual se explica em relação ao referencial teórico que deu origem a ele.

2.1 As escolhas metodológicas

Pretendo discorrer sobre a historiografia das formas de educação para as pessoas com deficiência, evitando contá-la a partir de um movimento evolutivo, opondo-me drasticamente às tendências acríticas, céticas, pragmáticas e factuais da realidade que discorro. Ao refletir e descartar outros métodos de abordagem, cheguei à escolha do método materialista histórico-dialético, que encontra em Karl Marx uma forma de interpretação da realidade, histórica e social, contestando a realidade posta e enfatizando as suas contradições, com vistas à transformação. Autores como Sbardelotto *et al.*, explicam o materialismo histórico-dialético a partir da perspectiva histórica e afirmam que

[...] a pesquisa em história da educação com base no método materialista histórico-dialético precisa buscar a autêntica práxis através do contato com os fenômenos, diferenciar a dialética entre essência e fenômeno e buscar o caráter totalizante do fato histórico (2009, p. 68).

Além de seguir meu raciocínio nos preceitos do materialismo histórico-dialético da compreensão da realidade, surgiu o seguinte desdobramento: a percepção de que o método de procedimento mais próximo do “caminho a seguir”, para analisar as formas educativas destinadas as pessoas com deficiência durante o século XIX no Pará, era o uso do método da pesquisa histórica.

E para dar sentido a uma pesquisa histórica, remontando acontecimentos do século dezenove, fatos antigos e processos históricos, recorri aos documentos que são fontes que deram indícios e possibilitaram o entendimento do contexto histórico analisado, conforme a afirmação abaixo:

[...] os documentos – enquanto constructos/artefatos materiais e imateriais – funcionam como fontes repletas de indícios e informações e possibilitam o entendimento historiográfico acerca das diversas dimensões e aspectos circunscritos a dadas sociedades pesquisadas/estudadas (por exemplo, especificidades econômicas,

intelectuais, sociais, políticas, religiosas, linguísticas e culturais): “o documento é a matéria-prima do historiador” (Amâncio *et al.*, 2010, p. 35).

A importância dada aos documentos coletados nesta pesquisa, como: relatórios públicos, periódicos paraenses e nacionais, legislações locais e nacionais se constituem em fontes repletas de informações e levaram-me a buscar a pesquisa documental como técnica que auxilia no entendimento dos percursos históricos do fenômeno que estou pesquisando. Para Witter (1990, p. 19) a pesquisa documental é

[...] a que é feita tendo por base qualquer um dos suportes de informação decorrentes de momentos anteriores à pesquisa, quer em andamento, quer relatadas, ou então de informações resultantes do fazer humano ligado a outras áreas, que não à ciência.

Autores como Fonseca (2002) e Oliveira (2007) possuem outro entendimento acerca da pesquisa documental, pois, para eles, caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam tratamento científico e recorre a fontes mais diversificadas, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas dentre outros.

Salienta-se que o conceito de documento se ampliou muito a partir do movimento historiográfico francês da Escola de Annales (1929), que privilegiou uma abordagem mais ampla sobre documento, em que “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’” (Cellard, 2008, p. 296). Para o autor, documento se constitui como textos escritos, iconografia, cinematográfico, um testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação.

Uma boa justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Cellard, 2008). Durante a busca por documentos, não limitei o acesso a fontes, estando acessível a todas as possibilidades apontadas pelos autores.

Busquei compreender o processo histórico a partir da tradição marxista, e com a premissa de que a “história não é predeterminada e que é a ação criativa dos homens e mulheres que fazem história” (Faria Filho; Bertucci, 2009, p. 12). Esta afirmação faz parte das reflexões de Thompson que possui uma forma particular de perceber a história, pois olha o mundo não a partir de um pensamento único constituído pela instância de poder de cada período, mas como a história de homens e mulheres reais, que por vezes são anônimos. Para ele, são estes seres que, com suas experiências, resistências e ações práticas, em muitos casos aparentemente

passivos, constroem um fluxo histórico que não é marcado por uma evolução, mas entremeado por avanços, retrocessos, conflitos e contradições, sendo que essa é a história vista de baixo (Siems-Marcondes, 2013).

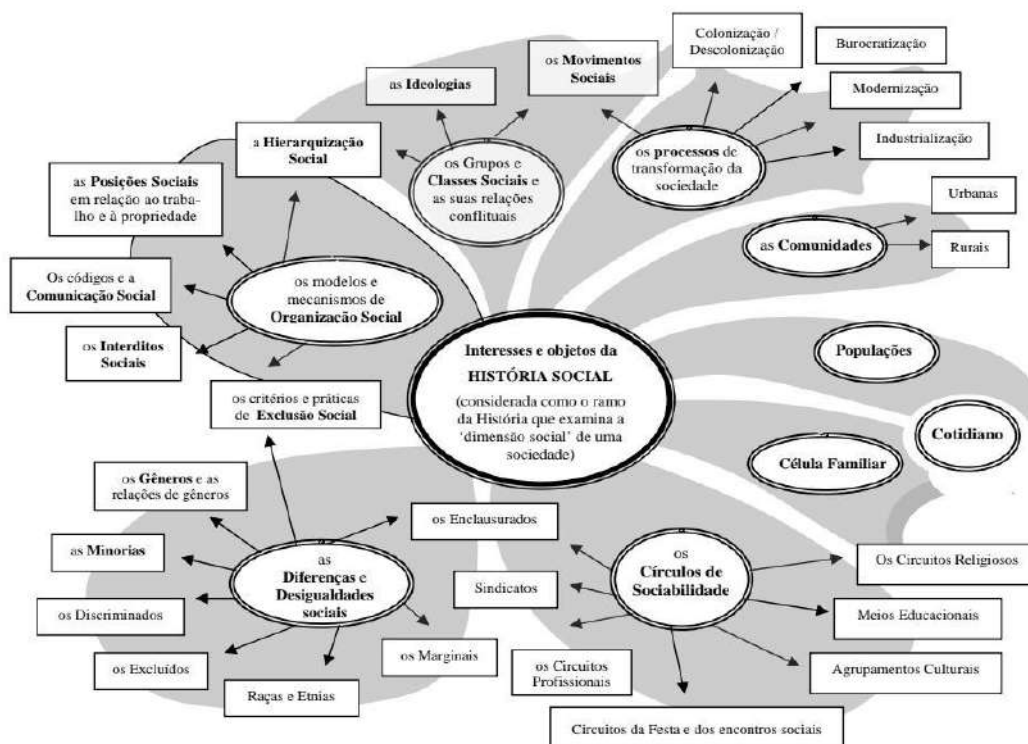
Interessa-nos a reflexão do autor sobre uma perspectiva de história de sujeitos reais e anônimos. Os invisíveis da história e que, no entanto, sempre estiveram lá, mas poucos são os registros da rápida passagem de sua existência, dos feitos sem glória, de uma gente sem fama, mal posta, maldita e sempre malfadada (Lobo, 1997). Refletir sobre a história vista desta forma foi indispensável para pensar sobre as primeiras formas educativas destinadas às pessoas com deficiência durante o século XIX.

Entendo que essa perspectiva não se concentra na ideia de desenterrar fontes sobre as pessoas com deficiência para compreender os processos sociais e históricos em que viviam, mas essencialmente para entender a sociedade sob a perspectiva dos sujeitos que foram dominados, prestando atenção à complexidade e às contradições na construção dos processos educacionais.

A necessidade de articulação entre teoria e método levou a opção dentro dos campos históricos relacionados à vida social. Assim, concentrou-se na concepção de história conceituada pela “História Social”, além de comungar com uma historiografia marxista, articulada com “a elaboração de uma história preocupada com a conjunção dos aspectos econômicos e dos aspectos sociais” (Barros, 2005, p. 11).

Devido à amplitude dos interesses de estudo da História Social, Barros (2005) apresenta um esquema complexo que foi construído rastreando os objetos mais específicos que têm sido trabalhados por alguns dos mais conhecidos historiadores que se autodefinem como inscritos na categoria História Social.

Figura 5 – Os diversos âmbitos da História Social



Fonte: Barros (2005, p. 13).

Na imagem, temos como um dos campos de interesse “as diferenças e desigualdades sociais”, que geram algumas ramificações; dentre elas, interessa-me em especial os critérios e as práticas de exclusão social; os discriminados; os excluídos; os enclausurados. Esses campos farão parte da discussão desta tese, já que examinar esta dimensão social é parte importante de se trabalhar a historiografia da educação especial pelo viés da história social. Ressalto que esse campo de conhecimento também estuda os “processos, e não apenas modos de organização ou estruturas, pois caso contrário a História Social poderia ser visto como uma História estática, e não dinâmica” (Barros, 2005, p. 13).

Na coleta de informações sobre História Social, evidencia-se as variadas possibilidades de definição e delimitação. Entretanto, Langaro e Silvério (2019) esclarecem que “a História Social atualmente se caracteriza por colocar, nas análises históricas, as relações sociais em primeiro plano, ao invés das diferenças culturais (como faz a História Cultural)”, ou seja, se preocupa não apenas com os elementos econômicos, mas também “por relações desiguais de poder” (Langaro; Silvério, 2019, p. 14-15), o que, por si só, já dispensam maiores esclarecimentos sobre o motivo de ter escolhido a História Social nesta tese.

No próximo subitem, apresento as etapas de realização da pesquisa.

2.2 Etapas de realização da pesquisa

Organizei a realização da pesquisa em três etapas: o “levantamento e revisão bibliográfica” (onde realizo um estado da arte com *insights* de artigos), buscando conhecer conceitos e definições, marcos teóricos, tradições de pesquisa; desenvolvimentos conceituais e trazendo previamente as categorias teóricas; a segunda etapa é a “pesquisa exploratória”, que tem como objetivo conhecer o fenômeno estudado, tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido (Losch *et al.*, 2023). Apesar de ser uma decisão desta autora em não definir a abordagem da pesquisa, a abordagem qualitativa permite uma melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social. O caminho exploratório foi mais bem direcionado a partir da investigação dos dados qualitativos, com uma interpretação detalhada e sistemática do fenômeno das formas educativas do século dezenove. E a última etapa foi a “análise e tratamento dos dados à luz da Análise de Conteúdo”, que é o conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens (Bardin, 1977), conforme detalhado nos próximos subitens.

2.2.1 Levantamento e Revisão bibliográfica

A revisão da literatura permitiu o maior aprofundamento e atualização no estudo do tema História da Educação Especial, que “consiste numa espécie de ‘varredura’ do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse tema, a fim de que o estudioso não ‘reinvente a roda’” (Macedo, 1994, p. 13). Para tanto, realizei o levantamento bibliográfico sobre essa temática nos artigos da biblioteca eletrônica de periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A Base SciELO foi eleita porque é uma provedora representativa dos mais relevantes periódicos, além de ser a maior provedora de periódicos indexados pelo Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (Directory of Open Access Journals – DOAJ) (Packer *et al.*, 2014). Os autores salientam que as agências nacionais de pesquisa no Brasil a adotaram como padrão de indexação nacional para classificar as pesquisas publicadas.

Nessa revisão de literatura, primeiramente, apresento as combinações de palavras-chave (que também são categorias teóricas) e o número de artigos encontrados. Em seguida, apresento a síntese dos resultados da pesquisa, especificando o ano de publicação dos artigos, as áreas temáticas em que se enquadram, as áreas de formação dos autores, as abordagens teóricas que vêm sendo utilizadas e os assuntos mais recorrentes nos estudos sobre o conteúdo

da história da educação especial. Considero que a temática da história da educação especial é um fenômeno crescente e esse levantamento permite um reconhecimento de como vem sendo tratada pelos estudiosos.

2.2.1.1 A pesquisa na Base SciELO

Realizei a pesquisa na “Biblioteca Eletrônica Científica online” de periódicos SciELO, que é uma biblioteca digital de livre acesso, cujo site é <<http://www.scielo.br>>. A pesquisa ocorreu entre 8 de dezembro de 2023 e 11 de fevereiro de 2024. Utilizei a escolha do índice “títulos” para qualificar a pesquisa, bem como as diversas palavras-chave (presentes no Quadro 6) e suas combinações com o intuito de alcançar o maior número de trabalhos publicados a respeito da história da educação especial. Na opção de seleção, selecionei o país “Brasil” e o tipo de literatura “artigos” porque eles sintetizam ensaios teóricos, pesquisas bibliográficas e de campo, abrangendo, portanto, diferentes aspectos da temática da história da Educação Especial. No Quadro 6, apresento os resultados encontrados na pesquisa realizada na biblioteca eletrônica de periódicos SciELO.

Quadro 6 – Levantamento realizado nos periódicos SciELO

Palavras-Chave	Número de Artigos
história da educação especial	140 resultados
história da educação especial no Pará	1 resultado
história da educação de surdos	24 resultados
história da educação de cegos	6 resultados
educação de surdos no século XIX	3 resultados
educação de cegos no século XIX	Nenhum resultado encontrado
TOTAL	174 resultados

Fonte: Elaborado pela autora (2024), conforme os dados da Biblioteca eletrônica SciELO.

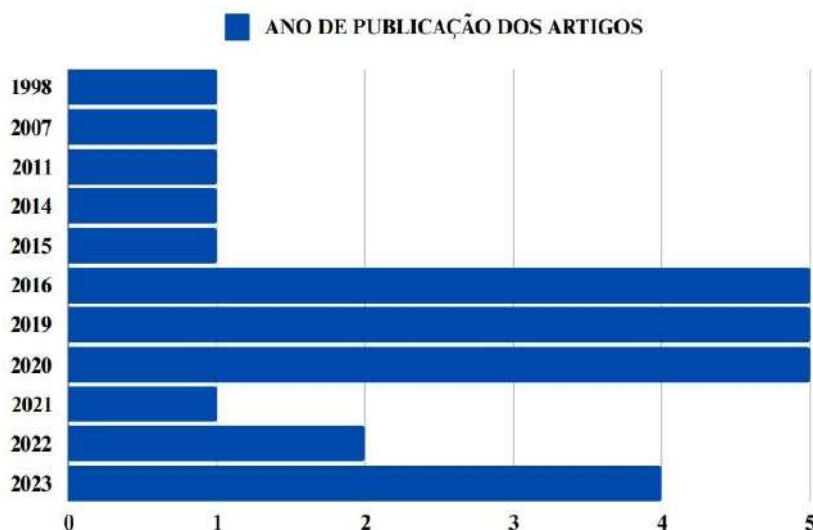
No período indicado, levantei um total de 174 trabalhos relacionados aos termos empregados, sendo que alguns títulos apareciam em mais de um termo. Por um lado, verifiquei que 100 artigos tratam de assuntos que não se enquadram na temática da história da educação especial. Por outro lado, dentre os 74 artigos restantes, 47 tratavam da temática, mas não utilizavam a perspectiva histórica; e os outros 27 artigos tratavam especificamente da temática pretendida.

Na leitura desses 27 artigos, atentei para os seguintes aspectos: ano de publicação, áreas de formação dos autores e assuntos mais recorrentes na análise da temática da história da educação especial. A seguir, apresento os resultados encontrados.

2.2.1.2 Ano de publicação

A respeito do ano de publicação dos artigos, identifiquei uma variação no período de publicação dos artigos. No Gráfico 1, destaco o ano de publicação e a frequência de artigos em cada ano. Vale ressaltar, que compõem a busca apenas publicações em língua portuguesa.

Gráfico 1 – Ano de publicação e quantitativo dos artigos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Gráfico 1 indica o ano de publicação e a frequência dos artigos por ano na SciELO. Verifica-se que a pesquisa mais antiga foi publicada em 1998; no entanto, a frequência de publicação sobre a temática só começa a alcançar destaque a partir do ano de 2016, quando a discussão passa a ganhar uma maior relevância. Essa constatação evidencia que a discussão sobre a temática não é recente, mas só vem ganhando a devida relevância recentemente, mesmo que seja considerado o fato de que alguns artigos sejam fruto de pesquisas de mestrado (em torno de 2 anos) e doutorado (em torno de 4 anos), mesmo assim temos uma janela de tempo de 18 anos, considerando o período do primeiro texto, em 1998, e o de 2016, quando a intensidade dos artigos começa a aumentar.

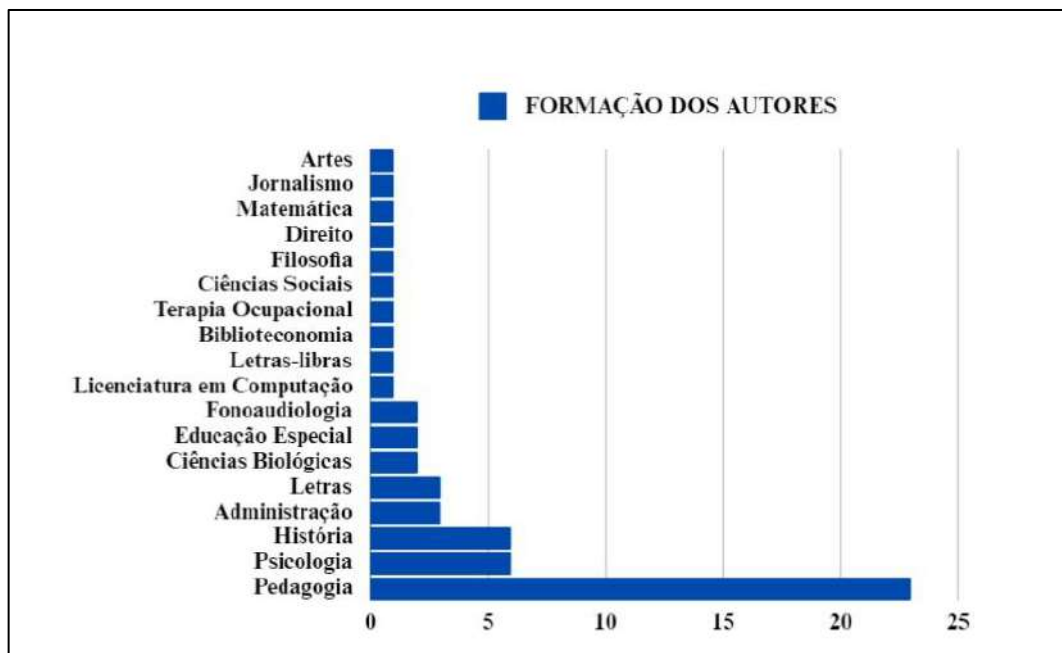
Podemos relacionar esses dados com os resultados obtidos por Bezerra (2020), que, ao analisar os trabalhos científicos do eixo temático História da Educação Especial, nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), nas edições 2016 e 2018, constata

fragilidades conceituais e teórico-metodológicas, possivelmente decorrentes da pouca familiaridade de seus autores com a historiografia e suas correntes epistemológicas. Tais dados vão ao encontro da minha dificuldade no processo de seleção dos artigos, já que alguns textos pareciam ser pesquisas históricas, mas, ao ler com maior aprofundamento, identifiquei que não continham características historiográficas.

2.2.1.3 Formação dos autores

Analisei a formação inicial (graduação) dos autores dos artigos, buscando saber quais as áreas de formação estão interessadas na investigação e na discussão da história da educação especial. O primeiro passo foi buscar o nome completo dos autores dos 27 artigos selecionados. Ressalta-se que os artigos possuem entre 1 (um) e 4 (quatro) autores, sendo contabilizados um total de 39 autores, cujos nomes foram buscados na plataforma Lattes (<<http://lattes.cnpq.br>>), onde pude identificar a graduação de cada um e verificar que os autores se vinculam a 18 áreas de formação, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Área de formação dos autores dos artigos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota-se que dos 27 artigos selecionados, contabilizei um total de 39 autores. Alguns desses autores possuem mais de uma graduação, bem como outros escreveram mais de um artigo; com isso, cheguei a um total de 57 graduações. No levantamento fica evidente que o curso de Pedagogia desponta como a principal área de formação: 23 autores são formados nessa

área, seguido do curso de Psicologia e História, ambos com 6 autores; Letras e Administração com 3; Educação Especial e Biologia com 2, e as outras graduações contabilizando apenas 1 (uma) pessoa formada em cada curso. Os dados obtidos vão ao encontro da pesquisa de Cardoso e Martínez (2022), concluindo que os pesquisadores que estudam sobre o tema predominantemente estão ligados à formação de professores e esses estudos têm sido desenvolvidos por autores da área da Educação, em nível de pós-graduação.

Um outro aspecto interessante trazido por Cardoso e Martínez (2022) é o fato de a disciplina de História da Educação estar perdendo espaço nos cursos de Pedagogia, quanto ao número de disciplinas ministradas e à carga horária, chamando atenção sobre a necessidade de uma ampliação e renovação do currículo de História da Educação nesses cursos e nas demais licenciaturas, para uma abordagem mais inclusiva. Concordo e acrescento com o que pontua Capellini e Mendes (2006), quando afirma que a história da Educação Especial precisa de um espaço na história da educação brasileira.

Essa redução e enfraquecimento da disciplina de história trazida como relevante pelas autoras pode justificar também o reconhecimento de que alguns trabalhos não se apropriam dos instrumentos, dos referenciais teórico-metodológicos e do rigor científico peculiares de uma pesquisa histórica (Cardoso e Martínez, 2022; Bezerra e Furtado, 2020).

Como forma de organizar as informações para o leitor em relação à análise dos 27 artigos, seguem as sete categorias teóricas que estão elencadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Principais eixos de análise-Categorias temáticas identificadas no levantamento dos artigos SciELO

Categoria	Número de artigos encontrados
História da Educação de Surdos e cegos	14
História das instituições e práticas Educacionais Especializadas	5
História dos Intelectuais da educação Especial, suas Ideias e Ações	4
História das políticas públicas de Educação Especial	1
História da Formação e do Trabalho Docente em educação Especial	1
História do Currículo da Educação Especial	1
História da Educação Especial Regional	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base nos artigos encontrados na SciELO.

Alguns artigos poderiam ser incluídos em mais de uma categoria, mas optei por inseri-los na temática predominante. As temáticas mais recorrentes nos artigos da SciELO são as

seguintes: “História da Educação de surdos” com 14 artigos; a temática “História das instituições e práticas Educacionais Especializadas” foi contemplada em 9 artigos; a “História dos Intelectuais da educação Especial, suas ideias e ações” aparece com 4 artigos. Todas as demais categorias, como: “História das políticas públicas de Educação Especial-Inclusão Escolarização”, “História da Formação e do Trabalho Docente em educação Especial”, “História do Currículo da Educação Especial” e “História da Educação Especial Regional” aparecem apenas com 1 (um) artigo para cada tema.

Chamo atenção para o estudo de uma categoria pouco expressiva: a constituição da História da Educação Especial nas regiões brasileiras, pois observou-se que a maior parte dos trabalhos teve como objeto o contexto de instituições especializadas com foco nos aspectos: relação entre os alunos, precariedade do orçamento desses espaços, problemas com professores e implantação de reformas de leis e estrutura institucional. Esse cenário leva a uma redução do processo de análise mais amplo, concentrando a história da educação especial aos espaços internos institucionais das fontes encontradas, em que se esquece de que “a identidade de um povo é fruto duma construção histórica. Negar a um povo o conhecimento de sua própria história é negar-lhe o conhecimento de si, fragilizando sua identidade” (Marques, 2014, p. 12).

Vislumbro que o ensino da História Regional da Educação Especial ganhe maior importância dentro dos meios acadêmicos nos próximos anos, haja vista que estudos com foco no estado da arte ajudam os pesquisadores a monitorarem as áreas temáticas de menor incidência. Assim, pode-se trazer visibilidade a esta história que apresenta lacunas a serem respondidas, de maneira que proporcione uma reflexão sobre o lugar em que estamos e onde pretende-se chegar em relação à construção, renovação ou reinvenção de nossa identidade nesta modalidade de ensino.

A seguir, apresento uma compilação de como a temática é discutida em cada artigo e, posteriormente, faço uma discussão geral dos dados apresentados.

2.2.1.4 Temática: História da Educação de Surdos e Cegos

Rodrigues e Machado (2021) objetivaram discutir a História da Educação dos sujeitos surdos a partir da leitura de quatro documentos que relatam o “Congresso Internacional Para o Melhoramento do Destino dos Surdos-Mudos” ocorrido em Milão, na Itália, de 6 a 11 de setembro de 1880, sendo mais conhecido como “Congresso de Milão”. A partir de uma leitura do *corpus* documental desse evento, os autores discorrem como se deu a construção de uma verdade a ser implementada, conduzida pelas bases religiosas e filosóficas da época, que

permitiram normatizar o melhor método para a educação de surdos. Paradoxalmente, ao se preconizar o ideal da oralização, o Congresso abriu horizontes para um rompimento da assistência destinada aos surdos e um incipiente movimento para a emancipação daqueles que passariam a ser compreendidos como sujeitos a serem educados.

Outro artigo dos mesmos autores Rodrigues e Machado (2020) retoma a análise sobre os congressos de educação de surdos ocorridos no final do século XIX, principalmente a seção dos surdos do Congresso de Paris, em 1900, compreendendo-os num conjunto mais amplo em que se situa também o Congresso de Milão (1880). Desta maneira, toma como “documento-monumento” a problematização sobre as verdades produzidas em torno dessa história e se debruça sobre as deliberações dos surdos, questionando essa educação no passado e no presente, em que os autores visam dialogar sobre as verdades desses documentos e rever posicionamentos. Concluem que as 20 resoluções da sessão dos surdos do Congresso Internacional de Paris (1900) evidenciam, de fato, a existência do Congresso de Milão como lugar de memória do apagamento e silenciamento de todo o movimento surdo que se levanta na discussão das decisões ali tomadas.

Bentes e Hayashi (2016) analisam as mudanças ocorridas na Educação Especial, mais especificamente no Instituto Nacional de Surdos (INES), instalado no estado do Rio de Janeiro desde a sua fundação, em 1857, até o início do século XXI. Os conceitos de normalidade, diversidade e alteridade são problematizados no texto e guiados pela busca de respostas que permitam compreender as atitudes dispensadas ao indivíduo considerado diferente e que interferem na educação dos surdos na atualidade. A perspectiva teórica deste texto está alinhada aos estudos socioculturais da deficiência que questionam as perspectivas discursivas de normalidade e de anormalidade dos corpos, fundamentados em grande parte do que se diz, do que se faz e do que se quer com a educação de pessoas com deficiência, particularmente de pessoas surdas. Os resultados indicam que discursos sobre a diversidade ainda predominam, mas afirmações e ações que levam à alteridade também já podem ser constatadas.

Lopes e Freitas (2016) divulgam os resultados de uma pesquisa que procurou desvelar as redes de poder que estiveram em jogo no Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), por ocasião da tentativa de construção de um projeto de educação bilíngue para surdos, na década de 1990. A investigação debruçou-se sobre as ações protagonizadas por agentes escolares que visavam reconceituar a visão sobre a surdez e os surdos, retirando-os da esfera da deficiência, inscrita na concepção oralista, apostando em um modelo socioantropológico de educação de surdos. Utilizaram conceitos como o de campo social e capital (Pierre Bourdieu), intercambiados com os conceitos de tática e estratégia

(Michel de Certeau). Utilizou-se a metodologia da história oral, e as entrevistas produzidas foram trianguladas com outras fontes documentais encontradas no arquivo permanente do INES. O artigo conclui que, apesar de o bilinguismo ter assumido centralidade no projeto político-pedagógico da instituição desde 1996, existe ainda um longo caminho a percorrer entre as intenções do currículo oficial e as daquele presente no cotidiano do INES.

Vasconcelos *et al.* (2016) trata de histórias de vida de pessoas surdas, tendo como principal objetivo analisar os fatores que as levaram à militância e ao envolvimento em movimentos sociais, assim como as contribuições trazidas pelas suas conseqüentes lideranças. Os autores utilizam a metodologia História de Vida, por meio da aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas. Os resultados apontaram como fatores de destaque a influência de “um outro”, especificamente um “outro surdo”, os aspectos linguísticos, a escola especial para surdos, a igreja e a ênfase nas lideranças das pessoas surdas. Na conclusão, o artigo sugere que é importante dar voz e oportunidades às pessoas surdas e instigar a sociedade para novos olhares, novos estudos e pesquisas com novas experiências, que sirvam de referenciais como inclusão de pessoas surdas em movimentos sociais.

Witchs e Lopes (2015) analisam as práticas que permearam a educação de surdos no contexto do período entre 1934 e 1948. Esse momento histórico é caracterizado por empreendimentos de modernização, industrialização e urbanização do país que, em consonância com a reforma do ensino, se mantiveram em estreita relação com o plano de nacionalização empreendido durante a era Vargas. Utilizou-se o conceito de governamentalidade para a realização da análise de documentos mantidos pelo acervo histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). As análises mostraram que a identidade nacional dos sujeitos surdos se constituiu, sobretudo, por meio de processos de condução/normalização e de difusão da língua portuguesa escrita e da língua brasileira de sinais entre os surdos.

O artigo de Campello e Rezende (2014) apresenta a trajetória histórica do movimento surdo em defesa das Escolas Bilíngues para Surdos, ao longo dos últimos anos, quando houve a iminente ameaça de fechamento da escola centenária, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 2011, o que provocou uma mobilização sem precedentes para a inclusão das Escolas Bilíngues para Surdos no Plano Nacional de Educação (PNE), hoje sancionado pela Lei nº 13.005/2014. O artigo chama atenção para a luta por uma Política Nacional de Educação Bilíngue condizente com a formação da Identidade Linguística da Comunidade Surda, garantida pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a importância da Língua de Sinais e da Cultura Surda para as Pessoas Surdas.

Reily (2007) procura elucidar questões históricas sobre a origem da língua de sinais, bem como verificar o papel da igreja monástica na invenção do alfabeto manual e os diferentes usos dos sinais monásticos pelos religiosos e da língua de sinais pelos surdos. A autora reconstrói uma narrativa fragmentada sobre o papel dos religiosos na educação de surdos, que aproveitaram sinais manuais criados nos mosteiros com a nova finalidade, visando a uma aplicação pedagógica. Conclui que a escolarização de surdos esteve estreitamente vinculada à tradição educacional estabelecida desde a época da igreja monástica, tanto pela questão dos sinais criados para a comunicação silenciosa como pelo ministério da igreja católica dirigida por surdos da congregação. Esses registros ajudam a compreender por que os educadores católicos participavam do movimento de legitimação da língua de sinais na prática pedagógica, enquanto outros educadores de surdos na Europa daquele período investiram fervorosamente no método oralista.

Lacerda (1998) teve como objetivo conhecer um pouco da história da educação de surdos, focalizando principalmente o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo como propostas educacionais e suas implicações. Diante desse panorama, constatou que, de alguma maneira, as três principais abordagens de educação de surdos (oralista, comunicação total e bilinguismo) coexistem, com adeptos de todas elas nos diferentes países, cada qual com seus prós e contras. Essas abordagens abrem espaço para reflexões na busca de um caminho educacional que de fato favoreça o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos, contribuindo para que sejam cidadãos em nossa sociedade.

Os artigos de Santos e Sofiato (2020) objetivaram compreender sobre a educação de surdos e como se dava a circulação da língua de sinais no Imperial Instituto de Surdos-Mudos no século XIX. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa documental e bibliográfica de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada em fontes primárias, tais como: Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Império e Relatórios dos diretores do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Os autores concluíram, através de evidências, que a língua de sinais circulava na instituição e estava presente nas relações que se estabeleciam entre professores e alunos, mesmo que não aparecesse no currículo prescrito da instituição, em função da circulação do oralismo.

Leão e Sofiato (2019), por sua vez, discutem sobre o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, objetivando apresentar e analisar a estrutura organizacional do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854. O trabalho teve como percurso metodológico a pesquisa documental, realizada com base em fontes primárias localizadas no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Almanak Laemmert e em fontes bibliográficas, tais como: Aranha

(2006), Araújo (1993), Jannuzzi (2004), Mazzotta (2001), Penna (2008), Veiga (2007) e Zeni (1997, 2005). As fontes primárias analisadas constituíram-se, principalmente, por relatórios dos gestores do Instituto e dos Ministros e dos Secretários dos Negócios do Império, responsáveis pelo acompanhamento da educação. Os autores concluem que o Imperial Instituto dos Meninos Cegos instituiu as bases para a educação dos cegos no Brasil e, apesar de dar certa autonomia e proporcionar o desenvolvimento intelectual de seus alunos, o instituto foi criticado pelo seu caráter asilar, assumido por meio de suas práticas ao longo da história.

Machado e Rodrigues (2021) estudam sobre o Congresso Internacional de Educação para Surdos ocorrido em Milão há 141 anos. A proposição foi analisar seu corpus documental, compreendendo o congresso como “lugar de memória”, no sentido que dá Pierre Nora (1993). Para tanto, esse trabalho pretendeu refletir o congresso para além da simples oposição entre oralismo e língua de sinais. Os autores chamam atenção para a releitura do “documento-monumento”, intentando a necessidade de escapar das leituras reducionistas do próprio movimento histórico das lutas surdas.

Cardoso e Martínez (2019) buscaram compreender as linhas de ação e o funcionamento da Campanha Nacional para Educação dos cegos, durante as décadas de 1960 e 1970, campanha que integrava um “modelo campanhista de política social”, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Como pontos frágeis da CNEC, pode-se considerar um modelo campanhista de política social que favoreceu a instabilidade dos recursos para a execução da campanha, já que advinham de fonte pública e privada, causando uma relação imbricada entre o público e o privado. Apesar das fragilidades, a campanha, por meio da aplicação de suas linhas de ação, possibilitou contribuições significativas para a educação dos cegos, ampliando as oportunidades de estudo dos cegos no interior do país. A Campanha favoreceu a expansão das instituições especializadas privadas, mas, em contrapartida, estimulou e apoiou a criação de classes especiais na rede pública.

Autores como Junior e Gatti (2016) comunicam os resultados da investigação sobre o Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC). O recorte temporal compreende o período de 1942, ano de fundação da instituição, até 1959, quando foi declarado de utilidade pública municipal. Partiu-se da contextualização da educação especial no Brasil e em Minas Gerais, com o objetivo de compreender o processo de criação do Instituto. A pesquisa teve como referências teóricas Magalhães (2004); Buffa e Nosella (2009). As evidências utilizadas foram buscadas no acervo histórico do próprio ICBC, bem como no acervo da Escola Alceu Novaes. Os resultados obtidos possibilitaram compreender como ocorreu o surgimento da instituição na cidade de Uberaba,

considerando o papel socioeducativo e a importância que ela teve na inserção de deficientes visuais na escola regular entre 1942 e 1959.

2.2.1.5 Temática: História das instituições e práticas Educacionais Especializadas

O artigo de Costa (2023) trata sobre o Internato Evangélico Amazônico (IEA), de sua trajetória como espaço escolar e de sua proposta pedagógica, fundado em 1949 em Breves, arquipélago de Marajó, estado do Pará. A autora procurou conhecer aspectos históricos e memoriais do referido internato, especialmente de sua proposta educativa. O artigo respondeu as seguintes questões: como eram os espaços, a estrutura organizacional, o material didático e a proposta pedagógica do instituto. Fundamentou-se em dados documentais e orais analisados à luz da base teórica sobre instituições escolares. A pesquisa identificou que o instituto contava com vários espaços e um ensino estruturado a partir da divisão de gênero e de uma didática pautada em valores religiosos, morais e cívicos articulados a um discurso higienista. A autora apresenta o conceito de internato que foi de grande utilidade nesta tese.

Bezerra e Furtado (2020) abordam a formação de profissionais especializados para a educação de excepcionais, na Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), entre as décadas de 1960 e 1970, no Brasil, baseado na perspectiva historiográfica da Nova História Cultural. Recorrem, como fonte de pesquisa, ao impresso periódico Mensagem da Apae, em seus primeiros dez anos de existência (1963-1973). A leitura e análise das edições compiladas levou os autores a afirmar que, como os cursos de formação de professores especializados no ensino de deficientes mentais, em nível superior, só ganhariam impulso de meados da década de 1970 em diante, as APAES, exerceram, notoriamente, uma grande contribuição quanto à formação de professores nessa “especialidade”, no período entre os anos de 1960 e 1970. A

Os mesmos autores Bezerra e Furtado (2020) analisam também a forma como a deficiência intelectual era representada, no impresso periódico “Mensagem da Apae”, tido como fonte e objeto de pesquisa, em sua primeira fase de existência (1963-1973). O conteúdo foi analisado na perspectiva da Nova História Cultural. Pela organização material e textual do impresso, evidencia-se o investimento discursivo como legitimação de uma identidade institucional e justificativa do trabalho das APAES com esse público, mediante a perspectiva pedagógica institucional que visava (re)habilitar, treinar e ajustar o excepcional à sociedade, imputando-lhe uma ocupação laboral, em caráter semiprofissional, desqualificado e repetitivo.

Assis *et al.* (2020) apresenta o conceito de criança anormal divulgado nos artigos publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais, na década de 1930. Da análise dos textos emergiram duas categorias: classificação das crianças anormais, suas características e explicações causais da anormalidade e o papel da escola na educação das crianças anormais. Utilizaram contribuições da história conceitual de Koselleck, segundo a qual conceitos expressam aspectos da experiência e da dimensão teórica de sujeitos em contextos e tempos históricos específicos. A pesquisa demonstrou que a articulação desse conceito incluía concepções fundamentadas nos debates sobre ambiente e hereditariedade, nos saberes elaborados pela psicologia e na discussão sobre o papel da escola e a educação das novas gerações.

Teixeira (2019) discorre sobre a presença de testes de inteligência no campo da educação especial no Brasil. Para tanto, vale-se de um estudo documental e bibliográfico a partir de fontes que remontam o contexto da educação no Brasil do início do século XX a década de 1970. Expõe o processo de construção do teste de Binet-Simon, bem como sua entrada ao Brasil no ano de 1906. Discute a aplicação do teste no campo educacional, mais especificamente na educação especial. O autor conclui que a relação entre a escola regular e especial, em seus diferentes contextos, foi marcada pelo campo da saúde.

A relação da escola, tanto regular quanto especial, em seus diferentes contextos com o campo da saúde, foi marcante e intensa. O diagnóstico decorrente do teste de Q.I. era caracterizado como base para a organização dos alunos nas denominadas classes homogêneas, ou seja, o agrupamento dos alunos em salas de aula era feito de acordo com os níveis alcançados nos testes. Àqueles diagnosticados como oligofrênicos eram considerados como não educáveis, assim não poderiam frequentar a escola e, em muitos casos, eram privados do convívio social. Ressalta-se que, muito embora os testes de Q.I. tenham caído em desuso no campo da educação nas últimas décadas, o modelo de educação exclusiva para pessoas com deficiência, tendo como base o diagnóstico, ainda persiste. Mesmo na década de 1980, com o anúncio de uma nova constituinte (fruto de profundas discussões e luta de movimentos sociais) que aborda a educação como um direito de todos, a prática segregadora de instituições filantrópicas especializadas em deficiência não cessaram.

2.2.1.6 Temática: História dos Intelectuais de Educação Especial, suas ideias e ações

Fulas (2023) discorre, em seu artigo, a história do intelectual Samuel Gridley Howe, um dos mais influentes da história da educação de cegos e surdo cegos dos Estados Unidos.

Responsável pela direção do primeiro instituto estadunidense, fundado em 1829, atual Perkins School for the Blind, Howe criou uma tipografia para impressão de livros com letras em relevo, editou materiais didáticos para a educação de cegos e desenvolveu o método de alfabetização de surdo cegos. Jovem médico, engajou-se na filantropia e na política em defesa da educação das pessoas com deficiência e dos escravizados. A partir das contribuições teórico-metodológicas de Jean-François Sirinelli para o estudo dos intelectuais, são utilizadas como fontes as correspondências pessoais, jornais, periódicos e relatórios do instituto. Neste artigo, apresentam uma análise da trajetória e das ideias educativas desse intelectual, cuja atuação permitiu a criação de um novo ideário sobre a educação de cegos e surdo cegos no século XIX.

Petersen e Jinzenji (2023) analisam os pressupostos de Alfred Binet (1857-1911) sobre as diferenças individuais com base nos livros e artigos produzidos pelo pesquisador entre 1895 e 1909 e que fundamentaram a elaboração da primeira escola métrica Binet-Simon em 1905, e como suas publicações foram apropriados em Minas Gerais nas décadas de 1920 e 1940. A análise se concentrou nos livros publicados por Binet e as matérias publicadas na Revista do Ensino, órgão oficial do governo de Minas Gerais. As autoras concluíram que a euforia em torno dos testes veio acompanhada do obscurecimento sobre as outras dimensões que condicionavam a organização e o funcionamento desse processo de escolarização em massa, como as condições sociais, higiênicas, alimentares e demais especificidades de uma população profundamente marcada pela desigualdade. Tecem dois motivos que culminaram com a descontinuidade da política educacional dos testes: a primeira foi a utilização inapropriada dos recursos financeiros para manutenção desses procedimentos; e o segundo motivo foi o despreparado dos educadores para utilizar efetivamente os testes e deles extraírem elementos necessários, para iniciarem o planejamento da organização do ensino desses sujeitos e como propostas simplistas, fragmentadas, que muitas vezes reduzem os sujeitos aprendizes a rótulos e acabam resultando em fracasso, descontinuidades e desperdício de recursos públicos.

Faria e Silva (2023) analisam os projetos educativos concretizados por Darcy Ribeiro em sua trajetória de político e gestor de realizações educacionais. Através de tais estudos, situa, analisa e interpreta os fazimentos do pensamento político e educacional darcyniano. Desta forma, ao inventariar a sua produção, a sua relação com Anísio Teixeira e seus projetos implementados, tenciona-se uma das suas principais experiências no campo educacional: o I Programa Especial de Educação (I PEE), documento orientador que definiu a concepção e as ações do campo educativo cultural do governador eleito em 1983, no estado do Rio de Janeiro, o gaúcho e pedetista, Leonel de Moura Brizola. Nos movimentamos pelo percurso de Darcy Ribeiro, pontua-se a construção de uma das maiores e mais intensas propostas educativas

realizadas no Brasil, o que, deste modo, propiciou um alargamento da contribuição de Darcy Ribeiro para a história da educação fluminense.

2.2.1.7 Temática: História das políticas públicas de Educação Especial

Kassar (2011) apresenta análises de alguns elementos que contribuem para a constituição da Educação Especial brasileira como uma política pública, dando especial foco à formulação do que tem sido denominada de política de educação especial na perspectiva inclusiva. Para tanto, o texto é construído a partir da configuração de dois aspectos distintos, mas intimamente interligados. O primeiro refere-se ao papel do Governo brasileiro na história da educação destinada às pessoas com deficiências no Brasil. O segundo diz respeito às relações entre as políticas nacionais no campo da Educação e os acordos e compromissos internacionais. Conclui que as alterações não acatadas – a transformação de escolas especiais em centros de atendimento educacional especializados e a mudança da educação especial com a possibilidade de substituição à escolaridade comum para apenas a possibilidade de complementação ou suplementação –, são focos dos debates atuais no campo da Educação Especial. Além da discussão das instituições privadas de caráter assistencial que também tem mobilizado e externado preocupações com os atuais rumos da Educação Especial no país. É inegável o impacto dos acordos e compromissos internacionais na formulação de políticas, programas e ações. A própria concepção de direitos humanos possui o formato de um ideal de homem, que corresponde historicamente à ideia ocidental-liberal de justiça e igualdade.

2.2.1.8 Temática: História da Formação e do Trabalho Docente em Educação Especial

Em Freitas (2019), o artigo teve como objetivo investigar, em uma perspectiva de educação comparada, a circularidade de um pensamento educacional e modelos de formação docente envolvendo o Curso Normal (1951-1957) e os Cursos de Especialização de Professores de Deficientes Auditivos (1957-1972/1981-1985), mantidos pelo Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM)/Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e os cursos congêneres oferecidos pelo Instituto Jacob Rodrigues Pereira – IJRP (1952-1956/1961-1963/1982-1984), em Portugal. A investigação foi de cunho qualitativo e as fontes consultadas foram: textos legislativos, anteprojetos, regulamentos, regimentos, grades curriculares, fichas de matrículas e históricos das ex-normalistas e ex-cursistas, fichas funcionais de professores, periódicos, livros, manuais, ordens de serviço, relatórios e anais de Campanha. Esses documentos foram

encontrados no Acervo Histórico, nos Arquivos corrente e permanente do INES, no Brasil, e no Centro de Documentação, Acervo Histórico e Biblioteca do Centro Cultural da Casapiano e na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

Também houve a produção de entrevistas semiestruturadas com doze docentes, entre ex-normalistas, ex-cursistas e ex-professores dos cursos investigados, à luz da metodologia da História Oral, por esta contribuir para a compreensão dos processos histórico-sociais. A pesquisa identificou elementos que evidenciaram a circulação de um pensamento educacional e modelos de formação docente, na área do ensino de surdos, que conectaram e entrelaçaram, de forma indireta e direta, as instituições pesquisadas, refletindo realidades globais que foram fruto de como os agentes escolares/institucionais se relacionaram, compartilhando conhecimentos, calcados na matriz oralista, que ultrapassaram as escalas nacionais.

2.2.1.9 Temática: História do Currículo da Educação Especial

Sofiato e Santana (2019) apresentaram indícios de como era desenvolvido o ensino de Ciências para alunos surdos no período de 1856 a 1889, no Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos. A pesquisa em questão é de abordagem qualitativa e do tipo documental. O corpus documental foi constituído por fontes primárias, tais como coleções de relatórios e leis específicas do Império do Brasil. Por meio do estudo realizado, percebe-se que o ensino de ciências naturais não estava previsto no currículo prescrito para os alunos surdos em seus anos de escolaridade no Instituto, mas que perpassava o referido currículo por meio de atividades extraclasse e desenvolvidas no museu escolar.

2.2.1.10 Temática: História da Educação Especial Regional

Siems-Marcondes (2016) apresenta aspectos da trajetória histórica de implantação da educação especial no território federal de Roraima em sua gênese, no período de 1970 até 1990. A autora se fundamenta nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, e adota como eixo central a perspectiva desenvolvida por E. P. Thompson de uma análise histórica que tome por referência a experiência dos sujeitos, uma “história vista de baixo”. Apoia-se em entrevistas com professores e técnicos atuantes na área, bem como na análise de documentos produzidos no cotidiano das instituições. Evidencia como Roraima, assumida como área de segurança nacional e sob a tutela das Forças Armadas, sem ações colocadas em prática anteriormente, foi

campo de aplicação das políticas e propostas prioritárias da reforma educacional projetada pelo regime militar em âmbito nacional, mantidos todos os serviços sob financiamento e gerenciamento do poder público, sem a presença de instituições não governamentais, beneficentes ou filantrópicas. A autora afirma que, no território federal de Roraima, encontrou-se um terreno fértil e aberto à testagem e à implantação de projetos prioritários assumidos localmente, como práticas positivas pelos professores e demais profissionais envolvidos, não havendo resistência da coletividade diante da inexistência de movimentos sociais organizados ou de instituições filantrópicas que agregassem outros interesses (como acesso a recursos e financiamentos) aos processos educacionais.

Para Siems-Marcondes (2016), é nesse contexto que “nasce” um atendimento a pessoas com deficiência com viés efetivamente educacional, integrada aos órgãos gestores da educação, com menor ênfase de assistência social ou de atividade clínico-terapêutica que se encontrava em expansão nos demais estados brasileiros. No entanto, devido às ações de capacitação oferecidas pelo Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que tiveram como ministrantes os profissionais em atuação em instituições clínico-terapêuticas e assistenciais privadas, trouxeram impactos na concepção de sujeitos que então orientavam as atividades educacionais, levando à fragmentação destes pelas especificidades de suas deficiências. Conclui que, ainda assim, se considerando que o ponto de partida da atenção às pessoas com deficiência era o sistema de ensino regular, foram mantidos alguns focos que ela entende serem relevantes, com a construção de uma perspectiva de entendimento das pessoas com deficiência como “sujeitos da educação”, e não apenas como “clientela” da saúde ou assistência social.

2.2.1.11 Métodos e fontes utilizadas nas pesquisas

Para encontrar os métodos e fontes dos artigos, foi necessário a complementação da leitura completa da maioria dos textos para conseguir agrupá-los segundo a classificação dos autores: em história oral e documental, encontramos 2 (dois artigos); na história oral, 1 (um artigo); na pesquisa documental, 8 (oito artigos); e na pesquisa bibliográfica e documental, 1 (um artigo).

A maioria das técnicas escolhidas dizem respeito à pesquisa documental e à técnica oral e documental, simultaneamente. Quanto às concepções epistemológicas, identifiquei a aproximação com a Nova História Cultural (Chartier e Certeau), em 4 (quatro pesquisas); História das Instituições Educativas (Magalhães; Buffa e Nosella; Gatti Junior), em 2 (duas

pesquisas); Materialismo Histórico Dialético (Marx, Engels, Eric Hobsbawm), em 1 (uma pesquisa); História Conceitual (Koselleck), em 1 (uma pesquisa); História vista de baixo (Thompson), em 1 (uma pesquisa); Escola dos Annales e da Nova História (Bloch e Le Goff), em 1 (uma pesquisa).

Nota-se que os artigos se aproximam em maior quantidade da Nova História Cultural, evidenciando autores como Chartier e Certeau, já a História das Instituições Educativas, com maior aproximação às ideias de Gatti Junior. Encontrei apenas uma pesquisa que se aproxima do referencial que escolhi para minha pesquisa, a História vista de baixo (Thompson), contribuindo para que a diversidade de concepções epistemológicas seja ampliada nesta área de pesquisa. Vale destacar que muitos autores não explicitaram sobre a metodologia da pesquisa, não informando quais eram os fundamentos teóricos e metodológicos escolhidos.

O levantamento bibliográfico apresentado aqui não pode ser considerado como generalizador da realidade da área; entretanto, permitiu visualizar, parcialmente, o desenvolvimento da pesquisa no Brasil e nos estados brasileiros, o que ajuda na tomada de decisões sobre as categorias teóricas nesta tese. Artigos como o de Costa (2023), por exemplo, apresentam a ideia de forma educativa, quando trazem a trajetória, estrutura e ensino do Internato Evangélico Amazônico em Breves (Marajó-Pará) no período de 1949, em que aborda o conceito de internato como modelos institucionais que vem de uma longa história na sociedade moderna, advertindo que a origem dos internatos “pode ser encontrada no sistema de ensino francês” (Conceição, 2019, p. 109).

2.2.1.12 Definição das Categorias Teóricas

A etapa da revisão bibliográfica foi fundamental para emergir as categorias teóricas, que se dá através da problematização da realidade do objeto de estudo, e do recorte teórico bibliográfico, segundo Oliveira (2023). O mesmo autor afirma que as categorias teóricas devem estar explícitas ou serem inferidas na formulação textual do problema e dos objetivos (geral e específicos).

O autor alerta que nem sempre é tarefa fácil essa identificação, e a ausência dessa delimitação implica no processo de revisão de literatura sem o estabelecimento de um objeto claro, podendo causar a dispersão ou simples replicação de procedimentos já realizados.

Para facilitar a identificação das categorias teóricas, busquei ler de forma recorrente o problema e os objetivos, e ao finalizar este levantamento bibliográfico, revisei os autores

citados neste levantamento, o que implicou na escolha de autores do levantamento que consideraram o dinamismo da realidade que busco nesta pesquisa, como apresento abaixo.

A primeira autora retirada do levantamento, mostra a evolução dos internatos até chegar ao modelo dos primeiros colégios, convidando-nos a pensar os espaços escolares dessa instituição a partir de uma proposta pedagógica que envolvia uma dinâmica de ensino pautada na relação didática integrada às atividades pedagógicas, domésticas e espirituais. Para além dos internatos, os asilos, os hospícios, ou seja, toda a “apropriação de modelos educacionais, enfatizando a pluralidade das possibilidades históricas e usos diversos que os agentes fazem das instituições educativas, escolares e não-escolares, remodelando e reconstruindo os espaços, os saberes e os tempos sociais” (Gondra e Schueler, 2008, p. 19), constituem-se para nós uma heterogeneidade das formas educativas ou formas de educação ocorridas no Pará, o que contribuiu para delimita-la como a primeira categoria teórica.

A segunda categoria teórica foi identificada nos artigos de Teixeira (2019) e de Reily (2007). Segundo Teixeira (2019) a educação da pessoa “anormal” tem sido marcada, historicamente, por um contexto de segregação e exclusão. A relação da escola, tanto regular quanto especial, em seus diferentes contextos, com o campo da saúde foi marcante e intensa. Essa constatação remete historicamente aos testes de Binet-Simon, a partir de uma escala de inteligência no século XIX, concluindo que os testes se constituíram um “instrumento de poder” dos profissionais da saúde, como a classe médica definia. Destaca-se a inserção de “forças educativas” no controle da educação, ao final do século XIX, fato que ainda perdura nos tempos atuais.

A partir de outra perspectiva, Reily (2007) rememora que a escolarização do surdo esteve estreitamente ligada à tradição dos sinais criados pelo ministério da Igreja católica dirigida aos surdos da congregação, registrados em documentos antigos como os sinais monásticos e os registros de educadores religiosos pioneiros do século XVIII, que descreveram os eixos curriculares, a metodologia de ensino e a introdução de preceitos religiosos no processo educacional dos surdos. Esses registros ajudam a compreender que os educadores católicos participaram do movimento de legitimação da língua de sinais na prática pedagógica.

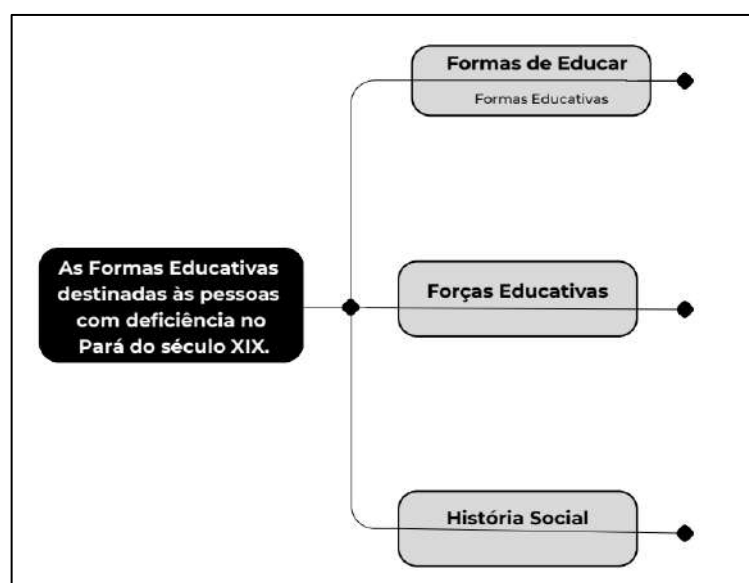
Essa interferência, tanto dos profissionais da saúde na elaboração de testes de QI quanto da igreja católica na educação dos surdos, remete ao que Gondra e Schueler (2008) chama de “forças educativas”, fato que corrobora para a escolha deste conceito como a segunda categoria de análise.

E a última categoria, foi identificada no único artigo encontrado que apresenta a história de implantação da educação especial em um estado foi o de Siems-Marcondes (2016).

Essa pesquisa se assemelha a esta tese, pois apresenta aspectos dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, e adota como eixo central a perspectiva desenvolvida por E. P. Thompson de uma análise histórica que tome por referência a experiência dos sujeitos, ou seja, uma “história vista de baixo”, fato que contribuiu para a escolha da terceira categoria teórica: a história social.

A partir das leituras e da compreensão das principais formas de educar, percebidas no século XIX estabelecidas por Gondra e Schueler (2008), apresentam-nos a perspectiva de análise por meio de três categorias teóricas, que dão conta de abranger as disputas e contradições que revelam a diversidade dos projetos sociais e políticos do período. Interpretar as formas educativas de forma conjunta com as forças educativas, e ao mesmo tempo, interligadas através da história social, possibilita uma maior integridade da análise, para tanto, estabeleci as três categorias teóricas: Formas Educativas, Forças Educativas e História Social, essas categorias ajudaram a orientar a análise e interpretação dos dados, e a situar a pesquisa no contexto científico.

Figura 6 – Categorias Teóricas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A seguir, discorro sobre as três categorias de análise: formas educativas; forças educativas e história social que compuseram os resultados apresentados neste texto, bem como ajudaram na entrega da contribuição original sobre o tema desta pesquisa.

2.2.1.13 As formas educativas ou formas de educação

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação); cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor” (Brandão, 2007, p. 26).

Antes de apresentar o que a literatura compreende como formas de educação, penso ser necessário esclarecer que educação é diferente de instrução, visto que ambos nem sempre estiveram atrelados ao espaço formal da escola. Por exemplo, o significado atribuído à educação é bem mais amplo que o próprio conceito de escola, pois, mesmo antes dos sistemas escolares, as gerações já se educavam. No entanto, com o passar do tempo e à medida que as sociedades vão se modificando, a educação passa a ser formalizada por meio da instrução (Sobral, 2018).

Ou melhor dizendo, a Educação já se fazia presente anteriormente à sociedade do século XIX, já que os seres humanos vivenciam experiências de aprendizagem nos diversos setores: em casa, na rua, igreja etc. Todos vivenciam experiências educativas para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar, para saber fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias o homem mistura a vida com a educação (Brandão, 2007).

Contudo, considerando que meu objeto está relacionado às formas educativas destinadas aos indivíduos com deficiência, é necessário pensar, claro, num desdobramento coerente com a temática e o período escolhido (século XIX), em que as fontes encontradas indicavam que a noção de “educação” destinada às pessoas com deficiência, naquele século, eram experiências que consideravam formas institucionalizadas ou não institucionalizadas. Ou seja, tinham um caráter educativo, mas não necessariamente eram ministradas por professores, pois eram “inúmeras as práticas educativas que conviveram entre si (religiosa, familiar, profissional, artesanal, dentre outras), bem como seus “professores”, leigos, religiosos, padres, capelãs de engenhos, preceptores, mestres particulares (Gondra; Schueler, 2008).

Com a escolha definida de estudar o século XIX, saio à procura de autores que investigassem sobre uma educação estabelecida não necessariamente no ambiente escolar. Precisava, então, de uma categoria teórica para expressar a ideia de uma educação heterogênea que poderia ocorrer a partir de iniciativas específicas, não necessariamente escolares. Isto é, iniciativas criadas, mantidas e expandidas pelo aparelho do Estado, ou que possuísem outros mantenedores como a igreja, associação de pais, filantropos e agentes da intelectualidade, como médicos, juristas e militares, por exemplo.

Uma certeza se fazia presente: a de que a Educação formal era uma realidade para surdos e cegos (a partir de 1856) no Brasil. Entretanto, essa não era uma realidade na região

Norte, o que me levou a possibilidade de utilizar conceitos sobre educação formal, informal e não formal. Gohn (2006, p. 28) faz a distinção entre as três modalidades de educação:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

A autora afirma ainda que a educação formal tem um espaço próprio para ocorrer, ou seja, é institucionalizada e prevê conteúdos, processos de ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, enquanto a educação informal pode ocorrer em vários espaços, envolve valores, e a cultura própria de cada lugar tem como objetivo socializar os indivíduos e desenvolver hábitos e atitudes. Por sua vez, a educação não formal ocorre a partir da troca de experiências entre os indivíduos, sendo promovida em espaços coletivos, e sua finalidade é proporcionar conhecimento sobre o mundo que envolve os indivíduos e suas relações sociais (Gohn, 2006).

Após a leitura dos conceitos, indubitavelmente a categoria que buscava não se encaixava na definição de educação formal, não formal e informal, ao considerar que a educação formal é metodicamente organizada. Ela segue um currículo, é dividida em disciplinas, segue regras, leis, divide-se por idade e nível de conhecimento (Cascais; Terás, 2014). Definitivamente diverge de uma educação que inicia em espaços asilares ou institutos, e que não necessariamente possuía um currículo próprio (até então), porque não era dividida por idade e níveis de conhecimento. Além disso, não poderia ser uma educação formal, o que ocorria também com os demais conceitos (informal e não formal). Nesse sentido, fazia-se urgente encontrar na literatura outra forma de explicar o processo educativo do século XIX.

Finalmente, ao buscar em vários livros e artigos, encontrei o livro *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro* (Gondra e Schueler, 2008). Esta produção dá visibilidade às principais formas educativas organizadas que atuaram no terreno da instrução no Brasil Imperial. Os autores afirmam que a “Educação está longe de ser apenas a escolar, formal e ou intencional, nem tampouco aquela educação ‘uniforme, indiferenciada ou contínua’” (Gondra e Schueler, 2008, p. 38).

Penso que Gondra e Schueler (2008) levantam a questão que precisa ser explicitada na minha pesquisa, visto que se refere à própria noção de “educação”, considerando suas formas institucionalizadas e não institucionalizadas. Para tanto, em cada aspecto destacado, os autores buscam a historicidade e as lutas de que resultam, recuando a séculos anteriores e posteriores

para tornar visível suas transformações, deslocamentos, descontinuidades e, também, o que resiste e o que permanece.

O conceito “formas educativas” de Gondra e Schueler (2008) mapeia as diversas modalidades de intervenção educativas variadas, específicas e que seu aparecimento faz parte do diagnóstico do presente. Os autores ajudam a compreender a ciência a respeito das estratégias educativas concebidas historicamente, e isso exige um recuo para tentar apreender as condições de aparecimento das diferentes medidas educativas já experimentadas pela sociedade brasileira.

Quando nos referimos à forma escolar de educação, consideramos as escolas voltadas para diversos níveis de ensino (primeiras letras, secundárias e superiores), estatuto das mesmas (públicas, privadas e subvencionadas) e modalidades (profissionalizantes, militares, comerciais, ou especiais voltadas para o atendimento de cegos e surdos), além dos asilos, seminários, conventos e outros tipos de internatos (Gondra; Schueler, 2008, p. 81).

Acredito ter deixado claro ao leitor, pelo teor do conceito proposto, que não me afastei da ideia educacional e, sim, que passei a discuti-la como inserida em uma matriz mais abrangente. Sendo assim, esta pesquisa procura focar nas formas educativas que tiveram atuação privilegiada no campo da educação, como institutos, internatos, asilos e hospícios no atendimento de alunos com deficiência. Para tanto, há que se considerar aspectos importantes dessas diferentes formas educativas, procurando examinar as transformações pelas quais passaram ao longo do século XIX.

2.2.1.14 Forças Educativas

Um povo alcança um estágio complexo de organização da sua cultura, quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como problema as formas e os processos de transmissão do saber (Brandão, 2007, p. 16).

A sociedade brasileira do século XIX caminhava para um rápido processo de modernização. No Pará, essa modernização se intensifica devido à exploração da borracha a partir de 1840 (Sarges, 2010), o que leva a um estágio mais complexo de organização da cultura, com o avanço na tecnologia, construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades e bafejo da democracia, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza (Sarges, 2010, p. 19).

As transformações ocorridas na cidade exerceram influência nas estruturas sociais, causando aumento demográfico, uma maior concentração de fortunas entre os novos setores dominantes. Uma nova ordem econômica e social se instalava propiciando a composição “de

uma nova elite formada por comerciantes, seringalistas, financistas, famílias ricas e oriundos de universidades europeias” (Sarges, 2010, p. 21).

Ao observar a nova ordem econômica e social que estava sendo imposta e o debate nacional e internacional, fica claro que, além da iniciativa estatal, outros grupos foram decisivos para definição do movimento de escolarização de pessoas com deficiência que temos no presente. Para Gondra e Schueler (2008), o século XIX foi permeado por três grandes grupos: O Estado (Poder público); As Igrejas (Ação religiosa); Sociedade Civil (Ação dos homens ilustrados através de grêmios, sociedades e academias), que foram sistematizados nas suas iniciativas. Os autores atribuem a esses grupos o termo “forças educativas” (Gondra e Schueler, 2008).

Ao encontro da perspectiva de análise de Gondra e Schueler (2008), a qual parte do princípio de que a história da educação de indivíduos com deficiência reconhece a iniciativa e importância de outros agentes que influenciaram e reivindicaram a necessidade de escolarização para sujeitos com deficiência, além da própria organização do Estado. Esse é o diferencial desses autores, pois eles detalham cada um dos grupos e os seus comportamentos quanto aos aspectos da vida social e do reflexo do debate internacional.

Ressaltam que o Estado, no período imperial, enquanto poder público, se mostra mais presente nos países mais avançados como modelos de civilidade e progresso, desconsiderando as características e problemas locais, regionais, nacionais ou ainda a repressão a qualquer ideia que fosse contrária ao pensamento do poder centralizado. Essa era a visão que imperava no Brasil Império.

Quanto à ação e organização religiosa, principalmente da Igreja Católica, os autores sugerem que esta organização ganhou espaço na nação brasileira, por dentro do aparelho do Estado, sendo a cumplicidade entre estado e igreja, a marca da relação entre essas duas forças. Gondra e Schueler (2008) apontam para outras religiões além da igreja católica e dos respectivos projetos de sociedade.

Em relação à ação da Sociedade Civil, há como pano de fundo a atuação dos homens ilustrados, através de diversas organizações. Essa atividade ocorre enquanto as forças educativas formais ou informais se estabeleciam, isoladas ou em redes, educativas e instrutivas, mas, na sua maioria, eram instrumentos de civilização. Por exemplo, autores apontam para:

as confrarias, as irmandades religiosas e leigas, as lojas maçônicas, os grêmios, as academias, as sociedades corporativas ou profissionais, científicas, literárias, filantrópicas, pedagógicas e científicas, os institutos de pesquisa, bem como os espaços e lugares de divulgação e circulação de ideias e projetos de civilização e educação, que adquiriram significado crucial na sociedade oitocentista. Dentre tais espaços, podemos ressaltar a imprensa periódica, jornais, revistas, livros, panfletos,

brochuras, impressos e manuscritos; as tipografias, editoras e livrarias; os saraus dançantes, literários e musicais; o teatro e as artes; e, mais para o final do século, os cafés (Gondra e *Schueler*, 2008, p. 64).

Durante o levantamento das fontes históricas, antes mesmo do reconhecimento delas, algumas dessas forças educativas já se manifestaram. Destaco que o “interesse” dessas forças ocorrerem com maior incidência em algumas deficiências do que em outras. Aprofundarei a reflexão durante as seções teóricas sobre as principais forças educativas encontradas nesta pesquisa.

Por fim, cabe considerar que as forças educativas plurais agiram ao longo do século XIX, concorrendo ou cooperando entre si, com interesses no coletivo ou em pequenos grupos, sendo responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por várias iniciativas de caráter educativo desenvolvidas no século XIX. A partir dessas iniciativas, os espaços educativos ou assistenciais, em um primeiro momento, vão sendo construídos, como os asilos, internatos, liceus, institutos, até chegar ao que temos hoje, que são as escolas públicas e privadas de ensino, a multiplicidade de formas, iniciativas e experiências localizadas no interior das províncias, cidades e vilas imperiais.

2.2.1.15 História Social

A corrente historiográfica desta pesquisa é a História Social, analisada à luz de uma “história vista de baixo”, que se aproxima da vida e da obra do historiador e professor britânico E. P. Thompson. Afirmo, então, que a responsabilidade de direcionar esta tese nesta perspectiva vai além de uma escolha simples, é uma decisão política, uma vez que justifico esta pesquisa pela necessidade de falar sobre os silenciamentos e ausências presentes na problematização de sujeitos historicamente sem acesso à educação (sujeitos com deficiência).

A corrente historiográfica escolhida, necessariamente, precisava ir ao encontro de uma concepção teórica que buscasse analisar a história a partir dos infames da história, como afirma Lobo (2008) os pobres, escravos e principalmente os deficientes. Assim, encontrei na teoria de Thompson a formulação de novas bases para esse estudo social, pois o autor fomentou sua inquietação na cultura operária como resposta para a democracia. Este texto encontrou sua inquietação na necessidade de falar sobre um grupo social que devido às suas condições individuais (físicas, intelectuais, sensoriais), sociais, históricas e econômicas foram esquecidos da história oficial.

Penso que Thompson (1987) se dispôs a pensar a história dos que não foram lembrados no processo de industrialização pelas ortodoxias tradicionais, uma história das pessoas comuns,

uma história “vista de baixo” ou “dos de baixo”. Para tanto, objetivo mostrar as múltiplas possibilidades de fazer a história das pessoas divergentes dos padrões familiares e sociais predeterminados, sendo um exercício de romper com a experiência e memória dos vitoriosos que obscureciam a atuação da “gente comum” na construção histórica: “Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (Thompson, 1987, p. 13)

Ao começar minha pesquisa com os dados empíricos e, posteriormente, organizá-los por meio da teoria, um princípio inicial precisava ser reverberado, cuja ideia de classes é inerente ao conceito de história social, onde resgatar a ideia das pessoas com deficiência se assemelha à interpretação que Thompson (1987) fez em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, na qual vasculha as causas perdidas e a história dos perdedores, “tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão ‘utópico’” (Thompson, 1987, p. 13), ou seja, a história contada a partir de homens cujas histórias foram esquecidas da história oficial.

Assim, esta produção se preocupa com as classes quase nunca lembradas, “com a análise da relação entre “ser social” e “consciência social”, em oposição a vertentes historiográficas que classificam a atuação “dos vistos de baixo” por meio de modelos preestabelecidos e determinações estruturais” (Thompson, 1987, p. 9-14).

Desejo explicar também que, em geral, os historiadores que se dedicam à história social consideram mais a necessidade de praticar a História Social do que defini-la; por isso, a dificuldade em encontrar material teórico, sendo mais fácil encontrar formas de se realizar a pesquisa com o viés social, o que é, inclusive, um motivo de crítica a essas produções historiográficas.

Não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas (as da História Social) que os chamados “temas malditos”, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarita nessa historiografia. Também hoje as investigações sobre grupos jovens, sua música e suas práticas, e música popular, as festas comunitárias, a cultura popular enfim, constituem objetos legitimados pela História Social, e desenvolvidos com rigor metodológico, que os trazem para o campo de discussão, já instaurado sobre a cultura (Ribeiro e Fenelon, 2012, p. 76).

Mesmo sem a definição de um conceito de história social, um dos diferenciais desta corrente é a possibilidade de a historiografia das pessoas com deficiência no Pará do século XIX ser analisada para além de perspectivas exclusivamente lineares de uma história contínua e factual. Essa perspectiva proporciona a possibilidade, inclusive, de propostas de estudos temáticos, buscando desenvolver novas habilidades, quanto à formação do raciocínio e do pensar histórico (Ribeiro; Fenelon, 2012).

A relação entre o pesquisador e as fontes também se apresenta de forma diferente na história social, visto que se deve, portanto, deixar de ser “na ordem documentária, obcecada pelo relato, assim como, na ordem dos fatos, pelo acontecimento” (Bloch, 2001, p. 25). Entretanto, ressignifica a compreensão do passado, evitando “um conhecimento através de pistas”, e recorrer a procedimentos de “reconstrução” dos quais “todas as ciências oferecem inúmeros exemplos”. Mas se “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará [...], o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que se transforma e aperfeiçoa incessantemente” (Bloch, 2001, p. 38).

Ao iniciar a busca pelas fontes desta pesquisa, considerei que por si só eram as respostas que buscava, mas o aprofundamento desta corrente historiográfica demonstra que o essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos “só falam quando sabemos interrogá-los; toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção” (Bloch, 2001, p. 42). A oposição aqui é nítida em relação às concepções dos historiadores ditos “positivistas”. Bloch (2001) reflete sobre suas práticas científicas e as de seus confrades, demonstrando que toda descoberta científica é produzida a partir de uma hipótese prévia.

A construção da história sobre as formas educativas destinadas a pessoas com deficiência no Pará do século XIX se dá para além de uma sucessão de fatos ou de fatos arrumados de forma linear, mas que considere a perspectiva de que “afinal há uma história tal qual aconteceu e que precisa ser ensinada” (Ribeiro; Fenelon, 2012, p. 76). A partir da história social, é possível trabalhar de outra maneira, experimentar outras propostas e ter outros sujeitos como protagonistas da história.

Outro direcionamento que sigo nesta pesquisa, em relação às fontes, é a apresentada por Bloch (2001), em que não é necessário imaginar que cada problema histórico corresponde a um tipo de documento. Para o autor, a história só é feita recorrendo a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas. A explicação para a multiplicidade de técnicas é que os fatos humanos são, em relação a todos os outros, complexos.

Inclusive, uma das principais contribuições da história social é recolocar inúmeras questões no que diz respeito a uma variedade bem grande de registros documentais, além da ampliação dos tipos de fontes, para além das textuais, apresentando também a possibilidade de diferentes suportes documentais, como a fotografia, o cinema, o vídeo, a pintura, as artes plásticas, o desenho, a charge, facilitando investigações antes consideradas impossíveis pela inexistência de fontes, ou pelo não reconhecimento deste estatuto a materiais inexplorados.

Certamente é preciso considerar que o uso de todos esses registros como “novas fontes” históricas a serem analisadas nos colocam, de imediato, a consideração de que tal como as fontes textuais, essas precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas. (Ribeiro e Fenelon, 2012, p. 77).

A História social chama atenção para a necessidade um recurso global, total, às técnicas de coleta e de tratamento dos documentos. Esse é um dos motivos que inicialmente esta pesquisa não escolheu uma fonte de pesquisa, mas várias, já que “Thompson não comete o equívoco empirista de acreditar que as fontes e os fatos falam por si e revelam a verdade. Para ele, o trabalho histórico requer atenção ao que dizem os documentos, sim, mas a partir de perguntas vindas do historiador. Além disso, sabe que os historiadores não são capazes de escapar a todos os seus vieses (valores históricos e conceitos próprios de sua época). Portanto, argumenta em prol da necessidade de um diálogo constante com as fontes históricas e com outros estudiosos além de uma postura aberta à autocritica (Bassanezi, 1994, p. 86).

Chamo atenção aqui para alguns aspectos positivos que favorecem a utilização da história social, além dos aspectos já citados como a relação de “dar voz” para os esquecidos da história oficial; a relação do pesquisador e a multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas; ir além de descrever histórias lineares, contínuas e incontestáveis. Um ponto positivo que merece destaque é a constante atração da História Social por temas do debate político presente, bem como pelas tentativas de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por procurar compreender a “história vista de baixo” e tratar a experiência ou as vivências mais que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado, pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos (Ribeiro e Fenelon, 2012). Por tudo isto, enfim, esta perspectiva se tornou o referencial teórico de interesse desta autora.

Por fim, sigo na direção de compreender meu objeto, baseado na perspectiva da história social de forma subversiva, já que o presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício de historiador: “compreender o presente pelo passado” e, correlativamente, “compreender o passado pelo presente” (Bloch, 2001, p. 18).

2.2.2 Pesquisa Exploratória

O mapeamento da produção nacional teve grande importância para a realização da pesquisa exploratória. Uma das primeiras pesquisas a serem lidas com o intuito de conhecer a história da institucionalização da educação especial no Pará foi a de Farias (2019), pois, mesmo que a pesquisa fosse referente ao século XX, a movimentação feita pela autora poderia ajudar

na indicação de fontes, ou até mesmo autores que se debruçassem sobre a história desta modalidade do século XIX. Entretanto, a leitura da tese ajudou-me a entender particularmente o movimento da coleta de dados e a exclusão de alguns espaços durante a pesquisa exploratória, como lugares em que a pesquisadora esteve presente e não obteve êxito, ajudando-me a buscar por novos caminhos.

Após consulta nas teses/dissertações e artigos científicos disponíveis da SciELO e partir da falta de literatura produzida, constatei que não existiria outro modo de perceber a sociedade paraense da época ou apreender sobre os processos de instrução da pessoa com deficiência senão a partir da pesquisa documental, conceituada como “aquela que recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (Oliveira, 2007, p. 70).

Antes de começar a procura por fontes, precisei compreender que as fontes históricas são “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais, capazes tanto de registrar rupturas do passado em relação ao presente, como de manifestar continuidades entre as duas temporalidades sob formas as mais diversas” (Barros, 2020, p. 3). A amplitude do conceito de fontes me fez perceber que não deveria definir que fontes utilizaria, já que “a escolha das fontes as quais serão estudadas requer, por parte do pesquisador, uma atitude autônoma e intrépida” (Certeau, 2002, p. 82).

De posse destas informações, realizei um plano de trabalho e fichamento dos passos que foram estabelecidos. A movimentação nos espaços foi realizada com o intuito de encontrar maiores informações nos documentos históricos. Para organizar todo material coletado, produzi um quadro a respeito dos dados que seriam coletados. Ao encontro do que afirma Castanha (2006), ao localizar um documento, é fundamental anotar a referência completa: dados do autor, destinatário, tipo, data, sem esquecer de sua localização no arquivo. Se for uma fonte básica, é importante transcrever, copiar seu conteúdo, sempre respeitando as condições essenciais para sua preservação. Para o autor, ao executar todos estes procedimentos, o pesquisador está colaborando para a preservação do patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, permitindo que outros possam checar a informação na fonte original. Com base nessas informações, elaborei o seguinte quadro.

Quadro 8 – Organização da Pesquisa Histórica (ficha de leitura)

Documento	Fonte do documento	Tipo de documento	Formato do documento	Número de páginas	Data da coleta	Observações

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Então, parti para a fase exploratória no processo de delimitação do objeto de estudo, bem como das fontes da pesquisa. Conforme indica Aróstegui (2006), a pesquisa histórica possui encaminhamentos procedimentais que devem ser levados em consideração pelo pesquisador:

[...] ao adentrar na pesquisa histórica é necessário um projeto, se não bem formulado, ao menos um esboço dos procedimentos elementares para abordá-lo. Cabe ao pesquisador estabelecer um “desenho ou itinerário de maneira explícita, que sirva de guia para seu trabalho e de orientação na busca de conclusões sobre um objeto histórico bem definido”. Um bom planejamento deve se basear em “três níveis: o do que se quer conhecer, o de como conhecer e o da comprovação do conhecido”. (Aróstegui, 2006, p. 468).

De acordo com os três níveis de um bom planejamento indicado pelo autor, apropriei-me “do que quero conhecer”, pois busquei o “como conhecer” e a “comprovação do conhecido”, conforme indico a seguir. O primeiro movimento exploratório só ocorreu em 2022, devido à pandemia de Covid 19, fato que atrasou minha pesquisa cerca de 1 ano e 4 meses, uma vez que só consegui frequentar espaços públicos em abril de 2022. O primeiro deslocamento ocorreu na sede da Secretaria do Estado de Educação do Estado do Pará (SEDUC), localizada na Rodovia Augusto Montenegro Km 10, S/N.

Figura 7 – Sede da Secretaria do Estado do Pará (SEDUC)



Fonte: Acervo da autora (2024).

O espaço estava passando por uma revitalização. Além disso, ele possui muitas secretarias subdivididas na sede, e os próprios servidores não sabiam ao certo para onde eu deveria me dirigir no sentido de obter informações das fontes históricas. Precisei conhecer todas as secretarias e a finalidade de cada uma, a fim de conseguir as informações corretas.

As coordenadorias são subordinadas às secretarias. Ao todo, a sede da SEDUC (PA) tem seis secretarias, e a sua organização pode ser consultada no site oficial da instituição <<https://www.seduc.pa.gov.br>>.

A Secretaria de Educação do Estado se divide da seguinte forma: 1) Secretaria Adjunta de Educação Básica – composta pela Coordenadoria de Educação Infantil; Ensino Fundamental I; Ensino Fundamental II e Ensino Médio; Núcleo de esporte e lazer (NEL); Ensino Técnico e profissional, Educação Quilombola e Promoção da Igualdade Racial, Fortalecimento da Gestão Democrática (CFGD); Coordenadoria de campo, água e florestas; Educação Escolar Indígena; Educação Especial (COEES); Educação de Jovens e Adultos; 2) Secretaria Adjunta de Planejamento e Finanças (SAPF). Esta possui duas coordenações: Censo Escolar e de Documentação Escolar (CODOE); 3) é a Secretaria Adjunta de gestão de pessoas (SAGEP) possui coordenação de Valorização e Assistência ao servidor; da Folha de pagamento; Planejamento, Seleção e evidências; Organização da rede; Avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional; Controle e Movimentação; Aposentadoria; 4) Secretaria Adjunta de Logística (SAL) com as seguintes coordenações: Patrimônio Imobiliário; Serviços Gerais e Terceirizados; Logística e Controle de Estoque; Alimentação e transporte; Alimentação Escolar; Transporte Escolar; Transporte Administrativo; 5) Secretaria Adjunta de Gestão e Regime de Colaboração (SEARC) com a coordenação de Relações Políticas e Institucionais; Regime de Colaboração com os municípios; e 6) Secretaria Adjunta de Infraestrutura (SAI).

Ao conhecer todas as secretarias da sede, dois espaços pareciam conter as informações que buscava: a coordenação de Documento Escolar (CODOE) e a de Educação Especial (COEES). Então, fui direcionada à Coordenação de Documentação Escolar (CODOE), ligada à Secretaria Adjunta de Planejamento e Finanças (SAPF).

Figura 8 – Coordenação de Documentação Escolar (CODOE/SEDUC)



Fonte: Acervo da autora (2022).

Nesta coordenação, informaram-me que este setor trabalha apenas com relatório de escolas extintas, contendo informações gerais sobre as unidades educacionais, sem muitos detalhes. Segui para outro setor, indicado pelos servidores da instituição, chamado Coordenação de Recursos Técnicos e Informática (CRTI), para falar com o servidor Aguinaldo Silva, responsável por este órgão e pela contratação da empresa Montreal (Gestão de Informação e do Conhecimento), que estava realizando a digitalização dos documentos da instituição. Ao falar com a bibliotecária da empresa, ela informou que não seria possível o acesso, já que alguns desses documentos seriam de caráter sigiloso, como o orçamento da instituição, processo de professores etc., e a empresa não teria uma data para concluir o serviço. Isso também foi afirmado pelo servidor Aguinaldo, responsável pelo contrato de licitação com a empresa, que apresentou uma imagem do galpão onde estavam os documentos, que mais parecia “um lixão”, ou seja, fica nítido que a instituição não deu atenção devida aos documentos durante a reforma. Como resultado, não consegui nenhuma informação que pudesse ajudar no andamento da pesquisa.

O próximo passo foi ir à Coordenadoria de Educação Especial (COOES/SEDUC). Vale ressaltar que esta coordenação, diferentes das demais, possui prédio próprio, bem distante da sede da SEDUC, localizada atualmente na Escola Visconde de Souza Franco, na Avenida Almirante Barroso, nº 1150, em Belém. Ao chegar no espaço, encontrei a professora Mara Campelo que informou que a coordenação não tinha documentos referentes à história da

Educação Especial. Entretanto, apresentou-me livros que poderiam ajudar sobre a historiografia da educação de pessoas com deficiência no Pará.

Figura 9 – Livros disponibilizados pela SEDUC



Fonte: Acervo do COOES/SEDUC (2023).

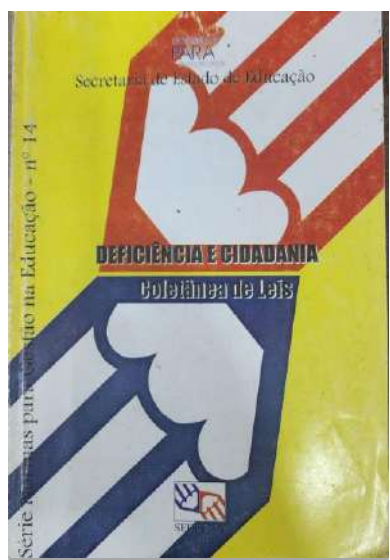
Fiz questão de registrar a imagem desses livros nesta pesquisa, pois alguns possuem a cópia original sob posse da secretaria estadual de educação do Pará, e como a sede mudou de lugar por diversas vezes, os documentos podem ser perdidos ou danificados, afetando as próximas pesquisas e a compreensão do passado da educação paraense. O registro ajuda-nos a eternizar sua existência e reafirmar que tiveram muita importância na história.

O livro de Fernandes (2017) é constituído por vários artigos compilados. Dois deles chamaram atenção por tratar sobre historiografia da educação especial, sendo que o primeiro

artigo do livro é intitulado de “Memória e História da Educação Especial em Santa Maria do Pará” (Aquino, 2017). Trata-se da educação especial no município próximo à capital, uma história recente de meados de 1970. O segundo com o título “História e Memória das Unidades Especializadas: O caso da UEES Professor Astério de Campos”, escrito por Lima e Linhares (2017), aborda a história da unidade especializada destinada aos surdos, que inicia suas atividades em 1960 na cidade de Belém.

A busca continuou no livro de Pará (1997) intitulado “Deficiência e Cidadania: Coletânea de Leis”, produzido pela própria Secretaria de Educação, com todas as legislações federais, estaduais e municipais do Estado do Pará; mas com as legislações a partir da década de 1960.

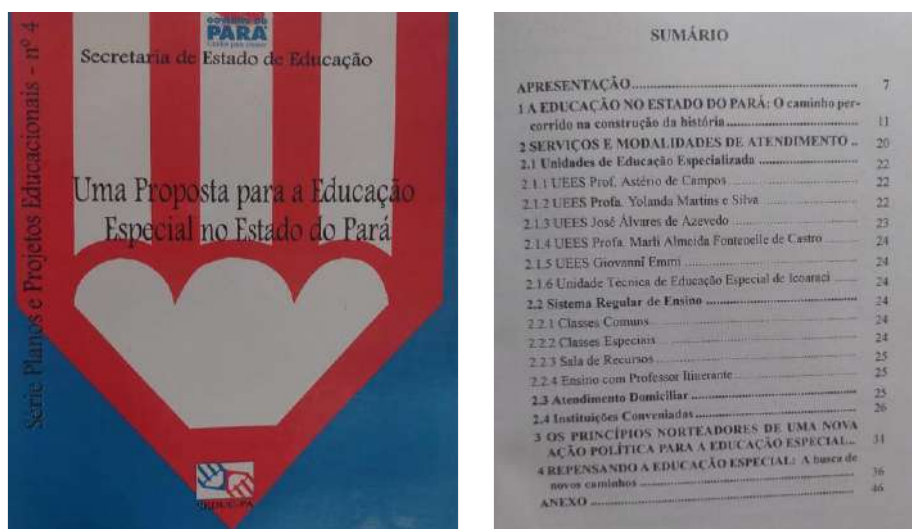
Figura 10 – Livro Deficiência e Cidadania: Coletânea de Leis (1997)

	1.8 Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, dispõe sobre o Regime Tributário das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLER e dá outras providências. 1.9 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2 LEIS ESTADUAIS 2.1 Lei nº 5.004, de 10 de dezembro de 1981, estabelece a obrigatoriedade de lugar especial destinado ao deficiente físico nos ônibus urbanos e itinerários do Estado do Pará e das demais providências. 2.2 Lei nº 5.470, de 16 de agosto de 1988, declara de utilidade pública para o Estado do Pará a Associação Paraense dos Deficientes Visuais. 2.3 Constituição do Estado do Pará, promulgada em 05 de outubro de 1989. 2.4 Lei nº 5.564, de 27 de outubro de 1989, declara de utilidade pública para o Estado do Pará, a "Associação das Pessoas Deficientes" e dá outras providências. 2.5 Lei nº 5.782, de 20 de dezembro de 1993, assegura aos Deficientes Gestantes e Idosos o direito a atendimento preferencial e dá outras providências. 2.6 Lei nº 5.793, de 22 de dezembro de 1993, dispõe sobre o percentual máximo de admissão de deficientes físicos e/ou sensoriais no serviço público. 2.7 Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.	2.8 Lei nº 5.894, de 11 de julho de 1995, declara de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Deficientes Físicos do Pará e dá outras providências. 2.9 Lei nº 5.940, de 15 de janeiro de 1996, dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado do Pará e dá outras providências. 2.10 Lei nº 5.955, de 26 de março de 1996, dispõe sobre o ensino para deficientes auditivo e sensorial. 2.11 Lei nº 5.973, de 24 de junho de 1996, reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Amigos do Autista de Belém - AMAB. 2.12 Lei nº 5.974, de 24 de junho de 1996, dispõe sobre servidores públicos portadores de deficiência. 2.13 Lei nº 6.020, de 10 de janeiro de 1997, dispõe sobre as Normas de Adaptação de Prédios de Uso Público, a fim de assegurar acesso adequado aos portadores de deficiência. 3 LEIS MUNICIPAIS 3.1 Lei nº 4.989, de 24 de agosto de 1961, autoriza a criação do Instituto dos Cegos de Belém e dá outras providências. 3.2 Lei nº 7.237, de 16 de dezembro de 1983, dispõe sobre a admissão de deficientes físicos e mentais no quadro de servidores da Administração Municipal e dá outras providências. 3.3 Lei nº 7.252, de 26 de julho de 1984, assegura direito às servidoras públicas municipais, mães de excepcionais. 3.4 Lei nº 7.436, de 27 de dezembro de 1988, cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Deficiente - COMDEDEF e dá outras providências.
--	--	--

Fonte: Acervo da COOES/SEDUC (2023).

O livro se constitui uma fonte rica de informações sobre as legislações históricas, principalmente de uma história local, sendo contada a partir das políticas do século XX. O livro intitulado *Uma proposta para a Educação Especial no Estado do Pará* (Pará, 1996) também relata uma história muito recente, onde apresenta a história das unidades especializadas e os princípios de uma mudança no atendimento, ou seja, o período de transição do paradigma integrativo para o inclusivo, conforme é possível visualizar no sumário do livro apresentado abaixo.

Figura 11 – Livro “Uma proposta para a Educação Especial no Estado do Pará” (1996)



Fonte: Acervo da COOES/SEDUC (2023).

Após esse primeiro percurso, reiniciei a pesquisa nas unidades técnicas especializadas, no mês de abril de 2023. Fui, então, à primeira instituição pública criada no Pará, voltada para escolarização da pessoa com deficiência visual, a Unidade Técnica especializada José Álvares de Azevedo. Lá conversei com a Coordenadora Ana Braga, sendo informada de que o professor Ronaldo Alex Raiol (cego) seria a pessoa mais indicada para falar um pouco mais sobre a unidade. Muito receptivo, mesmo aguardando seus alunos para atendimento, fez questão de contar um pouco sobre a instituição.

Segundo ele, a escola José Álvares iniciou suas atividades na Escola Lauro Sodré (essa informação se tornou muito útil durante as análises), e logo depois ganhou prédio próprio, situado na Travessa Presidente Pernambuco, 497, Batista Campos, Belém-PA, mesmo lugar até os dias atuais. A criação da unidade remete ao ano de 1953, através do Decreto nº 1.300. Ronaldo informou que os primeiros alunos foram da família Lucas, que era constituída por 4 irmãos cegos, inclusive uma das irmãs estaria em um evento alusivo aos 67 anos da unidade, do qual me convidaram para estar presente. O professor informou ainda que a primeira aluna estaria na escola para uma homenagem, e que Raimundo Lucas um dos irmãos cegos foi convidado, mas como havia perdido a esposa recentemente para o Covid-19 não confirmou presença.

O Professor Ronaldo informou que não havia nenhum documento sobre o histórico da instituição, já que durante a reforma do José Álvares, muitos documentos se perderam, inclusive os relatórios de alunos, fotos etc. Saí desta instituição (a primeira criada no Pará voltada para escolarização da pessoa com deficiência) também sem grandes informações e cada vez mais

ciente de que a escassez de pesquisas, possivelmente seria reflexo da escassez de fontes de pesquisa documental. E, talvez, a única forma de contar esta história, segundo os professores da unidade, seria por meio dos alunos que ainda estavam vivos. Entretanto, a criação da unidade se deu na segunda metade do século XX, fugindo do período no qual eu possuía interesse.

Visitei também o Instituto Felippo Smaldone, o qual busca desenvolver aprendizagens e comunicações que contribuam para o desenvolvimento da criança surda, sendo criado em 25 de março de 1973. Na instituição, apresentei-me como pesquisadora da Universidade Federal do Pará e fui recebida por uma freira, informando que o instituto possui como instituição mantenedora a “Congregação das irmãs salesianas dos sagrados corações”, de natureza privada, filantrópica, mas recebe verbas municipais, estaduais e federais.

A Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações foi fundada em 1885, na Itália, por São Filippo Smaldone. O Padre Felippo Smaldone dedicou sua vida à educação dos surdos na Itália e fundou a Congregação das Irmãs para que continuassem no tempo e no espaço a sua Missão a serviço da pessoa surda. A Congregação sentiu necessidade de expandir a missão para vários lugares do mundo. Hoje, o Instituto está presente na Itália, Brasil, Paraguai, Ruanda, Tanzânia, Benin e Moldávia. No Brasil, a Congregação estabeleceu-se em 1972, na cidade de Belém-PA, onde inicia suas atividades em 25 de março de 1973, com 27 alunos surdos na faixa etária de 0 a 14 anos, em 3 regimes de semi-internato, matriculados em turmas de alfabetização a 4ª série do Ensino Fundamental. A freira deixou claro que a realização da pesquisa só seria possível com a permissão da madre superiora (diretora da instituição), a partir da análise do projeto de pesquisa fornecido. Fui convidada para participar de uma *live* alusiva aos 50 anos da instituição, intitulada “No mundo do silêncio, Deus se manifesta”, ocorrida no dia 26 de abril de 2022. Nesta *live* participaram a 1ª diretora da unidade, bem como os alunos que constituíram a primeira turma de surdos do Smaldone.

Nota-se que a Instituição Filippo Smaldone possui práticas com os alunos surdos distanciadas de uma educação laica, apresentando um comportamento direcionado às práticas da igreja católica, fato que pode ser observado nas finalidades da instituição, que estão presentes no Artigo 4º do Relatório das Atividades realizadas na Escola Instituto Filippo Smaldone (2019)¹⁵.

¹⁵ Informações disponíveis em: <<https://institutofilipposmaldone.com.br/belem/wp-content/uploads/2020/07/RELAT%C3%93RIO-2019.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

A Congregação concentra esforços no sentido de:

I – Formar suas associadas para que possam educar, **evangelizar** e promover crianças, adolescentes, jovens e idosos, especialmente os mais pobres, através de suas atividades educacionais, culturais, promocionais, beneficentes de assistência social;

III - oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social tendo por meio, o ensino, **a educação religiosa**, moral e cívica (Filippo Smaldone, 2019, p. 5, grifo nosso)

Considero necessário conhecer a respeito das instituições que na atualidade ainda atuam na promoção dos ideais da igreja, e que selecionam as pesquisas que podem ou não serem efetivadas, o que me pareceu interessante, mas era uma informação que não me pareceu útil no início do movimento exploratório. Posteriormente, ao analisar a força educativa-igreja, foi substancial para a reflexão sobre o papel que esta instituição desempenhou/desempenha na atualidade.

De forma geral, a ida a estas instituições não trouxe muitos esclarecimentos ou indicação de fontes de pesquisa relacionadas à instrução ou mesmo ao recolhimento de pessoas com deficiência no século XIX. Ao contrário, a pesquisa exploratória trouxe-me uma certa frustração, ao perceber que as fontes históricas da educação especial do Estado do Pará estão concentradas na história oral, através de vozes de alunos ou professores que vivenciaram este processo, pois a busca por documentações anteriores a segunda metade do século XIX, em sua maioria, foram destruídas ou perdidas ao longo do processo.

Em junho de 2022, fui até à biblioteca da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), localizada na Avenida Almirante Barroso, 1312, bairro do Marco, em Belém-PA. Nesse espaço encontrei um acervo com materiais referentes à criação de escolas municipais. Trata-se de uma coletânea de Leis do Município de Belém, organizadas no período entre 1930 e 2021. A coordenadora do arquivo, que na ocasião era a Marly Jorge Brito, explicou que o acervo tem como objetivo disponibilizar a legislação municipal para a população, sendo a coletânea organizada com as seguintes informações: número da lei, tipo, data de criação, resumo e o prefeito que sancionou a lei.

Os tipos apresentados foram os decretos-leis, as leis ordinárias, leis complementares e leis delegadas. Neste espaço a coordenadora fez uma retrospectiva histórica, explicando que, através do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, Belém passou de Intendência para Prefeitura Municipal. O Interventor do Pará Joaquim de Magalhães Barata nomeia como primeiro Prefeito de Belém, o Padre Leandro Pinheiro, o qual permaneceu no cargo até 11 de março de 1932. A ida neste espaço tinha como objetivo encontrar legislações do século XIX,

mas, a partir da conversa com a servidora Marly, tornou-se claro que a documentação só foi catalogada após a data de institucionalização da prefeitura de Belém, ou seja, em 1930.

A bibliotecária da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) indicou que eu poderia encontrar alguma informação sobre minha pesquisa na biblioteca da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), que fica localizada na Avenida Governador José Malcher (1291), bairro Nazaré. Realizei a visita em abril de 2023 e fui recebida por uma estagiária que informou que o espaço continha os seguintes documentos: história da SEMEC, estrutura administrativa, relação geral de servidores, legislações do município, informações sobre as escolas municipais e diretorias.

Interessava-me a relação de servidores do município, pois o motivo se deu após ler Borges e Campos (2018), descobrindo a existência de uma psicóloga paraense chamada Yolanda Martins e Silva (nascida no início do século XX), que dedicou grande parte de sua vida à educação de pessoas com deficiência, trabalhando na secretaria municipal de Belém. Além disso, um fato chamou atenção na leitura: a Helena Antipoff (psicóloga e pedagoga russa que foi uma das pioneiras na educação especial no Brasil), convidou Yolanda Martins e Silva para atuar nessas classes especiais de Minas Gerais. O site da Escola Estadual Profa. Yolanda Martins informa que a paraense foi doutora em psicologia, formada pelo Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nasceu em 15 de fevereiro de 1927, na cidade de Belém no Estado do Pará e faleceu a 7 de abril de 1975, no mesmo Estado¹⁶. Antes de se mudar para Minas Gerais, a psicóloga foi servidora do município de Belém, e, em 1950, assumiu a cadeira de professora de matemática. De 1951 a 1956, dirigiu as Escolas Municipais de Belém do Pará. De 1958 a 1959, exerceu a função de professora das oficinas pedagógicas da Sociedade Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se sobressaiu pela criatividade e capacidade de sondagem de alunos. Em 1960, assumiu o cargo de Psicóloga do Consultório Médico Psicopedagógico da Sociedade Pestalozzi do Brasil (RJ). E, por fim, de 1961 a 1971, participou ativamente de atividades psicopedagógicas em Minas Gerais, na Fazenda do Rosário¹⁷. Atuou em diversos cargos, inclusive como dirigente do “Instituto de Educação Emendativa” dentro da fazenda, onde permaneceu até seu adoecimento (1975).

¹⁶ Disponível em: <https://professorayolandamartins01.blogspot.com/2016/10/historia_21.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

¹⁷ Distante 28 quilômetros de Belo Horizonte, localizava-se na área rural do distrito de Ibirité, município de Betim (MG). Criada em 1939, como parte da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, a Fazenda do Rosário foi projetada para ser uma instituição de educação e assistência às crianças excepcionais e desamparadas. Transformou-se no espaço referência de implementação das políticas de educação rural do Estado (Pinho, 2009).

Durante a pesquisa exploratória, acreditava que a influente psicóloga Yolanda Martins, com toda sua sabedoria sobre a educação de pessoas com deficiência, havia escrito sobre como ocorreu a educação das pessoas com deficiências em períodos anteriores, principalmente durante o século XIX no Pará. Entretanto, para minha surpresa, a prefeitura de Belém informou não ter o registro da servidora, sendo orientada a procurar o Conselho de Psicologia, e no mesmo dia fiz uma visita ao Conselho.

O Conselho Regional de Psicologia (CRP), da 10ª Região Pará e Amapá, localiza-se na Avenida Generalíssimo Deodoro, número 511, bairro Umarizal, Belém-PA. Lá fui recebida pela presidenta Jureuda Duarte Guerra. Ela realizou a consulta e constatou que a paraense realmente foi vinculada ao Conselho de Psicologia paraense, mas o seu registro encerrou-se com seu falecimento em 1975. A presidenta mostrou-me uma pequena biblioteca com livros de psicólogos vinculados ao Conselho, mas nada que pudesse acrescentar na busca por fontes. Sem grandes informações, achei necessário concentrar as pesquisas nas bibliotecas e arquivos públicos.

Realizei visita à Biblioteca Pública do Estado Pará, fundada em 1871, e, em 1986, passou a localizar-se no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), ocasião na qual foi denominada “Biblioteca Pública Arthur Vianna”. A referida instituição objetiva fomentar o acesso à informação e à divulgação do conhecimento e preservação da memória cultural paraense. As consultas referentes a esta tese se deram no setor de “Obras raras”.

Dentre os documentos encontrados, tive acesso à Revista de Educação e Ensino (1891-1895), sendo um dos periódicos sobre educação de maior importância que circularam no Pará. A Revista teve vários exemplares a partir de 1891, estendendo-se até o século XX. Entretanto, devido ao recorte temporal, detive-me na primeira publicação, e esse levantamento ajudou-me a compreender um pouco mais sobre as discussões ocorridas sobre a instrução paraense. Nas próximas seções, apresentarei a contribuição e o conteúdo da Revista.

As visitas ao Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) iniciaram em abril de 2022 (quando os prédios públicos abriram as portas no pós-Covid-19). O espaço fica localizado na Travessa Campos Sales, 273, bairro da Campina, Belém-PA. Este espaço é um repositório onde constam informações importantes do patrimônio documental do Estado do Pará. Ele é administrado pela Secretaria de Estado de Cultura (SECULT). Neste local fui em busca de documentos que mencionassem instituições como asilos, orfanatos e demais espaços construídos no século XIX, além dos relatórios dos governadores apresentado ao Congresso Paraense, os quais são importantes no sentido de revelar maiores informações sobre o período

da pesquisa. O material pesquisado no arquivo é de ampla proporção, o que resultou em um trabalho de pesquisa por cerca de dois anos.

Durante as visitas ao arquivo, debruçei-me na análise documental. Trata-se de um processo de “imersão” em revistas, jornais, relatórios públicos e de planejamento orçamentário, a fim de verificar tudo que pudesse contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Vale destacar que a análise dos documentos históricos, por meio da pesquisa documental, não é uma tarefa fácil. A forma como algumas expressões são utilizadas representam um rico campo de estudo e de questionamentos para aqueles que se dedicam à investigação desta complexa temática. No entanto, é um desafio porque os termos relacionados à pessoa com deficiência eram desconhecidos, o que dificultava a pesquisa por palavras-chave, fato que gerou a necessidade de primeiramente montar um quadro apenas com nomenclaturas utilizadas no século dezenove.

Para realizar este quadro de nomenclaturas, realizei a pré-análise dos documentos até então obtidos via internet e pela Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves” (CENTUR). No acervo Obras Raras “Acervo Digital”, encontrei seis relatórios, os quais podem ser encontrados também no site <<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>>, cujos títulos estão organizados da seguinte forma: 1) Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos (1897-1902); 2) Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos (1903); 3) Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos (1904); 4) Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos (1905); 5) Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos (1906); 6) Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos (1908). Entre os achados, encontrei, no primeiro relatório (1897-1902), a criação do Asylo da Mendicidade em 1897, bem como alguns trechos escritos por Antônio Lemos que serão apresentados nas próximas seções desta tese.

Em um primeiro momento, optei por baixar do site os relatórios acima citados. A leitura exaustiva desses documentos contribuiu para a obtenção das primeiras impressões sobre as questões relativas ao campo educacional do período, o que levou inclusive a conhecer e expandir as nomenclaturas mais utilizadas na época para abordar a pessoa com deficiência. Assim, todos os termos “novos” ou não, utilizados no relatório, foram anotados e organizados numa ficha de leitura. Os principais termos encontrados foram:

Quadro 9 – Principais terminologias citadas no Relatório de Antônio Lemos

Período	Documento	Terminologias
1897-1902	Relatório: O município de Belém: relatório de Antônio Lemos	<i>Inválidos</i>
1903		<i>Paralyticos</i>
1904		<i>Cegos</i>
1905		<i>Defeitos Physicos</i>
1906		<i>Aleijados</i>
1908		<i>Rachiticos</i>
		<i>Inutilizados</i>
		<i>Surdo-mudo</i>
		<i>Demente</i>
		<i>Idiota</i>
		<i>Doudo</i>
		<i>Côxo</i>
		<i>Anormal</i>
		Anormalidade
		Anomalia
		Alienado
		Incapacitado
		Incapazes
		Incapacitável
		Retardado

Fonte: Adaptado pela autora do acervo digital da Fundação Cultural do Estado do Pará. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

Encontrar essas terminologias e registros foi um fator decisivo, porque compreendi que havia informações sobre pessoas com deficiência nos relatórios paraenses. Isto significa a existência de fontes “acessíveis” para a viabilidade da pesquisa, fato este que me ajudou a centralizar meu olhar para documentos que estivessem dentro do século XIX. Construir um quadro de nomenclaturas contribuiu também para realizar a pesquisa no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<bdigital.bn.gov.br/acervodigital/>), já que, para acessar os jornais paraenses, é necessário a busca através de palavras-chave, o que só foi possível após descobrir as nomenclaturas utilizadas para designar a pessoa com deficiência.

Assim, utilizei cada um dos termos no campo de buscas. A Biblioteca Digital apresenta ao todo 46 periódicos paraenses correspondentes ao período do século XIX. Devido às pesquisas ocorrerem através de palavras-chave, algumas vezes, ao pesquisar a palavra “cego”, obtive mais de um mil resultados, sendo um processo muito trabalhoso, pois li cada reportagem e selecionei as informações a partir de sua relevância para os objetivos propostos.

Os materiais foram salvos e posteriormente organizados em pastas para síntese e análise. Dentre os 46 periódicos tanto da capital como do interior do Pará, apenas em 16 periódicos continham informações sobre as pessoas com deficiência. Apresento no subitem “catalogação e identificação das fontes”, todas as revistas utilizadas nesta pesquisa.

A coleta nos jornais paraenses encontrou um dos documentos mais valiosos que estão presentes no repositório da Hemeroteca Digital (<obj.digital.bn.gov.br/>), com seguinte trecho

do jornal “A Boa Nova: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel” de 1873, edição 88, que apresenta a notícia sobre o projeto de criação de um Instituto para Surdos-Mudos na capital do Pará, proposto em 1873. A notícia que comprova a preocupação social com a instrução desses sujeitos, cujo título é “Projecto de um Instituto de surdos-mudos na capital do Pará”, evidencia a importância do bispo Dom Antônio Macedo Costa na criação de um espaço chamado “Sagrado Coração de Jesus”, estabelecimento para “educação e instrução dos surdos-mudos”.

Essa fonte foi encontrada ainda na fase exploratória, ajudando-me a definir o período que seria estabelecida esta tese e os objetivos propostos. Por fim, consegui levantar um conjunto de achados que foram pensados e implementados no século XIX, que substanciaram chegar à definição do objeto de pesquisa. Destaco que a investigação das fontes tomou bastante tempo e paciência. A construção do Quadro 8 (para organização da pesquisa histórica) facilitou o processo, mas os documentos normalmente apresentam inúmeras páginas e nem sempre tive êxito em encontrar o que pretendia. Desta forma, concordo com Lopes e Galvão (2001), quando afirmam que o trabalho com as fontes exige, antes de tudo, paciência. Permaneci horas, dias e semanas para encontrar um ou dois documentos que interessavam à pesquisa. E ao encontrá-lo, precisei dar significação ao contexto a que está inserido. A ansiedade parece ser uma das principais inimigas do historiador (Lopes; Galvão, 2001).

Considero que o uso de documentos em pesquisas deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles pode-se extrair e resgatar justifica o seu uso e a dificuldade de encontrá-los, já que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica, como o advento da educação de pessoas com alguma deficiência.

Mesmo recolhendo esses periódicos de forma prudente e criteriosa, percebi, durante todo percurso exploratório e após encontrar um volume grande de fontes, que essa pesquisa nunca estará totalmente finalizada, pois outros pesquisadores podem produzir novos conhecimentos a partir deste período histórico, já que

o conhecimento é infinito e que a história nunca está acabada, pois, é um processo da humanidade e todo o conhecimento produzido em um determinado período histórico pode ser reescrito posteriormente, ou seja, o historiador questiona uma tese já defendida, a partir desses questionamentos elabora uma antítese que posteriormente chegará a uma nova tese comprovando, ou não, sua antítese, no entanto, sua tese só será “verdadeira” até que um novo pesquisador a coloque em questão e a partir daí elabore uma nova tese (Padilha, 2015, p. 132).

No próximo subitem, apresento alguns documentos encontrados na pesquisa exploratória e descobertos ao longo das incursões no doutorado.

2.2.2.1 Catalogação e identificação das fontes

É importante comentar que a pesquisa histórica, na perspectiva social, direciona para não priorizar determinado tipo documental, reunindo tudo o que está sendo referenciado. Pimentel (2001) estabelece que é possível promover categorias diferenciadas por critério de assunto, aspectos temáticos e conceituais das publicações. Desta forma, optei por seguir os documentos historiográficos citados por Cardoso e Martinez (2022), como documentação legislativa e normativa (decretos, resoluções, projetos de lei e pareceres); documentos da administração estatal (correspondências, estatísticas censitárias, relatórios técnicos, relatórios de gestores públicos e microdados do censo escolar); trechos de periódicos (cartas publicadas em jornais; jornais, revistas especializadas, diários oficiais, imprensa periódica); bem como que tratassem da oferta de atendimento educacional para pessoas com deficiência.

Apresento todo material coletado em fontes históricas, bem como outros que contribuíram para a construção deste texto, todos eles serão apresentados em quadros distintos: quadro 10 (livros de autores paraenses); quadro 11 (livros de autores nacionais); quadro 12 (levantamento de periódicos) e quadro 13 (documentos e normativas usados na pesquisa).

Quadro 10 – Livros sobre História da Educação Especial (Autores Paraenses)

Nº	Livros (título)	Autor	Ano
1	Fundação Pestalozzi do Pará: A Educação Especial no Processo de Integração Social.	Miguel Evangelista Cruz	1988
2	Uma proposta para a Educação Especial no Estado do Pará.	Secretaria de Educação do Estado do Pará.	1996
3	Deficiência e Cidadania: Coletânea de Leis	Secretaria de Educação do Estado do Pará.	1997
4	Loucura e Assistência Psiquiátrica no Pará (1833-1984).	Janari da Silva Pedroso.	2008
5	História, Loucura e Memória: o Acervo do Hospital Psiquiátrico “Juliano Moreira”	Magda Ricci e Rodolfo Valentim	2009
6	Normalidade e disnormalidade: formas de trabalho docente na educação de surdos.	José Anchieta de Oliveira Bentes e Maria Cristina P. Hayashi.	2012
7	Educação Especial: Cidadania, Memória e História.	Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes	2017

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A produção de livros sobre a historiografia da Educação Especial ainda é limitada, e perpassa pela história das primeiras instituições especializadas no Pará. A grande maioria dos livros foram encontrados nos órgãos públicos dos quais visitei, ou foram fruto do acervo de colegas da área. Nas referências apresentadas, observa-se que a história da educação especial se mistura com a história da psiquiatria, pois para chegar aos resultados que serão apresentados,

foi necessário buscar em época distante a participação de uma instituição manicomial que atravessou o tempo com vários momentos de luta em busca da separação do público com doença mental ou deficiência intelectual.

Quando aos livros usados nesta tese, apresento todos que foram usados, muitos desses livros já eram meus, outros consegui realizar a compra através de sites, feira do livro ou foram doados por colegas da área da Educação Especial que já estão aposentados.

Quadro 11 – Livros sobre História da Educação Especial (Autores Nacionais)

Nº	Livros (título)	Autor	Ano
1	Deficiência Mental: da superstição à ciência	Isaias Pessotti	1984
2	A luta pela educação do deficiente mental no Brasil	Gilberta de Martino Jannuzzi	1985
3	Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.	José Geraldo Silveira Bueno	1993
4	Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas	Marcos José da Silveira Mazzotta	1996
5	Uma breve história dos movimentos de pessoas com deficiência	Romeu Kazumi Sassaki	1997
6	A Educação de um Selvagem: as Experiências Pedagógicas de Jean Itard	Luci Banks-Leite e Izabel Galvão	2000
7	Educação Especial e inclusão escolar: história e fundamentos.	Aline Maira da Silva	2010
8	A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.	Gilberta de Martino Januzzi	2012
9	História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI	Lúcia de Araújo R. Martins	2015
10	Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil	Lilia Ferreira Lobo	2015
11	Educação Especial em Roraima-1970 a 2001: a proposta do regime militar e seus efeitos	Maria Edith Romano Siems	2016
12	As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncios e gritos	Emílio Figueira	2021
13	Fundamentos Sociais, Políticos e Antropológicos da Educação Especial.	Laura C. Moreira	2021
14	O lugar da Pessoa com Deficiência na História: Uma narrativa ao Averso da Lógica Ordinária.	Gustavo Martins Piccolo	2022
15	Educação Especial e Instituição Educacional Especializada: história e políticas públicas.	Élida Galvão do Nascimento	2023

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os livros citados, tratam de aspectos relacionados aos marcos históricos, políticos e legais da Educação Especial, que serviram de base para a construção da figura 1 deste trabalho, onde as formas de organização estabelecidas pelos autores, grande parte deles, declara sua concepção epistemológica ao organizar seus textos em: paradigma, perspectiva, vertente e

periodização. Outros apostam em fazer o movimento de debate sobre a historiografia da educação especial no Brasil de forma conjunta com as políticas educacionais do período.

O Levantamento perpassou pelos trechos de periódicos paraenses, que traziam informações sobre a pessoa com deficiência, os jornais foram acessados pela Hemeroteca Digital – BNDigital – Fundação Biblioteca Nacional. Conforme apresento no quadro.

Quadro 12 – Levantamento de periódicos utilizados na pesquisa

Nº	Jornais Paraenses	Ano de início das atividades
1	O Paraense (PA)	1822
2	A Sentinella Maranhense: na guarita do Pará (PA)	1834
3	Treze de Maio (PA)	1847
4	Synopsis Ecclesiastica (PA)	1848
5	A Epocha: folha política, comercial e noticiosa (PA)	1859
6	Estrela do Norte (PA)	1865
7	A Boa Nova: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amável (PA)	1872
8	A Regeneração: periódico político, comercial, noticioso e literário (PA).	1873
9	Boletim de Noticias (PA)	1873
10	A Constituição: órgão do partido conservador (PA)	1876
11	Diario de Noticias (PA)	1881
12	Gazeta de Alemquer (PA)	1885
13	A Republica: Orgão do Club Republicano (PA)	1886
14	A Reacção: órgão do partido liberal	1889
15	O Democrata: Orgão do Partido Republicano Democratico (PA)	1890
16	A Voz do Caixeiro: Órgão dos empregados do Commercio (PA)	1890
17	Anão: Periodico Semanal (PA)	1890
18	O Crepusculo : Órgão Estudantino Litterario (PA)	1890
19	Correio Paraense : Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	1892
20	A Patria Paraense : Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	1894
21	Boletim do Museu Paraense: De Historia Natural e Ethnographia (PA)	1894
22	Pinsonia (PA)	1895
23	A Epocha : Revista Militar, Scientifica e Litteraria (PA)	1895
24	A Palavra: revista militar e literatura luz e união (PA)	1895
25	A Folha do Norte (PA)	1896
26	O Pará (PA)	1897
27	O Holophote: Noticioso, Crítico, Litterario e Commercial (PA)	1897
28	O Condor: Jornal Litterario, Postal e Noticioso (PA)	1897
29	O Cearense : Orgam da Colonia Cearense (PA)	1898
30	O Apologista Christão Brasileiro: Saibamos e practiquemos a verdade, custe o que custar (PA)	1899

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Encontrei ao todo 46 jornais, no entanto, as informações sobre a pessoa com deficiência só foram encontradas em 30 periódicos. Todo material encontrado nos trinta periódicos foi categorizado, com as seguintes informações: período do documento, descartando

os periódicos que não se encaixam no período estabelecido; bem como o número de páginas etc., a fim de averiguar a veracidade e credibilidade das fontes adquiridas e a adequação destas às finalidades do problema desta pesquisa.

Um outro material sistematizado foram os documentos e normativas utilizados na pesquisa, utilizei: Atlas histórico e econômico do século XIX; Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará; Projetos; Relatório referente ao Congresso Internacional; Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos; Revistas Pedagógicas; Atas da Sessão do Conselho Superior da Instrução Pública; Mensagens do Governador do Pará para a Assembleia ; Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros; Recenseamentos dos surdos, dentre outros.

Quadro 13 – Documentos e Normativas usados na pesquisa

Nº	Documentos e Normativas	Ano
1	Carta do professor Francês Eduard Huet propondo ao Estado a criação do primeiro Instituto para alunos Surdos no Brasil.	1855
2	Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PA)	1867
3	Atlas Histórico e Econômico do Século XIX	1872
4	Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará	1872 e 1900
5	Projeto de um Instituto de surdos-mudos na capital do Pará (1873)	1873
6	Relatório referente ao Congresso Internacional de Educação de Surdos	1880
7	Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos	1888
8	Recenseamento dos surdos-mudos no Brasil	1888
9	Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos	1889
10	Revista Educação e Ensino	1891-1895
11	Atas da Sessão do Conselho Superior da Instrução Pública	1893
12	Mensagens do Governador do Pará para a Assembleia (PA)	1899
13	Almanak do estado do Pará	1904-1905

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a definição das fontes historiográficas possíveis de investigação, segui no sentido de traçar uma lista dos acontecimentos mais importantes, ocorridos no século XIX. Esses eventos foram listados com base na literatura encontrada no levantamento bibliográfico. Desenvolvi um “guia de fontes” ou “banco de fontes” (Bastos *et al.*, 1991), que é um banco de informações com os eventos e as principais políticas para a história da Educação Especial no Pará, no Brasil e no Mundo durante o século XIX, com a indicação de fontes onde elas foram retiradas, situando-me historicamente e fornecendo condições para que novas pesquisas nessa área surjam e se realizem de forma mais produtiva, como apresento a seguir.

Quadro 14 – Políticas Públicas que marcaram a história da Educação Especial no Mundo/Brasil/Pará do século XIX

Ano	Evento \ Política Pública
1815	Criação do Asilo do Tucunduba (criado pela Santa Casa, para servir de espaço de isolamento)
1829	Primeiro Instituto Estadunidense de cegos e surdo cegos fundado pelo médico Samuel Gridley. O nome atual do instituto é Perkins School for the Blind (Escola Perkins para cegos).
1835	Deputado Cornélio França apresentou projeto de lei para criação do cargo de professor de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos no RJ e nas províncias. O projeto foi arquivado (Jannuzzi, 2012).
1854	Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854 – Criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Bueno, 2011, p. 99).
1855	Carta do professor Francês Eduard Huet propondo ao Estado a criação do primeiro Instituto para alunos Surdos no Brasil.
1857	Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857 - criação legal do Instituto - 26 de novembro de 1857 - Instalação do Instituto dos Surdos-Mudos (Bueno, 2011, p. 99).
1857	Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857 – Aprova verba anual e pensão para 10 alunos indicados pelo Imperador Dom Pedro II para a Instalação do Instituto dos Surdos-Mudos. (Disponível em: < https://legis.senado.leg.br >. Acesso em: 15 de abril de 2022).
1860	Colégio Nossa Senhora do Amparo- Gentil Bittencourt (Foi criado como medida provincial para atender meninas desvalidas em Belém), em 1897 tornou-se o colégio Gentil Bittencourt.
1867	Instituição do novo regulamento do Instituto dos Surdos-mudos (Bueno, 2011, p. 100).
1868	Criação do Asilo dos Inválidos da Pátria, destinado aos ex-combatentes mutilados na guerra do Paraguai, localizado no Rio de Janeiro (Jannuzzi, 2012).
1870	Criação do Instituto Paraense de Educandos Artífices- Lauro Sodré (criado para atender meninos desvalidos em Belém), em 1897 tornou-se Instituto Lauro Sodré.
1873	Projeto de um Instituto dos Surdos-Mudos na capital do Pará – Criado por Dom Macedo Costa (Fonte encontrada nesta pesquisa no Jornal “A Boa Nova: Tudo que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel”, em 1873, edição 88).
1873	Criação do Asilo Santo Antônio- Foi criado pelo Bispo D. Macedo Costa, destinada a meninas órfãs, desvalidas e pensionistas, educadas na fé católica.
1874	Hospital Juliano Moreira-Hospital Estadual de Salvador inicia assistência aos deficientes mentais (ainda há pouca informação se era atendimento educacional ou médico) (Mazzotta, 2011, p. 30).
1876	O educador e médico Edouard Séguin (1812-1880) participa da fundação da “Association of Medical Officers of American Institutions”, atualmente conhecida como Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento (AAIDD) (Carmello Neto, 2019).
1880	Congresso Internacional para o melhoramento do destino dos Surdos-Mudos, ocorrido em Milão, na Itália, de 6 a 11 de setembro de 1880, mais conhecido como “Congresso de Milão” (Rodrigues; Vieira-Machado, 2021).
1880	Alfred Binet (1857-1911) publica dois artigos sobre Psicologia das sensações e das imagens, na revista francesa <i>Révue Philosophique</i> , iniciando os primeiros passos para, no século XX, criar as escalas métricas de avaliação da inteligência (Petersen; Jinzenji, 2023).
1883	O Imperador Convoca o 1º Congresso de Instrução Pública. Discutiu-se também a educação das pessoas com deficiência (Mazzotta, 2011, p. 30).
1884	Proposta de Tobias Leite – Criação de novos institutos sob responsabilidade do Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro (Jannuzzi, 1992).
1887	Escola do México inicia trabalhos com deficientes mentais (Jannuzzi, 1992, p. 23).
1890	Decreto nº 408 em 17 de maio de 1890 instituição de novo regulamento do Instituto dos Meninos Cegos e alteração do nome para Instituto Nacional dos Cegos (Bueno, 2011, p. 100); (Mazzotta, 2011, p. 28/29).
1891	Decreto nº. 1.320 de 24 de janeiro de 1891 – Estabeleceu a mudança de nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Benjamin Constant (IBC) (Mazzotta, 2011, p. 29).
1891	Publicação dos primeiros volumes da Revista Educação e Ensino no Pará (outubro de 1891) – Indica regras para professores com deficiência assumirem o cargo.
1893	Criação do Orfelinato Paraense (o espaço foi criado e mantido por doações e em 1902 passou para o âmbito municipal).
1893	Criação do hospício de Alienados (criado para esconder pessoas com doenças mentais) em 1937 se torna Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira.
1895	Alfred Binet e Victor Henri publicam a obra <i>Psychologia Individuelle</i> (1895), onde apresentam os primeiros ensaios sobre os métodos de avaliação no campo da Psicologia Individual. Binet fez uma série de outras publicações, o que culminaria, em 1905, na criação da escala métrica de avaliação da

	inteligência com Théodore Simon. O instrumento foi criado para medir cientificamente o “retardo mental”, e sua criação instituiu um importante marco nos rumos dos estudos e intervenções envolvendo as crianças consideradas “anormais”; possibilitaram que a inteligência deixasse de ser objeto exclusivo da Psiquiatria e passasse a ser objeto da Psicologia, passando a ser tratado no âmbito escolar e não hospitalar (Petersen; Jinzenji, 2023).
1897	Criação do Asylo da Mendicidade, por Antônio Lemos no Pará.
1898	Criação da Colônia ou Lazarópolis do Prata (o espaço só foi inaugurado em 1924, e funcionou como espaço de internamento obrigatório de toda pessoa portadora de hanseníase).
1900	Dr. Carlos Eiras apresentou a monografia “Da educação e tratamento médico pedagógico dos idiotas” durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. Tal apresentação aponta uma preocupação e um incipiente debate sobre a área (Mazzotta, 2011, p. 31).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Enfatizo que destaquei no Guia de fontes, todos os acontecimentos ocorridos no Estado do Pará, para mapear o período de cada um deles de forma mais objetiva, bem como, ratifico que a criação deste guia de fontes não possui o intuito de discutir a historiografia em uma perspectiva linear de história, uma vez que essa tese assumiu o compromisso de não escrever uma história factual. A construção do quadro foi idealizada para situar as fontes encontradas com o contexto local, nacional e mundial, estabelecendo relações, aproximações e distanciamentos desses eventos e das políticas públicas destacadas aqui.

2.2.3 Análise e tratamento dos dados à luz da Análise de Conteúdo

Antes de iniciar o aprofundamento desta seção, preciso destacar que a análise de conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, foi uma escolha consciente e que apresenta um papel importante, já que analisa, com perspicácia e intencionalidade, os dados encontrados nesta tese, além de ratificar as decisões tomadas entre pesquisador, objeto de pesquisa e o contexto dos documentos encontrados. O entrelaçamento dessas decisões será apresentado com todo rigor científico solicitado por esta metodologia.

A análise de conteúdo “é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” (Franco, 2012, p. 25). Uma outra definição estabelecida é a de (Bardin, 1979, p. 31):

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979, p. 31).

Franco (2012) sugere que, ao realizar a análise de conteúdo, é necessário responder às perguntas: O que se fala? O que se escreve? Com que intensidade? Com que frequência? Que tipo de símbolos figurativos são utilizados para expressar ideias? E os silêncios? E as

entrelinhas? e assim por diante. A análise de conteúdo permite ao pesquisador fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação.

A análise de conteúdo possui fases distintas, onde as próprias questões de investigação definirão a escolha dos documentos, a descrição e interpretação do conteúdo, buscando as respostas adequadas para as questões de investigação. Franco (2012) acrescenta que o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, ou seja, necessariamente essa mensagem deve expressar um significado e um sentido. Vale destacar que a análise do conteúdo considera a emissão de mensagens (que podem ser uma palavra, um texto, um enunciado ou até mesmo um discurso) está articulada às condições contextuais de seus produtores.

Antes de iniciar com os procedimentos descritos para a realização da análise de conteúdo, é necessário elaborar um bom “delineamento de plano de pesquisa” (Franco, 2012, p. 39). É necessário elaborar um plano para coletar e analisar dados a fim de responder à pergunta da pesquisa. O autor menciona que um bom plano de pesquisa deve conter:

- a. Procedimentos explícitos: explicita e integra procedimentos para selecionar uma amostra de dados para análise, categorias de conteúdo e unidades de registro a serem enquadradas nas categorias, comparações entre categorias e as classes de inferência que podem ser extraídas dos dados.
- b. Ideia clara sobre a pesquisa: o pesquisador deve ser capaz de especificar o tipo de evidência necessário ao teste de suas ideias, bem como deve saber as análises que terá que fazer, uma vez que os dados tenham sido colhidos e codificados, para além das inferências que eles lhe permitirão estabelecer.
- c. Um bom planejamento: um bom plano garante que teoria, coleta, análise e interpretação de dados estejam integradas.

A partir da garantia de elaboração de um bom plano de pesquisa, Bardin (1979) divide a técnica em três fases cronológicas: 1) a pré-análise; 2) a análise (exploração) do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Ressalto que o material encontrado, advindo de diversas possibilidades de fontes (já citadas), chegou em estado bruto e foi com base nele que se iniciei a análise. De posse desses saberes preliminares, visando sedimentar o caminho para melhor compreensão, é hora de apresentar cada uma das etapas do procedimento.

1. A pré-análise: esta primeira fase do procedimento possui três tarefas:
 - a. a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (corpus);
 - b. a formulação das hipóteses e dos objetivos;
 - c. a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

O primeiro passo que realizei para a escolha dos documentos de forma assertiva foi a leitura flutuante. Nesta etapa, para conhecer melhor as fontes que foram analisadas utilizei a organização da pesquisa histórica (ficha de leitura) (Quadro 8), onde consta a fonte do documento, o tipo, o formato, número de páginas, data da coleta e observações gerais. Assim, fizemos uma análise geral para chegar a próxima fase, que é a:

- a. A escolha dos documentos a serem submetidos à análise (corpus): após a leitura flutuante e o aprofundamento sobre as fontes, cheguei à conclusão que nem todos os documentos encontrados fariam parte da pesquisa; no entanto, serão úteis para publicações futuras. A escolha destas fontes não se deu por acaso, pois seguiu, de forma ordenada, as regras estabelecidas por Bardin (1979). Eis as principais regras:
 - *Regra da exaustividade*: uma vez definido o campo do corpus (documentos), é preciso ter em conta todos os elementos desse corpus. Evitei deixar de fora documentos importantes, mesmo algumas fontes estarem pouco legíveis, buscando retomá-las, com intuito de utilizar programas para melhorar a qualidade dos documentos, o que tomou muito tempo. A outras fontes, consegui acrescentar o termo ilegível, e aproveitar o restante do conteúdo da fonte.
 - *Regra da representatividade*: Bardin (2011) explica que, no caso da seleção de um número muito elevado de dados, pode-se efetuar uma amostra. Esta regra foi seguida quando realizei o levantamento dos recortes dos periódicos. Devido à grande variedade de trechos que relatavam situações parecidas, achei interessante selecionar uma “amostra”.
 - *Regra da homogeneidade*: os documentos selecionados devem obedecer a critérios precisos de escolha, ou seja, serem homogêneos e não apresentar demasiada singularidade fora dos critérios. Bardin (2011) afirma que esta regra é válida para quem fará uso de mais de um documento na sua análise. Esta regra foi a mais difícil de ser seguida, já que se tornou um desafio escolher mais de um tipo de documento e estabelecer critérios precisos para sua escolha.
 - *Regra de pertinência*: nesta regra é importante verificar se a fonte documental corresponde ao objetivo da pesquisa (Bardin, 1977), assim como a necessidade de critérios precisos de escolha, descritos na regra anterior. Para um bom seguimento das próximas fases, importa que os documentos correspondam aos objetivos do pesquisador.

Essa fase se mostrou muito trabalhosa, já que, para a realização da pré-análise e escolha dos documentos a serem submetidos à análise (corpus), precisei retomar as questões de investigação:

- Quais os debates internacionais sobre as formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no século XIX?
- Quais os debates nacionais e locais prevaleciam no processo de criação e implementação das formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no século XIX?
- Que forças educativas foram responsáveis pela criação e implementação das formas educativas que atenderam as pessoas com deficiência no Pará do século XIX?
- Quais as formas educativas foram criadas para atender as pessoas com deficiência no Pará no século XIX?

Retomei a leitura das questões e dividi o material recolhido como: “normativas oficiais paraenses” (documentação legislativa e normativa: decretos, resoluções e projetos de lei); “documentos da administração estatal” (correspondências, estatísticas censitárias, relatórios de gestores públicos e microdados do censo); “trechos de periódicos” (jornais, revistas especializadas, diários oficiais, imprensa periódica). As fontes foram buscadas no âmbito local, nacional e internacional, conforme mostrarei no decorrer da tese. Vale salientar que a grande maioria dos documentos foi encontrada em bibliotecas públicas (online ou física).

Realizada essa primeira parte, a da pré-análise, optei por não realizar a formulação das hipóteses e objetivos, já que não é uma etapa obrigatória, mas faço questão de explicitar esse item nos próximos parágrafos.

- b. A formulação das hipóteses e objetivos: a formulação de hipótese não é uma ação obrigatória durante os procedimentos de pré-análise, constituindo-se apenas como uma suposição, a qual poderá ou não se confirmar ao longo do procedimento. Já o objetivo “é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados” (Bardin, 1977, p. 98).
 - *A referência dos índices e a elaboração de indicadores*: esta atividade é necessária quando se elabora hipóteses. Nesse caso, optei por não realizar a elaboração de hipóteses, bem como não foram escolhidos índices e elaborados indicadores.
 - *A preparação do material*: esta etapa se constitui a última da pré-análise, como o nome sugere, corresponde a última atividade antes da análise propriamente dita.

Nesta etapa do procedimento, realizei a digitação e leitura paciente de todo material encontrado, que se encontrava digitalizado. Ao buscar ler suas entrelinhas, reuni todo o material que foi analisado para ajudar nas etapas de análise seguinte.

Apresento no próximo item a segunda fase da análise de conteúdo: A exploração do material, conforme demonstram Bardin (1977) e Franco (2008).

2) A exploração do material. Nesta segunda etapa da pesquisa, Bardin (1977) diz que é uma fase longa e enfadonha relacionada à exploração propriamente dita do material que passou pela fase da pré-análise. É o momento de tratar o material coletado na fase anterior, transformando-o em dados passíveis de serem analisados, através da codificação. Reconheço a dificuldade desta etapa e até mesmo a dificuldade de realizá-la em uma pesquisa histórica, com uma certa diversidade de fontes para serem codificadas. Uma outra questão complexa foi debruçar-me em organizar as *unidades de análise*, subdivididas entre (unidade de registro e contexto), a seguir evidencio cada uma delas.

- A *unidade de registro* é a menor parte do conteúdo, “cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas.” (Franco, 2005, p. 37). Eles podem ser de diferentes tipos e estarem inter-relacionados: a palavra, o tema, o personagem, o item. Segundo Moraes (1999, p. 5):

[...] para a definição das unidades de análise [...] pode-se manter os documentos ou mensagens em sua forma íntegra ou pode-se dividi-los em unidades menores. A decisão sobre o que será a unidade é dependente da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e do tipo de materiais a serem analisados (Moraes, 1999, p. 5).

Para realizar os registros dos conteúdos, escolhi o **tema** nesta tese, por ser uma afirmação sobre determinado assunto que envolve “não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais” (Franco, 2008, p. 43). Segundo Bardin, o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (1977, p. 105).

Analisei cada documento de maneira isolada, buscando as unidades de significação a partir de temas como já foi apontado. Bardin (1977) aponta que, em alguns casos, é necessário realizar um trabalho de análise “artesanal”. Reescrevi cada trecho dos documentos, sendo documentos políticos, internacionais, trechos de periódicos. Além disso, alguns tiveram que ser traduzidos, porque estavam em outras línguas. Li cada uma das mensagens, buscando congruências e diferenças entre elas. A partir dessas etapas e do corpus constituído, o próximo passo foi estabelecer as unidades de registro.

Para ficar mais claro a elaboração das unidades de registro, necessito explicar que autores, como Urung (1974) e Oliveira (2003), estabelecem que a unidade de registro obedece a dois critérios de classificação: 1) formais (considera o grupo gramatical ao qual a palavra pertence ao substantivo, adjetivo, verbo); 2) semântico (considera o sentido do texto como polissêmico, sinonímico, mudanças de sentido, relações entre unidades significantes). Isso posto, considere como critério de escolha o critério semântico, considerando a sinonímia dos sentidos dos documentos. No Quadro abaixo, listo as unidades de registro.

Quadro 15 – Unidades de Registro: Temas iniciais

- Documentos da administração estatal (correspondências, estatísticas censitárias, relatórios técnicos, relatórios de gestores públicos e microdados do censo escolar).

Tipo de documentos	Descrição
1 – Relatórios de Tobias Leite (1884). Fonte: Silva (1988).	Tobias Leite (chefe da Seção da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, diretor do INES de 1872-1896, período em que traduziu vários livros em língua estrangeira, contribuindo com a educação de surdos no Brasil). Defendeu a criação de outros institutos de surdos, utilizando os dados coletados no censo, em que propõem a criação de escolas de surdos em todas as províncias, inclusive no Pará.
2 – Recenciamento dos Surdos-Mudos Existentes no Brasil, Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos (1888). Fonte: Hemeroteca Digital.	O primeiro Almanak do amigo dos surdos-mudos (1888) foi lançado na capital do Império (Rio de Janeiro), voltado ao público surdo. Este documento foi criado e editado pelo Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual (INES). Instituto criado informalmente em 1856 por iniciativa do surdo francês E. Huet. Vale destacar que em 1857 a entidade passou a ser subvencionada pelo Império, tornando-se um órgão público. O documento apresenta a demografia de surdos-mudos existentes no Pará e no Brasil, dando ênfase para as atividades que ocorriam no instituto em 1888, bem como mostra a necessidade de dar visibilidade para este público que já constava no recenseamento brasileiro.
3 – Relatório de Gestor Público: Relatório O município de Belém: relatório de Antônio Lemos. (1897-1902) Fonte: Fundação Cultural do Pará (www.obrasraras.fcp.pa.gov.br).	O documento apresenta trechos da fala do gestor público Antônio Lemos sobre a organização do Asilo da Mendicidade e quem eram os indivíduos que frequentavam este espaço. Destaca-se que a organização do asilo tinha um caráter educacional, já que os internos eram divididos em classes, de acordo com a idade, assim como funcionava a escolarização regular.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apresento os documentos da administração estatal, em especial, as estatísticas censitárias e os relatórios de gestores públicos. O primeiro documento é o trecho do relatório de Tobias Leite (1884), que propunha a criação de outros institutos de surdos, além do já existente no Rio de Janeiro. Tobias utilizou dados coletados no censo, para ressaltar a existência de outros surdos espalhados pelo Brasil, inclusive a criação de um instituto da província do Ceará, que atendesse aos surdos das províncias -Piauí, Maranhão e Pará. Tobias Leite atuava como chefe da Seção da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro e diretor do INES (1872-1896), e escrevia seus relatórios como representante da administração estatal, caracterizando a força educativa: “Estado como incentivador da instrução”.

O segundo documento apresenta o recenciamento dos Surdos-Mudos existentes no Brasil. O trecho foi retirado do Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos (1888), escrito e editado pelo Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, o atual (INES). O documento também apresenta o recenseamento dos surdos-mudos, tanto no Brasil, quanto no Pará. Vale destacar igualmente que o documento anterior ao recenciamento dos surdos-mudos possuía a iniciativa do estado; logo, o documento representava a administração estatal, caracterizando a força educativa “Estado como incentivador da instrução”.

O terceiro e último documento do quadro mostra o trecho do relatório do gestor público do município de Belém “Antônio Lemos”, escrito no período de 1897 a 1902. Trata-se da organização do Asilo da Mendicidade, destacando que a organização do asilo possuía um caráter educacional, já que os internos eram divididos em classes de acordo com a idade, assim como funcionava a escolarização regular. Considero que este relatório caracterizava as formas educativas, pois “os asilos e internatos [serviam] como espaço de instrução para quem não poderia concorrer a escola”.

No quadro 16, apresento os conteúdos encontrados nos trechos de periódicos, (cartas publicadas em jornais; jornais, revistas especializadas, diários oficiais, imprensa periódica) e como esses temas se relacionam.

Quadro 16 – Unidades de Registro: Temas Iniciais

- Trechos de periódicos (cartas publicadas em jornais; jornais, revistas especializadas, diários oficiais, imprensa periódica).

Tipo de documento	Descrição
Trecho dos periódicos paraenses que estabelecem a urgência da sociedade civil em receber espaços para abrigar pessoas com deficiência, influenciando sobremaneira nos primeiros passos da educação de pessoas com deficiência.	O periódico paraense “Diario de Notícias (PA) do ano de 1869, edição 00017, apresenta a reportagem sobre a urgência da cidade em receber um espaço para abrigar pobres e pessoas com deficiência.
	O periódico paraense “Diario de Notícias (PA), do ano de 1891, apresenta a reportagem sobre uma necessidade pública da cidade em receber um espaço para abrigar pobres e pessoas com deficiência.
	O periódico paraense “O Liberal” (PA) do ano de 1870, edição 00017, apresenta a reportagem sobre a urgência da cidade em receber um espaço para abrigar várias pessoas, inclusive com deficiência.
	O periódico paraense “Folha do Norte” (PA) do ano de 1896, edição 00801, apresenta a reportagem sobre a reclamação sobre pessoas que perderam a razão e que incomodavam a vizinhança, expondo a urgência da cidade em receber um espaço para abrigar várias pessoas inclusive com deficiência.
	O periódico paraense “A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)-1874-1886, 4 de fevereiro de 1876, edição: 00102, apresenta a reportagem sobre a necessidade da criação de internatos para aqueles que não podem concorrer as escolas.
Trecho do periódico paraense que apresentam a reportagem de indivíduos com deficiência que foram “curados” com base na religião.	O periódico paraense “O Liberal (PA), no ano de 1869, 4 de fevereiro de 1876, edição: 00342, apresenta a reportagem de indivíduos com deficiência que foram “curados” com base na

	religião.
Trecho do periódico paraense que apresenta a importância do surdo-mudo instruído.	O periódico paraense “A Boa Nova”, ano: 1872, edição: 00114, apresenta a reportagem sobre a necessidade de instrução do surdo e a importância de educá-los.
Trecho do periódico paraense que apresenta a reportagem de indivíduos com deficiência que foram impedidos de sua escolarização.	O periódico paraense “A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)-1874-1886, no ano de 1877, edição: 00287, apresenta a reportagem sobre a necessidade da criação de internatos para aqueles que não podem concorrer as escolas.
Trecho do periódico paraense que apresenta a reportagem “O surdo-mudo sem instrução” e remete ao que pode acontecer se o surdo-mudo permanecer sem instrução.	O periódico paraense “A Boa Nova: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel” (PA), ano de 1873, edição 00088, que apresentam a reportagem “O surdo-mudo sem instrução” mostra o que acontece com o surdo-mudo sem instrução.

Fonte: Elabora pela autora (2024).

Os seis primeiros recortes de jornais no quadro mostram a força educativa “sociedade civil como incentivador da instrução”, expondo a urgência de um espaço para abrigar pessoas com deficiência, e incentivando o estado a criar soluções para a necessidade pública da época.

A pressão da sociedade paraense que se estruturava com base em um projeto político, visando a melhora da instrução pública com a criação de escolas, asilos e escolas normais, sofreu variáveis ao longo do século XIX. O seu comportamento evidencia que as transformações ocorridas no período visavam um projeto em construção, com uma população instruída, ruas limpas, sem pedintes, moradores de rua e deficientes expostos. A classe hegemônica coloca em vigor as primeiras iniciativas de um projeto educacional, que naquele momento apresentava-se como consenso para o ideal de nação, concebido não só pelo Estado, mas também pela Igreja, o que, com sua influência, passa a ter a educação como alvo de interesse, pois a ideia era gerenciar o ensino no Pará.

A reportagem de jornal intitulada “O Surdo-Mudo sem instrução” (1873) retrata que só a religião poderia “extirpará elle todos os generos máus desses corações, e plantará nelles as virtudes christãs”, ou seja, a religião tinha um caráter civilizador. Esse “controle era feito, inclusive, em nome de uma proposta de modernidade muito enfatizada pelos intelectuais da época (não apenas católicos), isto é, fazer o Brasil se integrar nos concertos das nações civilizadas” (Maués, 1998, p. 140). Uma outra reportagem trata de um cego de nascimento que volta a enxergar e de um surdo que passa a ouvir e falar. Esse tipo de notícia incutia no imaginário popular que a ação religiosa era a única estância social capaz de “curar” esses sujeitos, fato que ocasionou a disputa entre estado e igreja.

A partir da segunda metade do século XIX, a ação da igreja no Pará, principalmente na figura do bispo Dom Macedo Costa que chegou em Belém em 1861, investe na defesa da “cura”, instrução intelectual/religiosa, somada ao trabalho e a fatores que retirariam a população paraense do estado de degradação do qual vivia. Para isso, era fundamental um projeto educativo destinado aos indígenas, órfãos, meninos pobres e deficientes da região. Em ambas

as reportagens, caracterizei como a força educativa “igreja como espaço curativo, civilizador e educativo”.

Percebe-se com os trechos de jornais que a educação no Pará desde o seu princípio preocupou-se em atender as necessidades dos homens da classe dominante e da ação da igreja católica, em detrimento da população com deficiência. Essa parcela da sociedade foi impedida de ter acesso à produção intelectual, o que caracterizei como a força educativa “igreja e a negação do direito a educação”, trecho percebido na reportagem que fala do Asylo de Santo Antonio, onde estabelece quem são as educandas que podem ou não frequentar o orfanato. Vale destacar a negação do direito à educação, o que deve ser vista de acordo com cada período histórico, já que foi moldado à necessidade da época, mesmo que se tenha tornado substituível com a nova formação estrutural e de pensamento da sociedade.

No quadro 17 abaixo, apresento o trecho de uma carta escrita pelo professor francês Eduard Huet (1855), cujo destinatário era o Imperador Pedro II do Rio de Janeiro e como esse documento internacional é uma importante unidade de registro.

Quadro 17 – Unidades de Registro: Temas Iniciais

- Documentos Internacionais (*documentos internacionais que influenciaram na Instrução da pessoa com deficiência*).

Tipo de documento	Descrição
Carta do professor francês Eduard Huet (1855), propondo ao Estado a criação do primeiro instituto para alunos surdos no Brasil, fator que vai ser decisivo na criação de outros institutos posteriormente. Evidência: Os documentos Internacionais influenciando sobre a Educação Especial no Brasil e no Pará. Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/noticias/carta-que-propos-criacao-da-primeira-escola-de-surdos-no-brasil-completa-168-anos>. Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/noticias/carta-traducao-huet-01.jpg>.	Documento escrito pelo professor Eduard Huet ao Imperador Pedro II, propondo a criação da primeira escola para ensino de surdos no Brasil – atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esta carta foi a ação que deu início a escolarização de pessoas com deficiência no Brasil, e conseqüentemente serviu de exemplo para outros estados brasileiros, inclusive o Pará. A Carta demonstra a iniciativa de um professor francês, que apresenta a iniciativa de criar uma escola para surdos. Ela levou-me a refletir que, durante a história, houve iniciativas cujos protagonistas não eram reis e rainhas, mas homens vistos de baixo, como é o caso do professor, o que caracterizei como a história vista de baixo: “Os documentos Internacionais influenciando sobre a Instrução de pessoas com deficiência no Brasil e no Pará”. Historicamente, os documentos internacionais influenciam na política de educação especial, algo que não mudou

ao longo do tempo. Fonseca (1998) acredita que a educação é tratada como medida compensatória para proteger os pobres e aliviar as possíveis tensões no setor social. Além disso, ela é tida como uma medida importante para a contenção demográfica e para o aumento da produtividade das populações mais carentes. Desta forma, criar institutos no Brasil era uma forma de aumentar a produtividade daquela população que antes era considerada inutilizada. Por fim, ao contextualizar e complexificar esta relação, parte-se do pressuposto de que as políticas públicas da educação nacional no século XIX foram construídas de acordo com decisões e influências de documentos internacionais que norteiam as normativas do país.

Sigo agora na direção de apresentar as unidades de contexto. Inclusive, Bardin (1977) e Franco (2008) informam que, com uma pré-análise bem realizada, essa fase “não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 1977, p. 101). Explicarei melhor sobre a unidade de contexto, que é uma fase mais ampla e determinante na codificação do material encontrado.

- A *unidade de contexto* funciona como “pano de fundo” que dá significado às unidades de registro que correspondem ao segmento da mensagem, cujas dimensões são maiores que as da unidade de registro e obedecem a dois critérios: o custo e a pertinência (Franco, 2005).

Compreendo que esta fase visa a codificação dos materiais, ou seja, precisa ser estabelecido um código para os documentos que possibilitem identificar rapidamente cada elemento da amostra da pesquisa.

A unidade de contexto, que é a unidade mais ampla do que a de registro e abarca as diferentes unidades de registros, sendo determinante no processo de codificação da pesquisa.

Retomei os dados, buscando as recorrências e não recorrências, procurando reagrupar as confluências e as disparidades nos temas e assim constitui as unidades de contexto, conforme apresentado na figura abaixo.

Quadro 18 – Unidades de contexto – Eixos temáticos

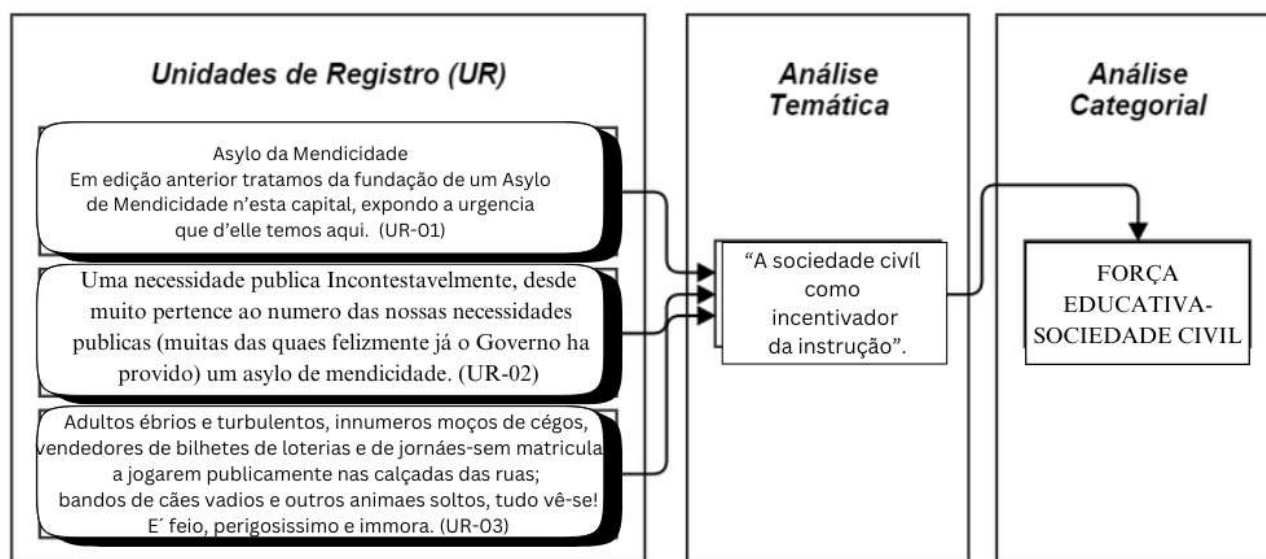
Unidade de registro – Temas iniciais	Unidade de contexto – Eixo temático (Análise temática)
A urgência social em receber um espaço para abrigar pobres e pessoas com deficiência.	A Sociedade Civil como incentivador da instrução.
Considerações de representantes governamentais sobre a criação de asilos para pessoas com deficiência no Pará.	O Estado como incentivador da instrução.
Experiência de “cura” da pessoa com deficiência, utilizando métodos científicos.	A Igreja como espaço curativo/civilizador e educativo.
A igreja como único espaço de civilização para pessoas com deficiência.	
A carta enviada por um professor francês para um imperador pode ser entendida como a produção do conhecimento histórico a partir da perspectiva de	Carta Escrita por um professor francês para o imperador do Brasil, solicitando a criação de uma escola para

peçoas comuns, trazendo à tona outros protagonistas no estudo do passado. Esta fonte se constitui como um documento internacional e influenciou consideravelmente na educação de pessoas com deficiência, pois, a partir desta carta, foi criado o primeiro instituto para surdos no Brasil.	surdos-mudos, essa se constitui a primeira iniciativa para a efetiva escolarização desses sujeitos.
---	--

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No quadro acima apresento as unidades de contexto, que são os conteúdos que trabalham com a materialidade linguística do texto, e o eixo temático que é um núcleo que divide um tema em esferas argumentativas. Após esse movimento, construí os esquemas que evidenciam as unidades de registro, posteriormente as unidades de contexto (já com os eixos temáticos construídos) o que gera a análise das categorias.

Figura 12 – Unidades de Registro, Análise Temática e Análise Categorical



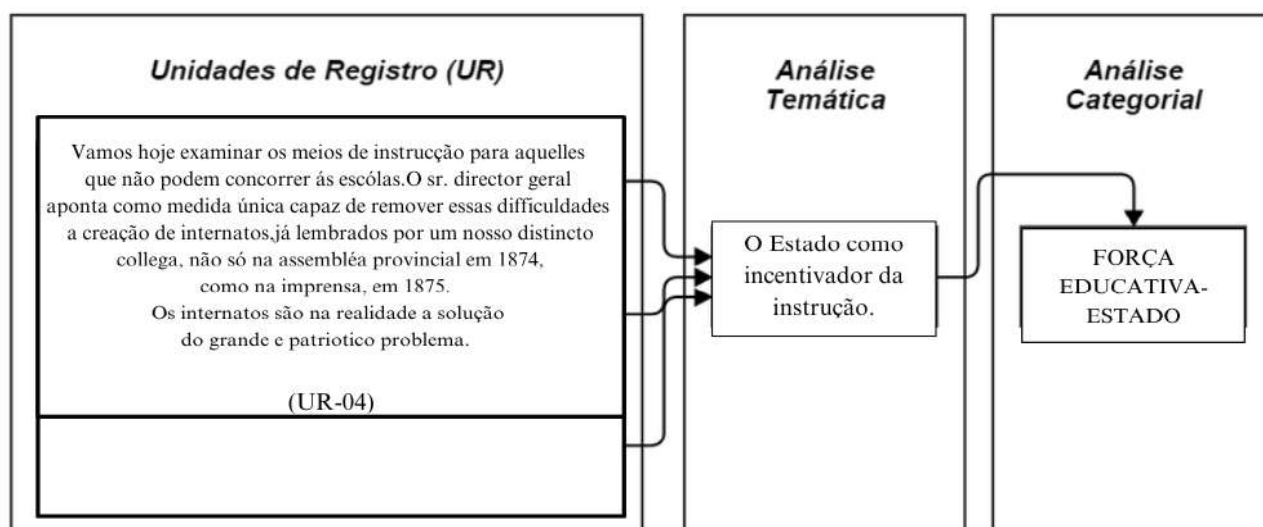
Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Bardin (1977) afirma sobre a necessidade de definir códigos para os temas, e que este código poderá ser constituído de números, letras ou qualquer outra forma de representação que o pesquisador quiser criar. Para tanto, mesmo sendo pouco usual, escolhi trabalhar com a codificação por tema (análise temática). Para Cardoso *et al.* (2021), as análises por tema compreendem:

Fazer uma análise a partir do tema consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, etc. As entrevistas, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., são frequentemente analisados tendo o tema por base (Cardoso *et al.*, 2021, p. 106).

Selecionei os núcleos de sentido que compõem a comunicação e que possuem significação para o objetivo analítico escolhido. A definição dos códigos foi colocada ao final de cada unidade conforme aparece na figura 12, com os seguintes códigos UR que significa (unidade de registro) com as numerações (UR-01; UR-02; UR-03), esse processo foi determinante para a conclusão do processo de codificação.

Figura 13 – Unidade de Registro, Análise Temática e Análise Categorical

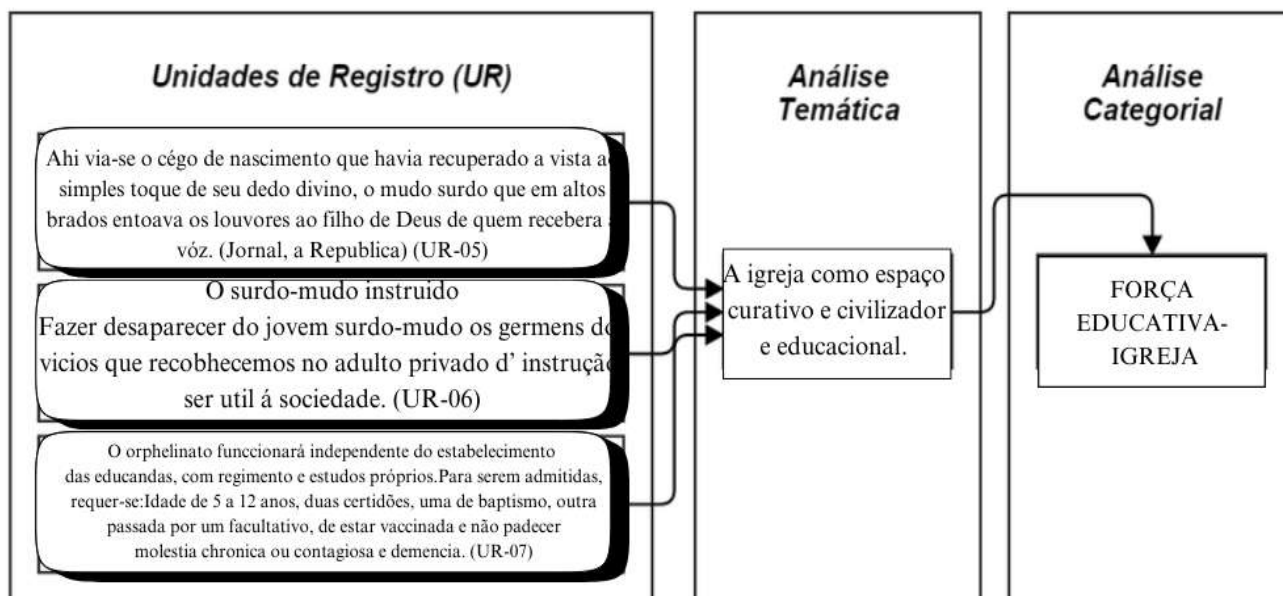


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A definição dos códigos foi colocada ao final desta unidade também conforme aparece na figura 13, com os seguintes códigos UR que significa (unidade de registro) com as numerações (UR-04). Neste esquema mostra as unidades de registro, as unidades temáticas e a análise categorial. Realizei conforme estabelece Bardin (1977, p.107), a unidade de contexto [...] corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro.

Na próxima figura (número 14), realizo a definição dos códigos com as numerações (UR-05; UR-06; UR-07), esse processo foi determinante para a conclusão do processo de codificação.

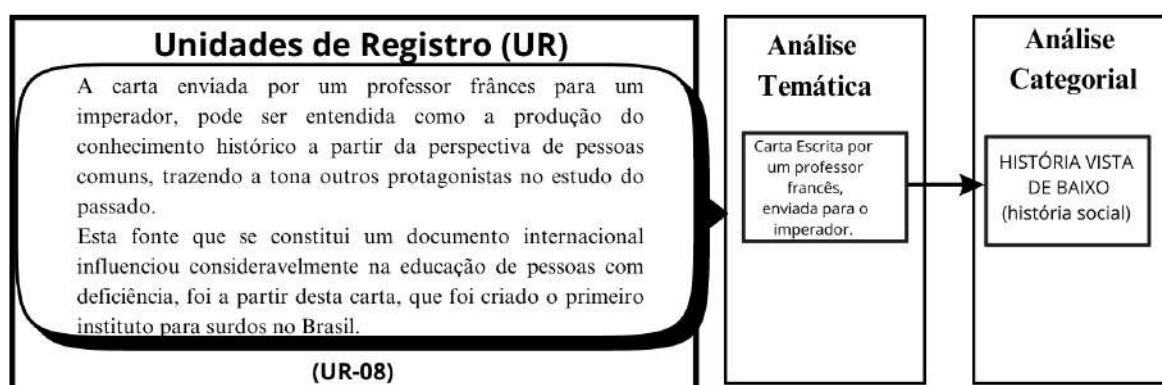
Figura 14 – Unidade de Registro, Análise Temática e Análise Categorical



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O último esquema, é o da figura 15, onde apresento a definição do código UR-08, ressaltando que a unidade de registro é a categorização a ser interpretada, enquanto a unidade de contexto contextualiza a unidade de registro. Ou seja, aqui já mostro a unidade de contexto, de forma contextualizada junto a de registro, chegando ao último esquema de interpretação.

Figura 15 – Unidades de Registro, Análise Temática e Análise Categorical



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No próximo item, apresentarei a formação das categorias de análise.

2.2.3.1 O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação

Para Cardoso *et al.* (2021), o processo de análise do material pesquisado resulta na enumeração e na sistematização das características de seus elementos. Esta fase também estabelece alguns princípios na sua execução. Segundo Bardin (1977) e Franco (2005), são estes: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e finalidade, produtividade.

Nesta etapa é indispensável a produção de um texto síntese para cada uma das categorias, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise. Este momento serve para confrontar com o movimento teórico que dá sustentação a pesquisa, objetivos, hipóteses e achados da pesquisa, procedendo para produção de inferências e sínteses interpretativas. Ao longo das seções, farei a síntese de cada categoria encontrada.

A análise e tratamento dos resultados, não se encerra aqui, já que esta última etapa do procedimento da análise de conteúdo, percorre todo o texto, desde a pré-análise, a escolha dos documentos que foram submetidos à análise; a formulação das hipóteses e objetivos e por fim o tratamento dos resultados, pois são fases que não podem ser negligenciadas. Busquei dar ênfase e procurei confrontar sistematicamente os materiais e o tipo de inferências alcançadas na fase final da interpretação, já que estas etapas podem servir de base para a realização de uma investigação futura, que leve em consideração outro espaço-tempo, momento histórico ou dimensões teóricas.

Destaca-se que o material apresentado possui uma interpretação que também é pessoal, sendo construída a partir da contextualização social da dinâmica na ação educativa encontrada durante a pesquisa, conforme a afirmação de Moraes (1999, p. 3): “de certo modo a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados”. Penso que não é possível uma leitura neutra, objetiva e completa do material encontrado, devido a linguagem do objeto analisado e da interpretação pessoal do pesquisador, já que, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir.

3 OS DEBATES INTERNACIONAIS SOBRE AS FORMAS EDUCATIVAS QUE ATENDERAM ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SÉCULO XIX

Nesta seção apresento os debates internacionais acerca das formas educativas destinadas às pessoas com deficiência no século dezenove, localizando o leitor historicamente nas discussões que estavam ocorrendo no mundo. Discurso sobre os legados dessas formas educativas no âmbito pedagógico, destacando os interesses que envolviam a sua efetivação e a necessidade de pensar em uma variedade de formas, sejam elas em instituições próprias ou não, ocorridas em locais diversificados: entre grupos sociais, como a educação familiar, as oficinas de artistas e artesãos, os professores domésticos ou preceptores, os sistemas de aprendizagem do trabalho agrícola e rural, e as associações religiosas dentre outras. Compartilho fragmentos do material encontrado ao longo de minhas pesquisas e ousou desenvolvê-lo em consonância a uma postura reflexiva, que favoreça um lento caminhar ao longo da história do século XIX.

3.1 Os debates internacionais acerca das formas educativas destinadas à educação das pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais¹⁸

Para explicar a influência dos debates internacionais acerca da criação de formas educativas, preciso ressaltar que as deficiências seguem caminhos distintos ao longo do século XIX. Logo, apresentam formas educativas diversificadas a depender da deficiência que se apresente. O conceito unificado de deficiência não existia e ratificando esta informação, Piccolo (2022) afirma que o próprio conceito de deficiência representado como um grupo heterogêneo de pessoas é relativamente recente, o que gera a necessidade de realizar a análise do debate das formas educativas destinada a indivíduos com impedimentos de natureza física, intelectual e sensorial individualmente. Nesta primeira parte do texto, opto em discorrer sobre a compreensão das formas educativas voltadas às pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais no século XIX.

Abro um parêntese para mencionar que no mundo coexistiram diversas formas de educação; dentre elas, as citadas por Gondra e Schueler (2008) em que a ação educativa se processava nos internatos, asilos, escolas, colégios, educandários, academias, faculdades e

¹⁸ Utilizo a definição da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 6 de julho de 2015, para definir que uma pessoa com deficiência é aquela com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Evito utilizar termos definidos no Código Internacional de doenças (CID), bem como do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, já que vão de encontro à concepção de deficiência definida nesta pesquisa.

outras formas escolares, mas também nos espaços privados, familiares, nos jogos, clubes, teatros, nas leituras comuns, conversas, nas festas leigas e religiosas, procissões, danças, tabernas, ruas, imprensa e outros espaços sociais. No entanto, as primeiras formas de educar europeias, segundo Conceição (2019), tiveram suas origens nos internatos e “pode ser encontrada no sistema de ensino francês” (Conceição, 2019, p. 109).

Durante grande parte da história das pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais, as iniciativas de instrução tiveram influência da igreja, o que implicou na doutrina do pecado e da punição, pois de um lado a pessoa com deficiência ganha abrigo, alimentação e talvez conforto nas formas educativas, em conventos ou asilos; de outro, enquanto cristão, é passível de alguma exigência ética ou de alguma responsabilidade moral. Ganha caridade (poderia chamar de filantropia) e com ela escapa do abandono, mas ganha também a “cristianidade” que lhe pode acarretar exigências éticas e religiosas (Pessotti, 1984). As pessoas com deficiência se tornaram culpados até pela própria deficiência, justificada como castigo do céu por pecados próprios ou de seus ascendentes. É cristão, e por isso merece o castigo divino e, em algumas ocasiões, castigo humano também. A ambivalência filantropia e castigo é marca definitiva da atitude medieval diante da deficiência, seja ela física ou intelectual.

A educação como prática ocorre historicamente através de processos intencionais ou não, atendendo interesses específicos. Um exemplo clássico é a Inglaterra que, em 1534, inicia a ação educativa de pessoas com deficiência, não com o intuito de propiciar direitos a esses sujeitos, mas disciplinar a administração dos direitos de herança. Era considerado idiota todo aquele que:

Esse chamará bobo ou idiota de nascimento à **pessoa que não pode contar até vinte moedas nem dizer-nos quem era seu pai ou sua mãe, quantos anos tem**, etc. de forma que parece não haver possuído conhecimento de qualquer razão da qual se pudesse beneficiar ou que pudesse perder. **Mas se tem conhecimento tal que conhece e compreende suas letras e lê mediante ensino ou informação de outro homem**, então não deve considerar bobo ou idiota natural (Pessotti, 1984, p. 17, grifo nosso).

Ainda nesse período o estado define claramente loucura e idiotia como enfermidade ou produto de infortúnios naturais. A legislação possuía apenas como intuito definir quem poderia ser considerado “incapaz”, e nota-se a importância dada ao reconhecimento das letras e da leitura, como prática social que estabelecia, inclusive, quem possui ou não idiotia. Ou seja, a ausência de reconhecimento das letras ou da leitura implicava no “diagnóstico legal” de idiotia, apontando para a figura de um tutor/cuidador para aquele indivíduo. Eram esses tutores que realizavam as ações educativas informais aos loucos ou idiotas.

Três grandes acontecimentos antecederam o lugar onde as formas de educar aconteceram, e determinou como cada deficiência será instruída. O reflexo desses acontecimentos são notáveis ao longo do século XIX: o primeiro deles foi o empirismo de John Locke (1632-1704); as ideias da teoria do conhecimento de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e o surgimento do Alienismo como especialidade médica, como explicarei a seguir.

John Locke (1632-1704) esteve preocupado com o público que apresentava impedimentos de natureza mental. Ao diferenciar loucura e idiotia, foi responsável por retirar esses indivíduos dos hospitais europeus remanejando-os para os hospícios, remetendo a inauguração da forma educativa-hospício. Esse era um novo espaço para “educar”, onde os alienados eram ensinados e testados sobre suas faculdades intelectuais, com vistas a diferenciar os loucos dos idiotas. A seguir faço um relato sobre o entendimento construído ao longo do século dezanove.

A obra de John Locke (1632-1704) revoluciona as doutrinas da igreja, com sua forma de pensar a mente humana e suas funções. Ao fundamentar uma teoria do conhecimento e simultaneamente uma doutrina pedagógica com sua teoria da didática, afirmava que a experiência é o fundamento de todo o nosso saber (Adamson, 2011). Pessotti (1984) afirma que Locke entendia que, se as condutas são o produto da experiência individual, não se justifica a perseguição moralista à pessoa com deficiência e não se admite que a deficiência seja uma lesão irreversível, mas um estágio de carência de ideias e operações intelectuais semelhante ao do recém-nascido. Locke foi um dos primeiros a conceber que cabe à experiência e, portanto, ao ensino suprir essas carências, pois a mente era entendida como uma página em branco, sem qualquer letra, sem qualquer ideia (Adamson, 2011).

Já Condillac, discípulo de Locke, foi além e defendeu que existe apenas uma fonte de nossos conhecimentos, a sensação. Para ele, mais que a necessidade, a origem de todas as ideias estava ligada a um princípio preciso: prazer/dor. O prazer ou a dor provada pelo sujeito em sua experiência no mundo gerava o desejo, que orientava, por sua vez, o sujeito em suas escolhas e o encadeamento das representações sensoriais. A teoria da aquisição de ideias de Condillac também ofereceu claras sugestões sobre a natureza de eventuais retardos no entendimento e, por inferência inevitável, princípios para uma didática da aquisição de ideias por pessoas privadas de um ou mais órgãos sensoriais, ou incapazes de operações simbólicas ou privadas da linguagem (Guedes, 2017).

O primeiro avanço citado pela ciência da época, que associava um indivíduo com “idiotia” ao comportamento de um recém-nascido, bem como, o segundo avanço que considerava a “experiência sensorial” como fonte importante de conhecimento, experiência esta

prejudicada na condição do idiota, ambos os fatores, trouxeram um olhar de redenção a pessoa com deficiência, e implicações para a forma de ver esses sujeitos. Era uma nova visão, isenta dos preceitos morais e religiosos, pois a ênfase era na pessoa e na afirmação da individualidade do processo de aprender, na insistência sobre a experiência sensorial como condição preliminar dos processos complexos de pensamento, e na importância dos objetos concretos na aquisição de noções. Entretanto, para além de compreender a forma de pensar dos indivíduos, era necessário também distinguir um público (deficientes mentais e doentes mentais) que estava entrelaçado a estigmas e concepções, realidade que vai ser alterada com o surgimento do Alienismo.

Os conceitos de loucura e idiotia estiveram por muitos séculos interligados. A mudança ocorre com o surgimento do “Alienismo”, uma nova especialidade médica que surge na França, na virada do século XVIII para o século XIX, num campo até então dividido entre clínica geral e cirurgia, tendo como um dos seus percussores, o médico francês Phillipe Pinel. Aqui, abro um parêntese talvez um pouco longo, mas necessário para ressaltar a importância de Pinel, na construção do entendimento que temos hoje sobre loucura. Um exemplo clássico é o ditado popular “Fulano é Pinel da cabeça”. Esse termo virou sinônimo de loucura, mas poucas pessoas conhecem a origem, pois a relação entre loucura e idiotia foi notadamente alterada pela tradição médica, e médicos como Pinel (1745-1826) foram fundamentais para a diferenciação entre loucura e idiotia, além de Jean Itard (1774-1838) e Edouard Séguin (1812-1880). O médico francês sofreu influência das ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa, sendo pioneiro no tratamento de doentes mentais e um dos precursores da psiquiatria moderna.

O Alienismo surge com o intuito de tratar a população de “loucos” que viviam dentro dos hospitais das cidades europeias. Inclusive, Pinel lamentava a prevalência desta doença incurável na maioria dos hospícios (Pinel, 2008). O médico inaugura uma nova forma de pensar a população que vivia nos hospícios da França, diferenciando idiotia e loucura (alienação mental). A idiotia seria considerada, então, como um estado relativamente fixo em contraposição à alienação mental, pois esta seria um estado passageiro e mutante, marcada por picos de insanidade. Pinel Esquirol (discípulo de Pinel) traça uma linha clara entre a loucura como uma doença, e a idiotia um estado primitivo. Para Esquirol, os insanos (loucos) perderam a razão, porque seus órgãos de raciocínio e pensamento haviam perdido sua energia e força necessários para performarem suas funções, enquanto o idiota e o imbecil nunca tiveram estes órgãos bem formados, não podendo, portanto, raciocinar corretamente (Doron, 2015).

As ações pedagógicas existiam nos hospícios, haja vista que Pinel partia do princípio do tratamento moral, que consiste fundamentalmente em um tratamento pedagógico, em que o

louco deve aprender a ser são e o alienista cumpre a função de “professor” (Bautheney, 2011). Essa forma de pensar trazia duas consequências para a idiotia infantil: uma era o entendimento da criança idiota como um sujeito que nunca havia manifestado suas faculdades intelectuais ou que havia se manifestado de forma insuficiente. Outra era o entendimento da idiotia como um estado estático e permanente da criança. Esta estabilidade do quadro fazia com que Esquirol não acreditasse na possibilidade de cura (Doron, 2015).

Tal entendimento de incurabilidade da idiotia no alienismo francês impedia qualquer tentativa de recuperação, pois a idiotia era unicamente compreendida como falta de inteligência, ou seja, sem razão, algo que neste prisma teórico impedia qualquer tipo de intervenção terapêutica (Edler, 2022). Aqui, um outro parêntese, pois surge a necessidade de explicar que, embora Pinel tenha ressignificando o fenômeno da loucura, inaugurando uma nova percepção, no final do século XVIII início do século XIX, tornando o louco personagem da vida social, a idiotia era vista como mais grave, sem possibilidade de reabilitação. O que pode causar estranhamento para o leitor é de que forma as ideias de Pinel favoreceram à população que possuía idiotia, já que este era um quadro “mais grave” que o fenômeno da loucura? Esta me pareceu uma provocação instigante e a resposta encontrada foi a de que finalmente “a idiotia passa a ser relacionada a problemas neurais, começando assim a não mais ser vista numa perspectiva demonológica” (Martins, 2015).

Em outras palavras, Pinel ressignificou o fenômeno da loucura, a racionalidade médica, fazendo elogios à ciência e à chegada da Idade da Razão (ideias do Iluminismo). O médico faz críticas ao passado para enaltecer as luzes do presente, criticava o fato do período anterior ao nascimento das luzes terem sido confundidos tipos tão diversos como: o louco, o vagabundo, o desempregado, o libertino e o agitador social, sendo que todos esses sujeitos estavam misturados em uma mesma realidade (Gaggay, 2008). Além da separação do público que vivia nos asilos e hospitais, Pinel rompe com a ideia de compreender a loucura e a idiotia numa perspectiva teológica, associada a poderes sobrenaturais ou resultantes de possessões demoníacas.

Outra compreensão importante é a de que a mudança de entendimento sobre estes sujeitos se dá com a ruptura da ideia de doença.

Para além dos hospícios e asilos, outras formas de educar os indivíduos idiotas foram encontradas na literatura mundial. A primeira iniciativa na literatura de formas educativas que consideraram os *preceptores* ocorreu ainda no início do século XIX, a partir da experiência de Victor de Aveyron, em que uma criança selvagem foi encontrada na França em 1798, e inicialmente o menino é levado ao Instituto Nacional de surdos-mudos. Uma comissão o avalia

e o percebe como *idiota*, e entre os especialistas estava Philippe Pinel, célebre psiquiatra francês. Em seu relatório, este médico conclui que não havia esperança alguma de educá-lo.

Segundo Martins (2015), o médico Jean Itard, ex-aluno de Pinel, discorda do parecer do seu mestre, que não levava em consideração a história de vida do menino e os fatores ambientais aos quais estivera submetido, pois quem o requereu e foi encarregado de educá-lo entendia que:

O homem não nasce homem, mas é construído como homem. Percebia, obviamente, a idiotia do selvagem, mas não a entendia como devida a uma deficiência biológica e sim como um fato de insuficiência cultural: ele era o bom selvagem, a estátua e a tabula rasa (Pessotti, 1984, p. 36).

Concomitante ao pensamento de Pessotti (1984), Martins (2015), Bautheney (2011) e Lobo (2016) consideram esta como a primeira experiência educacional para um sujeito idiota (o que consideramos hoje como deficiência intelectual). Itard elaborou propostas para a educação de Victor: introduzi-lo à vida social; despertar sua sensibilidade nervosa; estender sua esfera de ideias ao criar desejos e multiplicar sua associação com as pessoas ao seu redor; ensiná-lo a falar através da imitação; exercícios físicos (Séguin, 1866 *apud* Roma *et al.*, 2022).

Itard acreditava que o “processo civilizatório” deixaria Victor mais próximo a um humano, equiparando um processo que era, ao mesmo tempo, “tratamento médico” e educacional. Mesmo que a experiência não tenha sido totalmente bem-sucedida, ela permitiu compreender o atraso no desenvolvimento da *idiota* como uma fase que todas as crianças passavam, mas na qual Victor havia ficado retido, podendo ser superada através da educação, lembrando que Itard não abandonou a premissa do “tratamento moral”, elaborada por seu mestre Pinel, algo visto claramente no título de seus relatórios. O tratamento moral, em sua base, era o meio que poderiam ser criados corpos sociais produtivos.

Martins (2015) comenta que, embora Itard não tenha avaliado de forma positiva seus esforços educacionais com Victor, pois não conseguiu sucesso absoluto em sua educação, teve, entre outros, o grande mérito de empreender uma das primeiras tentativas sistemáticas de estudar o desenvolvimento humano. Itard conseguiu ir além da ideia de Pinel, pois foi quem primeiro buscou estabelecer a diferença entre o doente mental e a pessoa com deficiência intelectual, procurando para este uma metodologia específica a ser ampliada em seu processo educacional.

Itard agiu como preceptor de Victor, educando e ensinando mesmo sendo um profissional da saúde, sendo uma forte influência no século XIX até os dias atuais, além de chamar atenção para a problemática das relações da sociedade com a pessoa com deficiência mental, especificamente para sua educação, semeando uma nova era para aqueles que

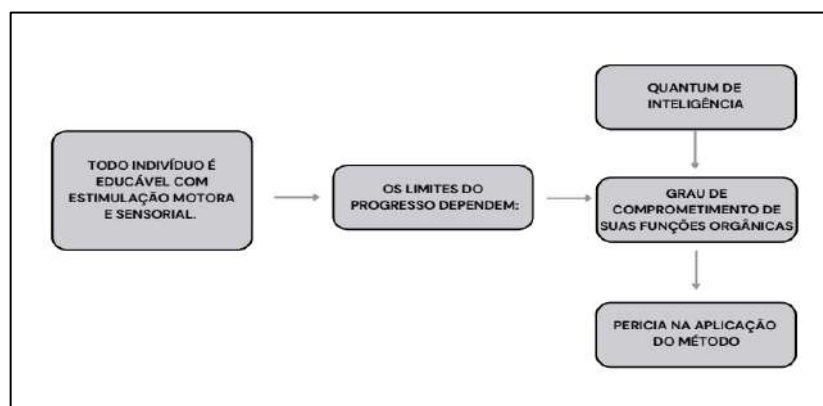
apresentavam este tipo de deficiência (Martins, 2015). Outro médico europeu pioneiro na educação da pessoa com impedimentos mentais e intelectuais foi Edouard Séguin, que deu seguimento ao trabalho de Itard, aprofundando seu trabalho e a metodologia por ele utilizada. Séguin optou por desenvolver um trabalho educativo em asilos, com os deficientes mentais asilados em Bicêtre (hospital localizado na França), sendo utilizado como asilo para pessoas com deficiência e com doenças mentais. Publicou o resultado de suas experiências sob o título: *Traitiement moral, hygiène et éducation des idiots et des autres enfants arriérés* (1846).

Séguin também foi o fundador da primeira instituição especializada nos Estados Unidos, onde publicou outra obra, em 1907, intitulada *Idiocy and its Treatment by the Psychological Method* e fundou, em Massachusetts, uma escola para educandos com deficiência mental (Martins, 2015). A teoria pedagógica de Séguin era profundamente ligada à de Itard, porém mais detalhada do que a de seu mestre. Sua técnica, segundo Dunn (1971, p. 108) ao citar Martins:

era neurofisiológica, baseada na crença de que o sistema nervoso deficiente dos retardados podia ser reeducado pelo treinamento motor e sensorial. Desenvolveu amplos materiais didáticos, pedindo aos professores que seguissem seus processos de treinamento sistemático, de modo também sistemático. Usava, ainda, cores, música e outros meios para motivar a criança (Martins, 2015, p. 51)

A ênfase de Séguin era a estimulação motora e sensorial, por considerá-las prioritárias para se chegar à estimulação cognitiva. Coube a ele, também, traçar a primeira análise teórica sobre as causas da deficiência mental. Evidenciou a existência de causas não apenas hereditárias, mas orgânicas, ambientais ou psicológicas. Na obra de Séguin, está implícito o fato de que, para o médico, qualquer que seja o gênero de deficiência, o sujeito é educável e, mais, os limites de seus progressos dependerão do *quantum* de inteligência, do grau de comprometimento de funções orgânicas relevantes para a instrução pretendida e da perícia na aplicação do método (Pessotti, 1984).

Figura 16 – Concepção de Séguin sobre a Educação da pessoa com Idiotia



Fonte: Adaptado pela autora com base em Pessotti (1984).

O tratamento que Séguin abordou, de forma detalhada, envolve todas as áreas importantes do ponto de vista pedagógico, para a educação de pessoas com deficiência, o que faz, pela primeira vez, também, uma “distinção entre operações concretas e operações formais, estas geradas a partir daquelas” (Pessotti, 1984, p. 115).

Preciso considerar um feito grandioso de Séguin, pois, em 1876, participou da fundação de uma associação que, inicialmente, denominou-se de “Association of Medical Officers of American Institutions”, sendo, atualmente, considerada a mais antiga associação interdisciplinar de profissionais na área da deficiência intelectual. Atualmente ela é denominada de American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento – AAIDD). Esta associação organizou, em 1919, um comitê para desenvolver um sistema de classificação para esta deficiência, cuja primeira definição foi publicada em 1921, e até os dias atuais é responsável por ditar concepções sobre a deficiência intelectual.

O pioneirismo sobre as formas de educar as pessoas com deficiência, ocorreu principalmente em asilos, hospícios, através de preceptores e instituições especializadas. Vale destacar que dois médicos foram grandes responsáveis por este feito, Itard e Séguin. Segundo Tezzari (2010), os médicos são fundadores da área do conhecimento hoje conhecida como Educação Especial, tratando-se de um trabalho pioneiro que abalou ideias arraigadas e errôneas a respeito da deficiência intelectual e das capacidades das pessoas por ela acometidas.

A autora destaca ainda que, em meados do século XIX, Séguin elaborou um método médico-pedagógico para ensinar crianças e jovens que até então eram isolados do convívio social por serem considerados incapazes de qualquer tipo de aprendizagem.

Figura 17 – Séguin sobre os conteúdos que deveriam ser ministrados para a pessoa com Idiotia



Fonte: Adaptado pela autora com base em Martins (2018).

Segundo Martins (2018), Séguin fazia um diagnóstico da idiotia, e posteriormente apresentava atividades para tratar os idiotas, com seu método “médico-pedagógico”, partindo sempre da tarefa mais simples à mais complexa. O médico acreditava que o problema da educação consistia simplesmente na possibilidade de regularizar o uso dos sentidos, de multiplicar ações, de fecundar as ideias, os desejos de pessoas que ficaram sem laços, sem relação com o mundo exterior. O médico criou um tratamento que envolvia: ginásticas sensoriais, educação do sistema muscular, exercícios para ensinar a ler, escrever, falar, identificar conceitos, história natural, a cosmografia (uma área da astronomia) e educação moral (que envolvia atividades para os ensinar a vestir, comer e a comportarem-se decentemente).

Itard e Séguin acreditaram profundamente na educabilidade desses sujeitos e foi na educação que encontraram respostas para muitas de suas questões ao longo de suas carreiras. Segundo Smith (2008), as atitudes começaram a mudar, e os profissionais e as pessoas em geral, embora muito lentamente, passam a abandonar a crença de que tais pessoas deveriam ser evitadas, sendo incentivados a cuidá-las, educá-las e protegê-las, mesmo que isto ocorresse lentamente durante o século XIX.

Após o trabalho pioneiro de Itard e Séguin, outras formas educativas foram vislumbradas às pessoas com deficiência intelectual. Destaco os trabalhos de Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961), que foram psicólogos franceses conhecidos pela contribuição no campo da psicometria, desenvolvendo testes de avaliação da inteligência e habilidades do indivíduo. Os testes eram simples e podiam ser aplicados para estudantes das escolas primárias francesas. O interesse nesses testes se ampliava, já que grande parte dos países europeus havia universalizado a instrução obrigatória, e as crianças que não apresentassem rendimento esperado passavam a ser foco das pesquisas.

Segundo Rota Junior (2016), Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961) publicaram em 1905 uma escala métrica, para mensurar a inteligência, de acordo com a idade (idade mental). O propósito era selecionar candidatos a classes especiais para Binet e Simon, em que o conjunto de teses era ajustado de modo a incluir a gama de manifestações intelectuais, desde o mais baixo ao mais elementar. Destaco também os trabalhos da médica italiana Maria Montessori e, na Bélgica, o destaque vai para Ovide Decroly, além de Helena Antipoff (profissionais dos quais não falarei, pois, seus trabalhos iniciaram no século XX).

Considero que as formas de educar indivíduos com impedimentos intelectuais foram fortemente influenciadas pelos acontecimentos internacionais, em que o fato de as primeiras iniciativas educativas ocorrerem em espaços clínico-pedagógico, com forte ação de médicos e posteriormente psicólogos, que delinearam a construção desta deficiência (em específico) por

dois legados. O primeiro é o entendimento médico iniciado por Pinel, ao considerar que o idiota não possui recuperação, suprimiu as possibilidades desses sujeitos frequentarem a escola no passado. O estigma se estende na contemporaneidade ao refletir que ironicamente esta deficiência é a que mais sofre resistência para ser instruída nas escolas regulares.

O segundo legado dessas formas educativas é que a ação, de âmbito pedagógico dos médicos e psicólogos, acarretou para a educação dos indivíduos com impedimentos intelectuais, uma educação com viés voltado para à medicalização, levando a considerar que as dificuldades de aprendizagem e os comportamentos como patologias. Penso que saúde e educação, devem caminhar juntos em busca de derrubar barreiras que dificultem a aprendizagem, entretanto, para interferir no processo de aprendizagem é preciso conhecer o cotidiano das escolas, o vivo, o real e o concreto.

3.2 Os debates internacionais acerca das formas educativas destinadas à educação das pessoas com impedimentos sensoriais¹⁹

Existe uma ampla literatura sobre alguns aspectos da deficiência visual e auditiva. Não é um caminho tão novo, porém contarei esta história a partir de um lugar: a Europa no século XIX. Uma informação central é a que historicamente as deficiências sensoriais, como surdez e cegueira, tiveram seu processo de educação ocorridos no mesmo período e em formas educativas similares. A história da criação dos primeiros institutos para surdos e para cegos, bem como o modelo proposto pelos seus criadores trazem muitas aproximações. Abreu (2017), por exemplo, relata que foi na França que o ensino para esses indivíduos ganhou maior relevância, em especial, a educação de surdos. A partir daí é que se expandiu as escolas em diversos outros países, a exemplo do caso da primeira experiência brasileira. Magalhães (1913, p. 16) afirma que a experiência educacional francesa é tida como “a iniciadora dessa grandiosa obra de altruísmo, sendo venturosamente seguida pelas outras nações”.

Um conjunto de outros autores concorda com o fato da Europa, em especial, a França como sendo pioneira na educação de surdos. Lulkin (2015, p. 34) afirma que tanto produções acadêmicas como os registros históricos, “localizam na França, a partir da segunda metade do século XVIII, o ‘berço’ da educação institucional e pública de pessoas surdas no Ocidente”.

¹⁹ Utilizo a definição da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 6 de julho de 2015, para definir que uma pessoa com deficiência é aquela com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Evito utilizar termos definidos no Código Internacional de doenças-CID, bem como da Organização Mundial de saúde (OMS), já que vão de encontro com a concepção de deficiência definida nesta pesquisa.

Ganha destaque as ações de Charles Michel I Épée que fundou a Instituição Nacional de Surdos-Mudos, primeira instituição escolar para surdos, na França em 1760, “com seus próprios meios”, segundo Carvalho (2013). O interesse pela educação de surdos foi fruto de uma experiência de educação com duas gêmeas surdas que estavam sob a tutela de outro religioso que veio a falecer, o padre Vanin.

O seu contato com as duas meninas surdas convenceu o abade de que era possível ensinar os surdos através do uso de gestos e, a partir daí, propôs-se abrir uma instituição para receber outras crianças surdas e instruí-las na religião (Carvalho, 2013, p. 17).

As primeiras formas educativas destinadas à educação de surdos ocorreram por associações religiosas. Assim, durante séculos, é possível afirmar que há uma estreita relação entre a educabilidade de pessoas com surdez e a igreja católica, fato que retornarei a falar posteriormente.

Mesmo que a instituição de abade I Épée tenha iniciado em 1760, apenas no ano de 1791, com a aprovação da Assembleia Nacional da França, funda-se o Institution Impériale des sourds-muets de Paris, tendo como primeiro diretor o Abade Sicard (1742-1822), recebendo crianças surdas para o ensino de catecismo, com ajuda do francês escrito e dos sinais gestuais. Também era ensinado aspectos do cotidiano, como gestão dogmática (Presneau, 1998). A experiência francesa foi mundialmente reconhecida.

Aperfeiçoando a linguagem por sinais como meio para instrução e comunicação de seus alunos, o abade L’Épée acreditava que era necessário fazer entrar pelos olhos dos surdos tudo o que o restante da sociedade absorvia por meio do som, pela audição (Silva, 1987, p. 256).

A partir desta iniciativa, um conjunto seguinte de questões se delineia, já que a iniciativa de abade L’Épée com a língua de sinais passa a ser reconhecida como forma de comunicação apropriada para a educação de pessoas surdas. Uma leitura mais ampla mostra que os resultados positivos da metodologia de L’Épée chamam atenção de religiosos e educadores, pois a educação do surdo se expande na Europa e nos Estados Unidos, tendo como educadores profissionais surdos e ouvintes. “As escolas usam as línguas de sinais nacionais e exploram os recursos visuais como a base para uma pedagogia especial, em que a religião, a moral, a formação profissional e a língua nacional constituíram o núcleo do currículo” (Lulkin, 2015, p. 34).

A concepção sobre o surdo que, nos séculos anteriores ao século XVIII, era visto como monstro sofre variações, e a criação do Institution Impériale des sourds-muets de Paris, em 1791, pode ser considerado como o ano de nascimento de uma nova categoria administrativa destinada a um belo futuro “aos cegos e surdos mudos” (Buton, 2000, p. 53). Dentro do universo

da literatura sobre a surdez, é fácil compreender que a mudança de entendimento sobre o surdo não se deu de uma hora para outra. A criação dos institutos para surdos, em particular do Institution Impériale des sourds-muets de Paris, em 1791, foi influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, em que “o humanismo e o racionalismo, que foram as bases da ciência moderna, possibilitaram a passagem do entendimento acerca dos surdos de seres castigados pelos deuses para os de sujeitos com direitos à socialização e à educação” (Rocha, 2008, p. 16).

A Institucionalização deste instituto em Paris foi essencial para o desenvolvimento da educação dos surdos, e evidencia o reconhecimento do cuidado do surdo como um dever do Estado. O instituto se transforma em um espaço de referência nacional e internacional de educação para as crianças surdas, mas também já se configura como um local de visibilidade do olhar médico para a surdez (Benvenuto, 2006, p. 166-167).

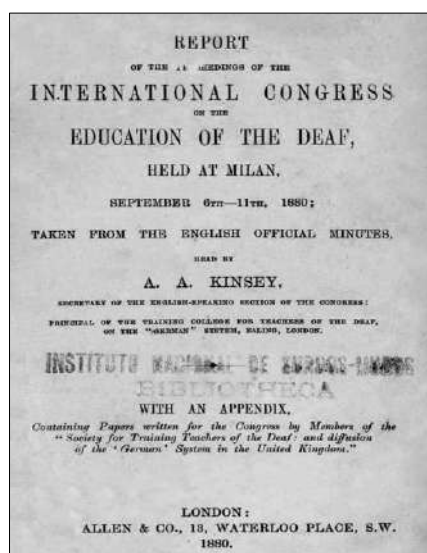
Neste período, do final do século XVIII e início do século XIX, a influência da igreja é a instância que inaugura as formas de educar destinada aos surdos, uma vez que dá espaço para a medicina. Levanto alguns pontos que penso enriquecer o raciocínio desenvolvido. O primeiro desses pontos é que o ingresso da presença médica nesses espaços trouxe a defesa pela saúde e o ensino de novos hábitos de higiene, estabelecido como higienismo. A medicina identificava a surdez como uma disfunção do estado natural do corpo, onde a preocupação com o corpo e higiene do surdo se torna central.

A água, era muito utilizada, tinha como atributo a dissolução das impurezas, reduzir as deformações e as enfermidades, permitindo um retorno ao estado natural. No Instituto de Paris instalam banheiras e duchas e criaram um local público para os banhos, transformando a mesma numa das 27 primeiras escolas francesas a ter uma piscina. Essa utilização da água se aproxima dos ritos de regeneração e renascimento (Lulkin, 2015, p. 35-36).

O higienismo alcança o currículo dos institutos, ao longo do século XIX. As políticas de prevenção de doenças e perversões morais são aprimoradas nesses espaços. Benvenuto (2006) afirma que aspectos relacionados à ginástica praticada pelos surdos (com forte caráter militar e moralizante), as atividades de hidroterapia e canto (com intuito de desenvolver a respiração e auxiliar na educação), bem como a fiscalização dos uniformes, a disposição dos dormitórios e a existência de supervisores para controlar esses alunos tinham como objetivo um novo modelo de “educação dos surdos” regido por controle dos corpos e das emoções das crianças. Todos os exercícios propostos visavam controlar os “instintos” e a sexualidade dos alunos.

Em 1860, o Dr. Jean-Pierre Bonnafont (1805-1891) publicou um tratado teórico e prático sobre as doenças do ouvido e audição, consolidando a mudança epistemológica do olhar para a surdez. O surdo antes observado pelos filósofos, educadores e religiosos, se torna cada vez mais interesse de estudo da ciência médica. O olhar para o surdo no século XIX foi marcado por estudos e aprofundamentos sobre o assunto, inclusive com a realização do Congresso Internacional de Educação para surdos, conhecido como “Congresso de Milão”, que ocorreu durante os dias 6 a 11 de setembro de 1880. A imagem abaixo mostra o relatório do Congresso, retirado da ata oficial.

Figura 18 – Relatório referente ao Congresso Internacional de Educação de Surdos (1880)



Fonte: Disponível em: <<https://www.researchgate.net/figure/Figura-4-Documento-referente-ao-Congresso-Internacional-de-Educacao-de-Surdos-de-1880>>.

Esse congresso foi considerado um momento obscuro na história dos surdos, pois o uso da língua de sinais para instrução foi substituído pelo uso da língua oral. Vale destacar que o olhar médico sobre a surdez foi responsável pela filosofia oralista que foi predominante durante os finais do século XIX e grande parte do Século XX. Segundo Lulkin (2015), a discussão era entre o oralismo e o gestualismo. Na ocasião, a maioria dos diretores se colocaram contra o ensino do gestualismo, bem como o afastamento dos profissionais surdos do ambiente escolar. O congresso celebrou a vitória do oralismo sobre a inferioridade da língua gestual.

Como afirmei anteriormente, durante o século XIX, as formas educativas para surdos e cegos já existiam e possuíam espaços próprios desde o século anterior (1791), o que era diferente das deficiências intelectuais que ainda concentram seus atendimentos durante boa parte do século dezenove em asilos, hospícios e internatos.

Além da experiência francesa para a educação da pessoa surda, outras experiências se destacaram: Na Alemanha, Samuel Heinicke (1727-1790) é apontado como o primeiro autor do método oral, educando, por volta de 1754, a primeira aluna surda. Em Portugal, a experiência de cuidados com o surdo-mudo se deu na Casa-Pia, no início do século XIX. Entretanto, é a experiência francesa na educação da pessoa surda que serve de grande influência para a criação dos institutos no Brasil, na segunda metade do século XIX. Abaixo constam alguns dos pioneiros na Educação da pessoa com surdez no mundo, durante o século XIX.

Quadro 19 – Principais estudiosos sobre a educação da pessoa com surdez no mundo (século XIX)

Educador e padre francês Roch Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822) 	Abade Charles Michel de L'Épée fundou o Institution Impériale des sourds-muets de Paris e morre ainda no século XVIII, tendo como primeiro diretor francês o Abade Sicard (1742-1822).
Educador Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) 	Gallaudet começou a averiguar acerca dos métodos de ensino para os surdos em outros países, durante o século XIX. Ele realizou uma viagem à Europa, a fim de reunir informações sobre a metodologia dos institutos, com o propósito de fundar uma própria escola americana, em 1817. De volta à cidade de Hartford, o educador abre as portas da primeira escola para surdos dos Estados Unidos, a American School for The Deaf.
Educador surdo Eduardo Huet (1822-1882) 	Francês Eduardo Huet, professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil sob beneplácito do imperador D. Pedro II, com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas. Huet chega ao Brasil no ano de 1852 com carta de recomendação do Ministro da Instrução Pública francês, estabelecendo relações com o diretor do Imperial Colégio Pedro II e iniciou o plano de abertura da primeira escola para crianças surdas do país (Perlin, 2002). Em 26 de setembro de 1857, Huet fundou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que mais tarde mudou seu nome para Instituto Nacional de Educação de Surdos (conhecido como INES).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quanto à Educação de Cegos, o criador da primeira escola na França foi Valentin Haüy (1745-1822), que marchou sobre os passos de L'Épée, criador da escola para surdos. Ambos tiveram mesma proposta: a concepção de ensinamento como um bem coletivo, com recursos comparáveis e meios de comunicação adotados para a população que seria educada, dimensão

filantrópica central nas atividades educativas, o poder do estado definido como meta de prioridade. Assim, tanto L'Épée como Haüy eram considerados homens de luz, que desenvolviam métodos gerais, universais para todos, inscritos na premissa da filantropia do século XVII (1780), que tinha o enfoque para o “tratamento da miséria”.

Haüy nasceu em uma família de tecelões, e foi educado por monges, tornando-se o “intérprete do rei” em 1786. O impulso de Haüy para ajudar cegos começou em 1771, depois de um encontro onde estes eram motivo de chacota popular. Anos depois, em 1785, Haüy fundou o Instituto para Jovens Cegos (Institut des Jeunes Aveugles). O educador recebeu o apoio de Luís XVI e tornou-se a Instituição Real de Crianças Cegas, sendo oficializada em 26 de dezembro de 1786. O trabalho dele era basicamente ensinar os trabalhos manuais: fiação e tipografia. O Instituto foi assumido pelo Estado em 28 de setembro de 1791, tornando-se o Instituto Nacional de Trabalhadores Cegos de um Mosteiro Celestino.

Ambos os institutos (cegos e surdos) também visavam prioritariamente ensinar alunos pobres, dando assim, as dimensões da caridade e filantropia para a manutenção destas escolas, recebendo financiamento da Sociedade de Filantropia de Paris (Buton, 2009, p. 41-42).

As legislações intensificam esse processo, pois, na França, a lei de 28 de março de 1882 institui como obrigatório o ensino para todos os surdos-mudos, cegos e crianças que não ouvem e não falam. Apesar do pioneirismo para o ensino de surdos-mudos e cegos, o discurso sobre anormalidade e moralidade ainda estava presente quando eram discutidas as diferenças entre a educação “normal” e a educação para surdos-mudos e cegos. Quanto ao currículo do que era ensinado, diferenciavam-se, no entanto, no modelo de ensino que propunham, já que l'Épée previa que educação de surdos era destinado ao ensino da língua francesa (escrita), além de possibilitar que estas crianças pudessem se comunicar com seus semelhantes. Por sua vez, Haüy tinha como principal objetivo transformar os cegos indigentes, em cegos capazes para o trabalho.

Preciso considerar um nome de destaque na educação de cegos, Louis Braille (1809-1852). Aos 10 anos de idade, Braille ingressa no Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris (Instituto Real de Jovens Cegos de Paris), atual Instituto Nacional para Jovens Cegos. Em 1821, Braille conhece um capitão francês, que apresenta um sistema de comunicação chamado de escrita noturna. Era um método de comunicação tátil que usava pontos em relevo, possuindo como aplicação prática a comunicação em campos de batalha (quando os soldados precisavam ler mensagens sem utilizar a luz). Braille empenhou-se em aperfeiçoar a técnica, ensinando-a no instituto no qual anteriormente era aluno, transformando-a em um método em 1829, em que publicou o seu método exclusivo de comunicação que hoje possui o seu nome.

Na França, também ocorreram as primeiras mobilizações em defesa do alfabeto Braille e da defesa pela língua de sinais em 1880, evidenciando que tanto os processos de conquistas quanto os enfrentamentos e as lutas por igualdade de direitos ocorreram em períodos similares, gerando assim uma aproximação, para lutarem juntos para alcançar seus objetivos.

Um adendo necessário é a compreensão do papel da igreja nos primórdios da educação de surdos. Reily (2007) chama atenção para o papel dos religiosos na educação dos surdos, pois eles aproveitaram sinais manuais criados nos mosteiros com nova finalidade, visando a uma aplicação pedagógica. Outro fato curioso é que a educação das pessoas com deficiência intelectual, em especial, na Europa, tem origem no campo da medicina, em que tais pessoas compartilham espaços asilares segregados com pacientes mentais desde o século XVII, já a educação dos surdos e cegos constituiu-se basicamente dentro do contexto religioso.

Esta forma de organização diferenciada trouxe marcas díspares para a deficiência intelectual e para a educação de surdos e cegos. Na deficiência intelectual, essas marcas iniciadas no século XIX repercutem para o século XX, com enfoque médico e ênfase no diagnóstico psicométrico. Na educação de surdos, em especial, com a criação de formas educativas ainda no século XVIII e com instrução objetivas para o trabalho, há uma prevalência de ações missionárias, com publicação de manuais de língua de sinais de várias denominações cristãs: Igreja Católica, Igreja do Nazareno, Igreja Batista, entre outros (Reily, 2007; Sofiato, 2005).

4 OS DEBATES NACIONAIS E LOCAIS ACERCA DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SÉCULO XIX

Nesta seção apresento o debate sobre a Educação das pessoas com deficiência no século XIX, localizando o leitor historicamente nas discussões que estavam ocorrendo no Brasil e posteriormente no Estado do Pará. A definição de debate está pautada na ideia da discussão da memória histórica, com a pretensão de reivindicar o início, a descoberta. Pretendo percorrer um caminho que envolva o esclarecimento de que o conceito de deficiência representado como um grupo coletivo de pessoas é um pensamento recente; logo, a forma de instruir cegos, surdos, pessoas com deficiências intelectuais e físicas também aconteceu de forma diferenciada conforme afirma Piccolo (2015). De início, detalho como as pessoas com deficiência foram percebidas e como o contexto político, ideológico e conceitual influenciam no tratamento e nos primeiros debates acerca do tema e da concepção de aprendizagem a eles destinada. Enfatizo, portanto, que as reflexões compartilhadas nesta seção possuem mais a intenção de agir como fundamento de outras reflexões do que esgotar a questão da perspectiva da deficiência no Brasil e no contexto local.

4.1 O debate sobre as pessoas com deficiência no Brasil

4.1.1 Os primeiros debates acerca do processo de criação e implementação das formas educativas destinadas às pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais

Ao buscar leituras e aprofundamento sobre as formas educativas destinadas à deficiência intelectual e física no Brasil do século XIX, percebi que não há muitas informações, pois, como foi dito anteriormente, os estudos sobre deficiência intelectual se confundem com os estudos sobre a loucura. Já em relação à deficiência física, são poucos os trabalhos que se debruçam especificamente sobre esta deficiência.

Dito isso, a educação durante o século XIX, foi fadada ao esquecimento, mesmo tendo a garantia de gratuidade na instrução pública, garantida pela Constituição de 1824, não apresentou progressos. Segundo Jannuzzi (1992), o único ensino que apresentou progresso foi o ensino superior, facilitado pelo apoio da Corte, conservando sob sua direção, e o ensino secundário, particular, propedêutico, preparatório ao superior. Era o ensino que interessava às camadas de rendas mais altas da população, como aprimoramento da vida na Corte, bem como às poucas camadas médias, para atingir uma posição mais alta na sociedade de então.

Jannuzzi (1992) faz dois destaques importantes. O primeiro é o fato de a educação não ser motivo de preocupação para o governo, quicá a de pessoas com impedimentos de cunho mental/intelectual. O segundo ponto diz respeito à condição do Brasil da época, uma vez que o país ainda era pouco urbanizado e majoritariamente analfabeto, apoiado no setor rural, primitivamente aparelhado, que provavelmente não reconhecia esses indivíduos como deficientes (falo sobre os impedimentos de natureza intelectual e mental, já que o mesmo não acontecia com a deficiência física).

Segundo Martins (2015), uma das primeiras iniciativas no século XIX, para a pessoa com deficiência física, foi a criação por D. Pedro II, do Asilo dos Inválidos da Pátria²⁰, destinado a ex-combatentes mutilados na guerra do Paraguai em defesa da Pátria. O asilo foi construído em uma pequena ilha, conhecida como a Ilha do Bom Jesus, sediada na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. A inauguração dessa instituição ocorreu no dia 29 de julho de 1868, numa festa dedicada aos heróis mutilados, que ficaram paralíticos ou com algum déficit mental, na guerra do Paraguai (Silva, 1987 *apud* Martins, 2015, p. 83).

Um aspecto interessante do qual Martins (2015) chama atenção é o fato do governo brasileiro ter demorado muito para criar espaços destinados a educação de pessoas com deficiência. No entanto, quando se trata da proteção legal contra esses sujeitos, já existia previsão legal na Constituição desde 1824 (Título II, Art. 8º, item 1º), “era privado do direito político o incapacitado físico ou moral” (Carmo, 1991, p. 27 *apud* Martins, 2015, p. 83).

Posteriormente surgem duas instituições estatais para atendimento a deficientes mentais: uma situada Hospital Juliano Moreira, em Salvador (1874), de cunho especializado; e a outra na Escola México (1887), no Rio de Janeiro, de ensino regular. Sobre o Hospital Juliano Moreira, uma constatação: os registros voltados ao atendimento de alunos com deficiência mental, no Hospital Juliano Moreira, eram de cunho médico-pedagógico. Tratava-se de assistência médica e não propriamente educacional (Mazzotta, 2003).

A informação a respeito da Escola México foi encontrada em Jannuzzi (1992), onde a autora afirma que, a partir de 1887, iniciou-se a instrução das pessoas com deficiência mental nessa escola no Rio de Janeiro, mesmo que não tenha encontrado outras fontes que reafirmem tal informação. Entretanto, Jannuzzi (2012), reafirma o atendimento educacional ofertado aos deficientes mentais na Escola México (1887), mas pondera sobre a necessidade de maiores esclarecimentos e comprovação através de fontes históricas. Realizei várias pesquisas sobre a

²⁰ O Asilo dos Inválidos da Pátria foi um hospital responsável por abrigar militares feridos na Guerra do Paraguai. Foi fundado em 1868 e manteve-se em funcionamento até o ano de 1976. Está localizado na Ilha do Bom Jesus da Coluna, atualmente parte da Ilha do Fundão, na Baía da Guanabara, Rio de Janeiro.

referida escola, mas não encontrei fontes na literatura ou em periódicos de jornais que comprovassem tal afirmação. Ou seja, Jannuzzi (2012) aponta os indícios desse atendimento, mas não nega a imprecisão da fonte utilizada.

Jannuzzi (1985) ressalta a possibilidade dessas instituições serem destinadas a deficientes intelectuais com comprometimentos mais severos, percebidos pela família e pela comunidade. Para a autora, inicia, de forma ainda tênue, uma preocupação em separar os deficientes intelectuais com impedimentos leves dos mais graves, em relação ao atendimento ofertado. Até o final do Império (1822-1889), existia no Brasil apenas duas instituições para deficientes intelectuais e seis para deficientes visuais e auditivos bem como para deficiências múltiplas, graças à iniciativa de profissionais e de pessoas sensibilizadas com a situação, pois há um precário apoio governamental.

Prevalecia o desinteresse não apenas para a educação das pessoas com deficiência, mas pela educação de forma geral. Em relação a este aspecto, podemos situar que, em 1888, destinadas à população brasileira existia, de acordo com Romanelli (1991)

poucas escolas primárias (250.000 alunos para uma população de 14 milhões de habitantes), [...] liceus provinciais, em cada capital de província [...] colégios particulares em algumas cidades importantes, alguns cursos normais, o Liceu de Artes e Ofícios, criado da Corte, em 1856 [...].

Se lembrar [...] de que a educação popular estava abandonada e de que a educação média era meramente propedêutica, pode-se ajuizar do quanto a educação foi minimizada [...] (Romanelli, 1991, p. 40-41).

Após a Proclamação da República, com a consolidação da Constituição de 1891, a situação da educação pareceu que ia mudar, ao instituir o sistema federal de governo, já que os estados tiveram autonomia para organizar suas leis e sua administração, bem como para desenvolver o ensino em todos os níveis. Porém, na prática, o Governo Federal deveria criar e controlar as instituições superiores em todo país, assim como ser responsável pelo ensino, nos diversos níveis, e no Distrito Federal. Aos Estados delegava à incumbência de criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional (Romanelli, 1991 *apud* Martins, 2015, p. 85).

Durante o levantamento, fica claro que, diferente das deficiências sensoriais, as quais possuíam instituições próprias para educabilidade desde a segunda metade do século XIX, o atendimento à pessoa com deficiência intelectual ocorre em espaços reservados, dentro de hospícios ou asilos; conseqüentemente passam boa parte do século XIX sem espaços próprios para escolarização.

A procedência ou não da existência da Escola México não altera o entendimento de que o atendimento educacional de pessoas com deficiência intelectual durante o século XIX se restringiu a ações isoladas e pontuais, não tendo a ideia de um movimento de caráter nacional

(Siems, 2013). As primeiras iniciativas e espaços destinados aos deficientes intelectuais só começam a ser efetivados no século XX. Sendo assim, ao relatar essas iniciativas, espero ter, pelo menos em parte, esclarecido o silêncio sobre as formas educativas para esses sujeitos.

4.1.2 Os primeiros debates acerca da criação e implementação das formas educativas destinadas às pessoas com impedimentos sensoriais

Quanto às formas educativas destinadas para surdos e cegos, no Brasil, um fator decisivo para a criação dos primeiros colégios foi a influência francesa neste período, que pode ser verificada não somente na criação dos primeiros institutos de educação especial, mas também nas esferas da educação, saúde e cultura. Um acontecimento determinante foi a vinda da Família Real para o Brasil (1808), pois o país passou a ser sede do governo português. Já, em 1815, o Brasil é elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. No ano seguinte, inicia-se a chamada “Missão Artística Francesa” que instaurou no Brasil diversas escolas, como a Escola de Ciências, Artes e Ofícios. Segundo Silva “Depois da Independência, a França mantém o seu papel de matriz cultural. Em 1824, Pedro I outorgou à nação uma constituição modelada nas ideias francesas e inglesas e com algumas influências da constituição portuguesa” (Silva, 1999, p. 126).

Já em 1835 inicia-se uma série de acontecimentos que vão impulsionar a criação dos primeiros colégios como o Projeto de Lei que visava a educação dos surdos e cegos. Um projeto apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão de 29 de agosto de 1835, pelo deputado Cornélio Ferreira França. De acordo com Zeni (2005), tal projeto previa um professor de primeiras letras para surdos, mudos e cegos, em cada província da nação, concedendo o direito do ensino primário a todos os cidadãos, conforme a Lei de 15 de outubro de 1827. O projeto, contudo, não foi aprovado, e a educação dos cegos só se consolidou em 1854, graças à atuação de José Álvares de Azevedo e José Francisco Xavier Sigaud.

Segundo Brasil Silvado (1902), este projeto, por causa da agitação política da época, não chegou a ser discutido. Entretanto, historicamente foi de grande importância para dar visibilidade pública para esta questão. Em especial, para as famílias que possuíam parentes cegos ou surdos.

Outro fator que contribuiu, foi a facilidade de comunicação e deslocamento entre Brasil e França, já que, em 18 de dezembro de 1843, os países assinam uma convenção onde acordavam de proverem uma linha de paquetes de vapor, com a finalidade de realizar transporte regular de correspondências entre os dois países e também transporte de viajantes, somado tudo

isso, a contribuição de D. Pedro II, que facilitou a constituição dos primeiros institutos de cegos e surdos no Brasil.

Ainda assim, a efetivação das primeiras formas educativas para surdos e cegos só ocorre no Brasil com a inauguração das primeiras escolas: criação de uma escola para surdos e mudos: Imperial Instituto dos Surdos e Mudos (1857), como uma escola para cegos: Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854).

A primeira instituição educacional para surdos, assumida pelo governo Imperial, foi inaugurada em 1854, com o nome de Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os sexos. A historiografia da educação de surdos no Brasil, destaca o papel de Édouard Huet Merlo (1822-1882) como responsável por apresentar um projeto em 1854, ao Imperador D. Pedro II, sobre a necessidade de educação para surdos na cidade do Rio de Janeiro. O projeto foi efetivado, em 1856, com a criação do Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos, tendo como diretor o próprio Huet, como mostra o anúncio do Colégio.

Figura 19 – Anúncio do Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos.



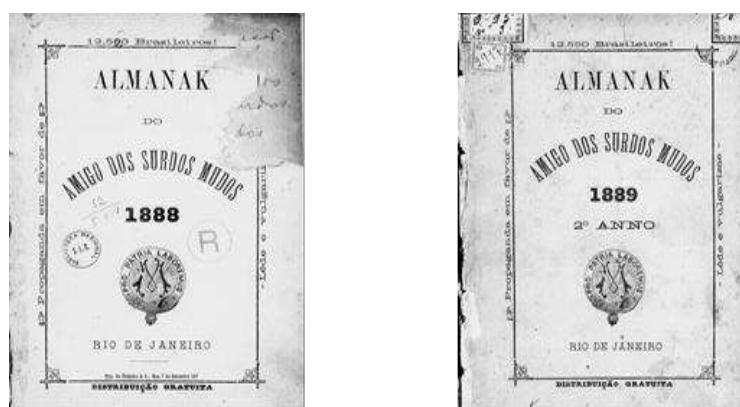
Fonte: Documento integrante do Almanak Laemmert (1889, p. 406).

Nota-se que a iniciativa de criação do colégio veio do professor francês que também era surdo, a forma educativa era um “colégio cujo público-alvo era diferenciado”. No entanto, a força educativa preponderante para sua criação não foi o governo brasileiro e sim, a iniciativa individual de um educador que teve um papel marcante na luta pela educação dos surdos. O anúncio destaca que o colégio está “debaixo do patrocínio de suas majestades imperiaes e de uma comissão inspectora”, deixando claro que o estado patrocina e fiscaliza a instituição,

reforçando o desempenho da qualidade, no entanto, se isentando sobre os custos integrais associados a abertura do espaço. Apenas em 1861, a instituição passou à administração imperial, por meio de contrato de cessão de direitos celebrado em 11 de dezembro com E. Huet (Brasil, 1861, p.34).

Vale destacar, que segundo os estudos históricos da instituição de surdos, o currículo, os materiais das aulas e os das oficinas tiveram grande influência do modelo francês de educação especial e foram trazidos da França para o Rio de Janeiro. Inclusive, encontrei, no site da Biblioteca Nacional Digital, duas versões do “Almanak” dos surdos-mudos, onde consta aspectos do currículo que são muito semelhantes ao currículo desenvolvido na França.

Figura 20 – Almanak do Amigo dos Surdos-Mudos (1888 e 1889)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/almanak-do-amigo-dos-surdos-mudos/>>.

No documento do MEC (Brasil, 1979), consta que o Collegio Nacional para Surdos-Mudos, depois intitulado de Instituto Nacional de Educação de Surdos, atendia crianças de ambos os sexos. Nesse sentido, trago um trecho do Almanak para confirmação: “destinado à regeneração intellectual e moral dos Surdos-Mudos do Brasil, admite qualquer indivíduo dos dois sexos, desde a idade de 7 a 16 anos” (Almanak, 1856). Os meninos eram ensinados pelo professor surdo Ernest Huet, já as meninas estavam a cargo da M^a. Vassiomon, esposa de Huet, e suas filhas. Assim, inicia-se a primeira experiência de educação com surdos e mudos no Brasil.

Para Sofiato e Santana (2019), o colégio era como os demais estabelecimentos educacionais do Império, o diferencial era o público-alvo que atendia, constituído por alunos surdos. As disciplinas ministradas incluíam: *Escripta e leitura; Elementos da Lingua nacional-Grammatica; Noções de religião e dos deveres sociaes-Cathecismo; Geographia; Historia do Brasil; Historia sagrada e profana; Arithmetica; Desenho; Escripturação mercantil; Lições de agri-*

cultura theorica e pratica para os meninos, trabalhos usuaes de agulha para as meninas, conforme mostra a figura.

Figura 21 – Disciplinas Ministradas no Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos

DISCIPLINAS.	
Escripta e leitura.	Historia do Brasil.
Elementos da lingua nacional —	Historia sagrada e profana.
Grammatica.	Arithmetica.
Noções de religião e dos deveres	Desenho.
sociaes — Cathecismo.	Escripturação mercantil.
Geographia.	
Lições de agricultura theorica e pratica para os meninos, trabalhos usuaes de agulha para as meninas.	

Fonte: Documento integrante do Almanak Laemmert (1889).

Como já descrito, a educação de surdos no Brasil apresenta aspectos semelhantes ao aspecto francês em relação ao currículo, entretanto possui um movimento diferente da ocorrida em âmbito internacional quando se trata das forças educativas que foram precursoras na criação das instituições para surdos e cegos. A análise do contexto mostra que forças educativas diferentes intervieram na educação de surdos (no Brasil- iniciativas individuais), na Europa (a iniciativa da igreja católica), só posteriormente o estado assume o financiamento das instituições, em ambos os casos.

A partir da compreensão de que as iniciativas nacionais e internacionais de criação de colégios para surdos tiveram outras forças educativas, além da iniciativa estatal, fica claro que grupos (como a iniciativa particular e a igreja) foram decisivos para definição do movimento de escolarização de pessoas com deficiência que temos no presente, surgindo duas constatações. A primeira é que no caso do Brasil, a iniciativa individual de criação de um espaço, com o “patrocínio” do governo, sugere os primeiros movimentos de inauguração das parcerias público-privadas na educação especial, ou seja, o financiamento de instituições de ensino em parte pelo governo e em parte pela iniciativa privada ou individual, relação muito comum até os dias atuais nesta modalidade de ensino.

A segunda constatação é que embora no Brasil a ação da igreja não tenha sido determinante para a criação dos colégios no Rio de Janeiro, os currículos perpassavam pela concepção da religião, ao ministrar disciplinas como: Noções de religião e dos deveres sociais (Catecismo) e História do Sagrado e do Profano, este currículo possuía uma finalidade em si,

estava baseado em uma construção cultural e social da sociedade do século dezenove e não pode ser encarado como um território neutro. Como afirma Moreira e Silva (1994, p.8)

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais particulares.

A inserção de um currículo para surdos com uma doutrina religiosa, possuía o intuito de moldar comportamentos, formas de pensar e repercutir o panorama, ético e político da época, existiam objetivos implícitos que segundo Gondra e Schueler (2008) era promover a assistência, com vistas ao controle social.

Outra problematização realizada sobre os currículos ministrados no Imperial Instituto de Surdos-Mudos, foi a ausência do conteúdo de ciências naturais (*sciencias naturaes*), tal como aparecia no currículo prescrito de vários colégios imperiais, levando a concluir que o ensino de ciências não era prioridade, o foco do ensino era a língua portuguesa pelos surdos em sua modalidade oral e escrita e que adquirissem uma profissão, presumindo que o ensino, possuía o caráter utilitarista e estava afinado com o mesmo tipo de instrução destinado à infância pobre brasileira, que recebia da escola lições de moralidade e civilidade objetivando a consolidação de uma ordem social nacional (Sofiato e Santana, 2019).

Sigo para outro direcionamento, que é o debate sobre a educação de pessoas cegas no Brasil, que possui um caminho muito semelhante a educação de surdos. Como já discorri anteriormente, o projeto do deputado Cornélio Ferreira França em 1835, é a primeira iniciativa brasileira direcionada para este público. Entretanto, a escolarização de pessoas cegas, só inicia com a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854).

O Instituto foi idealizado por Álvares de Azevedo que era um professor cego. A trajetória de Álvares inicia aos 10 anos, em 1844, quando mudou-se para a França, com o objetivo de estudar no “Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris”, idealizado por Valentim Haüy. Nele permaneceu no período de seis anos, dedicando-se ao estudo do sistema criado pelo francês Louis Braille (1809-1852) de leitura e escrita.

Segundo Sigaud (2009), Álvares de Azevedo regressou ao Brasil e, por intermédio do Dr. Xavier Sigaud (1796-1856) e do Barão do Rio Bonito, conheceu o Imperador D. Pedro II, apresentando-lhe o método do Sistema Braille. Por ter uma filha cega, Sigaud foi pioneiro pela criação de uma instituição dedicada à educação de pessoas cegas. Em 17 de setembro de 1854, o imperador Pedro II o autorizou a fundar o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, a partir do Decreto Imperial nº 1.428, o Instituto recebia crianças de ambos os sexos, de idade entre 7 até 15 anos.

O Instituto teve “por fim ministrar-lhes a instrucção primaria - a educação moral e religiosa - o ensino da música ou de alguns ramos da indústria secundária e o de officios fabris” (Almanak, 1855). O contexto político brasileiro, tem grande influência no Instituto Imperial dos Meninos Cegos, fato observável com a mudança de nome do instituto, que sofre alterações, em especial, após a ascensão do regime republicano.

- **1889-** O Decreto nº 09, baixado pelo Governo Provisório da recém-proclamada República, suprimia do nome do instituto a palavra “Imperial”.
- **1890-** O Decreto nº 193, de 30 de janeiro, denominava-o “Instituto Nacional dos Cegos”.
- **1891-** O Decreto nº 1.320, de 24 de janeiro de 1891, deu-lhe o nome de “Instituto Benjamin Constant”, pelo qual é conhecido até os dias atuais.

Quando o regime de governo republicano foi estabelecido em 1889, com a Proclamação da República, o Instituto vai sofrendo pequenas alterações em seu nome, até chegarmos ao “Instituto Benjamin Constant”, em homenagem ao militar, político, professor e engenheiro brasileiro que foi um forte defensor da República e um dos articuladores do golpe de 1889. Benjamin Constant foi também professor de matemática e ciências naturais no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, onde também foi diretor. No Almanak Larmmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) de 1891, em sua edição (C00048) indicava quais disciplinas eram ministradas no Instituto: *Geometria, mecanica e cosmographia; sciencias physicas e historia natural; portuguez; francez; geographia e historia; arthmetica e algebra; Instrucção moral e civica; musica theorica e piano; officina de trabalhos d’agulha; officina de encadernação; officina typographica; gymnastica.*

O discurso sobre a higiene também já era apresentado, quando Brasil Silvado (1902, p. 25) indicou a possibilidade de realizarem banhos de mar, sendo a base primária da higiene. Vemos, então, a partir dessas iniciativas que o diretor pretendia cumprir o princípio ao qual ele descrevia que a instituição se propunha, de que o cego pudesse se manter, sempre que possível, tentando, portanto, torná-los homens fortes no corpo e no espírito.

A aproximação do contexto internacional, com o contexto brasileiro tem similaridades em relação ao discurso higienista que foi observado para a surdez e cegueira, no final do século XVIII na França, já que essas deficiências eram identificadas como uma disfunção do estado natural do corpo. Assim, a preocupação com o corpo e higiene se torna central. A água tinha como atributo a dissolução das impurezas, reduzir as deformações e as enfermidades,

permitindo um retorno ao estado natural. Os administradores do Instituto de Paris instalam banheiras e duchas e criam um local público para os banhos, transformando a mesma numa das primeiras escolas francesas a ter uma piscina. Essa utilização da água se aproxima dos ritos de regeneração e renascimento (Lulkin, 2015).

Uma outra semelhança estabelecida entre o debate internacional e nacional é a finalidade da educação que possuía influência europeia e religiosa, pois visava desenvolver o tríptico aspecto: intelectual, moral e físico, imprimindo em seus corações o “sentimento do amor de Deus”, para que tenham sucesso e possam ter um futuro (Brasil Silvado, 1902, p. 30).

A grande diferença entre o percurso ocorrido no Brasil e na França, é a configuração da forma como se deu o movimento de escolarização para surdos e cegos, para Soares (2005) o contexto brasileiro foi amparado no discurso da filantropia e da caridade. O cuidado com esses indivíduos não é visto como um direito, mas como uma obrigação moral, logo por estarem acometidos de deficiências consideradas como um infortúnio, precisavam de cuidado e assistência.

Destaca-se que por mais que ambos os institutos sejam objetos de duras críticas por questões relacionadas: aos currículos que ministravam; pelo discurso de assistência e caridade-estabelecendo padrões da normalidade e anormalidade ou discursos médicos de higiene, vale ressaltar que inquestionavelmente as primeiras formas educativas, por meio dos institutos especializados, trouxeram uma nova forma de pensar a escolarização da pessoa com deficiência no Brasil.

4.1.3 O Debate sobre a Educação das pessoas com deficiência no Pará do século XIX

Pode ser temerária a tentativa de abarcar, num curto espaço, o debate sobre os primeiros movimentos acerca da instrução das pessoas com deficiência, durante um século inteiro na província do Grão-Pará. Contudo, pretendo percorrer um caminho que inclua apresentar informações gerais sobre o Estado do Pará desde sua criação até os principais acontecimentos do século XIX, e posteriormente apresentar a forma como as pessoas com deficiência são percebidas na sociedade, traçando um caminhar que inclua os acontecimentos políticos, econômicos e culturais que ocorriam, desde os ideais de progresso trazidos pela Belle Époque, a intolerância social por serem percebidos como entrave no processo civilizatório, o movimento de eugenia e do higienismo que avançava contra os surtos epidêmicos. Defendo aqui através de uma postura reflexiva, que o debate ocorrido sobre a pessoa com deficiência no

Pará, não se preocupou sobre questões relacionadas a educação, mas teve uma questão pontual, a quem competia o tratamento de tais enfermos?

É a partir desta indagação que “casualmente” chega-se ao movimento que “inaugura” a ideia de estabelecimentos destinados a asilar/ensinar um coletivo de pessoas “desviantes”²¹. As próximas palavras serão no intuito de relacionar o contexto social paraense com o debate em questão.

4.1.3.1 Notas sobre o Estado do Pará

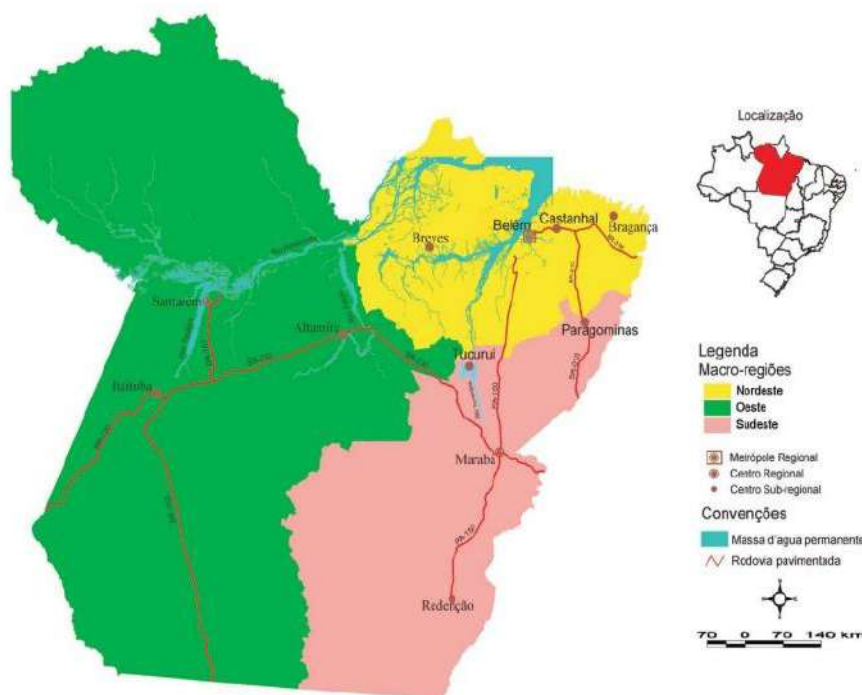
O Estado do Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo o segundo maior estado brasileiro em dimensão territorial e detentor do maior PIB da Amazônia. Segundo o documento Pará (2024) foi conhecido inicialmente como região do vale amazônico, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), estava sobre a posse da Coroa espanhola. No entanto, os navegadores portugueses Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, com a finalidade de consolidar a região como território português, fundaram o Forte do Presépio, na então chamada Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Abro um parêntese aqui para acrescentar que segundo Sarges (2010) a capital do Estado, Belém do Pará, localizada no Norte do país, recebeu inicialmente o nome de Forte do Presépio, depois Forte do Castelo, dando início ao primeiro aglomerado urbano, mais tarde recebeu o nome de Feliz Lusitânia, e posteriormente Santa Maria de Belém do Grão Pará.

Retomo com Sousa (2010), para explicar que, apesar da construção do forte, a ocupação do território foi desde cedo marcada por incursões de Ingleses em busca de especiarias. No século XVI, os espanhóis realizaram outra expedição com o intuito de chegar novamente ao Forte, no entanto, as dificuldades apresentadas impediram a conquista do espaço. No século XVII, a região, integrada à capitania do Maranhão, conheceu a prosperidade com a lavoura e a pecuária. E no ano de 1616 é criada a Capitania do Grão-Pará, pertencente ao Estado Colonial Português do Maranhão.

Autores como Tafner Jr. e Silva (2010), afirmam que o estado acabou se dividindo a partir de sua formação econômica, em três macrorregiões paraenses-oeste, nordeste e sudeste que está fortemente ligada aos meios de transporte de mercadorias e pessoas utilizados ao longo da história da humanidade, conforme a figura.

²¹Amaral (1994): corpo desviante, diferente, deficiente ou atípico e, portanto, estigmatizado.

Figura 22 – Mapa de localização das macrorregiões oeste, nordeste e sudeste paraenses



Fonte: IBGE (Retirado de Tafner Jr e Silva (2010)).

O nordeste paraense, atualmente é constituído pelas mesorregiões Metropolitana de Belém, Marajó e Nordeste propriamente dita, foi onde teve início a colonização portuguesa na Amazônia, graças à utilização das caravelas e naus (grandes navios de carga) que os portugueses desenvolveram para expandir seus negócios comerciais na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa.

Os fortes militares e as missões de catequese católicas deram início ao processo de colonização do Pará. Belém foi o primeiro núcleo de povoamento por europeus e onde se estabeleceu uma dinâmica mais consistente do Estado português para apoiar a ocupação do interior amazônico (Tafner Jr.; Silva, 2010, p. 123).

Ainda segundo os autores as regiões oeste e nordeste do Pará foram as primeiras a terem seus recursos naturais explorados pelos colonizadores lusitanos. Na região oeste, para reprimir holandeses e ingleses que haviam se estabelecido nas proximidades da foz do rio Xingu e no Marajó, os portugueses subiram o Amazonas e fundaram vários fortes militares às margens do grande rio, que deram origem às principais cidades da região: entre elas Gurupá, Óbidos e Santarém.

No nordeste do Pará, buscando caminho terrestre alternativo entre Belém e São Luís, fundou-se Bragança, em 1634. A exploração da canela, especiaria muito apreciada na Europa no século XVII, levou à fundação de Cametá, em 1637, no Baixo Tocantins. O barco a vapor, que foi introduzido na Amazônia por Mauá em 1852, ligou Belém a Manaus e aumentou o

comércio das drogas do sertão da região oeste do estado, que desde finais do século XVII, teve em Santarém o principal núcleo de colonização da região, servindo como entreposto comercial da economia das drogas do sertão regionais (cacau, cravo, salsaparrilha e principalmente a borracha, no final do século XIX). O sudeste paraense, devido às dificuldades de navegação do rio Tocantins a montante da atual cidade de Tucuruí, permaneceu quase que à margem desse processo de exploração econômica até o século XX.

Em 1751, com a expansão para o oeste, cria-se o Estado Colonial Português do Grão-Pará, que além de Capitania do Grão-Pará abrigará também a Capitania de São José do Rio Negro (hoje o estado do Amazonas) (Pará, 2024).

A seguir, apresento os fatos históricos, econômicos e culturais mais relevantes do século XIX no Pará, que paradoxalmente influenciam no contexto da educação de pessoas com deficiência. Em 1823, o Pará decidiu unir-se ao Brasil independente, do qual estivera separado no período colonial, reportando-se diretamente a Lisboa. No entanto, as lutas políticas continuaram, a mais importante delas, a Cabanagem (1835), chegou a decretar a independência da província do Pará, esta foi a única revolta liderada pelas camadas populares no Brasil.

Começo então a propor que o Pará do século XIX não ficou imune às diversas criações utópicas que circulavam na Europa. Como já citado na seção onde discuto os debates internacionais acerca das formas de educar pessoas com deficiência, as correntes europeias acabam influenciando as ideias mais avançadas da ciência moderna. Esta nova era internacional centrada na superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade, se apresenta na província paraense e interessa sobremaneira as reflexões que pretendo compor acerca do debate da educação da pessoa com deficiência no Pará.

No século XIX, a Província do Grão-Pará foi marcada pelas relações políticas essencialmente com Portugal, e isso provocou um afastamento com a outra porção do território colonial, o chamado Estado do Brasil. Esta relação de dependência da província com a Europa contribui para uma certa distinção (entre o Pará e os outros estados do Brasil), fato percebido quando se nota que as primeiras formas de educar indivíduos com deficiência no Pará, estiveram mais próximas do modo como ocorreu na Europa do que no Brasil.

Durante o século dezenove, a Província teve acesso ao progresso, à urbanização e missões que tentavam aproximar a Amazônia do resto do Brasil, e finalmente a Adesão do Pará à independência no início do século XIX (1823), que é considerada um marco na identidade do que posteriormente viria a ser chamado de Estado do Pará. Após a independência, a população de pobres e escravos possuía a expectativa de mudanças, porém foi frustrada, gerando a revolta social conhecida como Cabanagem, que iniciou em Belém e espalhou-se por toda a Amazônia,

envolvendo outras camadas sociais como índios e quilombolas. Os conflitos duraram até cerca de 1840 (Ricci, 2007).

Em Belém, o cenário era de ascensão da burguesia extrativista da borracha. Esse processo de modernização atingiu a cidade, com a inserção da Amazônia no cenário econômico internacional, através da produção gomífera na região. A cidade se destacava por sua importância comercial, já que produzia goma elástica, drogas do sertão, assim como derivados da pecuária do Marajó, como açúcar, cachaça, melado, fumo e borracha, os quais eram cultivados nos arredores da capital. O porto de Belém recebia inúmeras embarcações fluviais, e destacava-se como principal ponto de escoamento, em que a cidade canalizou grande parte dos excedentes dessa economia em direção aos cofres públicos (Sarges, 2010).

As consequências do crescimento da cidade foram as seguintes: insalubridade, adensamento demográfico e baixa qualidade das habitações, além da ausência de abastecimento de água potável e eliminação de dejetos, bem como as grandes epidemias, causadas pela enorme movimentação de pessoas e mercadorias. Assim, os novos reformadores urbanos tratavam a cidade como um “organismo vivo” (Beltrão, 2004).

Segundo Vidler (1981), nos séculos XVIII e XIX, passou-se a olhar as cidades com as técnicas de observação das ciências naturais. Dessa forma, as cidades começaram a ser vistas como máquinas que funcionavam de acordo com leis da economia. Elas eram comparadas a corpos enfermos ou sãos, com sintomas similares aos da saúde ou da doença, sendo seres monstruosos ou disformes com psicologia e humores que variavam segundo variava seu entorno. A solução para este adoecimento das cidades deveria ser as intervenções urbanas. A ideia de “urbanizar” as cidades encontrava entrave no:

quadro de insalubridade que não foi decorrente apenas do aumento populacional expressivo, mas dos hábitos e das condições desprovidas de higiene da população e da morosidade da administração em prover saúde e limpeza urbana (Muller, 2002, p. 83).

Aqui duas considerações: *higiene e medicina* traçarão as questões remetidas ao corpo, as atitudes, preconceitos, estereótipos e estigma observados neste século. A partir da ideia de que a ciência era considerada capaz de prever os acontecimentos e indicar meios de auxiliá-los ou impedi-los, ganha força o discurso higienista acompanhado de conceitos eugênicos. De acordo com Viana (2015), em teorias da Antropologia Social do Darwinismo social, de Galton, Lamarck e dos interventores sociais em relação à raça, a corrente mais tradicional entre as supracitadas era oriunda da Antropologia Social, que estudava as peculiaridades físicas das raças (Viana, 2015). Estava ligado a um ponto de vista teórico (cujos fundamentos são biológicos e raciais) e ideológicos (liberalismo e antiliberalismo) (Júnior, 2007), além de estar

ligado também a questões de cunho religioso que envolveram a sistematização de uma ciência considerada “redentora” da sociedade: a higiene” (Viana, 2015).

Miranda (2015) afirma que o “novo pensamento urbano” foi auxiliado pela “teoria dos meios” e pela “teoria dos fluidos ou miasmas”. A “teoria dos meios”, de Hipócrates, físico grego que viveu no período clássico, “relaciona as características do meio físico, como clima, posição geográfica, qualidade da água, às condições de saúde das cidades”. A “teoria dos fluidos ou miasmas” foi fundamental para o pensamento higienista. Desenvolvida no século XIX, na Europa, propunha que as doenças se originavam das emanações dos gases produzidos pela matéria orgânica em decomposição e por águas paradas.

Outra influência ganha destaque no final século XIX. Trata-se do avanço dos ideais da eugenia, que inicia na Inglaterra por Francis Galton, e, segundo Souza (2019) tem como protagonista, no Brasil, o médico Renato Kehl, que levou em 1918 à fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira associação voltada à eugenia na América Latina. Souza (2019) afirma que as concepções eugênicas começam a se transformar. Tal mudança se traduz pela passagem de um conceito amplo de eugenia e que esteve muito próximo dos ideais de reforma do ambiente social do movimento médico sanitário, para uma eugenia com fronteiras mais bem delimitadas e caracterizada por medidas radicais como o exame médico pré-nupcial obrigatório, a esterilização compulsória e a seleção dos imigrantes segundo critérios raciais.

O século XIX registrou vários acontecimentos que influenciaram a forma como a educação de pessoas com deficiência seria projetada. Um acontecimento que merece destaque foi a Proclamação da República em (1889) com o novo contexto político, a Educação passa a ser vista como uma necessidade, educar estava para além da instrução intelectual, pois havia necessidade da apreensão dos valores morais que era o êxito da tarefa de educar. A obediência tinha um valor indispensável para o cumprimento da educação e instrução. Os atributos de uma boa educação era: ser paciente, saber graduar a voz, se portar com respeito, entre outras características de um sujeito polido e civilizado, capaz de obedecer (Oliveira, 2022, p.182).

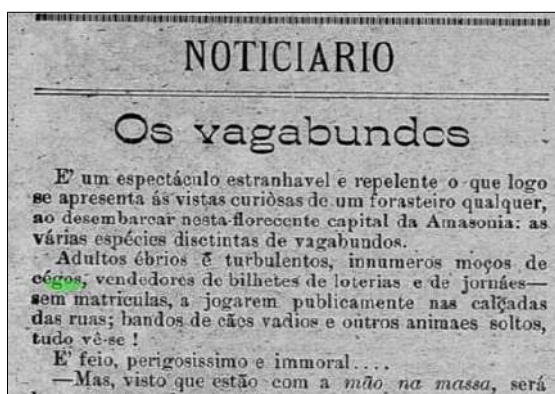
4.1.4 As possibilidades sobre o debate da Educação das pessoas com deficiência no Pará do século XIX

O Debate sobre a pessoa com deficiência na Província do Grão-Pará, inicia pela emergência da intolerância, ligada ao “olhar” a esses sujeitos, já que os espaços considerados insalubres, tanto física quanto moralmente, foram associados a focos de proliferação epidêmicos. Para Miranda (2015), casas desalinhadas, pouco ventiladas, e a mendicância eram

considerados incômodos nas cidades. Neste contexto, as pessoas (cegas, surdas, idiotas, paralíticos etc.) foram considerados inconvenientes sociais, e constantemente associados à mendicância, como mostram os seguintes registros do periódico paraense *A voz do caixeiro*, de 9 de fevereiro de 1890. Na imagem, verifica-se o noticiário intitulado “Os vagabundos” contendo o seguinte enunciado:

E’ um espectáculo estranhável e repelente o que logo se apresenta às vistas curiosas de um forasteiro qualquer, ao desembarcar nesta-florecente capital da Amasonia: as várias espécies distintas de vagabundos. **Adultos ébrios e turbulentos, inúmeros moços de cegos**, vendedores de bilhetes de loterias e de jornáes – sem matriculas, a jogarem publicamente nas calçadas das ruas; bandos de cães vadios e outros animaes soltos, tudo vê-se! E’ feio, perigosíssimo e imoral... (A voz do caixeiro, 1890, grifo nosso).

Figura 23 – Periódico *A voz do caixeiro* (1890)

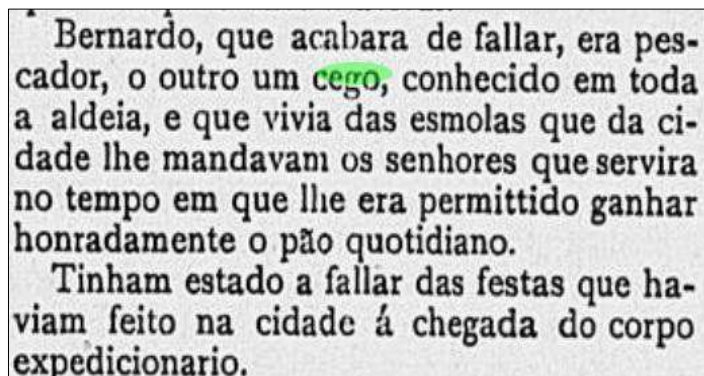


Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>.

Neste trecho é possível ver como um corpo marcado pela diferença foi percebido socialmente ao longo do século XIX no Pará, compreendidos como inválidos, anormais, monstros ou degenerados e seus corpos entendidos como sem utilidade; por isso, logo associados a “vagabundos”. Ratificando essa notícia, trago outro trecho, dessa vez do jornal *Folha do Norte*, de 1896, que apresenta o relato sobre um cego (cuja reportagem não traz o nome), apenas a característica de possuir uma deficiência visual, sendo também associado à mendicância, contendo o seguinte enunciado:

Bernardo, que acabara de falar, era pescador, o outro um cego, conhecido em toda a aldeia, e que vivia das esmolas que da cidade lhe mandavam os senhores que servira no tempo em que lhe era permitido ganhar honradamente o pão quotidiano. Tinham estado a falar das festas que haviam feito na cidade á chegada do corpo expedicionário. (Folha do Norte, 1896, p. 153)

Figura 24 – Revista *Folha do Norte* (1896)



Bernardo, que acabara de fallar, era pescador, o outro um cego, conhecido em toda a aldeia, e que vivia das esmolas que da cidade lhe mandavam os senhores que servira no tempo em que lhe era permittido ganhar honradamente o pão quotidiano. Tinham estado a fallar das festas que haviam feito na cidade á chegada do corpo expedicionario.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br>>.

O trecho remete à ideia de que essa forma de ganhar a vida não era honrada. Esse argumento tem relação direta com uma das concepções que embasaram os ideais do século XIX, que representavam o corpo como uma máquina. A ideia populista, segundo Viana (2015), considerava os homens trabalhadores o capital da nação, compreendendo a riqueza de um país como sendo relacionada ao número de trabalhadores saudáveis que ele poderia ter. Até aqui é possível concluir que a ideia de valorizar a saúde da população pregada pelo higienismo pouco tem a ver com o bem-estar social, mas está diretamente relacionada ao aumento da “produtividade demandada pelo mercado de trabalho” (Rabinbach, 1992 *apud* Viana, 2015).

Compreender que o debate sobre a deficiência não inicia com a tentativa de retirar essas pessoas das ruas, visando seu bem-estar; muito pelo contrário, durante o levantamento realizado nos periódicos paraenses, três características básicas são encontradas nas reportagens: a deficiência relacionada à mendicância; o incômodo social, bem como a relação entre deficiência e doenças contagiosas. O objetivo dos governantes era melhorar a salubridade das cidades, o que acarreta a criação de espaços inicialmente para abrigo, ou seja, instituições asilares, internatos e hospícios que estavam “destinadas a acolher e educar desvalidos e incapacitados” (Gondra; Schueler, 2008, p. 115).

Ressalto novamente que o campo médico passa a interferir diretamente junto ao poder público com a finalidade de proporcionar um espaço urbano mais salubre, conforme afirma o texto “Caridade e saúde pública em tempos de epidemias: Belém (1850-1890)”, de Costa (2006).

Preocupados com a salubridade pública, médicos e autoridades imperiais e provinciais procuraram incessantemente promover a higienização das cidades, esquadrinhando o meio urbano com o intuito de identificar e “medicalizar” os espaços considerados perigosos e doentios, ao mesmo tempo em que procuravam isolar os indivíduos pobres que sob a concepção médica apresentavam-se como os mais suscetíveis ao ataque das doenças epidêmicas, constituindo-se ainda numa ameaça ao bem-estar de toda a sociedade (Costa, 2006, p. 57).

No país, a ideia de Eugenia já citada, logo a valorização de determinada raça em detrimento de outra, muitas vezes se confundia com diferenças de classe social, defendendo-se a eugenia como única ciência digna de transformar degenerados em elite nacional. A eugenia tomou conta da legislação brasileira; logo, o Pará estava também imbuído dos ideais. No periódico *Folha do Norte* de 1896, a ideia de distanciar esses indivíduos indesejáveis do convívio social era nítida. A notícia destacava o exemplo de uma cidade belga, na qual essa exclusão já ocorria, e onde camponeses recebiam uma pensão para “cuidar” de pessoas com deficiência. Em um primeiro momento, era realizada uma inspeção para verificar a condição da pessoa. Essa inspeção era realizada por uma comissão superior, composta de magistrados, funcionários públicos e médicos, e era presidida pelo governador da província. “A população alienada em Gheel se compõe pela maior parte de idiotas e dementes”, conforme o seguinte trecho “Colônia de alienados”, *Folha do Norte*, 1896.

Gheel é uma cidadezinha belga, de dez a onze mil almas. Uma décima quinta parte d’esta população, oito a novecentos indivíduos ao menos, **são doudos, de ambos os sexos, mais ou menos gravemente affectados, e muitos d’elles vindos de diversas paragens, porém vivendo todos de envolta com os habitantes da terra sob um pé de fraternal igualdade, intimamente ligados ao interior das famílias, ao movimento das ruas, aos labores caseiros, aos trabalhos da roca, admitidos mesmo ás solemnidades religiosas e ás festividades.**

[...] Para isto paga-se-lhes uma pensão, que varia com a fortuna do enfermo ou da sua família, mas que ninguém exclue, pois que, a par dos ricos, tem até os mais pobres certeza de ali encontrar, mediante uma retribuição mais que modica, o conforto, o acoio, e sobretudo a sympathia benevolência, que devem-lhes conservar a saúde do corpo, e melhorar a da mente. Todas as categorias de alienados, exceto apenas os maníacos homicidas, incendiários ou eróticos, são admitidos Gheel; e cousa singular! **Os doudos sujeitos unicamente a acesso de furor são os mais procurados pelos camponeses, que sabem perfeitamente contel-os sem violência, e que fazem ponto de honra de fazerem-se obedecer.**

[...] São curiosos os detalhes que mostram a influencia exercida sobre o alienado pela vida e pelo trabalho da família: pelas distrações e pelo contacto diário com as pessoas sãs de espirito: cujos actos e palavras reconduzem-os, emquanto que em outras partes, só rodeado pelos companheiros do seu infortúnio, este se agrava e condensa mais diariamente. A inspeção dos alienados é confiada a uma comissão superior; composta de magistrados, funcionarios públicos e médicos, e presidida pelo governador da província. Essa comissão reúne-se de 6 em 6 meses, para proceder á inspeção geral do serviço dos alienados em todos seus tetalhes; nomea anualmente uma junta encarregada de fiscalizar a observância das leis, ou regulamentos acerca d’aquelles e de promover os melhoramentos exigidos pelas necessidades da administração. **Quanto ao serviço hygienico e medical a colmeia divide-se em três secções, cada uma dirigida por um medico.** Cada medico visita pelo menos uma vez na semana os alienados a seu cargo; indo ter, sempre que é chamado, com aquelles que carecem de seus immediatos cuidados. Aos patronos ou hospedeiros que mais se

distinguem por sua humanidade, e pelos cuidados que dão aos seus pensionistas são conferidos diferentes prêmios; e aos doentes é lícito receber em qualquer dia e hora a visita de seus parentes, de seus amigos e mesmo de pessoas estranhas. **A população alienada em Gheel se compõe pela maior parte de idiotas e dementes** [...] (Folha do Norte, 1896, grifo nosso).

Os grifos são nossos e concretizam o elo mencionado: o higienismo e a eugenia instalados na reportagem e na mentalidade da população da época. A ideia contida de seleção (de quem deveria ser afastado das grandes cidades) dos seres humanos com base em suas características e no grau de funcionalidade, visando melhorar a estética do povo, bem como as futuras gerações. Outro ponto importante é destacar que Gheel é uma cidadezinha belga, dirigida por médicos. Gondra (2005) acrescenta que os desdobramentos das práticas eugenistas, que indicavam a vontade de produzir a melhoria genética dos seres humanos, é a base para eugenia, uma ciência que almejava um homem novo mais perfeito do que existia (Gondra, 2005). Nesse sentido, Otávio Domingues afirma: “[...] o aumento do número dos tipos humanos normais e a diminuição e o desaparecimento final das subnormais, dos geneticamente inferiores” (Domingues, 1942, p. 33 *apud* Gondra, 2005, p. 6).

Numa linha semelhante de raciocínio, da noção de higienismo, é desdobrada também nas práticas da eugenia. Destaca-se aqui a importância de compreender a articulação do discurso desses periódicos com os contextos social, político e econômico, que, em alguma medida, exerceram influência sobre a sociedade do período, tecendo imagens e conceitos no imaginário popular sobre os sujeitos anormais.

Posto o cenário em vigor durante o século XIX, os debates educativos seguiram caminhos diferentes, a depender do público, conforme estabelecido nos debates internacionais e nacionais já descritos nas seções anteriores, o movimento que faço aqui é mostrar que o aparecimento das formas educativas se constitui uma resposta a um determinado diagnóstico daquele presente, é a partir deste diagnóstico que se pode compreender o aparecimento simultâneo das diferentes formas e, ao mesmo tempo, as transformações a que foram submetidas, bem como aquelas que ajudaram a promover (Gondra e Schueler, 2008).

O debate que inaugura as formas de educar pessoas com deficiência caminham de duas formas: através da segregação/reclusão (com instrução informal de caráter médico-pedagógico) e pela necessidade da instrução (com caráter formal), conforme o diagnóstico do período. Destaco que as formas educativas que ganharam força no Pará foram- **os asilos, internatos, asilo-leprosários e hospícios**. Baseado na análise de Rizzini (2004), a autora Schueler (2012) afirma que esses espaços se deram como uma “estratégia” desenvolvida para lidar com a diversidade de sujeitos, foram destinados para o atendimento de gente de “boa sociedade”,

destinado aos filhos das elites políticas e culturais, mas também para religiosos, crianças, idosos, desvalidos, mendigos, abandonados, infratores, alcoólatras, dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, crianças portadoras de necessidades especiais e até mesmo para a formação de professores, a criação dos asilos e internatos foi objeto de grandes controvérsias, e seu legado chega até os dias atuais.

No Pará, os asilos foram pensados também como espaço de isolamento e segregação, a primeira forma educativa que abrigou sujeitos com deficiência foi um asilo-leprosário, que surge em 1815 no início do século XIX, e serviu para isolar pessoas diagnosticadas com lepra (hanseníase). Os leprosários foram construídos para separar as pessoas doentes, do convívio com pessoas saudáveis. Henrique (2012), apresenta os termos que eram utilizados para se referir aos leprosos do Tucunduba, que evidenciam os estigmas que os atingiam: infelizes criaturas, infelizes morféuticos, desditosos, desgraçados, desventurados enfermos, inditosa porção da humanidade moralmente morta para a sociedade, vítimas de hediondo flagelo, repelidos da sociedade. Por outro lado, a forma de se referir ao asilo também foi alvo de definições que reforçavam os estigmas como exemplo: miserável construção, cercado de pântanos, casa de miséria e desolação, esses eram alguns termos usados para definir o lugar.

Gomes (2019) menciona Rosen (1994), para afirmar que a lepra foi uma doença que desde muito cedo se reconheceu a necessidade de controlar e de pensar estratégias de Saúde Pública, tal como o isolamento das pessoas contaminadas. Logo, o discurso das autoridades médicas em consonância com o Estado percebia que um indivíduo leproso ameaçava diretamente a saúde daqueles que o circundavam. Sendo assim, o Estado sentia-se no direito de sujeitar o doente a restrições e sanções, impondo nesse contexto a obrigatoriedade de notificar algumas doenças comunicáveis e, assim, a liberdade do sujeito era severamente limitada, e o doente era destituído de seus direitos civis.

Vale ressaltar que ao longo do século XIX, o Asilo do Tucunduba não abrigou somente pessoas contaminadas pela lepra. Henrique (2012) cita Robertson (2003, p.15), para afirmar que a história da doença está cercada de incerteza, pois nomear e descrever a lepra era um processo complicado e sutil, sujeito a erros e falsas interpretações, de forma inevitável, essas falsas interpretações serviram para obscurecer e confundir o diagnóstico da lepra, e ao mesmo tempo, serviram para agravar a já carregada segregação social trazida pela doença.

Para o lazareto do Tucunduba também foram designadas **pessoas acometidas por filariose, doenças mentais, varíola, febre amarela e epilepsia**. Devido às dificuldades de diagnóstico clínico precoce, durante séculos foram considerados leprosos todos os casos clínicos em que revelassem manifestações cutâneas ao longo da evolução de uma enfermidade (Castro-Santos *et al* 2008, p. 168, grifo nosso).

Os autores confirmam que as doenças mentais estiveram presentes no asilo. Acrescento que as deficiências visuais e físicas também, já que uma das sequelas da lepra, era o comprometimento dos olhos e amputação de partes do corpo (explicarei com maiores detalhes no capítulo sobre as formas educativas).

Os escritos sobre o Asilo, demarcam o exemplo do que chamo de formas educativas com o viés de reclusão (com instrução informal de caráter médico-pedagógico). A instrução informal ocorria através do ensino da catequese, e da disponibilização de uma biblioteca para os asilados realizem leitura (Elaine, 2019). As formas educativas não podem ser confundidas com escolarização, é necessário um recuo para se tentar apreender as condições de aparecimento das diferentes medidas educativas já experimentadas pela sociedade paraense, assim:

Além da ação das corporações religiosas, e da atuação dos clérigos e padres como educadores (...). As práticas de educação dos meninos e meninas indígenas; das crianças e escravos menores; dos camponeses; sitiantes e colonos livres e pobres; dos meninos e meninas das casas senhoriais e dos engenhos; o ensino das letras realizado no interior das famílias, pela ação das mães e outras mulheres; de preceptores ou mestres particulares; a aprendizagem dos ofícios nas oficinas; **nas fazendas; nos campos; nas instituições de assistência e em múltiplos espaços sociais, todas essas são formas educativas** (Gondra; Schuler, 2008, p. 158, grifo nosso).

Além do Asilo do Tucunduba (1815) foram criados o Asilo Santo Antônio (1873) e o Asilo da Mendicidade (1897), além do hospício de Alienados (1893) e os internatos Colégio Nossa Senhora do Amparo (1860), Instituto Paraense de Educandos Artífices (1870), Orphelinato Paraense (1893) e Instituto do Prata (1898). Entretanto, a discussão que se acentua aqui, é que não houve de fato, um debate acerca da instrução dessas pessoas, e sim, acerca do controle e a docilização dos corpos, que passa a ser mais evidente por intermédio de formas educativas que possuíam caráter disciplinar, de acordo com as instituições mencionadas.

Os preceitos higiênicos também ocorreram no Hospício dos Alienados (1893) -que posteriormente em 1937 passa a se chamar Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira. Oda e Dalgallarrondo (2005), cita Moreira (1905, p.93) para afirmar que desde 1834, há registros de iniciativas do poder público paraense visando isolar os seus alienados, tendo “em vista afastar os insanos por perigosos à tranquilidade pública”.

O debate sobre quais instituições atenderiam os loucos e idiotas repercutiu na época, já que a alienação mental é considerada como enfermidade especial, o lugar deles não era entre os demais doentes, mas tampouco nas cadeias. Para Ricci e Valentim (2009), parecia claro de que para a civilização ser estabelecida, seria necessário a criação de espaços para os doentes mentais.

É certo que o debate internacional sobre o Alienismo (que já discutimos em seções anteriores) como especialidade médica, altera a relação entre loucura e idiotia, e influencia a forma como os sujeitos com idiotia são tratados no Pará. O Hospício dos Alienados desenvolveu uma série de pesquisas no campo psiquiátrico, e os pesquisadores do hospício realizaram separações entre os doentes mentais e os hansenianos nas instituições asilares do Pará.

Não resta a menor dúvida de que, durante praticamente todo o século XIX, os loucos foram confinados ao convívio com os leprosos no Tucunduba. Do mesmo modo, alguns leprosos foram tidos como “loucos” e assim tratados durante todo esse tempo em que existiu essa prática da exclusão da insanidade social (Ricci; Valentim, 2009, p.46)

Os documentos visitados sobre o hospício, não apresentam formas de educar formais para os asilados durante o século XIX, essas ações ocorrerão apenas no século XX, o que ocorria era o mesmo tratamento dedicado aos asilos, formas educativas com caráter de segregação/reclusão (com instrução informal de caráter médico-pedagógico).

Um caminho necessário nesta pesquisa foi buscar leituras das revistas pedagógicas publicadas no século XIX no Pará, já que, para Santos e França (2020), as revistas eram compreendidas como fonte singular de informações sobre o cotidiano do trabalho pedagógico e das práticas sociais existentes na escola, o que significa ver a escola por dentro, adentrando em suas particularidades.

Encontrei, no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, a Revista de Educação e Ensino, cujo primeiro volume foi lançado no ano de 1891. As publicações permaneceram até 1895 (as próximas publicações ocorreram no século XX; por isso, não fizeram parte desta análise). No ano de 1891, foram publicados 3 volumes; em 1892, 11 volumes; em 1893, 8 volumes; em 1894, 9 volumes, e em 1895, 2 volumes. Os volumes foram escritos pelo diretor “Octavio Pires”, que apresenta os conteúdos curriculares que devem ser ensinados nas escolas e internatos do Pará, além de apresentar o regulamento geral da Instrução Pública e especial do Ensino Primário do Estado do Pará, em que cada volume possui em média 16 a 20 laudas. Abaixo, segue a figura dos volumes para apreciação.

Figura 25 – Revista Educação e Ensino (três primeiros volumes, lançados em 1891)



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A Revista Educação e Ensino inicia suas atividades com os três volumes publicados respectivamente, um em outubro de 1891, e dois volumes em novembro do mesmo ano. Os assuntos trazidos nos primeiros três volumes da revista eram referentes a “Hygiene Escolar e suas vantagens” e como os conteúdos escolares deveriam ser ministrados dentre eles: *Educação Physica, Sciencias, Assumptos Grammaticaes, Litteratura, actos do governo federal sobre a instrucção publica e o regulamento geral da Instrucção publica e especial do Ensino Primario do Estado do Pará.*

No interior da revista, foi encontrado o *Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará*. Esse documento consta no setor de Obras Raras, o qual também é publicado nos volumes da Revista Educação e Ensino. Um fato interessante é que na terceira revista (1891, v. 1, n. 9), publicada em novembro, chama atenção para o capítulo X, intitulado: “Da criação das escolas e nomeações dos professores”, e no artigo 73, página 171, informa quais os requisitos para ser professor público da escola primaria:

Art 73º- Para ser professor publico da escola primaria é preciso:

1º Ser titulado pela Escola Normal do Estado.

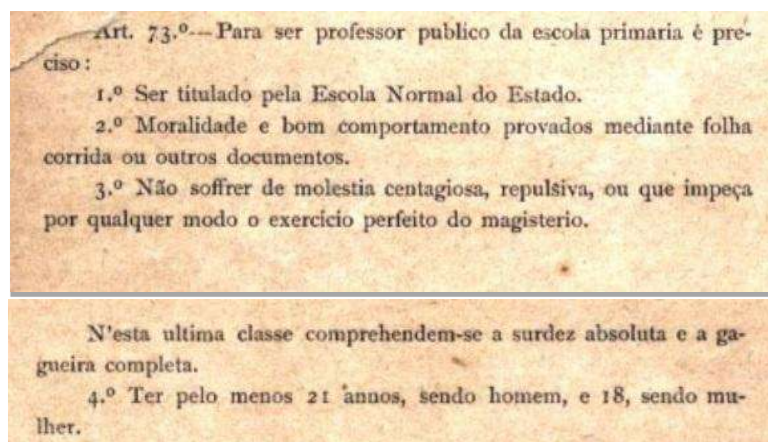
2º Moralidade e bom comportamento provados mediante folha corrida ou outros documentos.

3º Não soffrer de molestia contagiosa, repulsiva, ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magisterio.

N’esta ultima classe comprehendem-se a surdez absoluta e a gagueira completa.

4º Ter pelo menos 21 annos, sendo homem, e 18, sendo mulher (Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará, 1891, p.171).

Figura 26 – Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O documento ressalta que, para ser professor público da escola primaria, não poderia *“soffrer de molestia contagiosa, repulsiva, ou que impeça por qualquer modo o exercicio perfeito do magisterio. Comprehendem-se a surdez absoluta e a gagueira completa”*. Ou seja, a pessoa totalmente surda não poderia ser professor no ensino primário do Estado do Pará. O documento não abrange os requisitos necessários para ser aluno dos colégios e internatos, e apresenta regras apenas para os professores com deficiência.

No ano seguinte (1892) a revista publicou um volume a cada mês, totalizando onze publicações, deixando de publicar apenas no mês de dezembro daquele ano, como mostra a figura abaixo.

Figura 27 – Revista Educação e Ensino (onze volumes lançados em 1892)



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Os conteúdos ministrados seguiam a mesma organização dos primeiros volumes, tratavam sobre os conteúdos que deveriam ser ministrados, apresentavam informações sobre congressos nacionais ou internacionais que estavam ocorrendo no período, trazia instruções sobre cortes de vestidos para as oficinas nos cursos normais, e notícias gerais sobre a instrução pública. E a higiene dos internatos ainda se fazia presente na revista, inclusive no volume 2, n.11, de novembro de 1892, apresenta uma página inteira, informando sobre a hygiene dos internatos, como já apresentei.

Na edição de 1892 da revista, encontrei a continuação do *Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará* que também exigia, em seu artigo 116, v. 2, n. 1, janeiro de 1892, os requisitos para o cargo de diretor geral de uma escola na província.

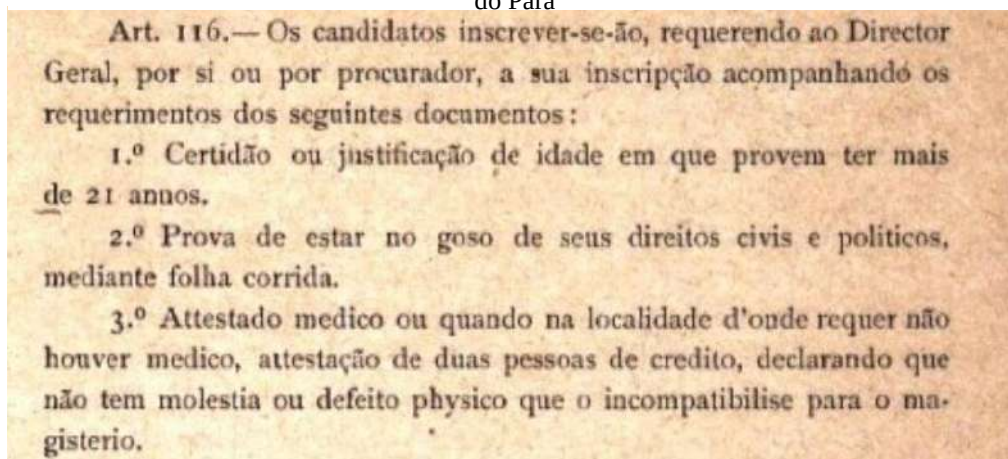
Art. 116. - Os candidatos inscrever-se-ão, requerendo ao Director Geral, por si ou por procurador, a sua inscrição acompanhando os requerimentos dos seguintes documentos:

1º Certidão ou justificação de idade em que provem ter mais de 21 annos.

2º Prova de estar no gozo de seus direitos civis e politicos, mediante folha corrida.

3º Atestado medico ou quando na localidade d'onde requer não houver medico, attestação de duas pessoas de credito, declarando que não tem molestia ou defeito physico que o incompatibilise para o magisterio (Regulamento Geral da Instrução Publica e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará, 1892, p.12)

Figura 28 – Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primario do Estado do Pará



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O documento estabelece que, para ser um diretor-geral de uma escola na Província, o candidato necessitaria de atestado médico, ou caso não houvesse médico, deveria ter um atestado de duas pessoas de crédito, declarando que não possuía moléstia ou defeito físico que o deixasse incompatível para o magistério. Sobre a impossibilidade do “defeito physico”, ou o mito do corpo sadio, recorro a Amaral (1987) para ajudar-me a refletir que, durante o século XIX, a consciência do enorme perigo das doenças e, em especial, das epidemias, numa

sociedade à procura do mundo civilizado, era um fator cada vez mais influente na transformação das mentalidades.

Assim, a questão da doença deixa de ser eminentemente religiosa para tomar contornos econômicos e políticos mais nítidos. Esses novos contornos, por sua vez, reclamam outros modelos de organização e gestão das doenças, comportamentos mais “racionais”, ou seja, menos dominados pelas ideias de caridade, todavia com medidas mais radicais para repelir corpos deficientes, como o estabelecimento de regulamentos como regras próprias, como fora apresentado.

Para estabelecer o controle desses corpos, a “polícia médica, autoridades e médicos tornavam-se, pois, cúmplices na nova ordem. É, pois, baseado no binômio básico “ordem-progresso-saúde/doença” que o corpo-organismo vive” (Amaral, 1987, p. 138).

Em 1893, a revista publicou apenas 8 volumes, entre os meses de fevereiro até setembro, com as mesmas informações referentes a como o conteúdo deveria ser ministrado, notícias sobre o Conselho Superior da Instrução Pública, e notícias sobre Educação. Seguem os volumes, referente ao ano de 1893.

Figura 29 – Revista Educação e Ensino (oito volumes lançados em 1893)



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Nas atas da sessão do conselho superior da Instrução Pública, ocorridas no 28 de março de 1893, encontrei informações sobre o *Congresso Pedagógico Hispanico-Portuguez-Americano*, que realizar-se-ia em Madrid no mês de outubro para comemorar o aniversário da

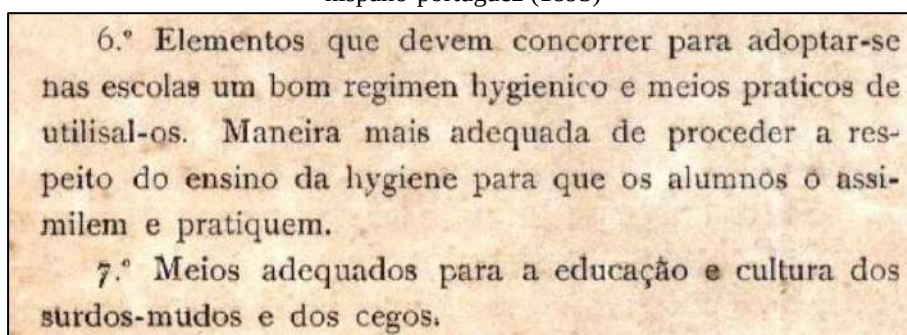
descoberta da América. Esse documento trazia os temas de discussão que ocorreriam no evento internacional, e já se percebe uma preocupação em discutir a educação de pessoas com deficiência. Apresento primeiramente os temas de discussão do evento.

Congresso pedagogico hispano-portuguez-americano-Themas de discussão-1ª secção-Bases principaes para um bom systema de educação primaria e meios praticos de desenvolve-las;
2ª secção- Principios a que deve obedecer a organização do ensino secundario;
3ª secção- Character e extensão do ensino technico e das escolas de applicação;
4ª secção-Bases fundamentais da organização universaria (Revista Educação e Ensino, 1893).

As informações que seriam apresentadas no evento foram detalhadas na revista, inclusive os próximos trechos do documento, mostrando que o Congresso possuiu uma preocupação com a pessoa com deficiência, inclusive citando a necessidade de refletir sobre meios adequados para a educação e cultura dos surdos-mudos e dos cegos.

6º Elementos que devem concorrer para adoptar-se nas escolas um bom regimen hygienico e meios praticos de utilisal-os. Maneira mais adequada de proceder a respeito do ensino da hygiene para que os alumnos o assimilem e pratiquem.
7º Meios adequados para a educação e cultura dos surdos-mudos e dos cegos (Revista Educação e Ensino, 1893).

Figura 30 – Revista Educação e Ensino (trata sobre o Congresso Pedagogico hispano-portuguez (1893)



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Nota-se que a educação da pessoa com deficiência ainda é discutida no Congresso, de forma atrelada ao higienismo, ou seja, a uma forma de concepção atravessada por uma perspectiva clínica. Todavia a iniciativa de um Congresso Internacional, e o rompimento gradual que atrelava a pessoa com deficiência ao misticismo, até a concepção mais próxima ao aspecto médico-pedagógico que se apresenta, incorpora a esses sujeitos um olhar mais científico, e consequentemente a necessidade de inseri-los no mundo da educação e da cultura.

Segundo Santos (1995), a preocupação com a educação desses sujeitos, pode ser entendida como caridade ou benevolência da sociedade, porém a escassez de mão-de-obra e sua “utilidade”, também influenciou o movimento de integrar pessoas com deficiência nos espaços educativos. Canziani (1995) substantia esta ideia, ao afirmar que o homem passou da concepção de invalidez para uma visão de pessoa útil ou inútil, apto ou inapto, baseado no

modelo do capitalismo. Inclusive nota-se que as pautas seguidas no Congresso Pedagógico hispano-português ratificam a necessidade do ensino de ofícios aos surdos-mudos e cegos.

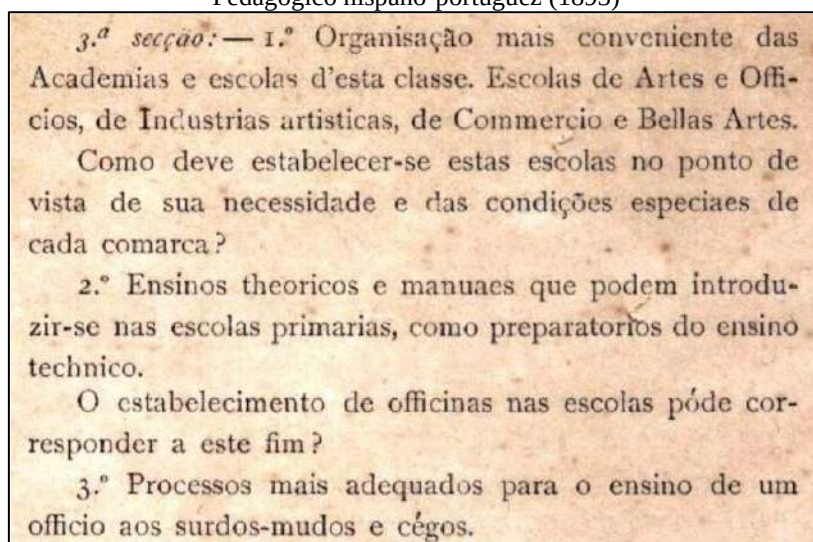
3ª secção:- 1º Organização mais conveniente das Academias e escolas d' esta classe. Escolas de Artes e Offícios, de Industrias artisticas, de Commercio e Bellas Artes. Como deve estabelecer-se estas escolas no ponto de vista de sua necessidade e das condições especiaes de cada comarca?

2º Ensinos theoricos e manuaes que podem introduzir-se nas escolas primarias, como preparatorios do ensino technico.

O estabelecimento de officinas nas escolas póde corresponder a este fim?

3º **Processos mais adequados para o ensino de um officio aos surdos-mudos e cegos** (Revista Educação e Ensino, 1893, grifo nosso).

Figura 31 – Revista Educação e Ensino (trata sobre o Congresso Pedagógico hispano-português (1893)



Fonte: Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Ao ressaltar a necessidade de processos mais adequados para o ensino de um “officio aos surdos-mudos e dos cegos”, percebe-se que as deficiências sensoriais (surdez e cegueira) foram as primeiras deficiências a ganhar destaque nos debates acerca do ensino de conteúdos e principalmente de ofícios, o que nos leva a refletir (sem anacronismo) sobre a categoria trabalho para pessoas com deficiência.

A partir do estudo da obra marxista, pela qual esta tese se guia, compreendo que a sociedade daquele período aproxima a pessoa com deficiência do trabalho, não apenas para “produzir bens, mercadorias, base para a obtenção de lucro a partir da exploração da classe trabalhadora” (Amaral, 2014, p.15) como um dos pontos de vista de Marx, mas essencialmente o trabalho era visto como “ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo e transformação do meio natural. Nesse sentido, essa categoria na teoria marxiana participa do processo de humanização do homem, transformando-se no modelo de toda a práxis social” (Lukács, 2012).

Ao todo realizei a leitura de 33 volumes da revista. Todos os volumes publicados durante o século XIX foram lidos e relidos com a intenção clara de encontrar informações sobre a pessoa com deficiência, além de identificar as preocupações sociais para com esses sujeitos, os antagonismos e as práticas educativas e escolares.

Sobre a forma educativa-internato apesar de seguirem a mesma premissa dos espaços asilares com atendimento médico-pedagógico, possuíam também a instrução formal. A Revista Educação e Ensino, em 1892, no seu segundo volume do ano, no mês de fevereiro, teve o seguinte título *“Hygiene dos Internatos”*, voltada aos directores de collegios. Os textos têm como temas “hygiene e educação, hygiene escolar, hygiene dos internatos, *“que se procura estabelecer principios geraes e regras invariaveis, que harmonisem o desenvolvimento da intelligencia com o crescimento do corpo, e a formação do character com a constituição physica do indivíduo”*. Segue o trecho da revista com orientação destinadas aos diretores dos internatos.

Por amor á ordem e ao methodo têm os hygienistas encarado, sob duas faces, a hygiene na educação, que vem a ser: **-a hygiene dos internatos**, referente aos estabelecimentos onde moram os educandos; e a **hygiene dos externatos** ou mais propriamente **hygiene escolar**, que diz respeito às casas onde os alumnos passam apenas uma parte do dia.

A hygiene dos internatos, além dos pontos intimos de contacto que mantém com a dos externatos, outros possui que lhe são exclusivos e peculiares, e que mais attrahem a atenção do medico, à vista do duplo fim dos edificios, a que ella se refere, a um tempo casa de moradia e casa de instrucção e educação. É mais especialmente sobre estes ultimos pontos que projectamos escrever algumas palavras aos pouquissimos directores de internatos que entre nós existem, em beneficio da saude dos nossos futuros concidadãos.

Como para o estabelecimento de uma escola, a escolha de um local apropriado é o primeiro ponto sobre que se lançam os olhares do hygienista, na organização de um internato. Não basta, entretanto, que, como aquella, seja este collocado em terreno nas melhores condições de salubridade, e distante de visinhanças encommodativas, para que o julgue-se com todas as condições favoraveis de uma boa localidade. Ha, além d’essas, uma outra questão importantissima a estabelecer e resolver-se; é a seguinte: **Deve-se localisar os internatos dentro ou fóra das cidades?**

Attendendo-se a que quasi todos os estabelecimentos de pensão recebem tambem alumnos externos, **parece que não devem ser aquellos afastados dos centros populosos, afim de evitar o sacrificio dos que têm de frequental-os uma ou mais vezes por dia.** Mui contrarios, entretanto, são os preceitos hygienicos, que **prohibem terminantemente os internatos nos centros populosos das grandes cidades: e tanto mais expressa é essa prohibição quanto maiores são esses estabelecimentos.**

Um internato, pois, encravado em uma rua, entre muitas eduficações de uma cidade, não somente respira uma atmospha impura, como torna-se, por seu turno, um fóco de augmento a estas impuresas, para uma área apreciavel.

Assim sendo, não será de admirar que se venha a constituir, mais cedo ou mais tarde, em uma fonte perenne de qualquer endemia local.

Presentemente, os paizes mais adiantados do globo estão levantando os seus collegios de pensão nos arrabaldes mais afastados dos centros populosos, nos campos, sobre collinas, em logares, enfim, onde o accesso do mundo exterior é o mais moderado possível, e onde a natureza se impõe com toda a sua grandeza ás vistas do educando (Revista Educação e Ensino, 1892, p. 17-18, grifo nosso).

O trecho da revista fala sobre a necessidade de higiene nos internatos, e como esses espaços atraem a atenção dos médicos, devido ao “[...] duplo fim dos edifícios, a que ella se refere, a um tempo casa de moradia e casa de instrução e educação”. Os internatos eram espaços que, segundo Gondra e Schueler (2008), encaixa-se como formas educativas, e onde os indivíduos desvalidos ou com deficiência moravam, o que significava a necessidade de uma vigilância redobrada, evitando que qualquer doença se propagasse. Na mesma linha de raciocínio da reportagem sobre a cidade belga Gheel que mostrava o exemplo de uma cidade criada especificamente para pessoas com deficiência, a ideia de selecionar e afastar esses indivíduos das grandes cidades, visando melhorar a estética, como mostra o trecho:

Mui contrarios, entretanto, são **os preceitos hygienicos, que prohibem terminantemente os internatos nos centros populosos das grandes cidades: e tanto mais expressa é essa prohibição quanto maiores são esses estabelecimentos.** [...] Assim sendo, não será de admirar que se venha a constituir, mais cedo ou mais tarde, em uma fonte perenne de qualquer endemia local. Ou seja, os ideais mostrados na sociedade, são os mesmos apresentados na educação, logo na criação de espaços para instrução e educação (Revista Educação e Ensino, 1892, p. 20, grifo nosso)

Os internatos deveriam ser construídos longe dos grandes centros urbanos, reforçando a ideia de “melhoramento” da saúde pública e dos níveis de pobreza. Fato passível de observação quando retomo a localização dos principais internatos: Colégio Nossa Senhora do Amparo (1860), Instituto Paraense de Educandos Artífices (1870), Orphelinato Paraense (1893) e Instituto do Prata (1898). Os primeiros internatos foram construídos no centro da capital, no entanto, o Orphelinato Paraense e o Instituto do Prata (construído no final do século), corroboraram com os preceitos de higiene sendo construídos em espaços distanciados da capital.

O Orphelinato Paraense (1893), com vistas a educar meninas órfãs, que revelava ideias filantrópicas e assistenciais, teve um prédio próprio construído por Antônio Lemos em 1901, na Vila Santa Izabel (atual cidade de Santa Izabel no Pará), a qual ficava distante de Belém 2 horas de trem (Pimenta e França, 2019). O espaço recebia segundo Pinheiro (2017) as “indesejadas das cidades”, com intuito de educar meninas para tornarem-se mulheres honradas, a instituição abrigou diferentes modalidades de ensino, como Ensino Primário, Curso Doméstico e Ensino Normal Rural, outras práticas eram incorporadas ao cotidiano das órfãs, como vestir, alimentar, rezar e realizar tarefas domésticas. Segundo o jornal a Província do Pará (1893), as órfãs aprendiam trabalhos manuais, e passavam por exames que determinavam a classe de ensino que deveriam entrar. Havia a 1ª, 2ª e 3ª classe que se dividia em 1º e 2º grau cada, além de realizarem exame anual de aproveitamento de estudos (França e Pimenta, 2023).

O mesmo movimento ocorreu com o Instituto do Prata que segundo o Relatório de Antônio Emiliano de Sousa Castro, governador do Estado do Pará, inicia suas atividades como um Instituto de educação e asylo, destinados à catechese dos selvagens (voltado para a educação dos indígenas na cidade de Igarapé-açu), fundado a 29 de setembro de 1898 pelo “*capuchinho lombardo Frei Carlos de São Martinho e tendo o segundo diretor desse estabelecimento o capuchinho Frei Daniel de Samarate, que lá ficou leproso e há anos se acha internado no Asylo do Tucunduba*” (Araujo, 1924, p.9), o instituto ficava muito afastado da capital, o governador relata que:

“Sahindo de Belém às 6 horas no trem que se destinava á Bragança, chegámos a Igarapé-assú ao meio dia. Ahi almoçámos no hotel Lazaro e ás 13 horas tomámos o trem do ramal férreo do parta, que tem 21 Kilometros de extensão, em bitola Decauville de 60 centímetros. Chegámos a Santo Antonio do Prata às 15 horas e meia, com muito bom tempo.

O Instituto só passa a ser Leprosário do Prata e a primeira colônia agrícola para tratamento e internação de leprosos no Brasil, em 1923, período que já está além do aprofundamento desta pesquisa. Vislumbro que o movimento internacional incide no contexto local, e torna-se indissociável a educação de pessoas com deficiência do movimento higienista que esteve amplamente presente nas formas educativas do século dezenove.

A análise dos documentos encontrados ajudou-me a retomar a ideia de que não existiu um debate acerca da necessidade de educação das pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais no Pará do século XIX. Ao contrário, essas pessoas foram vistas como indivíduos que atrapalhavam o “embelezamento” das cidades; logo, representados como vagabundos, sujos, perigosos, coitadinhos e violentos, evidencia-se um certo descaso relacionado ao bem-estar dessas pessoas, era mais importante a satisfação com as cidades neste contexto.

Aqui, abro um parêntese: não pretendo usar de anacronismo, ou seja, analisar o tempo histórico à luz de valores que não pertencem a esse mesmo tempo histórico. Desta forma, não se considera falta de empatia, ou respeito com esses sujeitos, ou que as atitudes eram certas ou erradas. Em especial, quando se analisa os trechos de notícias da época, a intenção foi apenas situar o leitor quanto os acontecimentos em voga.

O higienismo acaba contribuindo “involuntariamente” para a criação de espaços inicialmente com o intuito de abrigar/higienizar pessoas com deficiência. Esses espaços acabam dando certa visibilidade social para indivíduos que antes eram ignorados, ou recolhidos para a Santa Casa de Misericórdia, fato que dita o caminho que a sociedade paraense caminhará em relação à educação futura das pessoas com deficiência.

Diferentemente das formas educativas- asilos, internatos, asilos-leprosários e hospícios, destinadas as pessoas com impedimentos de natureza física, intelectual e mental, quando se fala do debate acerca da escolarização do surdo-mudo, o levantamento ajudou-me a recuperar a ideia de que esse debate existiu, em 1873, sob a responsabilidade da igreja católica, com iniciativa do Bispo Dom Macedo Costa que estabelecia “O projeto de criação de uma escola de surdos-mudos”. Dentre a justificativa para a criação das escolas para os surdos, o bispo cita:

Estas escolas acham-se já estabelecidas em muitas cidades da Europa, e não há espectáculo mais interessante e enternecedor para os homens amigos do bem, do que ver os milagres que tem podido fazer a dedicação christã para arrancar tantos míseros às trevas da ignorância! (Jornal *A Boa Nova*: “Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amável”, em 1873, edição 00088)

Chegou-se a descobrir o meio de fazer os surdos-mudos exprimirem os seus pensamentos pela palavra! Elles pronunciam, eles falam e lêem sobre os lábios dos outros as phrases que lhe são dirigidas! (Jornal *A Boa Nova*: “Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amável”, em 1873, edição 00088)

Alguns pontos merecem destaque a partir dos trechos acima, o primeiro é a influência internacional, levando em consideração que havia uma boa comunicação entre o Pará e a Europa, as notícias sobre escolas europeias para surdos, já eram uma realidade o que acabou impulsionando a necessidade de institutos para surdos-mudos no Pará. O segundo destaque, é que o bispo Dom Macedo Costa justifica a necessidade dos institutos, com base na funcionalidade dos surdos, ao ressaltar que já descobriram meios de fazer os surdos-mudos falarem e realizar a leitura labial, remetendo a uma normalização desses indivíduos, logo, a necessidade de instruí-los.

Para Gomes (2007) a iniciativa de “instruir um público novo” se dava devido ao desgaste entre a Igreja e o Estado, que se empenhava para se manter influente diante da população brasileira, que era oficialmente católica desde a constituição de 1824. O Controle que a Igreja Católica possuiu sobre a população até o início do século XIX foi sendo aos poucos questionado pelos liberais, agnósticos e positivistas que pretendiam assumir o controle do ensino sem a interferência da religião.

Chamo atenção, para as primeiras formas de educar indivíduos com deficiência sensorial no Pará, já que elas ocorreram nos mesmos “moldes” do modelo europeu, tendo como força educativa pioneira -a igreja (como já citado no debate internacional), distanciada da primeira iniciativa brasileira que teve como força educativa pioneira as iniciativas particulares. O Projeto de criação da escola, será melhor discutido na seção sobre a força educativa-igreja, que será apresentado nas próximas seções, pois tratam da importância da igreja católica, no

desenvolvimento inicial dos debates sobre o processo de escolarização de pessoas surdas no Pará.

Dentre as formas educativas que surgem no Pará: asilos, internatos, asilos-leprosários, hospícios e um projeto de um instituto para surdos-mudos. Considero que o único debate com vistas a escolarização ocorrido girou em torno do projeto de criação da escola para surdos-mudos, e mesmo assim, esse movimento da igreja teve como finalidade clara, acolher os surdos-mudos da região para manter-se influente diante da população paraense. Logo, a construção dessas ações educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional (Schueler, 2012), acrescendo que não foi também no território paraense.

Chama atenção que o debate acerca da criação de espaços para pessoas com impedimentos físicos, mentais e intelectuais, deveria ter sido um movimento que estimulasse a criação de normativas entre políticos, para a construção de projetos de escolas especializadas que já eram uma realidade na Europa desde o século XVIII, lugar este que o Pará possuía uma forte ligação, inclusive comercial. Antagônico a esse movimento, a questão que competia aos políticos, a elite paraense e a ação da igreja, foi a necessidade de resolver a quem competia o tratamento de tais enfermos?

E conseqüentemente, a construção de espaços segregados para recebê-los, o que reproduziu a lógica da exclusão social, bem como o descaso com as mínimas condições de cuidado e escolarização desses indivíduos. Destaco que não é possível analisar um acontecimento histórico usando ideias e conceitos de outra época, mesmo assim, um movimento que parece significativo, diz respeito a necessidade de refletir que a ausência de um debate eficaz sobre o assunto, e a urgência em garantir que fossem retirados dos espaços comuns da cidade, provocou um grande isolamento social de algumas deficiências com relação ao resto da sociedade, e até hoje tenta-se lidar com esses estigmas educacionais criados nesse momento histórico.

5 AS FORÇAS EDUCATIVAS QUE ESTIVERAM À FRENTE DA CRIAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DAS FORMAS EDUCATIVAS QUE ATENDERAM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PARÁ DO SÉCULO XIX: O ESTADO, A SOCIEDADE CIVIL E A IGREJA

Nesta seção apresento as forças educativas que estiveram à frente da criação das primeiras formas de educar pessoas com deficiência no Pará durante o século XIX. Utilizo como base teórica Gondra e Schueler (2008), ao estabelecer que o século XIX foi permeado por três grandes grupos sistematizados nas suas iniciativas, enquanto principais Forças Educativas: o estado; a igreja e a sociedade civil. Recuso escrever esta tese como meio neutro, escrevo como dispositivos de construção da realidade que tematizam, sendo importante considerar a simultaneidade das práticas estatais, religiosas, iniciativas particulares, além de práticas médicas, mesmo essas não sendo citadas por Gondra. Trata-se de analisar quais as forças educativas se destacaram e como elas concorreram entre si no Pará do século XIX. As reflexões compartilhadas nesta seção possuem a intenção de agir como fundamento de outras reflexões sobre a perspectiva da deficiência encontrada no presente.

5.1 O Estado, a Sociedade Civil e a Igreja como Forças Educativas: a deficiência e as novas exigências produtivas

Para analisar a ação do Estado, da Sociedade e da Igreja paraense, enquanto forças educativas, faz-se necessário entender que elas não podem ser vistas de forma isolada; por isso, optei por escrevê-las em uma única subseção, uma vez que “as ações que promovem se encontram articuladas, embora nem sempre na mesma direção, com a mesma intensidade e valendo-se dos mesmos recursos” (Gondra e Schueler, 2008, p. 292). No caso da realidade paraense, as três forças possuíam os mesmos propósitos, principalmente a busca pela construção de um estado moderno e civilizado frente à nação brasileira, além de procurar analisar as estratégias de controle empreendidas pelas elites dirigentes sobre uma parcela social que foi enquadrada e definida como mendicante.

5.1.1 A Sociedade Civil

Introduzo esta subseção destacando a importância das cidades no século XIX, pois eram espaços de intensa socialização entre as pessoas, cenários de trabalho, de trocas, de negócios, e também de encontros de rua, de conversas na praça, de manifestações políticas, de festas, espaço onde foi disseminado ideias e valores (Veiga, 2000). O deslocamento e a circulação de pessoas marcaram as cidades principalmente no século XIX. Ao andar nas cidades, gestos, vestimentas, fala e comportamentos foram atributos que exprimiam particularidades que ganham visibilidade nos diferentes grupos de convívio. Para a autora, era importante que as cidades possuísem diferenças entre seu povo, uma vez que “numa perspectiva relacional das cidades, iguais e desiguais produzem determinadas identidades no meio em que vivem (Veiga, 2000, p. 399).

A sociedade do século XIX experimentava nas cidades o que Veiga (2000) chama de fascínio e medo. O fascínio se dava nas cenas da rua, da cidade, sobre mulheres, crianças, velhos, pobres, camponeses, burgueses, utensílios, paisagens, prédios que povoaram as representações literárias, artísticas e científicas das pessoas, o fascínio das revoluções, do progresso, das novas tecnologias, que ganhavam força ao longo do século. De outro lado, porém, a experiência do medo, da insegurança, da apreensão, de pedintes e principalmente das doenças. As grandes cidades foram palco de uma pluralidade de sentimentos.

As grandes cidades foram palcos de tensão entre uma perspectiva racionalizadora de entendimento dos sujeitos, autorregulados, e as práticas transgressoras que escapavam às leis e às normas. Mendigos, negros, loucos, prostitutas, rebeldes tornaram-se um estorvo para o progresso e a almejava civilidade. [...] Nesse contexto, foram notórios os empreendimentos relacionados às reformas urbanas e reformas escolares, no intuito de fazer desaparecer o medo do contágio, tanto na perspectiva de doenças físicas, da “rudeza” de certos hábitos e valores, quanto dos próprios movimentos insurrecionais. Mas essas reformas também pretendiam dar vazão ao fascínio e ao belo, concretizar a indústria e a tecnologia, abrir vias de circulação, erguer os monumentos da razão moderna, elaborar o lugar dos indivíduos, demarcando os campos do público e principalmente do privado (Veiga, 2000, p. 400-401).

Perceber que a sociedade paraense se preocupava com uma educação estética para seu povo, ajuda-nos a compreender o complexo processo de formação da categoria “deficiência” nesta sociedade que possui uma identidade peculiar, atrelada a uma economia ainda tímida de exportação no início do século XIX. A partir da segunda metade do século, sofre os impactos gerados por um apogeu de sua economia devido à grande valorização da borracha. O ciclo da borracha, inclusive, é responsável por boa parte do progresso da região amazônica, traduzidos por um aumento populacional; logo, por escassez habitacional, que teve como consequência a precariedade nos hábitos de higiene.

Esse aumento populacional na capital paraense pode ser verificado, quando se observa os dados do recenseamento do Brasil em 1872 (Tabela 1). Em comparação ao recenseamento de 1900 (Tabela 2), encontrados no livro intitulado *Atlas histórico-econômico do século XIX* (2024), que apresenta uma lista com os municípios mais populosos do Brasil e mostra como o município de Belém se configura o sétimo mais populoso naquela altura do oitocentismo.

Tabela 1 – Municípios mais populosos do Brasil, em 1872

Posição	Municípios	População em 1872	Posição	Municípios	População em 1872
1	Município Neutro (RJ)	274.972	11	Ponte Nova (MG)	57.231
2	São Salvador (BA)	129.109	12	Queluz (MG)	56.902
3	Recife (PE)	116.671	13	Sabará (MG)	55.449
4	Campos (RJ)	88.832	14	Minas Novas (MG)	54.447
5	Cachoeira (BA)	88.181	15	Caruarú (PE)	54.278
6	Serro (MG)	67.436	16	Grão-Mogól (MG)	53.005
7	Bethlém (PA)	61.997	17	Feira de Sant'Anna (BA)	51.696
8	Minas do Rio de Contas (BA)	59.893	18	Rio Pardo (RS)	51.583
9	Santo Amaro (BA)	58.252	19	Ouro Preto (MG)	48.214
10	Santa Barbara (MG)	57.344	20	Nitherohy (RJ)	47.548

Fonte: *Atlas histórico-econômico do século XIX* (2024).

Tabela 2 – Municípios mais populosos do Brasil, em 1900

Tabela 6: Municípios mais populosos do Brasil, em 1900			Tabela 7: Distribuição regional da população do Brasil, em 1900			
Posição	Municípios	População em 1900	Regiões	População	% da população total do país	Composição
1	Rio de Janeiro (Distrito Federal)	691.565 - 746.749*	Sudeste	7.756.646	44,7	4 estados e 1 distrito federal
2	São Paulo	239.820	Nordeste	6.749.507	38,9	9 estados
3	Salvador	205.813	Sul	1.796.495	10,3	3 estados
4	Recife	113.106	Norte	695.112	4	2 estados
5	Belém	96.560	Centro-Oeste	373.309	2,1	2 estados
6	Juiz de Fora/MG	91.119	Total	17.371.069	100	20 estados e 1 distrito federal
7	Campos dos Goitacazes/RJ	90.706				
8	Santo Amaro/BA	85.845				
9	Minas Novas/MG	84.990				
10	Serro/MG	80.339				
11	Barbacena/MG	74.895				
12	Porto Alegre/RS	73.674				
13	Santa Bárbara/MG	68.026				
14	Campinas/SP	67.694				
15	Ouro Preto/MG	65.383				
16	Manaus/AM	65.380				

Fonte: *Atlas histórico-econômico do século XIX* (2024).

É oportuno destacar que entre o Censo de 1872 até o Censo de 1900, há uma diferença de 28 anos, e a população belenense sobe de sétimo lugar para quinto na lista dos municípios mais populosos, o que representa um aumento considerado de sua população. Atribuo o aumento populacional a dois fatores. O primeiro é a migração de pessoas vindas de outros territórios; e o segundo a mudança na economia que inicialmente era constituída por trabalhadores servis ligados ao trabalho na terra, o que subitamente levou esses trabalhadores às cidades, causando um aumento populacional desordenado.

Passaram a constituir uma massa humana que, não eram escravos, que não eram camponeses, mas que viviam nas cidades e necessitavam trabalhar e consumir produtos que eram produzidos no campo e nas indústrias que existiam no período pré-Revolução Industrial; todas estas pessoas, mais tarde, viriam a ser conhecidos e chamados de proletários (Miranda, 2012, p. 7).

Essas pessoas, que ocupavam os grandes centros, logo se tornam proletários, ajudando a estabelecer as novas exigências produtivas que “possuem como objetivo dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores, a elegância, os bons costumes, o patriotismo e a civilidade” (Veiga, 2000, p. 400).

Silva (2011) explica que o ideal de sociedade moderna e científica não era uma realidade apenas do estado do Pará, ou da cidade de Belém. A maioria das cidades brasileiras possuía como exemplos a serem seguidos as cidades de Londres e Paris, devido aos avanços nos campos científico, tecnológico, social, cultural e político. A Europa se torna referência sobre a ideia de ordem, de progresso e de país civilizado, para os municípios brasileiros.

Logo, a mudança de uma sociedade predominantemente rural, evidenciada no início do século XIX, para uma sociedade com ideais de modernização. Assim, as novas exigências produtivas ao final do século refletem diretamente na forma como os sujeitos com deficiência são percebidos nos periódicos. Observa-se que os primeiros anos do século XIX são marcados por sátiras sobre a pessoa com deficiência nos jornais paraenses, pois existe a utilização de um certo humor para fazer comentários, certas vezes negativos, em outras vezes são retratados com um certo exagero, surpresa, com ironias ou até ridicularização. As notícias de jornais que mais retratavam esses indivíduos eram os setores dos jornais destinados a sonetos, obras literárias etc., como mostro a seguir.

Soneto- Ser cego, torto, surdo, mudo, etico, piloto, calvo, narigudo, asthmatico, doudo varrido, physico, lymphatico, maneta, gago, vesgo, louco epiletico. Capenga, velho, cão rheumatico, cira, pateta, secco, anão, morphetico, vil, bexiguento, beberraõ, cachetico, bilioso, zumbro, hepatico. (...) Tudo isso junto nem se quer daria, pallida ideia do que é, leitores, ter sogra um mez, uma semana, um dia (Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario, 1839).

Pianista Cego- Em Parma, na sala Verdi, realizou-se há pouco o concerto dado pelo pianista Fabozzi, cêgo de nascença. Causou grande admiração, a todos que assistiram

aquelle concerto, o modo correcto na execução dada a todas as peças, tornando-se digna de admiração e nitidez com que foi dedilhada uma polonaise de Chopin (Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario, 1839).

O início do século é marcado por uma sociedade que se divertia com as deficiências, entendidas para muitos como uma infelicidade. A partir da segunda metade do século XIX, ocorre uma mudança de postura social, e a modernização gera uma crise urbanística. Essa sociedade passa, então, a pressionar o estado para a reestruturação do espaço urbano, “levando a classe dominante a impor ao Estado a tarefa de direcionar a atividade econômica, de replanejar a cidade e criar mecanismos de controle da vida social de seus habitantes” (Sagres, 2010, p. 198). As pessoas com deficiência que, antes eram engraçadas, ou motivo de risos, passam a se tornar incômodos, seres sujos e que contrastavam com o novo ideal social que a elite paraense buscava. As reportagens abaixo fazem parte de inúmeras outras notícias que tratam sobre a necessidade de internar em asilos, hospícios ou internatos, pessoas que eram consideradas doidas, aleijadas, ou que apresentavam impedimentos para a “civilidade” da região.

Que espectáculo repugnante não se offerece á vista de um viajante observador, que fizer uma visita á nossa casa de correcção, isto é, á cadea publica, encontrando ahi de envolta com toda a sorte de criminosos, sete infelizes, cujo único crime consiste em haverem perdido o uso da razão! (O liberal do Pará, 1872).

No largo da Trindade mora um pobre homem que teve a infelicidade de perder a razão, e neste estado atormenta a vizinhança como um doudo sabe atormentar (Folha do Norte, 1896).

Alienados-Existem actualmente na cadêa publica d'esta capital sete alienados. A reclusão d'estas pobres creaturas em uma prisão publica; a convivencia com toda esses criminosos, alem de ser um acto sobremodo deshumano, serve para attestar o estado de nosso atraso, em materia de administração (O liberal do Pará, 1872).

E' realmente muito sensível a falta nesta capital de um verdadeiro Hospicio de alienados. A' exemplo do que tem sido feito em outras provincias com o melhor exito; cumpre dar os primeiros passos para a sua realisação (A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario, 1869).

Um alienado- Vaga pelas ruas da capital um homem louco, furioso, que por mais de uma vez tem cometido toda a sorte de desatinos, causando sustos e prejuízos á população. N'um dos últimos dias pôz elle em alarma os moradores de varias ruas do bairro da cidade, os quaes se virão na necessidade de trazer as suas portas trancadas durante o dia. Já que não temos uma casa própria para detenção, de doudos, por que é que o governo não envia esse infeliz para o hospício que temos no Rio de Janeiro? (O liberal do Pará, 1872).

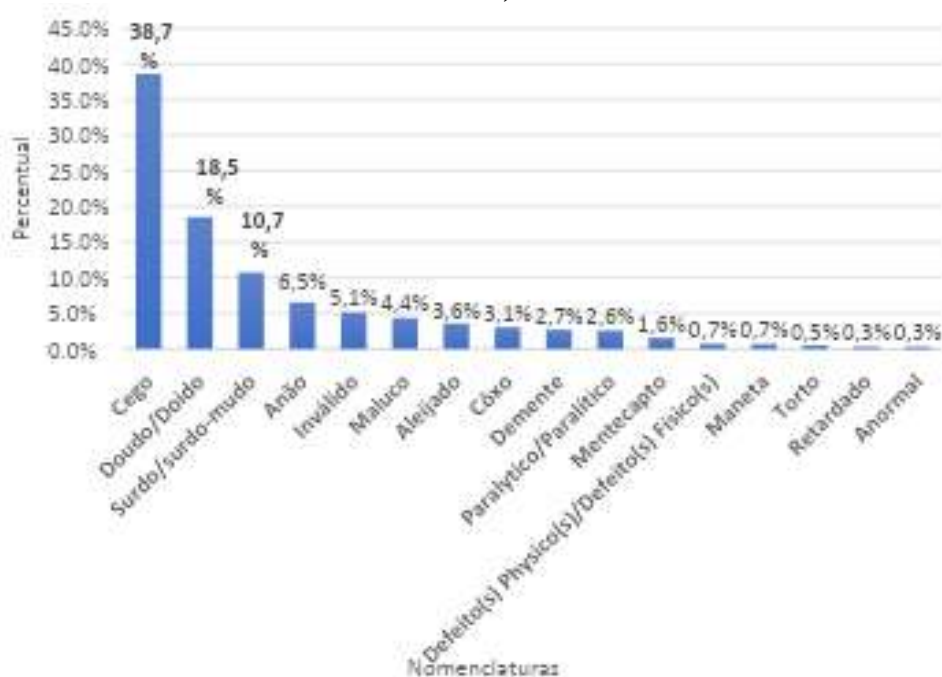
Mazágáo- Pedimos a attenção do sr. dr. Chefe de policia para a correspondencia de Mazagão que hoje publicamos. Se ha alli um doido ameaçando a garantia individual, mande-o buscar para ser recolhido ao hospício de alienados (A Constituição: Orgão do Partido Conservador, 1886).

A sociedade paraense inicia uma série de pressões ao estado, demonstrações explícitas, sobre o incômodo relacionado à livre circulação de sujeitos com deficiência na cidade. Para compreender um pouco mais sobre o comportamento social no final do século XIX frente à diversidade de indivíduos e a forma como a imagem dessas pessoas era construída na imprensa

da época, realizei o levantamento dos registros das principais nomenclaturas destinadas às pessoas com deficiência, nos jornais digitais, no período correspondente aos últimos dez anos do século XIX, de 1890 a 1900.

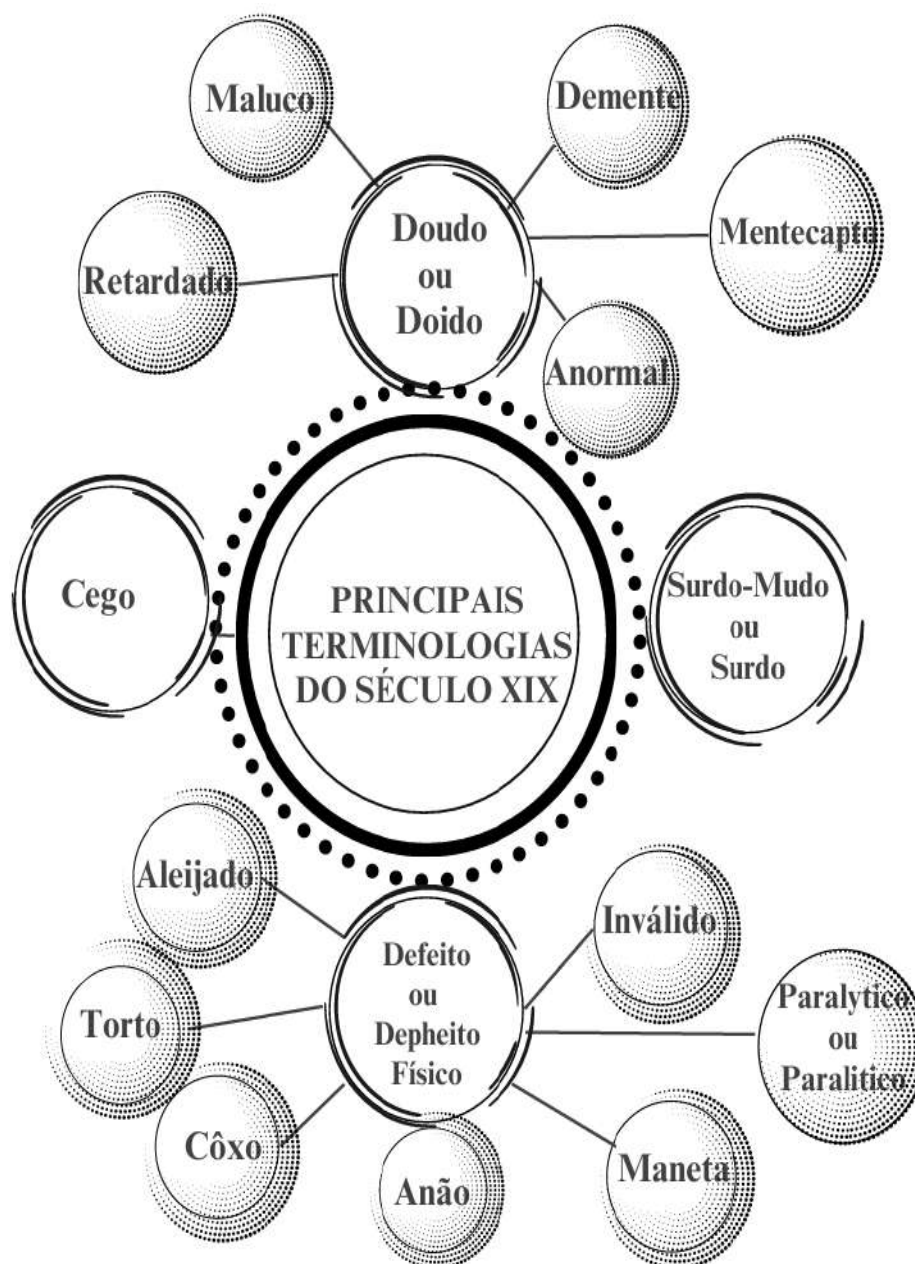
A busca ocorreu nos jornais digitais do site da Hemeroteca Digital, durante dois meses seguidos, visando identificar e catalogar a presença de nomenclaturas e compreender a forma como eram percebidas as pessoas com deficiência. Dessa forma, criei um banco de dados que está em anexo à pesquisa (anexo H) com os dados encontrados, o nome do jornal, contendo suas respectivas edições onde a nomenclatura foi retirada. Encontrei ao todo 3.077 registros com as nomenclaturas em questão, nos jornais do Estado do Pará, no período de 1890 a 1900, conforme mostro no gráfico 3:

Gráfico 3 – Principais nomenclaturas utilizadas nos jornais paraenses no período de (1890-1900)



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Figura 32 – Principais Terminologias destinadas as pessoas com deficiência no século XIX

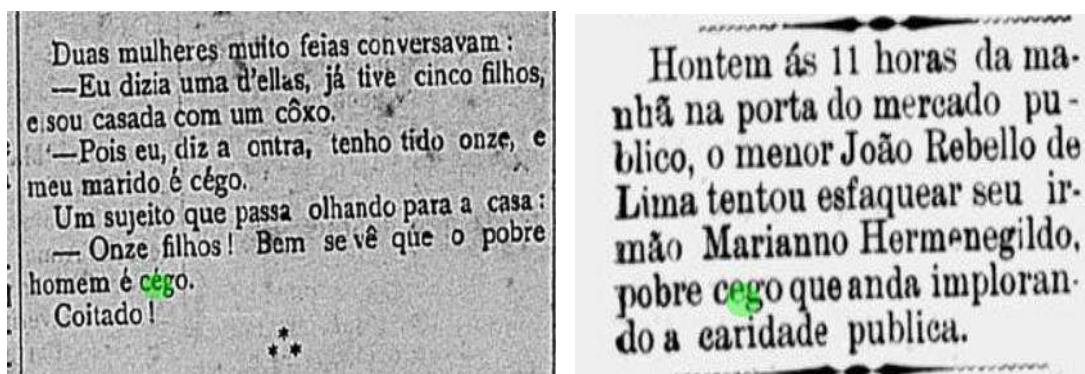


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As principais nomenclaturas encontradas nos jornais paraenses foram: cego; doido/doudo; surdo/surdo-mudo; anão; inválido; maluco; aleijado; coxo; demente; paralytico/paralítico; mentecapto; defeitos físicos; maneta; torto; retardado e anormal. Tento evitar o anacronismo e, ao mesmo tempo, explico que, dos 3.077 registros encontrados, observou-se que 1.927 deles possuem sentido pejorativo mesmo para a época. As palavras mais citadas foram a palavra cego, doido ou doudo e surdo ou surdo-mudo.

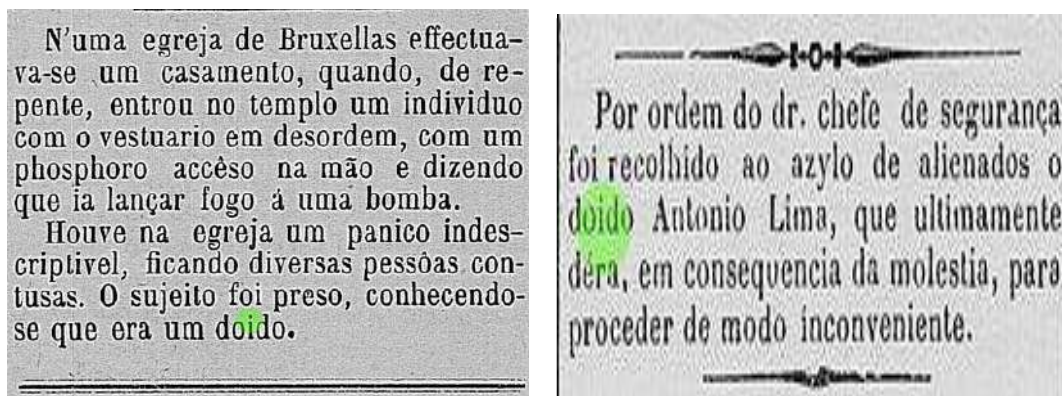
Algumas terminologias eram usadas para descrever grupos ou indivíduos com algum tipo de deficiência de forma depreciativa, ou como “coitados”, reforçando os estigmas sociais da época. Alguns jornais enfatizavam a fragilidade e a vulnerabilidade, reforçando a ideia de que esses indivíduos eram inferiores ou menos capazes, e refletiam uma visão negativa e estigmatizante sobre essas pessoas com deficiência.

Figura 33 – Palavra “cego”: Jornal A Republica: Orgão do Club Republicano, Edição 00199, ano 1890 e Jornal Diário de Notícias, Edição 00153, ano 1890, respectivamente



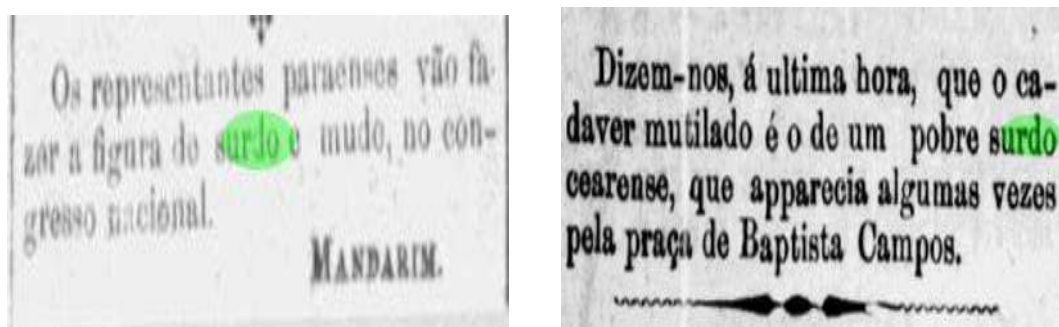
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 34 – Palavra “doido”: Jornal O Pará, Edição B00757, ano 1900 e Jornal Correio Paraense: Diário Noticioso, Commercial e Litterario, Edição 00202, ano 1893, respectivamente



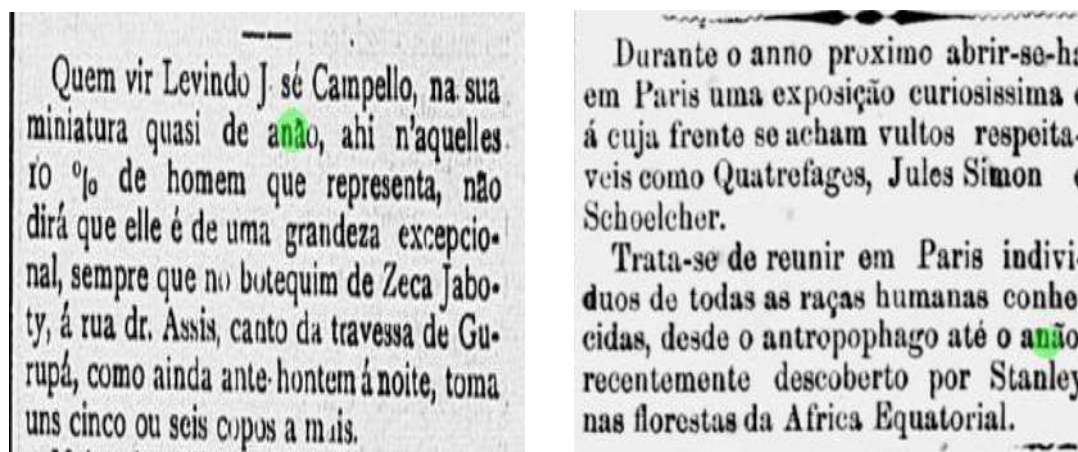
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 35 – Palavra “surdo”: Jornal Diario de Notícias, Edição 00253, ano 1890 e Jornal Diario de Notícias, Edição 00130, ano 1891, respectivamente



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 36 – Palavra “anão”: Jornal Folha do Norte, Edição 00249, ano 1896 e Jornal Diario de notícias, Edição 00117, ano 1891 respectivamente



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ainda sobre o levantamento de nomenclaturas depreciativas utilizadas para a pessoa com deficiência, do total de 3.077 registros pesquisados durante os últimos 10 (dez) anos do século dezenove, construí um gráfico onde é possível observar a evolução da forma de tratar indivíduos com impedimentos com base no período. Conforma apresento no gráfico 4:

Gráfico 4 – Evolução das nomenclaturas utilizadas pela sociedade durante (1890-1900)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos periódicos paraenses.

De acordo com o gráfico, é possível observar que, no ano de 1895, foram encontradas a menor quantidade de terminologias depreciativas do período, com apenas 32 palavras, atingindo seu ápice em 1893, com 328 palavras, ou seja, houve uma queda drástica entre os anos de 1893 e 1895. Essa evolução no comportamento social paraense, com a redução do uso de tais nomenclaturas ao longo dos anos, onde os quatro primeiros anos (1890-1893) possuem uma expressiva quantidade de registros, com queda significativa nos próximos dois anos (1894-1895), seguidos de um quadro levemente estável. A diminuição dessas expressões negativas sugere um avanço na percepção social sobre a pessoa com deficiência.

Não é possível ter certeza sobre as causas que geram a mudança na postura social nos últimos anos do século dezenove. Para refletir sobre os dados, retornei ao guia de fontes (apresentado no Quadro 14) onde listo os acontecimentos mais marcantes do século estudado, e pude perceber que dentre os acontecimentos deste período destaca-se a criação do Orphelinato Paraense (1893), do Hospício dos Alienados (1893) e do Asilo da Mendicidade ocorrido em 1897, período que coincide com a redução dos termos pejorativos usados nos jornais paraenses. Penso que a criação do asilo, do hospício e do orfanato pode ser encarado como um avanço e um “alívio” para esta sociedade que passou muitos anos, cobrando do estado a criação de um espaço que realizasse a remoção desses indivíduos das ruas públicas. Vale destacar que outros acontecimentos devem ser atribuídos a esta mudança, como o contexto político e a repercussão dos ideais da república (1889) e as políticas públicas e discussões que começavam acontecer.

O levantamento da percepção social sobre os indivíduos com deficiência perpassou também pela percepção dos periódicos ou de quem os administrava, além de demonstrar quais periódicos publicavam mais conteúdo depreciativo e a quem interessava a visão estigmatizante desses sujeitos. Apresento a tabela que mostra a quantidade de palavras depreciativas por ordem de quantidade.

Tabela 3 – Quantidade da ocorrência de nomenclaturas depreciativas (1890 a 1900)

Jornais	Quantidade
Diario de Notícias (PA)	519
A Republica: Órgão do Club Republicano (PA)	389
O Democrata: Órgão do Partido Republicano Democratico (PA)	222
O Pará (PA)	207
Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	193
Folha do Norte (PA)	77
O Pará (PA)	74
Folha do Norte (PA)	67
O Democrata: Órgão do Partido Republicano Democratico (PA)	47
A Republica: Órgão do Club Republicano (PA)	46
Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	21
O Apologista Christão Brasileiro: Saibamos e practiquemos a verdade, custe o que custar (PA)	18
A Patria Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	12
A Voz do Caixeiro: Órgão dos empregados do Commercio (PA)	7
Gazeta Postal: Periodico consagrado aos interesses postaes (PA)	6
Gazeta de Alemquer (PA)	3
A Patria Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	2
Boletim do Museu Paraense: De Historia Natural e Ethnographia (PA)	2
Anão: Periodico Semanal (PA)	2
Pinsonia (PA)	2
O Cearense: Orgam da Colonia Cearense (PA)	1
O Holophote: Noticioso, Critico, Litterario e Commercial (PA)	1
Mensagens do Governador do Pará para a Assembleia (PA)	1
A Epocha : Revista Militar, Scientifica e Litteraria (PA)	1
Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PA)	1
Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PA)	1
Mensagens do Governador do Pará para a Assembleia (PA)	1
O Condor: Jornal Litterario, Postal e Noticioso (PA)	1
A Palavra: revista militar e literatura luz e união (PA)	1
O Crepusculo: Órgão Estudantino Litterario (PA)	1
Gazeta de Alemquer (PA)	1
Total Geral	1927

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As nomenclaturas insultantes foram encontradas em 31 jornais, dos quais a maioria esmagadora ficou concentrada em dois jornais: *Diario de Noticias* (PA) e no jornal *A Republica: Órgão do Club Republicano* (PA). O jornal *Diario de Noticias* possuía como

proprietário o empresário (conforme revela a própria notícia abaixo) Joaquim Lúcio Albuquerque, e teve uma curta circulação de 1881 a 1898. Segundo Farias (2009), o empresário dono do jornal, fazia duras críticas aos intendentes municipais, o que levou à prisão e deportação do empresário para o Rio de Janeiro em 1890. As fontes históricas não nos dão respostas sobre a utilização em massa de nomenclaturas indevidas; entretanto, uma possível pista é que as disputas políticas refletiam na expressividade e amplitude da condução desse jornal sobre o aspecto das deficiências.

Figura 37 – Jornal Diario de Noticias, 1897, edição 00065



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O outro jornal que aparece em destaque nas pesquisas é *A Republica: Orgão do Club Republicano*. O jornal inicia suas atividades em 1886, o qual apresentava textos jornalísticos com viés político e favoráveis ao governo republicano.

A imprensa paraense no término dos anos imperiais já se manifestava sobre a possibilidade de um governo republicano, tanto que o periódico *A República*, iniciado em 1886, já demonstrava este interesse através do seu nome, excepcional e polêmico para a época, como através de seus textos jornalísticos. Enfatizava também seu objetivo enquanto jornal ligado à política, e, principalmente, com aspirações ao governo republicano, na metáfora da divisa estampada na primeira página do referido jornal, a qual descrevia uma frase do escritor francês Victor Hugo que dizia “Il faut agir, Il faut marcher, Il faut vouloir” [você tem que agir, você tem que andar, você tem que querer] (Moura, 2017, p. 10).

O jornal demonstrava que sua função principal não era a reprodução de capital e sim a divulgação das propostas de partidos políticos, o que, segundo Moura (2017), suas atividades seguiram até 1897, com vistas a favorecer seu partido “através da vantagem de estar à frente da administração do Estado, operava com o uso dos expedientes públicos” (Farias, 2005, p. 88). Representavam o governo, defendendo sua legitimidade e tentando cumprir as promessas que havia se proposto a colocar em prática quando assumissem o poder. O que me causou estranheza

foi o fato de o jornal estar menos preocupado com a acumulação de riqueza, exercendo então um papel questionável na imprensa.

De forma geral, preciso reconhecer que os representantes e proprietários desses jornais entendiam o papel da imprensa no contexto e aproveitavam ideias, valores e projetos para incutir nos leitores o projeto de sociedade que projetavam, com auxílio das elites abastadas.

Todo esse levantamento permite que interpretemos a realidade dos jornais da época. Nota-se que a imagem negativa aliada a uma elite local influente criou a necessidade de retirar esses indivíduos das ruas, multiplicando a ideia de institucionalizá-los em espaços próprios. Pedroso (2008) fala sobre o fato de a loucura estar associada à segurança da sociedade e o despautério dos governantes ao saber médico, dominado pela ideia da exclusão e pela crença em que o alienado era uma ameaça constante para a sociedade.

Para Sagres (2010), existia uma elite local, formada por seringalistas, financistas, comerciantes e fazendeiros que direcionavam o estado para a modernização paraense, especialmente durante o governo de Antônio Lemos (1897-1911), que foi o período de maior desenvolvimento urbano da cidade, que manteve medidas profiláticas e realizou uma renovação estética na cidade de Belém. O resultado foi a transformação da cidade em um espaço elegante, por onde deveria desfilarem a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza, erradicando todos os setores populares para as áreas mais distantes do grande centro da cidade, acrescento que tudo isso, edificado a partir das notícias de jornal.

5.1.2 O Estado

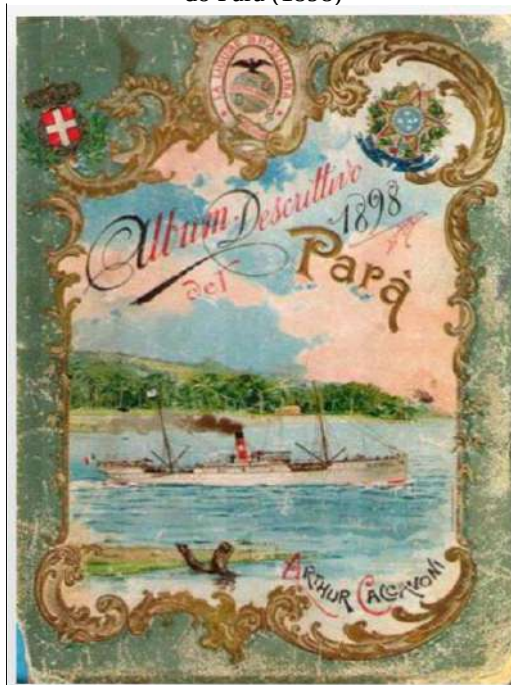
Penso que uma questão importante quando se estabelece o Estado como uma força educativa no Pará do oitocentismo é a definição de que a concepção de Estado, definida por Gondra e Schueler (2008), se confunde com a definição de governo. Ou seja, o Estado na atualidade é entendido como um conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem às necessidades da população que habita o seu território. Entre essas instituições, podemos citar o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos etc.

O governo, por sua vez, seria apenas uma das instituições que compõe o Estado, com a função de administrá-lo, isto é, os governos são transitórios e variam de um lugar para o outro, enquanto os Estados são permanentes. O entendimento que depreendo da leitura de Gondra e Schueler (2008) é a de que, ao utilizar o termo “estado”, na verdade ele refere-se ao governo (as autoridades que administravam as cidades ou o estado).

Dito isso, o poder público paraense estava convencido a adentrar aos ideais de modernização europeus de duas formas: a primeira realizando propaganda da cidade e atraindo investimento, logo aquecendo sua economia; e a segunda se deu pelo estabelecimento do ordenamento, entendido como combate ao ócio e à vadiagem da população através de leis, projetos higienistas, bem como por meio das legislações municipais, aproximando esse grupo do mundo do trabalho.

O documento encontrado na Biblioteca Arhur Vianna mostra a confecção de álbuns descritivos criado pelo governo do estado, para fazer propaganda da cidade de Belém. O álbum foi todo escrito em Italiano, e era destinado aos estabelecimentos financeiros, industriais, comerciais e aos italianos viajantes que visitavam a região. Ele possui várias fotos e informações sobre a cidade de Belém, como seus aspectos comerciais, climáticos, históricos, etc. A finalidade era apresentar aos estrangeiros os ramos da indústria e do comércio local para fazer propaganda dos produtos e serviços para os italianos que visitassem a região. Apresento a figura do “Album descrittivo annuário dello stato del Pará”, publicado em 1898, mandando fazer em Gênova-Itália, pelo governo paraense.

Figura 38 – Álbum descritivo anual do Estado do Pará (1898)



Fonte: Biblioteca pública Arthur Vianna.

Além do álbum para divulgar a cidade e o comércio paraense para os estrangeiros, o estado promoveu exposições na Europa, conforme documento encontrado no acervo de Obras Raras, na biblioteca Arthur Vianna, no ano de 1889. A obra afirma que seria realizada uma

exposição universal de produtos e serviços, e a cidade escolhida para sediar o evento era Paris, capital da França. O Estado paraense entendeu que essa era uma grande oportunidade para mostrar seus valiosos produtos, pois era uma vitrine na época. A participação paraense e brasileira foi retratada através de uma obra intitulada *O Pará na exposição Universal de Paris em 1889*, editada em Belém no ano de 1890. Essas informações sobre o investimento público para modernizar a capital paraense demonstrava que a necessidade de desenvolver o estado ia além da vaidade dos governadores, mas era sobretudo uma forma de atrair investimentos e lucro para a região. Além disso, para alcançar lucro e melhorar a estética local, houve uma remodelação da cidade em decorrência da movimentação do porto, o que promoveu a valorização do bairro comercial, contribuindo para a transferência das residências das famílias mais ricas para bairros como Nazaré, Umarizal e Batista Campos. As reformas incluíram a arborização da cidade e o serviço de viação urbana por bondes elétricos, além do alargamento das ruas, a construção de longas avenidas e praças suntuosas (Fundação Biblioteca Nacional, 2024).

O projeto de modernização que se pretendia impor no Pará era sinônimo de ordenamento que, por sua vez, deveria estar em consonância com as normas do governo, tais como as leis, os projetos higienistas, as posturas municipais etc. Quando se trata do estado, para Brandão, “distinguiu-se em três mundos: o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da ordem” (Brandão, 1989). Para as autoridades, o mendigo (entre eles, muitos com deficiência) teve com frequência a sua imagem associada ao ócio e à vadiagem, distanciava-se do mundo do trabalho e do mundo da ordem.

A inutilidade para o trabalho deveria ser combatida. Bernardo (2010) analisou o código criminal de 1831, e destacou que, dentre os atos considerados passíveis de punição que deveriam ser punidos pelas autoridades policiais, estava a ociosidade. Segundo a autora, cabia a polícia definir se o sujeito era ou não ocioso, e também deveria convertê-los a indivíduos úteis para a sociedade, porque a única forma de torná-los úteis era encaminhá-los às instituições de controle e correção como os asilos, hospícios, internatos etc.

Segundo Costa (2008), o fortalecimento do Estado como instituição ampliou sua esfera de ação. O seu poder era baseado no sistema econômico e, conseqüentemente, no produtivo, no qual os problemas de saúde interferiam diretamente. A visão da saúde como bem público se relaciona, a partir de então, com a formação de uma “comunidade nacional”, onde: “As políticas de proteção social emergem de uma articulação entre consciência social das elites e seus interesses materiais a partir de oportunidades por elas vislumbradas com a coletivização do bem-estar” (Hochman, 1998, p. 15).

Muitas reportagens encontradas associam as pessoas com deficiência como pessoas carentes financeiramente: mendigos, indigentes, miseráveis, o que segundo Campos e Silva (2018), leva o Estado e também a sociedade a compreender historicamente a pobreza como um processo de criminalização. Acreditam que o processo de criminalização se torna um mecanismo de controle social da massa populacional que não acessa o trabalho e os direitos assistenciais. Para isso, “a sociedade cria sua rede de prisões, manicômios, internatos e asilos e o Estado é o responsável por sua manutenção, utilizando esses instrumentos para o internamento dos indesejáveis destroços do exército de reserva” (Alves; Moljo, 2015, p. 272).

O Estado, ao exercer o seu poder, instaurou uma política de controle e de coerção sobre esse segmento social que compunha o cenário das cidades. Através da pesquisa e da análise documental, percebo a paulatina mudança no tratamento dado ao mendigo e a pessoa com deficiência que circulava pelos espaços da cidade. Afinal de contas, eles contrastavam com o projeto de modernização e com os ideais do trabalho que passaram a ser defendidos na época.

A primeira medida do Estado foi realizar a prisão de indivíduos que ameaçassem a tranquilidade da elite paraense. Entretanto, devido às críticas advindas desta iniciativa se faz necessário criar espaços próprios para abrigar/institucionalizá-los. O estado começa a se encarregar de fundar novos espaços, o que chamo nesse texto de formas de educar, destinados a retirar pedintes, deficientes e todo o cidadão que estivesse impedindo o bom fluxo social. Na verdade, “não existia um interesse real em escolarizar ou mesmo profissionalizar esses sujeitos, mas sim uma forma de realizar higiene social” (Bezerra; Furtado, 2020, p. 9).

Logo, o foco não estava em formar o cidadão, e, sim, impedir a emergência do delinquente, bem como liberar os pais e familiares que se ocupavam do excepcional para que estes pudessem trabalhar e serem produtivos, com vistas a se impedir a perturbação do progresso nacional e a fomentar uma suposta harmonia do tecido social (Bezerra; Furtado, 2020, p. 10, grifo nosso).

A ideia de higiene social trazida pelos autores se solidifica com o plano de urbanização de Antônio Lemos, que procurou executá-lo criando espaços asilares, hospícios e internatos, conforme às demandas que a sociedade apresentava, por meio de mecanismos de controle dos hábitos da população com o objetivo de evitar a propagação de doenças. Na próxima seção, aprofundo o diálogo sobre as formas educativas encontradas nesta pesquisa.

Em suma, compreendo que, na realidade do Pará, as duas grandes forças educativas (Estado e Sociedade) exerceram influência sobre as primeiras formas de educar sujeitos com deficiência, mesmo que de forma involuntária. A sociedade possuía como propósito inicial pressionar o Estado para realizar a higiene social de indivíduos que viviam nas ruas, incluindo os doentes e com alguma deficiência, com vistas ao embelezamento da cidade e evitando o risco

de contaminação e a delinquência desses sujeitos. O Estado, por sua vez, agia sobretudo devido à pressão social das grandes elites, o que determinou a construção de instituições, como asilos, internatos, hospitais, hospícios ou melhor as formas educativas citadas por Gondra e Schueler (2008). Ambos, estado e sociedade, possuíam objetivos semelhantes: realizar a higiene social, o embelezamento da cidade, evitar a delinquência, e, acima de tudo, obter lucro e acumular riquezas na capital que estava em constante crescimento econômico ao final do século XIX.

Considero que as forças educativas paraenses (estado e sociedade) foram constituídas por uma burguesia dinâmica e um Estado ativo. Ambos estavam decididos a modernizar rapidamente o Pará, visando desenvolver forças produtivas e relações sociais com estrangeiros, bem como acelerar as relações produtivas. Acredito que, ao criar espaços destinados a sujeitos com deficiência, mesmo que sem uma organização inicialmente voltada para a instrução, essas forças constituíram os primeiros sinais do que viria a se tornar a ideia de inserir sujeitos com deficiência em espaços institucionalizados, como asilos, hospícios, internatos etc. No século XIX, inaugura no Pará a compreensão de que era necessário inserir essas pessoas em uma das formas educativas e destinar profissionalização para esses sujeitos.

Após todo levantamento efetuado, constata-se que a ação do estado e da sociedade, foram baseadas em políticas assistencialistas, voltada particularmente para os indivíduos com deficiências físicas e, de forma mais ampla, para os indivíduos com doenças mentais e deficiências intelectuais, os chamados “doudos”, que foram afastados do convívio social por puro medo, gerando a necessidade de um debate sobre o que fazer com essa parcela da população com atitudes de transitaram de punições policiais e médicas.

Ao compreender este contexto, pode-se destacar que fatores, como a Proclamação da República, em 1889, são um dos processos políticos que marcaram o início da transição do Brasil para o capitalismo. Este sistema econômico cria um paradoxo, de um lado enorme desenvolvimento técnico e econômico; por outro, enormes desigualdades sociais. Logo, todo resquício de deficiência, em especial, as deficiências visíveis precisavam ser “varridas” da sociedade.

As próximas palavras serão no sentido de articular os interesses sociais com o do poder público paraense e a ação da igreja.

5.1.3 A ação da Igreja

O catolicismo se tornou a religião oficial do Império brasileiro e continuou sendo o elemento central da cultura nacional, influenciando em todo o sistema educacional e resistindo

às mudanças modernizantes na escola, segundo Reily (2007); Costa (2005); Albuquerque e Barbosa (2016).

No que diz respeito à Igreja Católica no Brasil, o catolicismo foi a religião oficial do País por muito tempo. Com o final do Império, com a liberdade de crença estabelecida e com as antigas ordens desgastadas, impedidas de reproduzir seus quadros, o catolicismo mostrou sua capacidade de reinvenção com a vinda de congregações estrangeiras para o Brasil. A Igreja, então, passou a atuar em vários setores nos quais a presença do Estado ainda não era efetiva, como foi o caso da educação (Costa, 2005, p. 50).

A relação intimista entre educação e religião é notória na historiografia, mas a finalidade da ação religiosa na educação gera divergência entre os autores. Albuquerque e Barbosa (2016, p. 128) acreditam que a preocupação fundamental não foi educar a população em bases científicas ou literárias, mas sim a perspectiva de unificação cultural pela via da imposição religiosa da tradição cristã. Já Saviani (2017) afirma que a Igreja Católica foi praticamente a única responsável pela pouca educação formal, destacando que a educação se dirigiu às elites e à evangelização à massa pobre.

O texto de Lobato (2015) informa que, no Pará desde a fundação de Belém em 1616, várias congregações religiosas iniciaram o trabalho de catequização. Dentre eles, frades Carmelitas, jesuítas, dos religiosos da Conceição da Beira e Minho e dos da Piedade. Os religiosos dessas congregações foram pioneiros na educação e no ensino, criando as primeiras escolas primárias, pautadas em Deus e nos preceitos da moral religiosa e social. Tudo se modifica com as ordens do Marquês de Pombal (1759), que resolve expulsar os jesuítas, as consequências para a educação Belenense foram severas, com o fechamento de conventos de S. Boaventura, S. José e Santo Alexandre.

Dito isso, penso que poucos foram os avanços na instrução pública paraense até o final do século XVIII. Entre as iniciativas que merecem destaque estão a de Frei Caetano Brandão (já citada aqui) que, sensibilizado com o estado de abandono da população, fundou um asilo responsável pelo abrigo de meninas indígenas e possibilitou o acesso à instrução. Segundo Chambouleyron e Arenz (2014) o Frei Caetano foi um apóstolo dos enfermos e, por suas viagens aos mais longínquos lugares da Amazônia, construiu sua história, em terras paraenses, vinculada a importantes obras que assistiam aos pobres e aos indígenas. Entre essas obras, estão o Hospital Senhor Jesus dos Pobres Trata-se do primeiro hospital de alvenaria do Pará, inaugurado em 1787 e posteriormente ocupado pela Santa Casa- e a Escola de Nossa Senhora do Amparo, construída como resultado de seu empenho, mas só inaugurada no dia 10 de junho de 1804, voltada às meninas indígenas trazidas dos “sertões desta província”.

É, pois, sem dúvida relevante conhecer os legados educacionais trazidos pela igreja, tantos positivos como negativos, que ganham força durante o século XIX. Isso porque não é possível conhecer a realidade sem compreender como foi produzida. Como já ressaltai anteriormente, o Pará transitou durante o século XIX pela repentina valorização da borracha, e consequentemente do aquecimento de sua economia, o que possibilita novos ideais de modernização e urbanização. Esses eventos propunham deixar o estado, em especial sua capital, com parâmetros aproximados da cidade europeia.

A Igreja estava imbuída dos mesmos ideais sociais de expandir e modernizar, mas para isso era necessário instruir a população. Nesse contexto, surge a figura do ilustre Bispo Dom Macedo Costa, designado bispo do Pará, em 1861. Para o bispo, a Amazônia era um lugar de grande potencial econômico, porém com uma população ignorante e que precisava se tornar civilizada, tendo como o único caminho cultivar a intelectualidade e os princípios morais, o que resultaria em elevar o nível intelectual do povo (Costa, 2019).

O bispo possuía muito trabalho no campo da Educação, pois, aproximadamente 80% da sociedade paraense era analfabeta no final do século XIX, quadro não muito diferente do resto do país. Na tentativa de reduzir o número de indivíduos que não sabiam ler, criou-se as escolas para as camadas populares como os Asilos para meninos e meninas, além de outras ações no âmbito da educação, como enviar jovens para estudar nos seminários da Europa (1861). Além disso, criou vários instrumentos nos âmbitos da educação e cultura, como: o *Jornal Diocesano – A Estrela do Norte* (1863); o Asilo para meninas (1871); um novo *Jornal, A Boa Nova* (1871); a Biblioteca Eclesiástica (1872); o Asilo para meninos (1883); bem como escreveu Pastorais e livros para instruir o povo, desde 1861, quando assumiu a cadeira de bispo.

Sobre a criação de asilos, o bispo deu ênfase para a Educação de Meninas e Meninos, como podemos perceber trecho do jornal *A Constituição: órgão do partido conservador* (PA), no ano de 1877, edição 00287, em que apresenta a reportagem sobre as regras de organização do espaço e os critérios para sua admissão, no Asylo de Santo Antonio.

NO ANTIGO CONVENTO DOS RELIGIOSOS FRANCISCANOS

Este estabelecimento de educação se acha collocado no antigo convento dos Religiosos Franciscanos desta capital, ultimamente restaurado, com bello e vasto quintal, para recreio, e mais accomodações que tornam este local muito apto ao fim a que se destina.

Algumas senhoras, pertencentes ao muito conhecido instituto religioso de Santa Dorothéa, estão encarregadas da direção da casa. A experiencia e a pratica do ensino, os methodos aperfeiçoados que empregam na direção das educandas, a instrucção completa para que estão habilitadas, não excluidas línguas estrangeiras e outros estudos de prendas domesticas, e sobretudo o cuidado com que procuram formar o

coração das meninas nas virtudes christãs e sociaes, tudo isto promete satisfazer as justas aspirações dos paes emprenhados na sã e elevada educação de suas filhas.

4ª PARTE DISCIPLINAR

O orphelinato funcçionará independente do estabelecimento das educandas, com regimento e estudos próprios.

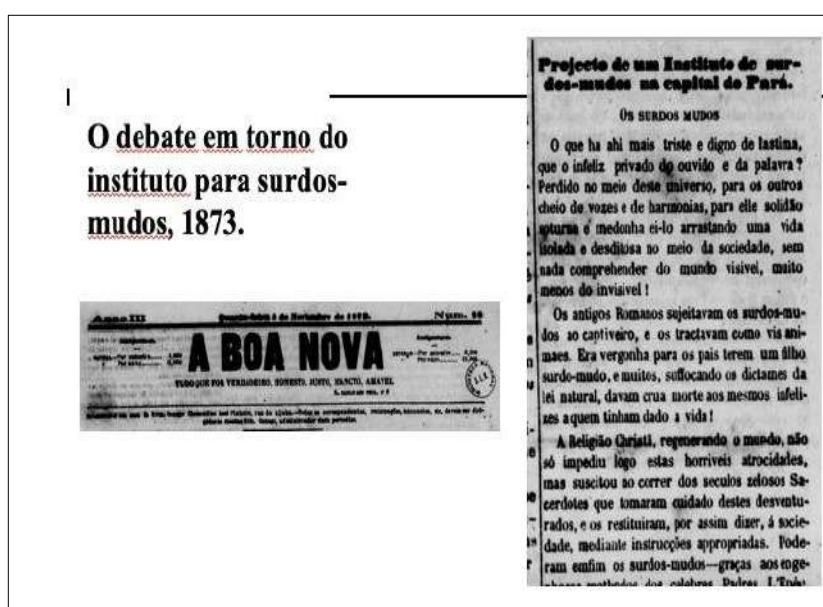
As educandas estão sempre debaixo das vistas de suas mestras. Para serem admitidas, requer-se:

Idade de 5 a 12 anos, duas certidões, uma de baptismo, outra passada por um facultativo, de estar vaccinada e não padecer molestia chronica ou contagiosa (A Constituição, 1877, edição 00287, grifo nosso).

O bispo Dom Macedo Costa acreditava que cabia à igreja a supremacia da educação da juventude. Por esse motivo, defendia que a igreja tinha a missão de “difundir por toda a parte a instrução, criando escolas gratuitas em benefício da mocidade e inspirando aos maiores gênios o heroico pensamento de se dedicarem ao penoso ensino da classe pobre e miserável” (Costa *et al.*; Lustosa, 1992, p. 58).

Entretanto, dentre as ações do bispo, destaco “O projeto de criação de uma escola de surdos-mudos”, que se chamaria Sagrado Coração de Jesus. Essa fonte foi encontrada no Jornal *A Boa Nova*: “Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amável”, em 1873, edição 00088. A notícia que comprova a preocupação social com a escolarização desses sujeitos possui o seguinte título “Projeto de um Instituto de surdos-mudos na capital do Pará”, o que evidencia a importância do bispo Dom Macedo Costa na criação de um ambiente de instrução, como mostra a figura a seguir.

Figura 39 – *A Boa Nova*: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel, em 1873



A seguir, segue a transcrição do jornal de 1873, que estabelece ao projeto de um Instituto de surdos-mudos na capital do Pará

Projecto de um Instituto de surdos-mudos na capital do Pará.

Os Surdos Mudo-o que há ahi mais triste e digno de lastima, que o infeliz privado do ouvido e da palavra? Perdido no meio deste universo, para os outros cheios de vozes e de harmonias, para elle solidão (ilegível) e medonha ei-lo arrastando uma vida isolada e desditosa no meio da sociedade, sem nada comprehender do mundo vicivel, muito menos do invisivel!

Os antigos Romanos sujeitavam os surdos-mudos ao captiveiro, e os tractavam como via animaes. Era vergonha para os pais terem um filho surdo-mudo, e muitos, suffocando os dictames da lei natural, davam crua morte aos mesmos infelizes a quem tinham dado a vida!

A Religião Christã, regenerando o mundo, não só impediu logo estas horriveis atrocidades, mas suscitou no correr dos séculos zelosos Sacerdotes que tomaram cuidado destes desventurados, e os restituiram, por assim dizer, á sociedade, mediante instruções appropriadas. Poderam emfim os surdos-mudos -graças aos engenhosos methodos dos celebres Padres L'Epée, Sicard e outros benemeritos da humanidade- ler, escrever, contar, conhecer a Deus e a Religião, e tornar-se bons christãos e bons cidadãos; e o que é mais de pasmar hoje, por um esforço maravilhoso do engenho humano, chegou-se a descobrir o meio de fazer os surdos-mudos exprimirem os seus pensamentos pela palavras!Elles pronunciam, elles fallam, e lêem sobre os lábios dos outros as phrases que lhe são dirigidas!

Estas escolas acham-se já estabelecidas em muitas cidades da Europa, e não há espectaculo mais interessante e enternecedor para os homens amigos do bem, do que ver os milagres que tem podido fazer a dedicação christã para arrancar tantos miseros às trevas da ignorancia!

Infelizmente ha ainda paizes em que o surdo-mudo nasce, vive e morre desconhecido, sem que a sociedade por elle s' interesse. O governo brasileiro, desejando para os jovens surdos-mudos do Imperio a mesma educação e instrução que recebem seus irmãos d'infortunio da Europa, fundou um Instituto na côrte do Rio de Janeiro, mas havendo conforme a ultima estatistica, mais de dous mil surdos-mudos n' este paiz, é facil ajudar que aquelle estabelecimento, que aliás apenas conta 22 alumnos, é inteiramente insufficiente. Além disso a experiencia tem mostrado que das provincias mais longinquo muito difficilmente serão mandados meninos para lá instruirem como se tem reconhecido nos próprios relatórios d'aquelle Instituto.

É o que determinou o Exm. Senr. Bispo do Pará a fundar na capital desta provincia um estabelecimento para educação e instrução dos surdos-mudos sob o nome e os auspícios do Sagrado Coração de Jesus, estabelecimento que pode aproveitar não só ao Pará e Amasonas, senão tambem às outras provincias mais visinhas. Para bem fazer comprehender todo o bem que hade resultar, com a ajuda de Deus, deste caridoso instituto, vamos ensaiar algumas considerações: 1º sobre o estado do surdo-mudo sem instrucção; 2º sobre o estado do surdo-mudo instruido; 3º sobre o modo d'instrucção hoje em uso, e de diversos ramos d'ensino que tencionamos dar-lhes (A Boa Nova, 1873, grifo nosso).

O trecho do jornal, cita padres pioneiros na educação de surdos na França, bem como o primeiro Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado em 1856, no Rio de Janeiro (dezessete anos antes da publicação deste projeto). Preciso ressaltar que busquei teses e

dissertações que tratam sobre a vida e obra do Bispo Dom Macedo Costa, mas não foram encontradas fontes que provassem a existência da escola Sagrado Coração de Jesus e da concretização do projeto de escolarizar surdos-mudos.

As dúvidas em relação à existência do espaço levaram-me a arquidiocese de Belém, durante a pesquisa exploratória (conforme já citado anteriormente), para buscar documentos que comprovassem tal fato, mas não encontrei fontes que pudessem ajudar.

Um fato curioso é que no ano seguinte à publicação do projeto da escola para surdos, o bispo é preso, devido à “questão religiosa”, por crime de desobediência às ordens do Imperador. No ano de 1876, ele é solto e continua lutando pelos interesses da igreja e combatendo o trabalho missionário protestante, bem como combate a atuação dos maçons, pois o bispo acusava os maçons de possuir uma estreita relação com a política, e que eles eram uma clara ameaça à igreja ao incentivar um “Projeto de Reforma do Ensino”, que previa uma escola laica, sob o controle de um Estado também laico.

A Igreja Católica tinha objetivos claros ao realizar a tentativa de criar uma escola para surdos em Belém. A justificativa do bispo para instruí-los era que:

Fazer desaparecer do jovem surdo-mudo os germes dos vícios que reconhecemos no adulto privado d’ instrução; pô-lo em estado de **conversar com os outros homens e ser útil á sociedade**, adoçando-lhe o infortunio de sua enfermidade [...]. Pela instrução, fa-los-ha, por assim dizer, renascer a vida social, e os porá em estado de ocupar um lugar no mundo, onde angarião, por sua brandura e talentos, a afeição de quantos os tractarem (A Boa Nova, 1873, grifo nosso).

Ser útil à sociedade era um fator importante no final do século XIX, já que a cidade se urbanizava e necessitava de pessoas instruídas e com aprendizagem profissional. Segundo Costa (2019), os asilos criados por Dom Macedo Costa combinavam rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, buscando resguardar o mundo da “desordem” e, ao mesmo tempo, oferecer mão de obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata para o mercado. Entretanto, autores como Gondra e Schueler (2008) acreditam que a igreja católica, além de perceber esses indivíduos como úteis profissionalmente, possuíam outros objetivos implícitos em “promover assistência e controle social”.

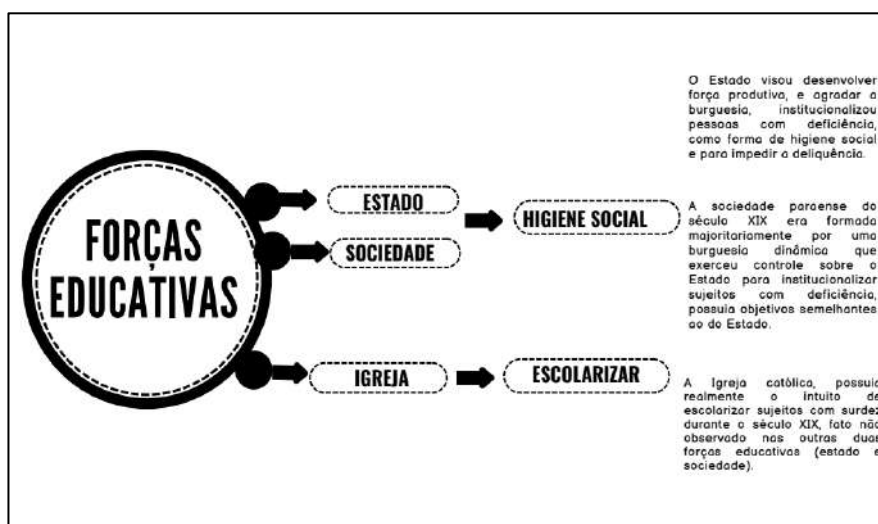
O movimento das fontes e do material teórico levam a constatação que as forças educativas seguiram caminhos diferentes no Pará, enquanto o estado e a sociedade preocuparam-se em institucionalizar em asilos, internatos e hospícios as pessoas com impedimentos mentais/intelectuais e físicos, sujeitos que para eles não tinham “utilidade”. A igreja preocupou-se com as deficiências sensoriais (em especial os surdos), intencionalmente ou não, dentro da categoria pessoas com alguma deficiência, pois eram as que representavam para eles grande potencial profissional e de escolaridade.

Uma ressalva é que a atuação da igreja, não foi uma realidade apenas na intervenção com surdos, já que, os asilos, leprosários e internatos também eram permeados pela presença desse grupo, um exemplo é o asilo do Tucunduba em Belém (responsável por asilar indivíduos com hanseníase). A igreja católica foi muito atuante no leprosário paraense. Gomes (2019) cita Sousa (2010), para destacar que a presença da Igreja Católica em leprosários não foi uma particularidade do Tucunduba, em Belém. Em Goiás, havia a colônia Santa Marta; em São Luís, a colônia do Bonfim; no Rio de Janeiro, o Hospital Frei Antônio; e, no Ceará, o leprosário Antônio Justa. Todos tiveram a atuação de religiosos(as) no atendimento aos doentes, seja no âmbito da saúde ou nas devoções espirituais. Logo, era pertinente nesses espaços uma relação entre moralidade e doença que impunha aos moribundos comportamentos de resignação a partir de uma religião.

Todos os documentos já citados aqui evidenciam a ampla participação da ação da igreja católica na educação europeia, sendo inclusive os padres franceses os grandes pioneiros da educação de surdos no país. No Pará, os dados mostram que Dom Macedo Costa é o bispo que dá continuidade aos ideais que pregavam a interferência da igreja na educação de surdos no século XIX. O mais interessante é perceber que sua ação ainda é muito forte em pleno século XXI. Retomo o caminho da pesquisa exploratória já citada aqui, para rememorar que, durante as pesquisas desta tese, encontrei institutos destinados à educação de surdos, que ainda são regidos por Congregações Europeias, criados por padres, como é o caso do Instituto Filippo Smaldone, localizado em Belém, o qual é administrado pela Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, fundada em 1885 pelo padre São Filippo Smaldone. Ele dedicou sua vida à educação dos surdos na Itália e fundou a Congregação das Irmãs para que continuassem no tempo e no espaço a sua Missão a serviço da pessoa surda.

Perceber que a ação da igreja ainda é de grande relevância, em especial na educação de pessoas com deficiência auditiva, e que, coincidentemente ou não, essa força educativa não atuou nas demais deficiências em uma perspectiva de educação formal-como ocorreu na educação de surdos, é algo que precisa ser refletido, além de todo o poder que a instituição igreja delibera quanto à possibilidade ou não de pesquisas nesses espaços, o que deveria ser alvo de questionamento, baseado no fato de que a laicidade da escola pública é garantida pela Constituição Federal de 1988. Refino o olhar sobre as concepções que se tornaram hegemônicas que iniciaram no século XIX, mas que até o presente momento influenciam na Educação Especial ofertada no Estado do Pará. Realizei um esquema em que é possível visualizar a finalidade de cada força educativa, conforme os dados abaixo:

Figura 40 – As forças educativas e suas funções com base nas fontes e autores encontrados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Um traço marcante da interferência da Sociedade e da igreja na instrução é que suas ações contavam com “o apoio de pessoas interessadas, mas respaldadas por um governo de segundas intenções” (Jannuzzi, 2012). Ou seja, as forças educativas estiveram sempre marcadas por segundas intenções. Por exemplo, a Igreja tinha o objetivo de manter sua posição social e influência política, social e cultural e a doutrinação dos discípulos; já o estado, que basicamente transferia a responsabilidade da assistência e educação para outras forças educativas; e a sociedade civil, que era respaldada por uma elite com interesses próprios.

6 AS FORMAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PARÁ DO SÉCULO XIX

Esta seção reconstrói o percurso do levantamento teórico e das fontes encontradas. Nela, destaco a primeira forma educativa e o caso de José Raymundo -louco furioso. Posteriormente apresento as potencialidades e os limites dos registros disponíveis sobre as formas educativas do século XIX no Pará. Farei, então, a retomada das ideias centrais nesta seção: a ideia de que – embora Gondra (2004) e Gondra e Schueler (2008) sejam a literatura base do conceito de formas educativas, apresento aqui, a partir do levantamento das fontes –, nem todas as formas de educação propostas pelos autores foram visualizadas no Pará, e que as formas educativas para pessoas com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais percorrem caminhos diferentes ao longo do século XIX.

Retomada as ideias iniciais, ao pensar as modalidades de intervenção (as formas educativas ou formas de educação) no curso da história do Pará, supondo imaginar que elas são variadas, com pluralidade cultural e particularidades locais de um estado que estava passando por grandes transformações sociais e econômicas. Apresento as formas educativas, descritas pela literatura de Gondra (2004) e Gondra e Schueler (2008), e as suas funções:

Quadro 20 – Formas Educativas e suas funções

Formas Educativas	Funções
Escolas Elementares	Também conhecidas como escolas primárias, ou de primeiras letras, eram instituições de ensino que tinham como objetivo ensinar habilidades básicas, como leitura e escrita e matemática. Gondra e Schueler (2008) incluiu os institutos de cegos e de surdos-mudos do Rio de Janeiro como escolas elementares, além dos Centros de Formação Artífices.
Internatos, orfanatos e Asilos	Espaços criados como forma de assistência social, e também como medida de controle social. Combinava rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, assim, controlavam o mundo da “desordem” e ofereciam uma mão de obra minimamente disciplinada, qualificada, farta e barata. Inclui os Lazaretos e leprosários.
Asilo Hospital (hospícios)	Espaços criados para os alienados, como concretização do projeto de uma elite social e médica que tinha como objetivo o controle social das cidades. Possuía viés caritativo, de controle social, reproduziu a lógica da exclusão social da loucura, com ações de assistência médica e cuidados terapêuticos, e práticas desportivas e educacionais como a praxiterapia (uma técnica que estimula a criatividade e as habilidades do paciente). No hospital psiquiátrico Juliano Moreira existem indícios da prática de praxiterapia que desenvolveu atividades como: pintura, escultura em argila, gesso e madeira, costura, bordado, sapataria, festas dançantes, shows, torneios esportivos, passeio e confecção de jornal (Ricci e Valentim, 2009)
Iniciativas Particulares	Espaços onde ocorria o saber através da ação das corporações religiosas, e da atuação dos clérigos e padres como educadores. As práticas de educação dos meninos e meninas indígenas, das crianças e escravos menores, dos

	camponeses, sitiantes (morador do sítio) e colonos livres e pobres, dos meninos e meninas das casas senhoriais e dos engenhos; o ensino das letras realizado no interior das famílias, pela ação das mães e outras mulheres, de preceptores ou mestres particulares; a aprendizagem dos ofícios nas oficinas, nas fazendas, nos campos, nas instituições de assistência e em múltiplos espaços sociais.
--	---

Fonte: Adaptado com base em Gondra e Schueler (2008).

Como mencionado anteriormente, as formas de educação eram heterogêneas, além das escolas serem voltadas aos diversos níveis de ensino, pois havia também o estatuto delas (públicas, privadas e subvencionadas) e modalidades (profissionalizantes-militares, comerciais), ou especiais. Marcadas pela diversidade de uma sociedade desigual que produzia espaços educativos.

No decorrer do século dezenove, a diversidade de formas educativas se manifestou através de várias iniciativas para instruir a população pobre, negra, escrava e com deficiência nos limites de uma educação formal ou informal, oferecida por estabelecimentos públicos, religiosos, assistenciais, militares ou particulares.

Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou de recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação (Faria Filho, 2003, p. 136).

Os dirigentes imperiais viam a instrução no século dezenove como uma estratégia para a construção da ideia de nação e do próprio Estado Nacional. Segundo Limeira (2011), havia a necessidade de propagar e disseminar às luzes da instrução, e o poder público deparava-se com a expansão significativa de iniciativas criadas e mantidas por iniciativas particulares. Esse projeto de interferência na instrução era legitimado pelas autoridades do país, num esforço de tornar as escolas espaços privilegiados para a difusão de saberes e principalmente para restauração da ordem.

Assim, pode-se concluir, ao ler autores como Limeira (2011), que a iniciativa particular atuou de forma mais significativa no ensino primário e secundário do que o próprio poder público, e a sociedade interferiu diretamente nos rumos que a instrução tomou durante o século dezenove.

Ao contrário do que se imagina, nos termos quantitativos do processo em reflexão, posso afirmar que à iniciativa particular coube uma difusão mais significativa do ensino primário (e secundário) que o poder público. Um dado que pude observar a partir do cruzamento de diversos documentos oficiais da época. O resultado destas investigações é bastante significativo para historiografia da educação, haja vista que permite notar que a escolarização não se configurava como um projeto imposto pelo Estado, ou de interesse exclusivo seu, mas, apropriado, reapropriado, defendido e combatido pela sociedade (Limeira, 2011, p. 132).

O Estado Imperial utilizou como solução para combater o atraso da instrução o incentivo à iniciativa particular e, automaticamente, a sua desresponsabilização na medida em que transfere à sociedade paraense a responsabilidade pela criação de espaços de instrução. Dividir essa atribuição era bem mais barato, iniciando a liberação de práticas de ensino, o que serviu de incentivo à iniciativa particular.

Ao compreender que o rápido progresso das iniciativas particulares, seja através da ação da igreja, das práticas da saúde ou assistenciais, criou-se uma diversidade de espaços de instrução. Leva-nos às primeiras fagulhas com vistas a inauguração das formas educativas para atendimento de pessoas com deficiência.

6.1 A Invenção das formas educativas no Pará do século XIX

A primeira fonte encontrada sobre as formas educativas, remetem a um indivíduo chamado de José Raymundo “o louco furioso” que se tornou um problema social, quando em 1833, cometeu graves desordens na Província do Grão- Pará. O que provocou uma discussão sobre quem competia o tratamento de enfermos loucos, e discussões entre o responsável pela Santa Casa de Misericórdia e o governo do presidente da Província do Grão-Pará que no momento era Bernardo Lobo de Souza (Vianna, 1902).

Em 5 de dezembro de 1833 tomou a presidência Bernardo Lobo de Souza [...] manteve a princípio Batista Campos boas relações com o novo presidente [...]. Houve mesmo entre ambos amistosa compreensão, como nos mostra o caso do doido furioso José Raymundo. Este pobre infeliz, detido pela polícia em consequência de graves desordens, foi, por ordem do presidente, levado em horas que o provedor estava ausente, ao Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres [...]. Achava-se no estabelecimento o enfermeiro-mor Carlos dos Reis Magos, que nenhuma dúvida pois em receber os doentes [...]. Na sala, em que primitivamente estivera a botica, onde o prenderam, quebrou vidraças e móveis forçou as portas e fugiu para a cozinha, fazendo aí grandes desatinos. Houve suma dificuldade em dominá-lo.

Este fato, inteiramente novo na Santa Casa, porquanto jamais se tinham acolhido ao seu hospital os loucos furiosos, ventilaram pela primeira vez a importante questão de ficar resolvido a quem competia o tratamento de tais enfermos [...]

[...] o enfermeiro aventou uma ideia, de todo ponto absurda, porém que, mais tarde, foi posta em prática: em vista do Hospital não oferecer condições para asilar e tratar os loucos, bem se podia preparar em Tucunduba um alojamento especial a esse fim destinado (Vianna, 1992, p.129, apud Ricci e Valentim, 2009, p.27)

A necessidade de espaços para abrigar indivíduos “alienados” que na época não se sabia ao certo se eram pessoas com doença ou deficiência mental. Posso afirmar que foi a base para o nascimento de diferentes formas educativas (antes e principalmente durante o século XIX) e para seu processo de transformação e aperfeiçoamento, até chegar aos modernos sistemas escolares inclusivos que temos hoje. Para explicar a instituição que asilou “o primeiro louco furioso” relatado nas fontes encontradas, é necessário compreender que já havia três

espaços, no início do século dezenove no Pará, que atendiam enfermos, sendo que em nenhum deles era adequado para “o louco furioso”, como explicarei a seguir.

À época do incômodo causado por José Raymundo, existia, na Província, a Santa Casa de Misericórdia (criada em 1650) e o Hospital da Caridade (também conhecido como Bom Jesus dos Pobres, criado em 1783) e O Asilo do Tucunduba (destinado aos portadores de lepra, criado em 1815). Abro um parêntese para elucidar que, na Belém Imperial, a assistência à saúde não era uma obrigação do governo, o qual se valia das instituições de caridade para as demandas de atendimento e internação a setores mais desprivilegiados da sociedade, já que, na época, os que tinham melhores condições preferiam o atendimento domiciliar.

A Santa Casa de Misericórdia foi o primeiro hospital do Pará, iniciando suas atividades 34 anos após a fundação de Belém em 1650. Instalou-se em uma pequena enfermaria ladeada por uma igreja – ambas de taipa de pilão –, localizada na rua Santo Antônio dos Capuchos, com o largo da Misericórdia, onde hoje se encontra a praça Barão do Guajará no bairro da Campina (Santa Casa de misericórdia, 2023). No entanto, a Santa Casa não era suficiente para atender todos os indivíduos que precisavam de assistência na cidade.

Apesar dos esforços, a insuficiência do atendimento, levou o bispo Dom Frei Caetano de Anunciação Brandão (que chegou em Belém em 1783, para assumir o cargo de sexto bispo da cidade) a construir o hospital da Caridade, conhecido como Bom Jesus dos Pobres, que é inaugurado no Grão-Pará em 20 de outubro de 1783.

Dom Frei Caetano Brandão nasceu na Comarca de Estarreja, Portugal, [...]. Estudou Teologia na Universidade de Coimbra já reformada pelo Marquês de Pombal (1699-1782) e foi religioso da Ordem Terceira da Penitência, ligada aos padres franciscanos. [...] foi indicado bispo do Grão-Pará por Dona Maria I (1734-1816) e confirmado por Pio VI (1717-1799), em 1782, e tendo governado a diocese até 1790. [...] Em 1788, foi transferido para a Sede Primacial de Braga, Portugal, onde faleceu a 15 de dezembro de 1805 (Pinto, 2016, p. 1).

Vale destacar que o Frei Caetano era um religioso da ordem terceira, que possuía interesses em construir espaços destinados à caridade na Província. Segundo Miranda e Cabral (2022), é necessário saber que as ordens terceiras buscavam crescer em poder e influência, estando sempre próximos à realeza. Seus integrantes eram vistos com grande prestígio e sua atuação social possuiria segundas intenções políticas afloradas. As misericórdias recebiam do reinado privilégios e contavam com a participação de elites abastadas em seu corpo administrativo, o que lhes conferia um nítido *status* social, criando um papel dicotômico entre quem pedia, os pobres enfermos; e quem cedia, os influentes com segundas intenções. O Hospital criado pelo Frei, inicialmente não tinha a finalidade de assistência exclusivamente médica, era um espaço de abrigo e recolhimento, como afirma os autores.

Antes, porém, vale lembrar que, no período em estudo, os ‘Asilos’, ‘Hospícios’ ou ‘Hospitais’ eram locais de hospedagem para aqueles que dependiam da caridade: os órfãos, os recém-nascidos abandonados (chamados ‘expostos’), os mendigos, os morféuticos e os loucos. Tais hospícios poderiam contar eventualmente com alguma assistência médica, mas sua principal intenção era dar aos necessitados um abrigo, alimentos e cuidados religiosos. Os estabelecimentos destinados ao recolhimento de alienados pobres, portanto, surgiram quase sempre como estruturas asilares das Santas Casas de Misericórdia, bem antes que a psiquiatria existisse como prática médica especializada (Oda; Dalgalarondo, 2004).

No entanto, com o aumento da demanda, a Santa Casa solicita ao governo a incorporação do hospital da caridade as suas atividades. Beltrão, Miranda e Henrique (2011) afirmam que, no início do século dezenove, a Irmandade da Misericórdia apelou ao governo provincial que lhes fossem entregues as posses do Hospital da Caridade, mediante o termo de aceitação e posse assinado em 18 de abril de 1807. O hospital passou, então, a ser administrado pela Santa Casa de misericórdia. No período em que José Raymundo comete as graves desordens (1833), o hospital já estava sobre posse da Santa Casa.

(...) Houve mesmo entre ambos amistosa compreensão, como nos mostra **o caso do doudo furioso José Raymundo. Este pobre infeliz, detido pela polícia em consequência de graves desordens, foi, por ordem do presidente, levado em horas que o provedor estava ausente, ao Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres, então vulgarmente chamado pelo povo Hospital da Caridade** (Vianna, 1902, p. 129, grifo nosso).

As fontes encontradas não aprofundam sobre o tratamento destinado a José Raymundo, mas afirmam que a Santa Casa construiu em 1865 uma enfermaria exclusiva para os alienados como “o louco furioso”. Mesmo com a construção da enfermaria específica aos alienados, o Relatório do presidente da Província Joaquim Lamare (1867) afirma que o hospital de Caridade havia atendido 380 enfermos e que ali se sentia “a falta de uma casa para alienados, pela inconveniência e prejuízo que resulta aos outros enfermos, que sejam ali reclusos os que se acham em tal estado” (Pará, 1867).

Com o crescimento do número de internos, a Santa Casa instalou um asilo específico para alienados, juntamente com a ajuda do governo provincial na mesma fazenda em que eram recolhidos os indivíduos com lepra, num pequeno prédio próximo ao Asilo do Tucunduba (Pará, 1874). Para Oda e Dalgalarondo (2005), o hospício dos alienados, que era vizinho do Asilo do Tucunduba, ficou conhecido como “Asilo ou Hospício de Alienados de Tucunduba”. O espaço só foi inaugurado em 1873, sendo duramente criticado por ser um “depósito sem a mínima condição higiênica, e sem um serviço que se pudesse ao menos chamar de sofrível” (Moreira, 1905, p. 94).

As duras críticas sociais levaram o governo a autorizar a construção de um novo hospício de alienados, sendo construído após a Proclamação da República, cuja inauguração se dá em 1892, iniciando seus serviços em 1893.

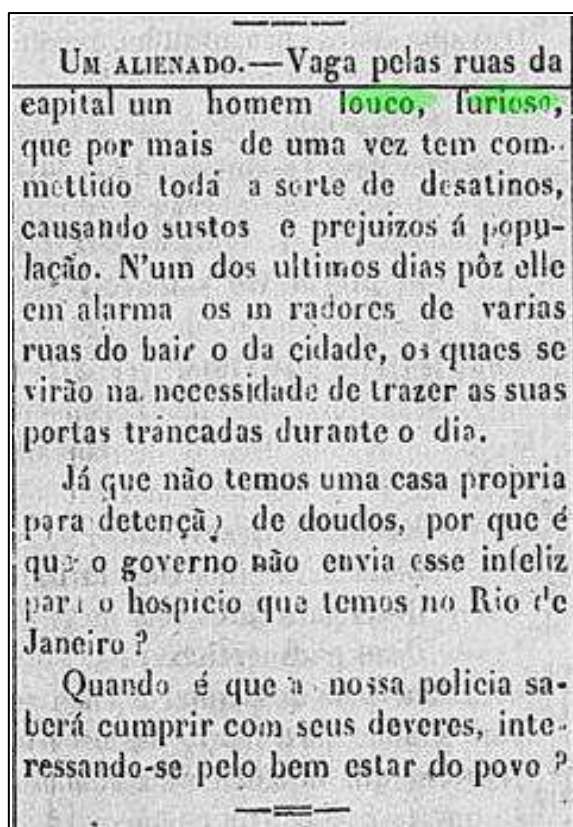
Enquanto o asilo/hospício dos alienados não era construído, as reportagens nos jornais paraenses continuavam realizando duras críticas aos “loucos furiosos” que tumultuavam a cidade.

Um Alienado-Vaga pelas ruas da capital um homem louco, furioso, que por mais de uma vez tem cometido toda a sorte de desatinos, causando sustos e prejuizos á população. N'um dos ultimos dias pôz elle em alarma os moradores de varias ruas do bair o da cidade, os quaes se virão na necessidade de trazer as suas portas trancadas durante o dia.

Já que não temos uma casa própria para detenção de doudos, por que é que o governo não envia esse infeliz para o hospicio que temos no Rio de Janeiro?

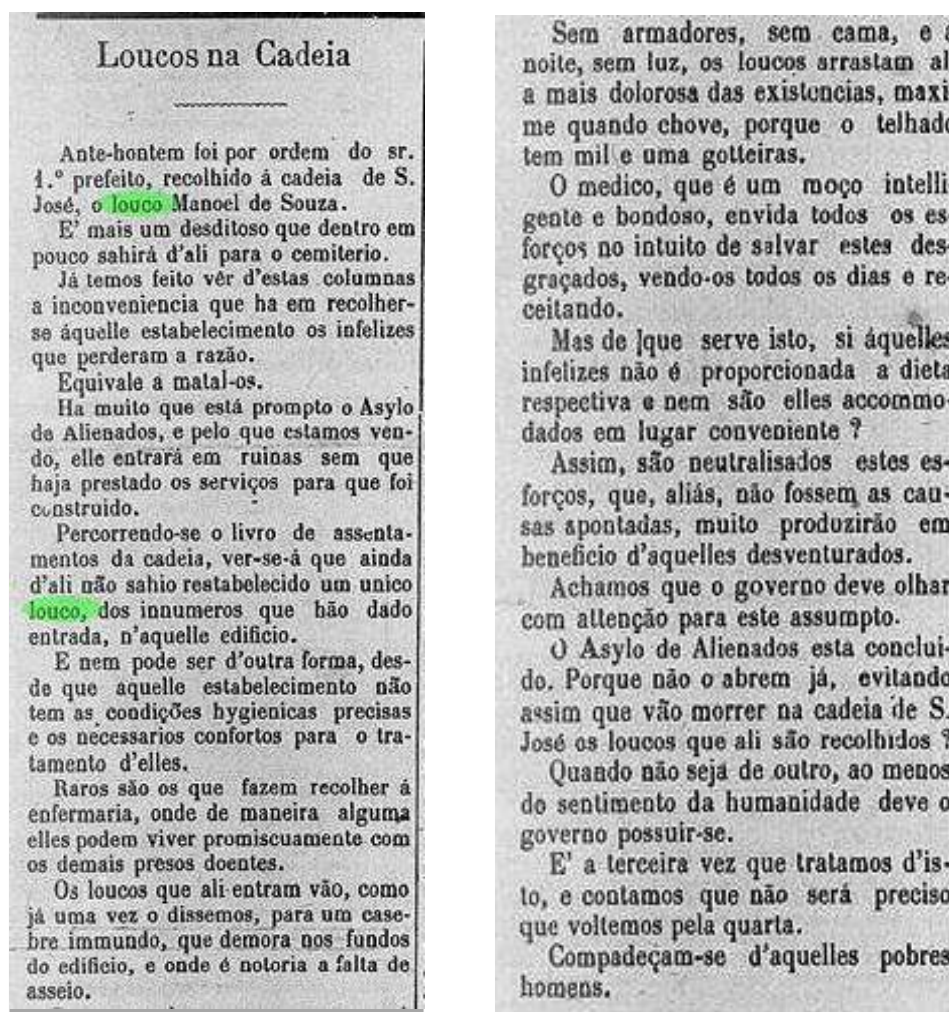
Quando é que à nossa policia saberá cumprir com seus deveres, interessando-se pelo bem estar do povo? (Jornal O Liberal, 1872, edição 00016).

Figura 41 – O Liberal do Pará (1872) edição 00016



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Figura 42 – Correio Paraense (Diario Noticioso, commercial e litterario) edição 000366, 1893



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2023).

Do ponto de vista das pesquisas, o Hospital da Caridade ou Bom Jesus dos Pobres se constituiu como o primeiro espaço a abrigar indivíduos que possuíam doença mental e ou deficiência mental. Nesse sentido, concordo com a afirmação de Farias (2019):

Essa questão, corrida em 1833 na Santa Casa de Misericórdia, em nossa compreensão, é significativa para se entender os itinerários traçados pela escolarização de pessoas com deficiência no Pará. [...] **o caso de José Raymundo é alusivo para compreender uma produção simbólica e valorativa moldada em torno da pessoa asilada, em especial as que sofriam algum transtorno, distúrbio ou doença de ordem psicológica e/ou mental. Em um momento que não se distinguia doença mental e deficiência mental, uma produção patológica e anormal foi ancorada às pessoas com deficiência** (Farias, 2019, p. 43, grifo nosso).

Esse movimento que é inaugurado por José Raymundo “o louco furioso” também inaugura a forma educativa “asilamento”, o que se manifesta como um movimento de pressão social, já que as reportagens da época entendiam esses sujeitos como incômodos sociais. Ou

seja, a invenção histórica dos espaços asilares inauguram, para este público, a criação de uma relação social, até então inédita, passando pela relação abrigo/assistência até chegarmos aos espaços de escolarização, conforme aconteciam em outras cidades brasileiras no século XIX.

O exemplo do “louco furioso” e a criação da forma educativa “asilar” na província paraense são onde ocorrem a “invenção” das primeiras formas educativas ou formas de educar sujeitos com deficiência. Ao considerar como ocorreu a criação das primeiras formas de educar no século XIX, as fontes levam-me a considerar que é nesse período que uma série de problemáticas vão tomando forma e ainda reverberam na escola atual. Um exemplo, é a uniformidade atual na escolarização (entre deficiências sensoriais e intelectuais), já que, um público que possuiu formas educativas diferenciadas no passado, ao serem incluídos no mesmo grupo escolar, em uma sociedade que ainda possui resquícios de estigmas relacionados ao deficiente intelectual como louco ou idiota, desconsidera que o acesso a formas educativas distintas no passado, e não priorizar a conscientização para com este público, leva à falta de apreço pelas diferenças.

Defendo aqui que – ao desconsiderar que existiu um público educado em diferentes formas educativas (asilos, internatos, institutos especializados, lazaretos, leprosários etc.), que foi conduzido por forças educativas díspares, teve a construção da imagem social edificada na ideia de estigma e segregação, ao ser inserido na escola convencional, com o processo de democratização de acesso à escola e sua abertura a novos públicos –, o nosso conhecimento de “classe”, com diferentes níveis de ensino, diferentes períodos e diferentes deficiências, engendrou uma ampliação das desigualdades e consequentemente a dificuldade de escolarizar o público diverso das escolas.

Ao promover a escolarização de um grupo heterogêneo de pessoas – o qual historicamente foi pensado para frequentar formas educativas com base na natureza de sua deficiência (física, intelectual e sensorial individualmente) –, criar esse homem novo, destituído de estigmas, sem esquecer de sua função fundante que é a especificidade do conhecimento científico, torna-se um desafio para o processo inclusivo.

Na próxima subseção, apresentarei todas as formas educativas encontradas nas fontes históricas, e como esses espaços transitam entre ações de assistência social, medida de controle social, para espaços que combinavam rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, e passam a oferecer mão de obra minimamente disciplinada, qualificada, farta e barata.

6.2 As Formas Educativas no Pará

De maneira geral, demonstro que o cenário educacional para indivíduos com deficiência, em especial, as de caráter intelectual e mental inicia com a elaboração de políticas, de caráter higienistas e de controle social, o que pode nos proporcionar tecer importantes relações com a prática educativa da escola atual, assim como as políticas educacionais que foram estabelecidas.

Com base em todas as informações já ditas, é necessário lembrar que, durante o século dezenove, temos no Pará um território agitado pela revolta da Cabanagem (1835-1839). Além das consequências da rebelião, a população foi assolada pela febre amarela em 1850 e, posteriormente em 1855, com a chegada da cólera, o que ocasionou muitas mortes na Província (Beltrão, 2004). A pobreza gerava muitos indigentes que representavam cerca de um terço da população do Pará. Essas pessoas acabavam se tornando pedintes e vulneráveis a doenças. Por esse motivo, surgiram as irmandades, beneficências e misericórdias, instituições lusas de caridade, responsáveis por grande parte da História da Saúde em Belém, em especial a Santa Casa de Misericórdia do Pará (SCMP) e a Irmandade Beneficência.

A elite da província se organizou em bairros como forma de segregar os menos favorecidos, pobres, deficientes e principalmente os doentes. Miranda (2015) cita Beltrão *et al.* (2011), para afirmar que os hospitais gestados pela Santa Casa se dividiam em três núcleos: “o Pioneiro”, “Expansão” e o da “Santa Casa”. Os espaços pioneiros compreendiam as áreas iniciais de colonização de Belém, estendendo-se pelos bairros da Cidade Velha e Batista Campos. Neste local existia o Hospital Bom Jesus dos Pobres Enfermos. Entretanto, em razão do crescimento da cidade e de algumas “doenças” necessitarem de afastamento do centro de Belém, a Santa Casa criou outro núcleo.

Neste novo “Núcleo de Expansão”, espaço mais afastado do centro da cidade foram construídos o “Asilo dos Lázaros do Tucunduba”; Hospício de Alienados do Tucunduba”, “Hospício dos Alienados”, e os “Hospitais de Isolamento” (Beltrão *et al.*, 2011). As políticas higienistas que atuaram no século XIX, em Belém, incentivaram diretamente a ampliação dos serviços de saúde.

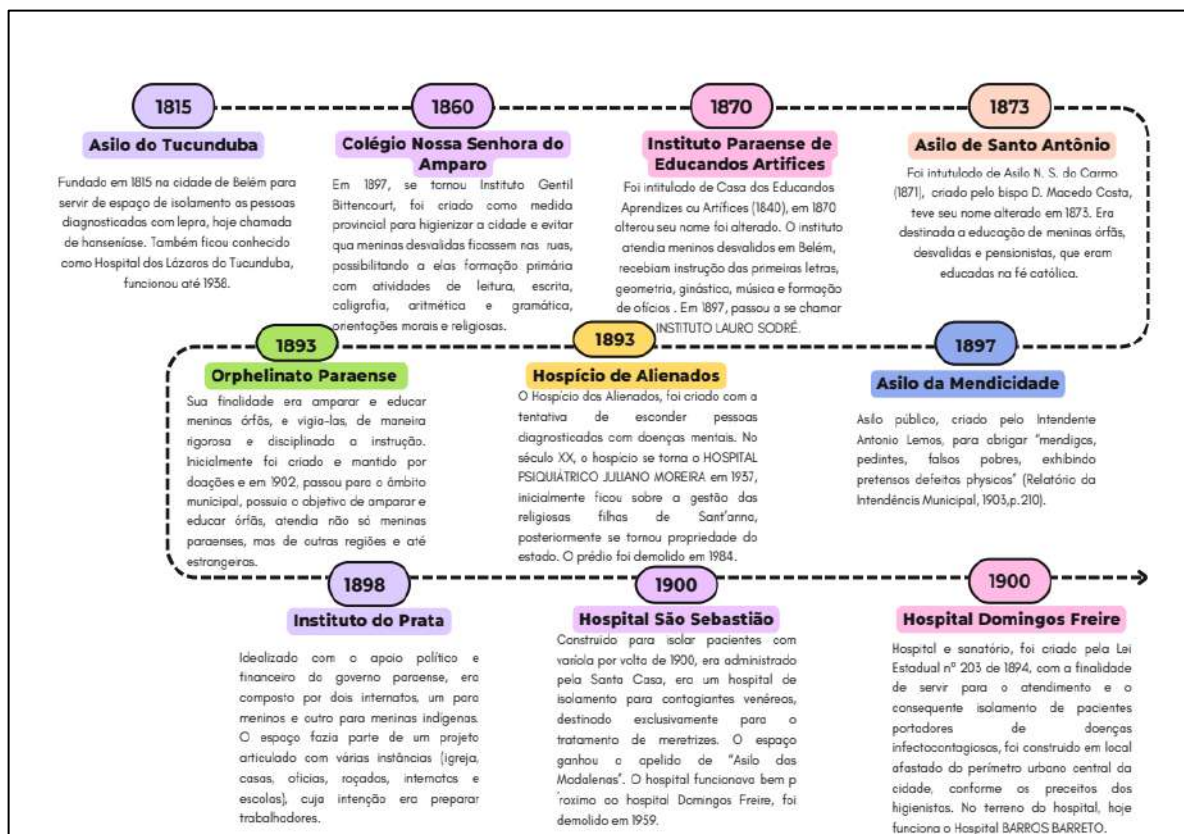
A Santa Casa ganha destaque durante todo o século XIX, com relevantes reformas estruturais, perpassando pela inserção das especialidades médicas e organização de um espaço terapêutico destinado a cuidar das doenças. Preciso destacar que a instituição vai alterando seus preceitos iniciais enquanto instituição religiosa de assistência aos enfermos, para uma entidade com influencia médica, em suas práticas e em seus espaços (Miranda, 2013).

Apenas no século XX (1990) tornou-se Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, passando a ser financiada pelo governo do Pará. Ela foi a primeira instituição hospitalar da

Amazônia e, além de seu hospital próprio, administrou diversos estabelecimentos de saúde na capital do Pará. Segundo Miranda (2015) e Gomes (2019), a Santa Casa de Misericórdia administrou vários espaços, como o Asilo do Tucunduba (1815); Hospício de Alienados (1893); Asilo da Mendicidade (1897), criado pelo município e administrado pela Santa Casa; Hospital São Sebastião (1900) e o Hospital Domingos Freire (1900). Nota-se que os asilos e asilos-hospitais, em sua maioria, eram administrados pela Santa Casa de Misericórdia. Os espaços sobreviviam de doações da sociedade, sendo alguns custeados pelo estado.

Outras formas educativas foram criadas pelo governo paraense para instruir, abrigar e educar os meninos e meninas pobres, como política de higienizar e de estabelecer ordem na Província do Grão Pará, como exemplo, temos o Colégio Nossa Senhora do Amparo (1860); Instituto Paraense de Educandos Artífices (1870); Orphelinato Paraense (1893); e o Instituto do Prata (1898). Existia também as formas educativas criadas pela ação da igreja, com destaque para o Asilo de Santo Antônio (1873), criado pelo Bispo Dom Macedo Costa. O espaço foi criado para educar meninas pobres, órfãs e desvalidas, para serem atendidas conforme os preceitos católicos. O esquema abaixo mostra as principais formas educativas presentes no cenário paraense durante o século XIX, citando o nome do espaço educativo, sua finalidade e ano de criação.

Figura 43 – Internatos, asilos, hospícios, leprosários e asilos- isolamento e instituições disciplinares na História da Educação Paraense, durante o século XIX



Fonte: Organizado pela autora com base nos documentos encontrados.

Durante as buscas por fontes, encontrei cinco espaços administrados pela Santa Casa, entre as quais, temos: o Asilo do Tucunduba, inaugurado em 1815; o Asilo da Mendicidade, de 1897; o Hospício de Alienados, com prédio próprio na Avenida Tito Franco, inaugurado em 3 de março de 1893; o Hospital Domingos Freire, inaugurado em 29 de abril de 1900 pelo governador Paes de Carvalho, destinado aos tuberculosos, em prédio próprio na Estrada José Bonifácio; e o Hospital de São Sebastião inaugurado pelo governador Paes de Carvalho para variolosos e fundado em 14 de fevereiro de 1900, situado na travessa Barão de Mamoré, fora da área urbana de Belém.

Encontrei fontes que citavam as pessoas com deficiência em quatro desses espaços: Asilo do Tucunduba; Asilo da Mendicidade; Colégio Nossa Senhora do Amparo (Gentil Bittencourt) e no Instituto Paraense de Educandos Artífices (Lauro Sodré). Apresento agora informações importantes sobre esses locais, que ajudarão a compreender melhor o processo de constituição dessas formas educativas.

6.2.1 Asilo dos Lázaros do Tucunduba (ações educativas informais)

Define-se asilo (do grego *ásylos*, pelo latim *asylo*) como casa de assistência social onde são recolhidas para sustento ou também para educação, destinado a pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, deficientes, órfãos e velhos. Considera-se ainda asilo o lugar onde ficam isentos da execução das leis, os que a ele se recolhem. Relaciona-se, assim, a ideia de guarita, abrigo, proteção ao local denominado de asilo (Araújo *et al.*, 2010).

Ao falar de asilo no Brasil, é necessário falar dos asilos do tipo colônias de isolamento, que apresentam memórias das atividades humanas e das ações e políticas sanitaristas com pessoas acometidas de hanseníase. Investigá-los nesta tese contribui para a compreensão sobre a educação dessas pessoas que viviam estigmatizadas, sendo vistos como seres sem humanidade, pois, além de representar a ideia de contágio, muitos possuíam como sequelas as deficiências visuais e físicas, dentre outras. As deficiências estavam presentes nos asilos de isolamento e fizeram parte da trajetória deles. Elas podem ser vistas como meios de perceber a dominação enfrentada pelos doentes enclausurados, que aprenderam novos hábitos e seguiram regulamentos dos asilos que não davam atenção as individualidades e particularidades próprias de cada indivíduo.

Concordo com Curi (2002), quando afirma que o agrupamento de indivíduos baseado em seus estigmas representa a efetivação da não aceitação pelos “normais” e da própria angústia dos estigmatizados diante da convivência com as diferenças. Por se tratar de indivíduos descaracterizados de sua completa humanidade, a diminuição do seu universo e de suas oportunidades se confunde com uma condição normal e aceitável. A segregação foi, durante séculos, uma “prática entendida como correta”, normalmente aceita e “normatizada”. Ninguém seria repreendido por isolar um hanseniano, “ou por se recusar a tocá-lo, por suprimir-lhe as ligações afetivas e familiares” (Curi, 2002, p. 43-4).

Uma ideia que assustava a população paraense era a de contágio. A única forma de proteção das populações era o isolamento defendido pelos médicos. Nesse contexto surgem os Asilos Colônias e demais instalações criadas para exclusão, controle e extinção dos focos de transmissão da hanseníase, tendo como base teorias eugenistas estigmatizantes (Costa, 2008, p. 32). Trato aqui do asilo do Tucunduba, que durante o aprofundamento sobre o espaço, descobri várias nomenclaturas que são utilizadas nas fontes documentais sobre o Lázaro do Tucunduba, bem como na literatura produzida sobre o espaço destinado a leprosos durante o século XIX.

Essa nomenclatura perpassa por Asilo, Hospital e Hospício. Entretanto, tomarei como referência o termo “Asilo”, o mesmo usado por Gomes (2019).

O nome do Asilo dos Lázaros do Tucunduba teria ascendência Tupi-Guarani, que corresponderia a “lugar que possui várias árvores de tucum” (Messiano, 1997, p. 15). Ele foi fundado em Belém do Pará, em 1815, pela Santa Casa, sendo um lugar construído visando afastar as pessoas “doentes” do grande centro de Belém que hoje são os bairros da Cidade Velha e Batista Campos (chamado de núcleo pioneiro).

O terreno para o asilo foi adquirido através de uma carta escrita no século XVIII, que registra a concessão da área, pelo então Governo do Grão-Pará e Maranhão para Theodoro Soares Pereira, um nobre sesmeiro português que viria de Portugal para ocupar essas terras. Mais tarde, já em 1746, na área extensa e inabitada, os Mercedários fundaram a chamada “Fazenda Tucunduba” e, às margens do Igarapé com o mesmo nome, foi instalada uma olaria que deveria auxiliar na produção de tijolos e telhas para a cidade de Belém que crescia e se urbanizava. Foi exatamente nas ruínas dessa olaria que se instalaria, já no século XIX, o chamado “Hospício de Lázaros do Tucunduba”, depois que a área da fazenda passou à propriedade da Santa Casa de Misericórdia do Pará (Ramos, 2021).

Ramos (2021) estabelece a íntima ligação entre o asilo e o início do processo de urbanização do bairro do Guamá, apontado como o bairro mais populoso de Belém de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). O bairro tem na instalação de um asilo que servia de isolamento para pessoas acometidas pela hanseníase, um dos marcos do seu processo de urbanização. O Asilo se estabeleceu na Fazenda Tucunduba exclusivamente para isolar do convívio social as pessoas que eram atingidas por uma doença que causava pânico social, devido ao seu contágio, conhecida como “lepra” ou hanseníase. É uma doença infectocontagiosa com evolução gradual e que apresenta sintomas dermatoneurológicos, com lesões na pele e nos nervos periféricos, principalmente nos olhos, mãos e pés (Brasil, 2002).

A doença causava pavor nas pessoas, devido ser incurável e contagiosa, pois existia uma carga de preconceito muito grande sobre quem era contaminado. Abaixo apresento a imagem do Asilo:

Figura 44 – Asilo dos Lázaros do Tucunduba
(fotografia de junho de 1921)

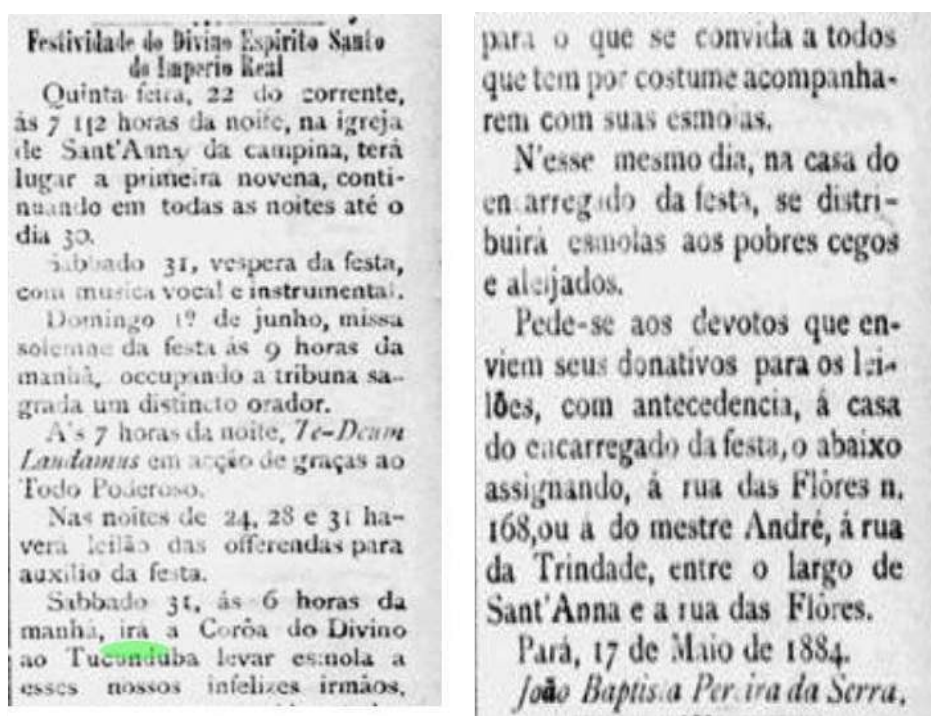


Fonte: Fiocruz. Disponível em: <<https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/uaakh>>.

A doença e a deficiência se misturam no confinamento do asilo, já que “o reconhecimento da doença também vem acompanhado do olhar de exclusão do outro e a reclusão talvez se mostrasse um caminho diante da doença em função do preconceito sofrido fora do leprosário” (Gomes, 2019, p. 18).

Preciso destacar que, durante minhas pesquisas, encontrei notícias sobre o asilo do Tucunduba que indicam a presença de pessoas com cegueira e deficiência física. As fontes não precisam se essas pessoas tinham a deficiência antes de serem contaminadas pela doença, ou se a justificativa para a cegueira está no fato de que pelo menos “um terço dos pacientes vão desenvolver algum tipo de comprometimento ocular durante a evolução da doença” (Cohen, 2003). E a deficiência física, ou o termo usado “aleijados” se justifique pelo fato de a doença levar a amputação se não for tratada. Segue a reportagem:

Figura 45 – Diário de Noticias 1881-2898, Ano 1884, Edição 00113



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Como se observa, o trecho da reportagem do jornal *Diário de Noticias* (1884) se trata de um convite para a Festividade do Divino Espírito Santo do Império Real, que estimula os frequentadores da igreja Sant'Anny da Campina, para doarem esmolas aos “infelizes irmãos” do Tucunduba cegos e aleijados. Vale destacar que a presença de pessoas com deficiência no asilo corrobora com a ideia inicial apresentada por Gondra e Schueler (2008), em que a forma educativa-asilo se constituiu como um dos primeiros espaços institucionalizados a receber pessoas com alguma deficiência, mesmo que em caráter assistencial. Essas pessoas eram duplamente estigmatizadas pela doença, bem como pela deficiência.

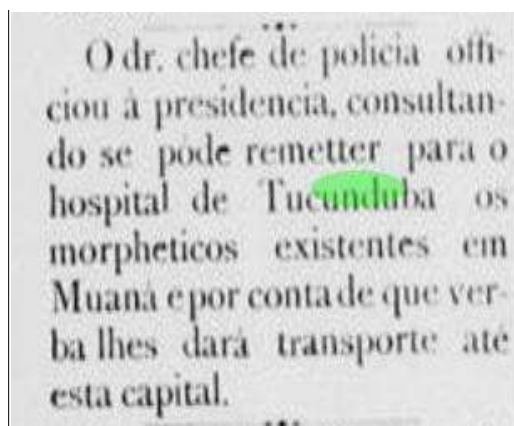
De um lado, temos uma sociedade (saúdável) que se sente ameaçada pelos “doentes”, que veem no distanciamento e isolamento a saída pelas autoridades para enfrentar essa “ameaça”.

Afugentar o doente, para garantir a segurança da coletividade, transforma-se em um projeto futuro de uma cidade limpa, vigiada e civilizada. A escrita assumiu um papel importante na tentativa de impor a ordem, esteve na tensão entre uma cidade ideal e as contradições dessa perspectiva de futuro, tal como do corpo leproso e o medo que ele provocava ao princípio de ordenamento (Gomes, 2019, p. 34).

A autora cita que cidades do Pará, como Belém, Santarém, Óbidos e Cametá, estavam tendo quadros alarmantes de crescimento da lepra. A reportagem do Jornal *Diário de Noticias* (1882) mostra que a capital paraense recebia leprosos de outros municípios. A notícia trata de

um “morphetico” que viria trazido do interior do estado (cidade de Muaná) pela polícia, para o asilo do Tucunduba em Belém:

Figura 46 – Diário de Noticias (PA) – (1881-1898), Ano 1882, Edição 00062



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Durante o levantamento da literatura sobre o asilo, não encontrei informações referentes a um processo de instrução neste espaço. Entretanto, a pesquisa de Gomes (2019) – que analisou os diários do Frei Daniel de Samarate (1876-1924), missionário italiano conhecido por ter vivido no leprosário ao contrair a doença –, apresenta, em sua tese, que conforme as anotações do Frei, os internos possuíam a visita de médicos, e lá realizavam missas, batismo, catecismo e principalmente ocorriam festas religiosas. Um fato interessante é que, mesmo sem registros de escolarização formal, Frei Daniel construiu uma biblioteca para os enfermos, sendo alimentada com livros e revistas doados aos asilados. A autora relata inclusive que, nos diários do frei Daniel, é possível encontrar uma lista de empréstimos de livros. Cita ainda que as leituras predominantes dos enfermos eram títulos de conteúdo religioso.

Considero que as práticas de escolarização do asilo já eram realizadas, mas de caráter informal ou não intencional, pois o frei realizava leituras e disponibilizava livros e momentos de leitura em um espaço construído por ele. A construção de escolas não consta nas fontes, pois acredito que, devido à omissão das autoridades em relação ao asilo, autores, como Miranda (2015), Gomes (2019) e Henrique (2012), concordam sobre o abandono do Tucunduba. Por exemplo, os internos passavam fome, eram carentes de atendimento médico e viviam sobre condições insalubres; consequentemente, devido às péssimas condições, os doentes acabam fugindo do asilo para a cidade, comercializando produtos e se misturando com a população “saudável”. O leprosário começou a se tornar um problema, e só a construção de um novo asilo bem distante da capital resolveria a ameaça da doença que se alastrava assustadoramente. A

preocupação era com o risco de contágio da classe mais abastada, e não necessariamente com as condições de vida dos leprosos que viviam no asilo.

Em 1938, o asilo do Tucunduba foi extinto. O leprosário esteve localizado no bairro do Guamá, na Rua Barão de Igarapé Mirim, próximo à passagem Alegre. Ele ficava a uns duzentos metros do Igarapé do Tucunduba, considerada área de difícil acesso na época, principalmente durante períodos de chuvas mais intensas, o que provocava alagamentos.

Outro leprosário foi inaugurado. Desta vez, as autoridades entenderam que o espaço deveria ficar o mais afastado possível do centro de Belém, e inauguraram a Colônia do Prata, em 1924, na vila Santo Antônio do Prata, no interior do município de Igarapé-Açu, distante a 110 Km de Belém. O espaço não entra nesta pesquisa, porque a sua construção data do século XX. No entanto, destaca-se que neste asilo a “utilidade” da mão de obra dos internos estava mais evidente do que no Tucunduba, pois “o regulamento da colônia, em seu primeiro parágrafo, estabelecia que deveria ser internado aquele que tivesse um estado de saúde que o permitisse trabalhar.

Nota-se que, para o Estado, os leprosos do Tucunduba haviam se transformado em peso morto na economia da província. Para tentar fazer diferente, na Colônia da Prata, existia a obrigatoriedade do trabalho, com oficinas internas, como: padaria, oficina, carpintaria, fabricação de farinha, sapataria, marcenaria, alfaiataria, jardinagem, agricultura, incinerador. Neste novo espaço, temos o que Gondra e Schueler (2008) chama de prática de controle social, combinando rudimentos de instrução com aprendizagem profissional.

Acredito que, durante muito tempo, a história da existência do asilo do Tucunduba e das práticas de isolamento das pessoas doentes e com deficiência foram omitidas e silenciadas, com o intuito de evitar o estigma que o bairro do Guamá carrega por ter nascido a partir de uma história de exclusão de pessoas doentes/deficientes e de seus familiares, que eram impedidos de retornar à cidade, devido o contato com os leprosos.

Refletir acerca dos mecanismos sociais e políticos que tenderam a colocar sujeitos em condições de isolamento, que deveriam ser alunos, nos faz questionar a estrutura da educação formal que, segundo Figueiredo (2021), responde aos desejos sociais de modificar e integrar os sujeitos, sendo a instituição escolar uma forma sistematizada de se praticar tais ações. O percurso histórico evidencia que o entendimento de que a escola se estruturou, como um instrumento para que um determinado grupo (igreja, sociedade e estado) pudesse realizar seu projeto social de instrução.

A escola, enquanto instituição moderna e cartesiana, foi criada para educar os brancos dos trópicos. Fundamentada em uma cultura científica, ela favoreceu historicamente o

desenvolvimento dos sujeitos que se assemelham ao sujeito idealizado por ela: o homem branco abastado, o que não era compatíveis com os sujeitos com deficiência encontrados nos asilos. A impossibilidade desses sujeitos da condição de ser “aluno”, durante anos e séculos, provocou ou provoca experiências de fracasso escolar e de barreiras atitudinais provenientes de um sistema educacional que não foi idealizado para favorecer sua escolarização e ainda apresenta estigmas sobre a possibilidade de educabilidade deles.

6.2.2 Asilo da Mendicidade (ações educativas informais)

O intendente Antônio Lemos (1843-1913) foi um dos governantes que mais se preocupou em retirar as pessoas com deficiência dos espaços públicos. Presente na memória da população paraense quando se refere aos “bons tempos” da cidade de Belém. Lemos governou Belém entre 1897 e 1910, e foi o responsável pela criação do Asilo e leis que proibiam exercer a mendicância na cidade. A imagem abaixo mostra o intendente que governou Belém por quase 14 anos.

Figura 47 – Intendente Antônio José de Lemos



Fonte: Memórias do “velho” intendente: Antônio Lemos (Sarges, 1998).

Lemos sempre registrava suas ações em seus relatórios como afirma Miranda (2015). Ele se esforçava para registrar tudo, e um dos meios pelos quais o fazia eram os imponentes relatórios dirigidos ao Conselho Municipal em luxuosas brochuras, que visavam propagandear suas obras administrativas. Inclusive, foi responsável pela criação do Asilo da Mendicidade,

espaço reservado para receber em suas palavras “os inválidos de toda espécie, os paralyticos, os estropiados, os cegos”. (Lemos, 1897, p. 231).

Figura 48 – Asilo da Mendicidade



Fonte: Memórias do “velho” intendente: Antônio Lemos (Sarges, 1998).

Preocupado com a salubridade urbana, Antônio Lemos tratou praças, parques e jardins em Belém (Miranda, 2015) e proibiu a atividade da mendicância na cidade. Conforme o trecho de seu relatório (1897-1902): “Fica proibido nesta cidade esmolar convidade pública nas ruas, praças, egrejas e edifícios públicos ou privados, sendo recolhido ao referido hospício todo aquele que for encontrado naquele exercício” (Lemos, 1897, p. 230). Neste trecho do relatório, Lemos justifica a criação do asilo:

A mendicancia em Belém era, até áquella data, uma profissão rendosa: passou a ser um tremendo flagelo, para os pedintes famintos e para a população perseguida. Em tal emergencia, uma edilidade bem orientada e patriotica certo não devêra hesitar. O conselho municipal de Belém foi presto e energico em sua deliberação, tomando todas as medidas consetaneas com os recursos da Intendencia e com as imposições da civilização. Com effeito, a Lei nº 238, de 3 de julho de 1899, creava n’esta capital um hospicio de mendicidade e dava as devidas providencias para a sua perfeita realização (Lemos, 1897, p. 230).

O asilo foi criado com vistas a retirar pedintes, enfermos e pessoas com deficiência das ruas da província. O asilo diferente do Tucunduba já dividia os alunos por classes, e os denominava como discentes. Dividia-os por idade, recebendo alunos partir de 4 até os 11 anos de idade.

[...] asylados, sendo nacionais e estrangeiros. Frequentaram a 1ª classe: 14, a 2ª classe: 32; a 3ª 18; a 4ª 24. Quanto a idade, o corpo discente do Orphanato divide-se assim: -de 4 a 7 anos; 23; de 7 a 11 anos (Pará, 1903, 219).

Aqui já se percebe uma organização dos asilados, na mesma organização de uma escola moderna. Em uma reportagem do jornal *O Liberal do Pará* (1880), edição: 00107, mostrava-se uma sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 06 de abril de 1880, que entrava na ordem do dia o projeto n. 4331 (Asylo da Mendicidade) e ocorre uma discussão

entre os deputados sobre a sua criação, questionando para o que deveria servir. A discussão se deu entre os deputados Sr. Pará-Assú, Sr. Americo e Sr. Justo Chermont.

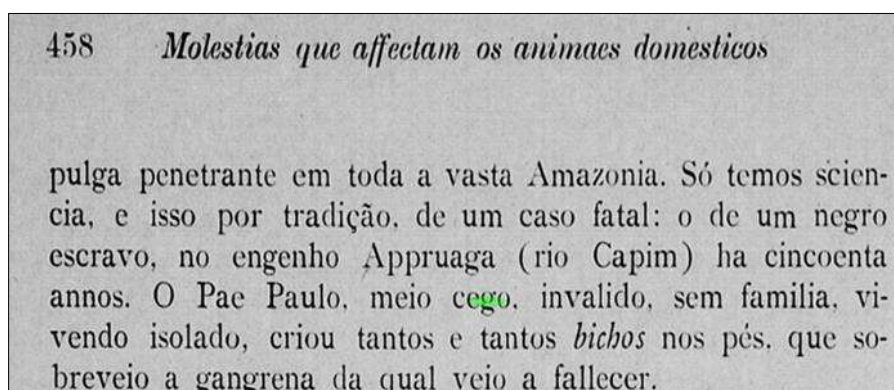
Sr. Justo Chermont: E' como considera um asylo de mendicidade, uma casa de trabalho, e está certo que também assim o considera o nobre deputado, o sr. dr. Pará-assú. Prefere sempre, deseja muito mais que, em vez de crear um asylo de mendicidade, que se póde transformar em casa de vadios, se augmentasse ainda mais o numero dos educandos do instituto, e se creassem ahi mais algumas officinas, porque só aquelle póde diminuir a mendicidade, porque só estas podem fazer do ocioso um homem trabalhador, officinas de trabalho, o trabalho livre, que sempre enobrece.

Pará-Assú: (...) não se póde porém deixar de notar, em contradicção, que um asylo de mendigos **nunca deve admitir em seu seio crianças, embora pobres porque para estas ha as escolas e os institutos**, nem tão pouco todas as pessoas desfavorecidas da fortuna, pois esta expressão compreende todas as pessoas que não são ricas, mesmo as pessoas pobres e que podem trabalhar (Jornal O Liberal, 1880. grifo nosso).

Segundo Miranda (2015), em 1872, houve uma progressão de crescimento demográfico até 1920. A população de Belém aproximadamente quadruplicou no intervalo de 48 anos. Logo, a capital foi assolada por epidemias que dizimaram grande parte da população. Combater essa insalubridade era o objetivo fundamental no projeto de embelezamento da cidade. O relatório apresentado por Antônio Lemos (1897) ao Conselho Municipal mostra que foram registrados 1.736 óbitos causados por febre amarela, tuberculose, varíola, beribéri, hanseníase e enterite infantil na cidade. Tudo isso acarretava a necessidade de retirar esses indivíduos das ruas, já que eram vistos como transmissores de doença, fato passível de observação na seguinte reportagem cujo título é “Molestias que affectam os animaes domésticos”:

pulga penetrante em toda a vasta Amazonia. Só temos sciencia, e isso por tradição, de um caso fatal: o de um negro escravo, no engenho Appruaga (rio Capim) ha cincoenta annos. O Pae Paulo, meio cego, invalido, sem familia, vivendo isolado, criou tantos e tantos bichos nos pés, que sobreveio a gangrena da qual veio a falecer (Folha do Norte, 1896, p. 205).

Figura 49 – Folha do Norte (1896)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br>>.

Faz hoje um anno que, bondoso e caritativo, **comovido ante o infortúnio de tantos pobres aleijados e inutilizados para o trabalho** [...] (Pará, 1903, p. 219, grifo nosso)

Restam no asylo os inválidos de toda espécie, os paralyticos, os estropiados, os cegos (Pará, 1987, p. 231, grifo nosso).

Para Gondra e Schueler (2008), a construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional. Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo. Entre tais instituições, os asilos e internatos para as infâncias adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias localidades do país, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos).

A forma de educação asilar se constituiu como uma das estratégias desenvolvidas para lidar com essa diversidade de sujeitos, pois, no correr dos séculos XIX e XX, houve a criação de internatos voltados para o atendimento da gente da “boa sociedade”, especialmente os colégios destinados às elites políticas e culturais, mas também para religiosos, crianças, idosos, desvalidos, mendigos, abandonados, infratores, alcoólatras, dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, crianças portadoras de necessidades especiais e até mesmo para a formação de professores, como indica Rizzini (2004). A criação do modelo asilar vem sendo objeto de longas controvérsias, cujo legado chega aos dias atuais.

Ao analisar os relatórios do Município de Belém, escritos por Antônio Lemos (Intendente de Belém entre 1897 e 1911). No documento encontrado no acervo de Obras Raras na Fundação Cultural do Pará, verifica-se que o administrador municipal tratava nos relatórios sobre a criação do Asylo da Mendicidade e trazia a ideia de que a criação do espaço teria o intuito de retirar os inválidos da ociosidade, conforme alguns trechos:

Desde a data da inauguração do hospício fica prohibido, n’esta cidade, esmolar á caridade publica nas ruas, praças, egrejas e edifícios publicos ou privados, sendo recolhido ao referido hospício todo aquele que fôr encontrado n’aquele exercício (Pará, 1897, p. 230).

Restam os inválidos de toda espécie, os paralyticos, os estropiados, os cegos (Pará, 1987, p. 231).

De facto, o asylo de mendiciocidade, é [...], que especulavam nos logares mais públicos, exhibindo pretensos defeitos physicos (Pará, 1903, p. 210).

Faz hoje um anno que, bondoso e caritativo, comovido ante o infortúnio de tantos pobres aleijados e inutilizados para o trabalho [...] (Pará, 1903, p. 219).

As práticas de saúde, em convergência entre o ensino religioso e a sociedade, favoreceram às experiências de asilamento, como forma de atender ao incômodo e pânico que as doenças e deficiências representavam, levando a segregação dessas pessoas. Os pretextos para a segregação eram vários, desde a ideia de contágio e risco para os demais, a incapacidade para o trabalho até o incômodo causado. Os espaços asilares ora acolheram os leprosos, ora o louco “alienado”, ora o deficiente físico, segundo a importância de cada um, na época.

A construção desses espaços físicos, que foram legitimados, serviu a uma elite que exerceu controle sobre o corpo do outro. Durante o século dezenove, as palavras “asilamento” e “exclusão” caminharam juntas, em um modelo que é segregador, e que ainda hoje faz parte do imaginário social, contido no processo de sua institucionalização. O mais significativo é que esta segregação não significou tratamento, cura, e muito menos cuidado.

6.2.3 Colégio Nossa Senhora do Amparo (Instituto Gentil Bittencourt) e Instituto Paraense de Educandos Artífices- Lauro Sodré (práticas educativas formais)

Para além do modo asilar, as pessoas com deficiência frequentaram os institutos de instrução profissional ao final do século dezenove. A instrução pública ganha força, por meio da criação de novas instituições de ensino. Dentre elas, estão as destinadas ao Ensino Primário (integral e elementar) e o Secundário (profissional ou técnico). Havia dois espaços de instrução profissional ao final do século XIX no Pará: o Colégio Nossa Senhora do Amparo (1804) que se tornou posteriormente Instituto Gentil Bittencourt e o Instituto Paraense de Educandos Artífices que passa a se chamar Lauro Sodré.

As fontes históricas indicam que alunos, antes pertencentes aos asilos da mendicância, são enviados para ambos os institutos para receber instrução profissional, que era destinada para alunos do sexo feminino e masculino. Apresento o trecho do esboço histórico do Instituto Gentil Bittencourt, que mostra a evolução do número de alunos nos espaços de instrução profissional.

Tabela 4 – Trecho do Esboço histórico do Instituto Gentil Bittencourt (1906, p. 12)

Instrução Profissional	1927	1928
Instituto Gentil Bittencourt	141	175
Lauro Sodré	300	300
Pensionato do Instituto Gentil Bittencourt	134	161
Total	575	636

Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna.

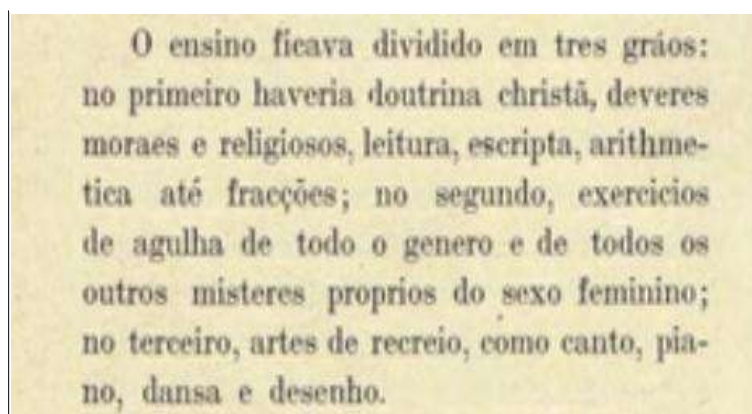
A tabela mostra o número de alunos matriculados em cada um dos institutos, nos anos em destaque. Ambos iniciam suas atividades durante o século XIX. O Instituto Gentil

Bittencourt foi inicialmente chamado de Colégio Nossa Senhora do Amparo, primeiro colégio exclusivo para a formação apenas de mulheres, fundado em 10 de junho de 1804, pelo 7º Bispo do Pará Dom Manoel de Almeida Carvalho.

Todo o percurso histórico do Colégio, que posteriormente passa a ser chamado de Instituto Gentil Bittencourt, detalhado aqui, pode ser encontrado no livro intitulado *Instituto Gentil Bittencourt: o esboço histórico*, disponível na biblioteca pública Arthur Vianna, no acervo de Obras Raras. O Instituto inicia suas atividades através do bispo D. Manoel de Almeida Carvalho em 1794, quando resolve trazer das viagens pastorais ao interior do estado algumas meninas indígenas, cuja educação havia resolvido fazer. Na capital, resolveu estabelecer um Asylo para abrigá-las, recorrendo para esse fim àquele mesmo recurso das esmolas, já tantas vezes usado por D. Frei Caetano (o mesmo bispo que fundou o Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres Afflictos).

O Colégio Nossa Senhora do Amparo surgiu para receber e amparar crianças órfãs do sexo feminino dando-lhes boa alimentação, vestuário e instrução, assim como servindo de asilo para elas, as quais igualmente as instruía. Além das matérias que constituem o ensino primário, elas aprendiam trabalhos domésticos, trabalhos de agulha e bordados, música, canto, piano e desenho, e recebem uma educação profissional nas oficinas de flores artificiais, de tecidos e de tipografia. Conforme a figura do Esboço histórico do Instituto, apresentada abaixo:

Figura 50 – Trecho do Esboço histórico do Instituto Gentil Bittencourt (1906, p. 12)



Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna.

[...] o asylo tinha por fim a subsistência, educação e instrucção das orphãs desvalidas, garantindo-lhes a instrucção primaria, ensino de costuras bordados, rendas; e musica, língua franceza e desenho, logo que houvesse professores idoneos. A admissão das desvalidas seria privativa do governo; as orfãs sob tutela das camaras minucipaes pagariam 80\$000 reis annuaes, e as pensionistas 150\$000 reis, tambem annuaes (Vianna, 1906, p. 10).

Ao assumir o governo do Estado, em 1 de fevereiro de 1897, o Dr. José Paes de Carvalho decretou a mudança da denominação Collegio de Nossa Senhora do Amparo para a de Instituto Gentil Bittencourt, ato que declarou ser uma homenagem ao Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, pelos serviços prestados à causa pública no cargo de vice-governador. O edifício passou por várias reformas, tornando-se um belo palácio, grande e majestoso, sobretudo higiênico, dizia a descrição técnica do espaço.

Em 1905, o Colégio foi entregue à Congregação das Filhas de Sant`Anna que até hoje mantém a administração da instituição, sendo um dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais do estado do Pará. O Colégio é uma instituição privada, que em 1972 passou a atender meninos e meninas, e o governo do Estado do Pará, até aos dias atuais, cede o imóvel para a congregação por meio de contrato com tempo determinado.

Já o Lauro Sodré foi inicialmente conhecido como Instituto Paraense de Educandos Artífices, surgindo a partir da idealização do presidente da província Dr. João Alfredo Correa de Oliveira, entre os anos 1870 e 1871. Segundo Miranda e Damasceno (2024), o Instituto Paraense de Educandos Artífices, criado para conferir educação teórica e prática para meninos em situação de extrema pobreza, realizou inicialmente aulas primárias de letras e rudimentos em geometria prática, além do ensino profissional em marcenaria, carpintaria, funilaria, ferraria e serralheria e, anos depois, aulas de música e desenho.

Em 1872, o governo baixava a portaria que regulamentava a instituição, mas o espaço apresentava obstáculos em sua administração. Através do decreto de 27 de março de 1894, o governo reformou o instituto, ampliando os estudos teóricos e profissionais, e, em seguida, iniciaram-se as obras do novo edifício, localizado no Marco da Légua, na época Avenida Tito Franco, hoje denominada de Avenida Almirante Barroso.

No governo de Paes de Carvalho, por meio do decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, o Instituto Paraense de Educandos Artífices passa a se chamar instituto Lauro Sodré em homenagem ao seu antecessor, tendo as obras concluídas em 1899. Sobre a instrução, destaca-se:

O instituto instruiu o ensino primário acompanhado da formação para ofícios como carpina, ferreiro, caldeireiro, sapateiro, estucador e pintor de casas, tipógrafo, impressor, encadernador, litógrafo, ourives, funileiro e alfaiate. Tudo o que era produzido na instituição era utilizado pelos alunos ou vendido ao governo para ser utilizado em outras instituições, fato que fez com que o Instituto Lauro Sodré ganhasse destaque entre outras tantas instituições (Miranda; Damasceno, 2024, p. 36).

Ambos os institutos ficaram reconhecidos pela sua excelência na instrução profissional, recebendo alunos principalmente do asilo da mendicidade.

Em consequencia de accôrdo feito com a Intendencia Municipal de Belem, fôram recolhidos educandos que o municipio mantinha no Asylo de Mendicidade, as meninas e os meninos, respectivamente ao Instituto Gentil Bitencourt e ao Instituto Lauro Sodré, aquellas em numero de 50 e estes em numero de 31, o que eleva os alumnos do primeiro estabelecimento a 210 e os do segundo a 192 (Relatório apresentado ao Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro, 1907, p. 57).

Figura 51 – Trecho do Relatório apresentado ao Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro, 1907



Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna.

Abri uma exceção no recorte temporal deste texto para esclarecer que o instituto Lauro Sodré, foi uma das escolas que mais se destacaram ao longo do século dezenove e continuou se destacando ao longo do século XX, pois recebeu em suas dependências, em 1952, a inserção dos primeiros alunos cegos no ensino secundário, abrigando, em seus espaços anexos, o primeiro instituto para estudantes cegos. A Escola de Cegos do Pará foi criada em 1953. Segundo Bentes (2015, p. 08), a origem do instituto surgiu a partir de um curso realizado no período de agosto a novembro de 1953 no Instituto Benjamim Constant no Estado da Guanabara. O Instituto posteriormente adquiriu prédio próprio, mas a Escola Lauro Sodré sempre será lembrada por inaugurar as primeiras fagulhas da integração, marcando a convivência entre pessoas com e sem deficiência.

Além da Escola de Cegos (que posteriormente passou a se chamar Instituto Álvares de Azevedo), a escola Lauro Sodré abrigou anos depois em 1979, em seus anexos, a Unidade Técnica de Habilitação Profissional Yolanda Martins e Silva, que foi criada com a intenção de

preparar as pessoas com deficiência para o mercado de trabalho, oferecendo treinamento e colocação profissional para alunos com deficiência mental (Vieira, 2010, p. 50).

Destaco algumas questões para reflexão sobre a instrução pública no Pará do século XIX. Apesar de termos a mudança do regime político em 1889, e a república apresentar a característica de priorizar a instrução, quais foram os limites de sua efetivação junto à população com deficiência? Nos documentos investigados, observa-se que a população paraense possuía acesso as informações da Europa e de âmbito nacional, e mesmo assim houve uma imensa dissonância entre os discursos e as ações efetivas para consolidar a instrução para as pessoas com deficiência.

Percebe-se que, de maneira geral, as elites não se mostraram empenhadas na difusão da instrução, manifestavam proposições integradas ao discurso, de realizar a higiene da cidade, e a retirada de tudo que não fosse “agradável” dos espaços públicos. Por mais que os relatórios dos governantes mostrassem a previsão de gastos para a educação e o registro da precariedade do estado de forma geral com a instrução. No entanto, a estrutura governamental e os valores depositados para caridade e assistência, tecidas pelas próprias elites contribuíram muito pouco para a efetivação e o avanço de qualquer debate ou proposição sobre o assunto.

Acrescido a esses fatores, questões como a amplitude do Estado do Pará, a inconsistência da população com deficiência e a precária infraestrutura (de estradas e transportes), pode ter dificultado a abertura de novas formas educativas. Outro ponto que pode ter contribuído para a escassez de formas educativas, foi a pobreza, a indiferença quanto à importância da instrução, a dificuldade com a formação de novos professores e seus métodos. Observa-se, que os mecanismos de exclusão há muito estiveram presentes na história da escola brasileira e paraense.

Por fim, o questionamento sobre as formas de educar pessoas com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais percorrem caminhos diferentes ao longo do século XIX, evidenciando que – enquanto as pessoas com impedimentos físicos ou intelectuais passaram grande parte do século XIX sendo relegadas, e essa diferença de tratamento – podemos afirmar que foi um movimento que se originou no século XIX, e dita até os dias atuais as práticas sustentadas pelo discurso do contágio e do incômodo, o que estabelece a necessidade de transformação das formas de educar e dos estigmas destinados a esses alunos. Diferentemente das primeiras, as deficiências sensoriais apesar de não possuir espaços próprios para instrução no Pará, já estavam nos projetos e nas intenções das grandes forças que atuavam no século dezenove.

7 CONCLUSÃO

A presente tese consistiu em analisar as Formas Educativas destinadas às pessoas com deficiência durante o século XIX no Pará, na perspectiva da história social, tendo como propósito responder a seguinte pergunta: “As pessoas com deficiência receberam que formas educativas no Pará do século XIX?”. Para responder a indagação inicial, demos atenção à influência dos debates internacionais, nacionais e locais acerca das formas educativas destinadas às pessoas com deficiência, no sentido de compreender como o contexto dos debates influenciaram o que ocorreu na província e se foram determinantes para a constituição dos primeiros espaços destinados ao atendimento das pessoas com deficiência.

Esse movimento mostrou que as primeiras formas educativas internacionais destinadas às pessoas com deficiência tiveram na Europa suas primeiras fagulhas, e que acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos anteriormente e durante o século XIX foram decisivos para a mudança de entendimento e a lenta ruptura da ideia de doença que esteve presente na forma de tratar essas pessoas. Nesse contexto, chamou atenção o fato das primeiras iniciativas internacionais terem como precursores principalmente médicos e padres, a depender da deficiência, dando margem para outros grupos sistematizados que iniciam o processo de educação de pessoas com deficiência para além de professores.

De forma geral, o contexto internacional influencia o nacional de várias formas, a influência direta ocorreu com a criação de um dos primeiros espaços destinados à educação de pessoas com deficiência no Brasil, ter sido projetado através de acordos entre estudiosos europeus e o governo brasileiro, e de forma indireta, através de padrões culturais observados no âmbito internacional e reproduzido no contexto nacional e local.

Com esse balizamento, procurei também discorrer sobre as forças educativas que estiveram presentes na criação e na implementação de espaços educativos para atender às diversas necessidades educativas das pessoas com deficiência; dentre elas: destaca-se o Estado, a Sociedade Civil e a Igreja. Por várias razões apontadas nesta investigação, chegou-se à constatação de que o Estado e a Sociedade Civil apresentaram ações de viés voltado à higiene social, diferentemente do papel da Igreja, a qual apresentou projetos e intenções claras quanto à escolarização desses sujeitos, mesmo que as intenções estivessem relacionadas a mudar sua imagem perante a sociedade e o controle social desses indivíduos. As fontes históricas nos levam a afirmar que a igreja criou um projeto de uma escola para surdos-mudos no Pará, demonstrando interesse em manter e administrar este espaço durante o século dezenove, fato que foi defendido pelo bispo Dom Macedo Costa nos jornais paraenses.

Um outro movimento foi demarcar as formas educativas existentes no Pará e analisá-las, e a conclusão é que as primeiras modalidades de intervenção para pessoas com deficiência no curso da história desta província, não ocorreu em escolas elementares de primeiras letras, mas principalmente em internatos, orfanatos, asilos, leprosários, hospícios e através de iniciativas particulares. E a condução da instrução por forças educativas díspares (Estado, Sociedade civil e igreja), engendrou a visão da escola atual de remeter a Educação do “público-alvo” aos profissionais da Educação Especial e aos espaços de atendimento dentro das escolas, como se fossem uma espécie de sistema paralelo, desassociado do ensino comum.

O conceito de aluno que vai sendo criado no século XIX possui sua ênfase em dois paradigmas: o primeiro é a relação estabelecida com as pessoas com impedimentos intelectuais e mentais, cuja concepção de ciência psicológica e do desenvolvimento positivista, influenciou a forma como as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas não havendo uma preocupação em atender suas necessidades de instrução, devido fatores como: a deficiência como fator sobrenatural, conceito de idiotismo, deficiência percebida como doença, eugenismo e marginalização contra esses indivíduos. O resultado está associado à construção do aluno atual, cujos impedimentos de ordem intelectual e mental – que tiveram acesso às formas educativas de caráter asilar e de controle social (com forte influência dos médicos e psicólogos, através de iniciativas de caráter médico-pedagógicas) –, ainda hoje são o foco de interesse desses profissionais, com um viés puramente clínico e cujas atribuições se misturam com as atribuições da escola.

E o segundo, que é pensado para os indivíduos com impedimentos sensoriais, onde a educação foi projetada em uma cultura forjada nas instituições escolares – espaços estes que, mesmo caminhando no âmbito pedagógico, a cultura dessa escolarização sintetiza aspectos relacionados ao cuidado, à vigilância e aos serviços religiosos. A grande questão que se coloca é que, quando a escolaridade alcança todos, e esses indivíduos se fundem e são sintetizados na escola contemporânea, o resultado são grandes contradições e ambivalências nos espaços escolares.

Faz-se necessário perceber que a invenção da forma de educar indivíduos com deficiência demonstrou uma relação que propunha de um lado controle social e de outro instrução/filantropia. Ao observar isso, é possível perceber que fez parte de um projeto social mais amplo, que possuiu interesses claros e foi planejado para aquele momento. Desta maneira, é possível vislumbrar que a segregação e exclusão não foi responsabilidade dos sujeitos que experimentaram e, tampouco, dos espaços de atendimento ou formas educativas (asilos, internatos, hospícios, orfanatos) e seus agentes, que foram profissionais moldados por um

projeto social que se fez excludente. A forma como ocorreu a “invenção da escola” para esses sujeitos, como fenômeno complexo é de responsabilidade da sociedade como um todo: suas formas de operar, suas ideologias e políticas públicas.

Assim, entendo que esta pesquisa contribuiu para revelar a importância de perceber que as formas educativas que iniciam no século XIX no estado do Pará, ou seja, os espaços onde a educação acontecia como hospícios, internatos e asilos não desempenham mais o papel que antes faziam, mas as forças educativas que atuavam sobre a educação da pessoa com deficiência estão mais vivas do que nunca, uma vez que, o estado continua utilizando mecanismos para transferir parte da responsabilidade pela Educação Pública para a sociedade civil, bem como, para a assistência da igreja, por meio de voluntariado e parcerias. Isso se manifesta no envolvimento, por exemplo das APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) que são organizações não governamentais (ONGs) sem fins lucrativos, que promovem atendimento a pessoas com deficiência visando promover seu bem-estar, cumprindo uma função social que é do Estado.

O mesmo é evidenciado na ação da igreja católica que inicia sua influência ainda durante o século XIX na Europa, atuando fortemente na Educação de surdos, onde promovia uma educação sistematizada, com propagação de valores, princípios e conhecimento religioso. O modelo europeu repercutiu nos jornais paraenses, o que levou os membros da igreja local a se concentrar também na educação de surdos, fato este, que em pleno século XXI ainda é notado- instituições especializadas para pessoas surdas, cuja administração é realizada por associações religiosas, sem fins lucrativos, que prestam educação para esses indivíduos.

A interferência da igreja católica nesta modalidade de ensino -educação especial, parece não ser questionada mesmo o Brasil sendo um país laico, cujas políticas públicas estabelecem que a educação não deve tomar partido por nenhuma religião, e que garante ao cidadão o direito a liberdade de culto e expressão religiosa, garantindo à diversidade religiosa.

Concluindo afirmando que a Educação das pessoas com deficiência (desde o século dezenove) vem ocorrendo como uma espécie de “gestão compartilhada”, essa flexibilização onde outras instituições assumem o papel do Estado, permanece como prioridade dos governos que necessitam reduzir gastos, repassando a educação para a responsabilidade social da comunidade, a partir de iniciativas voluntárias individuais, coletivas ou até mesmo empresariais. Nesse contexto, o papel da sociedade e da igreja, passa a ser ressignificado pelo estado, remetendo o que seria um direito a uma ideia de filantropia, fato que nitidamente tem início no século XIX.

Por fim, para chegar à tese desta pesquisa foi necessário entender que ao dar início ao processo de “invenção da escola”, na província paraense durante o século XIX, os governantes não possuíam um projeto educacional idealizado exclusivo para a educação de pessoas com deficiência, no entanto, os enlaces entre o estado, a igreja católica e a sociedade, contribuiu para que as forças educativas, encabeçassem o papel de controlar alguns e educar outros. Todas as reflexões feitas aqui, ajudou-me a chegar a seguinte tese: Existiram formas educativas destinadas à atenção de pessoas com deficiência no Pará durante o século XIX, mesmo que não tivessem como objetivo central a escolarização desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcela Alves de. **História da educação especial no Brasil**: discursos presentes na criação e constituição dos primeiros institutos. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, 2017.
- ALBUQUERQUE, Maria B. B; BARBOSA, Rafael Grigório R. A Religião como educação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, vol. 21, n. 1, p. 127-137, 2016. DOI: 10.24220/2318-0870v21n1a2762. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5720/572061624010/html/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- ALMANAK LAEMMERT. **Coleção em microfilme Almanak Laemmert, 1844-1889**. Disponível em: <<https://catalog.crl.edu/Record/8d1be83d-fbb8-5bce-8573-9d3319c08037>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- ALMANAK DO AMIGO DOS SURDOS-MUDOS. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro e & C., 1888. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706400&pagfis=1>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- ALVES, Joseane Duarte Ouro; MOLJO, Carina Berta. Apontamentos Acerca da Gestão da Criminalização da Questão Social: o cenário contemporâneo brasileiro. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 267–281, 2015. DOI: 10.15448/1677-9509.2015.2.18311. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/18311>>. Acesso: 20 jul. 2018.
- AMÂNCIO, Silvia Maria; PRIORI, Ângelo; IPÓLITO, Verônica Karina. Documentos: a ampliação dos materiais de pesquisa utilizados pela historiografia. In: PRIORI, Ângelo (org.). **Introdução aos estudos Históricos**. Maringá: Eduem, 2010.
- AMARAL, L. **A Deficiência, vida e arte**. 1998. Tese (Livre-docência em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Blucher, 2022.
- AMARAL, George. A categoria trabalho em Marx: alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 6, 2014, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/a_categoria_georgea.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Corpo desviante: olhar perplexo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 245-268, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Sociedade x deficiência. **Integração**, Brasília, v. 4, n. 9, p. 8-10, 1992. Acesso em: 18 jan. 2025.
- ANDRÉ, Marli. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, S. M. D. de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil: A história do instituto Benjamin Constant**. 1993. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1993.

ARAÚJO, Claudia Lysia de Oliveira; SOUZA, Luciana Aparecida de; FARO, Ana Cristina Mancussi e. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE)**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 250–262, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.abennacional.org.br/here/article/view/214>>. Acesso em: 6 fev. 2024.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSIS, R. M. de; OLIVEIRA, C. R. de; Lourenço, E. A criança anormal e as propostas de educação escolar na imprensa mineira (1930-1940). **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250011>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/C9LXZdfnD6kqF3RsN7s8RWp/?lang=pt>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BARBOSA, Esther Augusta Nunes. **A Revista Infância Excepcional (1933-1979): Uma contribuição para a história da Educação Especial**. 2019. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

BARBOSA, Mário Médice. Entre a filha enjeitada e o Paraensismo: As narrativas das identidades Regionais na Amazônia Paraense. Doutorado em História Social. São Paulo, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 1977. Edições, 70, n. 225.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2011. Edições 70.

BARROS, Fernando Antônio F. Os desequilíbrios Regionais da Produção Técnico-Científica. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 12–19, jul. 2000. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000300004>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/5M93h4T63wkpBJCNCfXyM9x/?lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, [S. l.], v. 11, n. 02, p. 03–26, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BARROS, José D'Assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História**, Ouro Preto, v. 15, n. 14-15, p. 235-256, 2005. Disponível em:

<<https://lph.ichs.ufop.br/publications/lph-revista-de-hist%C3%B3ria-volume15-2005-%E2%80%A2-departamento-de-hist%C3%B3ria-ufop>>. Acesso em: 23 set. 2023.

BASTOS, E.; SERPA, L.; SILVA, M.; LOPES, A. Guia de Fontes de Documentação para a História da Educação na Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 72, n. 172, 1 dez. 1991. DOI: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.72i172.1283>>. Disponível em: <<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1070>>. Acesso em: 23 set. 2023.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

BATISTA, Getsemane de Freitas. **O Centro Nacional de Educação Especial e o Atendimento aos “Excepcionais”**: Antecedentes, atores e ações institucionais (1950-1979). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu/Seropédica, RJ, 2019.

BAUTHENEY, K. **Transtornos de aprendizagem: quando “ir mal na escola” torna-se um problema médico e/ou psicológico**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2011.

BASSANEZI, Carla S. B. E. P. Thompson e a história. **Temáticas**, Campinas, SP: v. 2, n. 3, p. 83-108, 1994. DOI: <10.20396/tematicas.v2i3.11719>. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11719>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação Especial 1977/1979**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral, Centro Nacional de Educação Especial, 1979.

BRASIL. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império José Antônio Saraiva**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

BELL, Alexandre Graham. **Memoir upon the Formation of a Deaf Variety of the Human Race**. Washington, DC: The National Academies Press, nov. 13, 1883. DOI: <<https://doi.org/10.17226/27456>>. Disponível em: <<https://nap.nationalacademies.org/catalog/27456/memoir-upon-the-formation-of-a-deaf-variety-of-the>>. Acesso em: 23 set. 2023.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: EDUFPA, 2004.

BELTRÃO, Jane Felipe; MIRANDA, Cybelle Salvador; HENRIQUE, Márcio Couto. **Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: bens edificados e acervos – patrimônio de/ em saúde em Belém-Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. CD-ROM. Relatório final da pesquisa. Inédito.

BENTES, J. A. **Formas do trabalho docente em duas escolas especiais de surdos**: estudos históricos e de representações sociais. 2010. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BENVENUTO, Andrea. Préface. Le Sourd émancipé? In: MOTTEZ, Bernard. **Les Sourds existent-ils?** Textes réunis et présentés par Andrea Benvenuto. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 13-27.

BENTES, José Anchieta de Oliveira. Formas do trabalho docente em duas escolas especiais para surdos: Estudos históricos e de representações sociais. Tese (Doutorado), 2010. UERJ/RJ.

BENTES J. A.; HAYASHI M. C. Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 851–874, out. 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216744>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qQBcznjw9WRBBkKWYr65Sss/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina P. I. **Normalidade e Disnormalidade**: formas do trabalho docente na educação de surdos. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. **Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, FFCH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Salvador, 2010, p. 150-151.

BEZERRA, Giovani Ferreira; FURTADO, Alessandra Cristina. A produção sobre História da Educação Especial nos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs): um lugar em construção. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-28, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698156559>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/FByz44MPPr9cfx6XhQyBhdv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 set. 2023.

BEZERRA, Giovani Ferreira; FURTADO, Alessandra Cristina. Educação de excepcionais no periódico mensagem da APAE (1963-1973): uma pedagogia para a modelagem e ajustamento social. **Educação em revisra**, Belo Horizonte, v. 36, e222581, ago. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698222581>>. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100251&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BEZERRA, G. F.; FURTADO, A. C. Formação de profissionais especializados para educação de excepcionais: proposições e representações a partir do impresso periódico Mensagem da APAE (1963-1973). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 24, e88388, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/88388>>. Acesso em: 6 fev. 2024.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva.

Revista brasileira de educação especial, Marília, v. 24, n. espe, p. 69-84, out. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.1590/s1413-65382418000400006>>.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500069&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. 2023.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SIEMS, Maria Edith Romano. Fontes do conhecimento histórico em Educação e Educação Especial: entre a tradição e a renovação. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-26, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.5902/1984686X53212>>.

Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288060/html/>>. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia para o Controle da hanseníase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseníase.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

BRADDOCK, D. L.; Parish, S. L. An institutional history of disability. In: Albrecht, G. L.; Seelman, K. D.; Bury, M. (Eds.). *Handbook of disability studies*. Thousand Oaks: Sage, 2001. p. 11-68.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. EDUC-Editora da PUC-SP, 1993.

BUENO, J. G. S. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, M. C. de. **História social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**, Campinas: Alínea, 2009.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: II: da Enciclopédia à Wikipédia**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BUTON, François. **Les Corps saisis par l'État: l'éducation des sourds-muets et des aveugles au XIXe siècle: contribution à la socio-histoire de l'État, 1789-1885**. 2009. Tese (Doutorado em História Moderna). Paris: EHESS: 2009.

CALADO, S. dos S; FERREIRA, S. C dos R. **Análise de Documentos: método de recolha e análise de dados**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, n. spe-2, p. 71–92, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.37229>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjjd3FLxpJ/?lang=pt>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CAMPOS, G. de A.; SILVA, F. M. S. P. da. Polícia e Segurança: o Controle Social Brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 208–222, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000213541>>. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Y7jYH3JFyjmGczgQkmTdMtf/?lang=pt>>. Acesso em: 24 set. 2024.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611–614, set. 2004. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CANÁRIO, Rui. **O que é a escola?** Um olhar sociológico. Porto: Porto Editora, 2005.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da Educação Especial:** em busca de um espaço na história da educação brasileira. UNESP/Bauru, 1995.

CARDOSO, F. L. de M.; MARTÍNEZ, S. A. A Campanha Nacional de Educação dos Cegos: uma leitura a partir da imprensa jornalística dos anos 1960 e 1970. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e051, 18 abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/43372>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CARDOSO, F. L. de M.; MARTÍNEZ, S. A. História e historiografia da educação especial brasileira: um balanço da produção em artigos científicos (2015-2020). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 26, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/113783>>. Acesso em: 28 set. 2023.

CARMELLO NETO, Artur. **O olhar dos professores sobre adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual:** uma ação de formação continuada na escola. 2019. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.

CARVALHO, C. N. da S. & MORAES, M. de F. P. (2002). O processo de inclusão de crianças especiais. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA, Belém.

CARVALHO, Paulo Vaz de. **A herança do Abade de L'Épée na viragem do século XVIII para o século XIX.** Lisboa: The Factory, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, C. H. de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], n. 6, (jan./dez. 2007), p. 51-69, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/273>>. Acesso em: 28 set. 2023.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina.** Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CASADO, Carla de Cássia Carvalho. **Interações e relações de amizade: um estudo longitudinal no contexto de uma escola inclusiva.** 2012. 277 f. Tese (Doutorado) –

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10140>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachín. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. **Ciência em tela**. v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/volume7/2/divulgacao_e_espacos_nao_formais.html>. Acesso em: 28 set. 2024.

CASTEL, Robert; ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro, Graal, Monografia em Português, 1991.

CASSEMIRO, Maria de Fátima Pio; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Formação de Professores para a Educação Especial - Propostas de Helena Antipoff e seus Colaboradores na Fazenda do Rosário nos Anos de 1960. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 337–354, abr. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/s1413-653825190002000010>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/mk8zxHgF5vFgHLPRyC4wWNx/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CASTANHA, André Paulo. As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação. *In*: JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” (HISTEDB), 7, 2006, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS/UNIDERP/UEMS/UNAES, 2006.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>>. Acesso em: 20 set. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COHEN, Jacob Moyses. Alterações oculares e causas de cegueira em hanseníase. **Revista HUGV: Revista do Hospital Universitário Getúlio Vargas**. v. 2, n. 2., p. 51-56, jul/dez 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revistahugv/article/view/9535>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CONCEIÇÃO, J. T. Princípio do internato escolar: primórdios, práticas e permanências no Brasil. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 107-120, fev. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4345>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. Dissertação sobre a liberdade. Tradução de Guilherme de Augusto Guedes e Nelson Carvalho Neto. *In: Revista NESEF*, Curitiba, v. 5, n. 5, p. 82-92, jan./jun. 2015.

CONDORCET, M. J. A. N. C.; MARQUES de. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: UNESP, 2008.

COSTA, Ana Paula Silva da. **Asilos colônias paulistas**: análise de um modelo espacial de confinamento. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-18112008-101812/>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

COSTA, Benedito Gonçalves; FRANÇA, Maria do perpétuo Socorro Gomes. A igreja como educadora: o asilo de Santo Antônio formando a mulher cristã de trabalho e piedade (1878 – 1888). DOI: <<https://doi.org/10.20396/rho.v15i62.8640493>>. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 62, p. 53–68, 2015. DOI: <10.20396/rho.v15i62.8640493>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640493>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

COSTA, E. M. Instituições escolares no Marajó: trajetória, estrutura e ensino do Internato Evangélico Amazônico em Breves, Pará (1949-1970). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, n. 1, p. e285, 24 jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/64560>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal. 2004.

COSTA, Bianca S. L. **“Milagre do Efatá”**: discursos e práticas do catolicismo na educação de surdos no Brasil (1950-1980). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

COSTA, Magda Nazaré Pereira. **Caridade e saúde pública em tempos de epidemias**: Belém, 1850-1890. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa da Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém. 2006.

COUTO, Ana Paula; LIMA, Lucas Antonio; CHAQUIAM, Miguel. O colégio Gentil Bittencourt na instrução pública paraense. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 12., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBEM, 2016, p. 1-12.

CURI, L. M. **Defender os sãos e consolar os lázaros**: lepra e isolamento no Brasil, 1935/1976. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CURY, C. R. J. *A Educação Básica no Brasil*. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168–200, set. 2002.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973.

CRUZ, M. E. M. **Fundação Pestalozzi do Pará: a Educação especial no processo de integração social.** Belém: CEJUP, 1988.

DINIZ, D. Modelo Social da Deficiência: A crítica Feminista. *Série Anis*. Brasília, v.28,p.1-8, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/4169/2505>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

DORON, C. O. Félix Voisin and the genesis of abnormals. **History of Psychiatry**, v. 26, n. 4, 2015, p. 387-403. DOI: <10.1177/0957154X15604789>.

DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. **Órfãos e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893-1931).** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação, Uberlândia, 2013.

DUBY, George. **A História continua.** Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DUNN, L. M. **Crianças excepcionais: seus problemas, sua educação.** Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1971.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

EDLER, F. Esquadrinhando o Hospício de Pedro II: Danação da Norma e a virada historiográfica. In: VENÂNCIO, A. T; DIAS, A. (org.). **O Hospício da Praia Vermelha: do Império à República (Rio de Janeiro, 1852-1944).** São Paulo: Editora Unifesp; Editora Fiocruz, 2022.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).** Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.

FARIA, L. C. M. de, SILVA, R. J. V. da. Entre a utopia e ação: o I programa Especial de Educação (I PEE) no estado do Rio de Janeiro. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 27, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/135133>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FARIA FILHO, L.M.; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e Cultura: Contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem fronteiras*, v.9,n.1,pp.10-24, jan/jan 2009.

FARIAS, Roseane Rabelo Souza. **Itinerários da Institucionalização da Educação Especial no Estado do Pará: Perspectivas a partir da História Social.** 2019. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: desigualdades e diferenças) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FARIAS, William Gaia. Em nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará republicano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2019, Maringá. **Anais [...].** Maringá, UEM, 2019, p. 305-317.

FENELON, D. Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 1, n. 40, p. 27-51, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19207>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

FERNANDES, A.P.C. Educação Especial: cidadania, memória, história. Belém: EDUEPA, 2017.

FERREIRA, C. B. F. **História da Fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975)**: os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**: uma trajetória de silêncios e gritos. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

FLETCHER, Agner. Ideias práticas em apoio do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: 3 de dezembro (1991). São Paulo: Prodef/Apade, 1996.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922. **Fundação de Telecomunicações do Pará**, n. 5, ano 2, p. 40-45, 2009.

FIGUEIREDO, Thamara. Fracasso Escolar e as minorias sociais: Reflexões culturais, políticas e sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2021.

FOLHA DO NORTE. Belém, ano 1, n. 5, p. 205, 1896.

FOIZER, Moema Bernardes Pimentel. **A importância de estudar a história local nas universidades**. 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Secretaria de Saúde Pública. Governo do Estado do Pará. **História**. Belém, 2023. Disponível em: <<https://santacasa.pa.gov.br/historia/>>. Acesso em: 17 ago. 2024>.

FREITAS, G. de M. Os Cursos de Formação/Especialização de Professores de Deficientes Auditivos, no Brasil e em Portugal (1950-1980). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 267–282, abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/PbKVMtY3rdGD9F6mFpn8wLn/?lang=pt>>. Acesso em: 18 set. 2024.

FULAS T de A. O pioneiro da educação de cegos e surdocegos nos Estados Unidos: Samuel Gridley Howe (1801-1876). **Educar em Revista**, v. 39, p. e87444, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1984-0411.87444>>.

GAMBOA, Sílvia Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 91-115.

GARRIDO, Joan Del Alcazar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 92/ ago. 93.

GILL, P.; DOLAN, G. Originality and the PhD: what is it and how can it be demonstrated? **Nurse Res**, v. 22, n. 6, p. 11-15, 2015. DOI: <10.7748/nr.22.6.11.e1335>.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan., 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>>.

GÓIS, Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos Metodológicos. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007, Campinas-SP. **Anais [...]**. Campinas-SP: Unicamp, 2007, p. 1-9.

GONÇALVES, R. C. F. **O silêncio eloquente: a gênese do Imperial Instituto de Surdos-mudos no século XIX (1856-1896)**. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015, p. 19.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. **A Lepre e a Letra: escrita e poder sobre a doença na cidade de Belém (1897-1924)**. 2019. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

GUEDES, Guilherme Augusto; CARVALHO NETO, Nelson. Apresentação sobre a tradução Dissertação sobre a liberdade (Étienne Bonnot de Condillac). *In*: Revista NESEF, Curitiba, v. 5, n. 5, p. 82-92, jan./jun. 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 153-177, dez. 2012. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000500009>>.

HÖFLING, Maria Arlete Zülzke. As páginas de História. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 23, n. 60, p. 179-188, ago. 2003. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/49q8zKMWYqdRFXVWyFzNC9M/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

HOCHMAN, G. **A Era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC; ANPOCS, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, [2010]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Apresentação**. Disponível em: <www.ibc.gov.br>. Acesso em: 29/07/2024.

JANNUZZI, G. S. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Cortez Autores Associados, 1985.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Autores Associados, 2012.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JUNIOR, W.; GATTI, G. C. do V. História de uma instituição educacional para o deficiente visual: O instituto de cegos do Brasil central de Uberaba (Minas Gerais, Brasil, 1942-1959). **História da Educação**, v. 20, n. 50, p. 389–409, set. 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/59513>>.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. spe1, p. 41–58, maio 2011. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400005>>.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LACERDA CBF de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 46, p. 68–80, set. 1998. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>>.

LANGARO, J. F; SILVÉRIO, L. D. Olhares sobre a História Social no e do Brasil contemporâneo. **Revista de História: Fatos e Versões**. Coxim, v. 11, n. 22, p. 5-26, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/11362>>. Acesso em: 25 set. 2023.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LAMARE, Joaquim Raymundo de. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial por s. Exc. ao Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia em 15 de agosto de 1867.

LEÃO, G. B. DE O. E S.; SOFIATO, C. G. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: Revisitando a História. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 283–300, abr. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000200007>>.

LEITE, Tobias Rabelo. Instituto dos Surdos-Mudos: relatório do diretor. Rio de Janeiro, 1869.

LIMEIRA, Aline Moraes. Luzes da instrução: iniciativas particulares de escolarização no século XIX. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 25, p. 129-150, 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24172>>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LOBATO, Ana Maria Leite. A Instrução Pública Paraense no Século XIX: Breve Percorso Histórico. *In*: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 14.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FORTALEZA, 4., 2015, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, CE, 2015.

LOBO, L. F. **Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LOPES S de C, FREITAS G de M. A construção do projeto bilíngue para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos na década de 1990. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 246, p. 372–386, maio 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/374713703>>.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LORENZ, K. M.; VECCHIA, A. O debate ciências versus humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de ciências no Collegio de Pedro II. *In*: GONÇALVES NETO, W; MIGUEL, M. E. B.; FERREIRA NETO, A. [org.] **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares [séculos XIX e XX]**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 115-152.

LULKIN, Sérgio Andres. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LUSTOSA, D. **Antônio de Almeida**. Dom Macedo Costa (bispo do Pará). Coleção: Lendo o Pará nº 13. Belém: SECULT, [1939], 1992.

LUNA, Sérgio. O falso conflito entre tendências metodológicas. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia de pesquisa educacional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MIRANDA, J. I; Damasceno, A. Memorial da Educação: Levantamento Documental e história da Instituições Educativas de Belém do Pará. *In*: BASQUEROTE, Adilson Tadeu. **Educação em transformação: desafios emergentes 4**. Ponta Grossa, Atena, 2024, p. 26-40.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2 ed. Revista. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o Caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 91-108, set. 2015. DOI: [10.31686/ijer.vol9.iss6.3189](https://doi.org/10.31686/ijer.vol9.iss6.3189). Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6025>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MAGALHÃES, Basílio de. **Tratamento e educação das creanças anormais de inteligência**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913. v. 196.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: USF, 2004.

MARCHELLI, Paulo Sergio As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e educação no Brasil. **Educação Unisinos**, vol. 10, n. 3, set./dez., 2006, p. 187-200.

MARQUES, Dêivid. A importância do ensino de História de São Paulo no ensino fundamental paulista. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC/SP, 2014.

MARTINS, Ernesto Candeias. Analisando o pensamento e a ação de Edouard Séguin: Contributos à Educação Especial. **Castelo Branco: IPCB-ESSE**, p. 1-61, abr. 2018.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI**. Mercado de Letras, 2015.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. As atribulações de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a política mexe com a igreja católica. *In*: MARIN, Rosa Acevedo (org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFGA, 1998. p. 140-141.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, Marcos. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 2011.

MERCADO-MARTINEZ, F. J. O processo de análise qualitativa dos dados na investigação sobre serviços de saúde. *In*: BOSI, Maria L. M.; MERCADO, F. J. (org.). **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 137-174.

MIRANDA, Cybelle Salvador *et al.* Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015, p. 525-539.

MIRANDA, C. S. *et al.* Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 2, p. 525–540, abr. 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702015005000006>>

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Vol. 3.

MOURA, DANIELLA DE ALMEIDA. Imprensa em foco: notícias antigas, outras abordagens (1886-1890). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2017.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). **Revista de História**, São Paulo, n. 125-126, p. 163–169, 1992. DOI: <10.11606/issn.2316-9141.v0i125-126p163-169>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64347>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Laura C.; CABRAL, Leonardo S. A. **Fundamentos Sociais, Políticos e Antropológicos da Educação Especial**. Curitiba: Intersaberes, 2021.

MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 4, p. 728–768, dez. 2011. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000400012>>.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. **História da educação**. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

MORO, Ederly Terezinha Loureiro Dal. **História, discurso político e realidades do processo de integração do portador de deficiência auditiva em Campo Grande Mato Grosso do Sul**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. **A influência do urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano em Florianópolis**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa da Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

NASCIMENTO, Cibele Braga Ferreira. **História da fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

NUNES, Patricia Matos Souza. **O processo Educacional do cego em Aracaju (1950-1970)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju: UFS, 2013.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set. 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000300018>>.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo de Oliveira. A delimitação das categorias teóricas na pesquisa sobre políticas públicas de educação. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, e14854, 2023. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em: 9 fev. 2024.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coordenadora). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21). (Capítulo 7: A experiência indígena no ensino de História – Itamar Freitas).

OLIVEIRA, Eliana; ENS, Romilda Teodora; FREIRE ANDRADE, Daniela B. S.; MUSS, Carlo Ralph. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 4, n. 9, p. 11–27, 2003. DOI: <10.7213/rde.v4i9.6479>. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/6479>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACKER, A. L. *et al.* (org.). **SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica**. Paris: UNESCO, 2014. DOI: <<http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>>.

PADILHA, Lúcia Mara de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A Pesquisa Histórica e a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 66, p. 123-134, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643706/11222>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PARÁ. **Deficiência e Cidadania**: Coletânea de Leis. Secretaria do Estado do Pará, Normas para Gestão na Educação, série n. 14. 1997.

PARÁ. Palácio do Governo. **História**. [Belém]: Secretaria de Comunicação, 2024. Disponível em: <<https://www.agenciapara.com.br/pagina/55/historia>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

PARÁ. **Uma Proposta Para a Educação Especial do Estado do Pará**. Belém: SEDUC, 1996.

PARÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Exmo. Sr. Dr. Enéas Martins, governador do Estado, em 1 de agosto de 1915**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915.

PARÁ. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867**. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

PARÁ. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos**. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907.

PARÁ. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos**. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1897.

PARÁ. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão da legislatura pelo presidente da provincia do Pará, o excellentissimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874**. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874.

PEDROSO, J. S. **Loucura e Assistência Psiquiátrica no Pará (1833-1984)**. Belém: NAEA, 2008.

PETERSEN, L. M.; JINZENJI, M. Y. O estudo das diferenças individuais por Alfred Binet e sua circulação em Minas Gerais (1925-1940). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, p. e0126, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0126>>.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.

PENNA, F. de A. **Sob o nome e a capa do Imperador: a criação do colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2008.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, EG. Contribuições a um pensamento sociológico sobre a deficiência. *Educação e Sociedade*, 34 (123), 459-475. 2022.

PICCOLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária**. Editora Appris, 2022.

PINHEIRO, Welington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, Proteção e Educação de Meninos Órfãos e Desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém: 2017.

PINTO, Jefferson de Almeida. Dom Frei Caetano Brandão (1740-1805): historiografia, memória e ideias políticas. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 17., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2016.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov., 2001.

PINEL, P. **Medico-Philosophical Treatise on Mental Alienation**. Tradução de Gordon Hickish, David Healy e Louis Charland. Oxford: Wiley-Blackwell Publication, 2008.

PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2021.

PIRES, Marília Freitas de C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 83–94, ago. 1997. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006>>.

PRESNEAU, Jean-René. **L'éducation des sourds et muets, des aveugles et des contrefaits au Siècle des Lumières, 1750-1789**. Paris: L'Hartmann, 1998.

PORTO WITTER, Geraldina. pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de Psicologia**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 05–30, 1990. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/7924>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

QUEIROZ, JOSE, J. A importância e o lugar de teoria na pesquisa. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 4, Educação, p. 13-17, 2005.

RAFANTE, Heulalia Charalo. **Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCAR, 2011.

RABINBACH, A. **The Human Motor**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1992.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. **Diários das visitas pastorais no Pará, de D. Fr. Caetano Brandão**. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1991.

REILY, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p. 308–326, maio 2007. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000200011>>.

RIBEIRO FENELON, D. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12105>>. Acesso em: 30 set. 2023.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5–30, 2007. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000100002>>.

RICCI, Magda; VALENTIM, Rodolfo (org.). **História, loucura e memória: o acervo do Hospital Psiquiátrico “Juliano Moreira”**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2009.

RICHARDSON, Roberto. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RIZZINI, Irma. O imaginário divino e o amor da pátria: tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas. **Revista contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 232-250, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1507>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

ROCHA, R. Histórico de Educação Especial no Pará. Belém, 1983. (mimeo). Trabalho de Conclusão de Curso de Formação de Psicólogo-UFPA.

ROCHA, Solange Maria da. **Antítese, Díades, Dicotomias no Jogo entre Memória e Apagamento Presentes nas Narrativas da História da Educação de Surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1961)**. 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2009.

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008. v. 1.

RODRIGUES, Carmen Izabel. **Caboclos na Amazonia: a identidade na diferença**. Revista Novos Cadernos NAEA, v.9, n.1, p.119-130, jun. 2006, ISSN 1516-6481.

RODRIGUES, J. R.; VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; VIEIRA, E. T. de B. “*Viva la Parola!*”: a constituição de verdades acerca da educação de surdos no congresso de Milão (1880). **Educar em Revista**, v. 37, p. e67506, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.67506>>

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **As Classes Especiais: Espaço de Educação Especial e de Expressões perversas de escolarização**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: UFPB, 1994.

RODRIGUES, J. R.; VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; VIEIRA, E. T. de B. Congresso de Paris (1900): a seção de surdos e sua atualidade em relação à educação de surdos. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, n. 1, p. e095, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/48351>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ROMA, G.; SANGLARD, G. P.; MUÑOZ, P. F. N. de. Educando a criança anormal: O tratamento da idiotia segundo Fernandes Figueira e Bourneville. Um estudo sobre o intercâmbio franco-brasileiro. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 75, p. 120–147, 2022. DOI: <10.23925/2176-2767.2022v75p120-147>. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/59172>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 59-60.

ROTA JÚNIOR, C. Recepção e circulação de testes de inteligência na escola de aperfeiçoamento de professores de Belo Horizonte (1929-1946). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, A. N. M. D.; SOFIATO, C. G. A educação de surdos no século XIX e a circulação da língua de sinais no Imperial Instituto de Surdos-Mudos. **Educação em Revista**, v. 37, p. e288663, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698288663>>.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>>. Acesso em: 30 set. 2023.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu. 2010.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do “velho” intendente**: Antonio Lemos, 1869-1973. 1998. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner; DALAROSA, Adair Angelo; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Apontamentos Teórico-Metodológicos da Pesquisa em História da Educação: O Método Materialista Histórico-Dialético. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/83>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SCHUELER, Alessandra F. M. Internatos, Asilos e instituições disciplinares na história da Educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.20500/rce.v4i7.1570>>.

SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Entrelaces (UFC)**, v. 1, p. 44-56, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23198/1/2007_art_gmasales.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

SANTOS, D. M.; FRANÇA, Maria do P. S. G. S. A de. A Imprensa Pedagógica no Pará em dias de república: A revista a escola e a revista do ensino como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação**, [S. l.], 2020, v. 24: e92639. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/92639>>.

SASSAKI, R. K. **Uma breve história dos movimentos de pessoas com deficiência**. São Paulo, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997 (mimeo).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **O processo de inclusão escolar**: Bibliografia parcial em português. São Paulo: 2002b (apostila).

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano 5, nº 24, jan./fev. 2002a, p. 6-9.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Pesquisa histórica da educação do tempo presente. **Revista Lusófona de Educação**, 2007, 10, 27-40.

SÉGUIN. E. **Idiocy**: And Its Treatment by the Physiological Method. Nova Iorque: William Wood & Co, 1866.

SENNA, L.A.G. (org.). **Letramento**: Princípios e Processos. Rio de Janeiro, IBPEX, 2007.

SERRA, Helena. **Educação especial**: integração das crianças e adaptação das estruturas de educação. 2002.

SILVA, César Augusto de A. **Entre a Deficiência e a Cultura**: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2011.

SILVA, Danilo da. Contexto Socioeducacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1868): O protagonismo de estudantes Surdos. (2022). Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Paraná, UFPR.

SILVA, Marco A. da (org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 37-64.

SILVA, Morena Dolores Patriota da. **Marcas Eugênicas na Educação de surdos no século XIX**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2015.

SILVA, Morena Dolores Patriota da. **A Educação de Surdos no Brasil de 1856 a 1961: Manutenção e Resistência ao Ideário Eugênico**. 2021. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2021.

SILVA, Otto Marques. **A Epopeia Ignorada**: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. Educação especial no território federal de Roraima no contexto do regime militar (1964-1985). **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 963–987, out. 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216749>>.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. **Educação especial em Roraima**: história, política e memória. São Carlos: UFSCAR, 2013.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **O oralismo como método pedagógico**: contribuição ao estudo da história da educação do surdo no Brasil. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1996.

SOBRAL, Renata S. Andrade. **A Trajetória de Escolarização de um aluno com Deficiência Intelectual**: Entre otimismo e frustrações. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém: UFPA, 2018.

SOBRINHO, R. C. *et al.* Estudo comparado internacional: contribuições para o campo da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 4, p. 335–348, out. 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000400002>>.

SOFIATO, C. G.; SANTANA, R. S. O ensino de Ciências Naturais e os alunos surdos do século XIX. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, n. 2, p. 333–351, abr. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320190020005>>.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **O desafio da representação pictórica da língua de Sinais Brasileira**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2005.

SOUZA, C. M. A incorporação de Relatos Oraís como Fontes na Pesquisa Histórica. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 2, n. 4, 1997. DOI: <10.18227/2317-1448ted.v2i4.986>. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/986>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX**: Cuidar e Educar para civilizar. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador: 2009.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju: 2000.

SOUZA, Terezinha Sirley Ribeiro. **A Educação Especial do Pará**: Relato de seus autores. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1997.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro. 2019.

SOUZA, Artur Custodio Moreira de *et al.* **Projeto Global sobre a História da Hanseníase** - Projeto Acervo Morhan. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, p. 43-87. Disponível em: <www.morhan.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TAFNER JR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da Silva. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 121-152, dez. 2010, INSS 1516-6481.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. Pinel e o nascimento do alienismo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 540-560, ago. 2019. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2023.

TEIXEIRA, Ricardo. Educação do anormal a partir dos testes de inteligência. **História da Educação**, v. 23, p. e90024, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/90024>>.

TEZZARI, Mauren Lúcia. Edouard Séguin e a Educação Especial: História e atualidade de sua obra. **Caderno de Pesquisa em educação**. PPGE-UFES. Vitória, v. 16, nº 33, p. 26-44, jan/jun. 2010.

TORRES, Blandina. **A Práxis Pedagógica do Educador frente ao novo paradigma da Educação Especial**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto latino-americano Y Caribenõ (IPLAC) - CUBA, convênio com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém: 2000.

TRINDADE, José Messiano. **As Memórias do Hospício dos lázaros do Tucunduba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará. Belém, 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

URUNG, Marie-Christine. **Analyse de contenu et acte de parole**. Paris: Editions Universitaires, 1974.

VASCONCELOS, N. A. E. L. M. de L. *et al.* História de Vida de Líderes Surdos: um Estudo a Partir da sua Trajetória em Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 79–92, jan. 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100007>>.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIANA, Luana Costa. **A Colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2015.

VIANNA, Arthur. **Esboço retrospectivo da Instrução Pública no Pará**. In: A educação no Pará: documentário. Belém: Secretaria do Estado de Educação do Estado do Pará, 1987.

VIANNA, Arthur. **O Instituto Gentil Bittencourt: o esboço histórico**. Pará-Brasil. Pará: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1906. 115 p. il. 4 plantas; 18 cm. Disponível em: <<https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-instituto-gentil-bittencourt-o-esboco-historico/>>. Acesso em: 23 set. 2023.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense**. Notícia Histórica (1650-1902). Coleção Lendo o Pará, Belém: SECULT, 1902.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, Scheilla de Castro Abbud. **Formação continuada do professor: um estudo das contribuições do Programa Conhecer para Acolher para a prática pedagógica inclusiva**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém: 2010.

VEIGA, Cynthia Greive Veiga. Educação Estética para o povo. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; RODRIGUES, J. R. Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. e202, 21 dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/58840>>. Acesso em: 23 set. 2024.

VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; RODRIGUES, J. R. Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. e202, 21 dez. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e202>>.

VIDLER, Antony. Los escenarios de la calle: transformaciones del ideal y de la realidad. *In*: STANFORD, Anderson. **Calles**: problemas de estructura y diseño. Barcelona: G. Gilli, 1981.

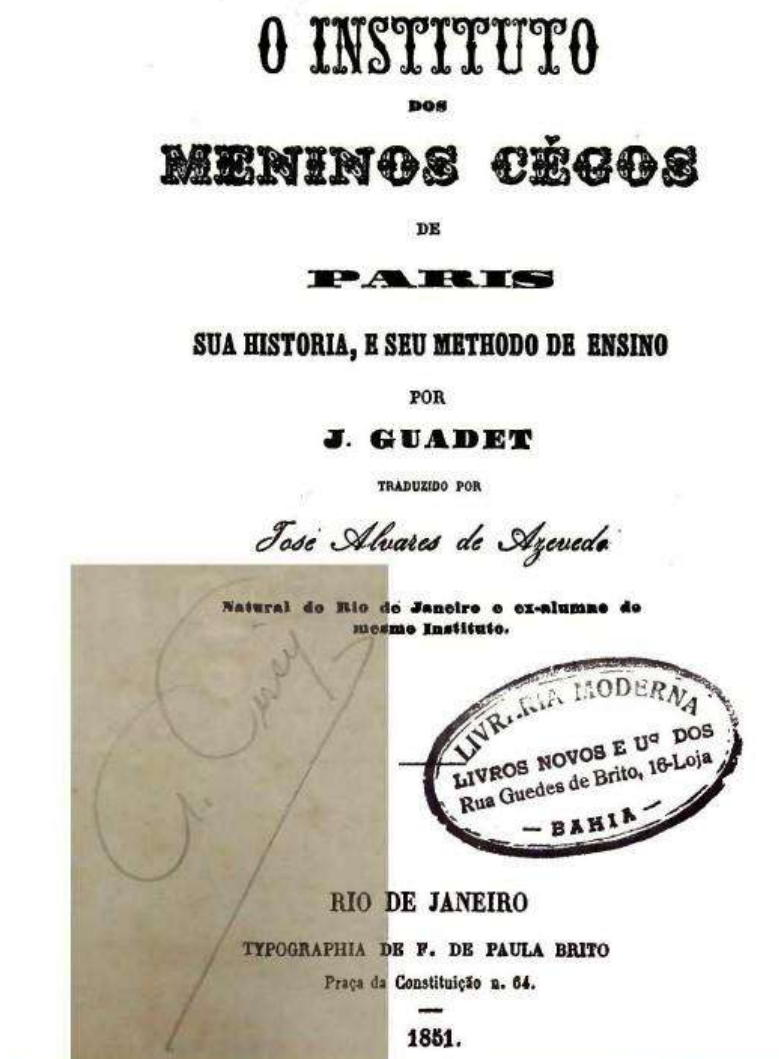
WITTER, Geraldina Porto. **Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação**. Estudos de Psicologia, v. 7, n. ja/jul. 1990, p. 5-30, 1990 Tradução . . Acesso em: 20 fev. 2025.

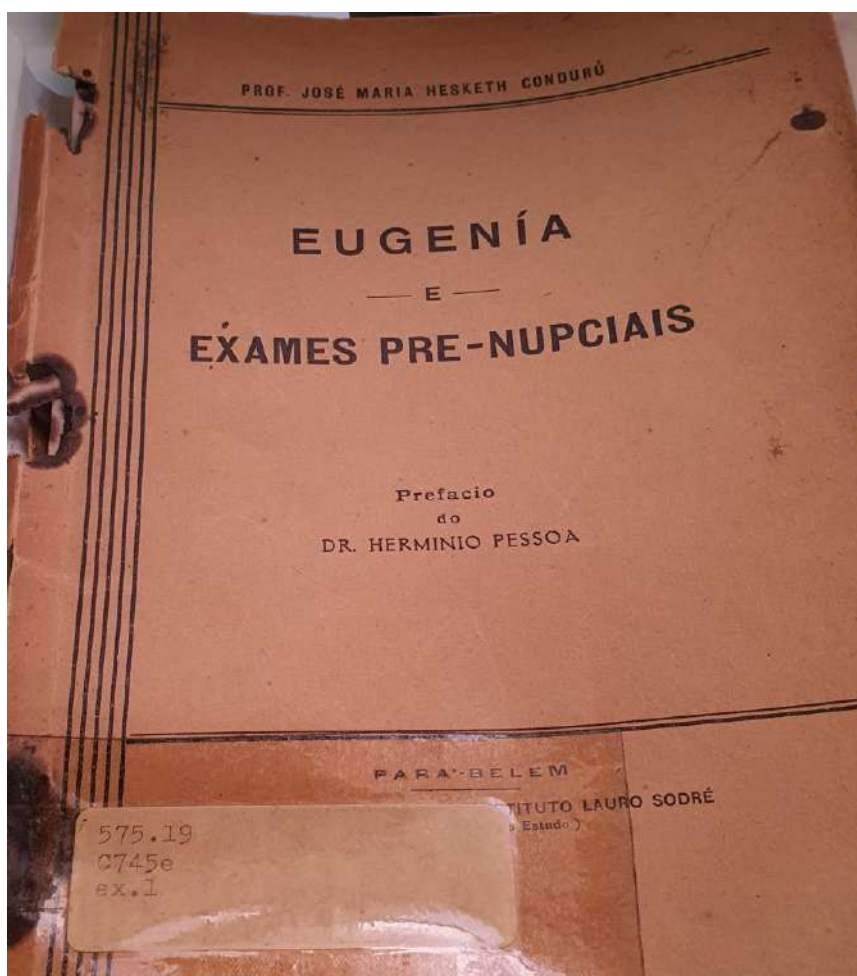
WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Educação de surdos e governamentalidade linguística no estado novo (Brasil, 1934-1948). **História da Educação**, v. 19, n. 47, p. 175–195, set. 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/45771>>.

ZENI, M. **O Imperial Instituto dos Meninos Cegos**: Benjamin Constant e o assistencialismo (segunda metade do século XIX). 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 1997.

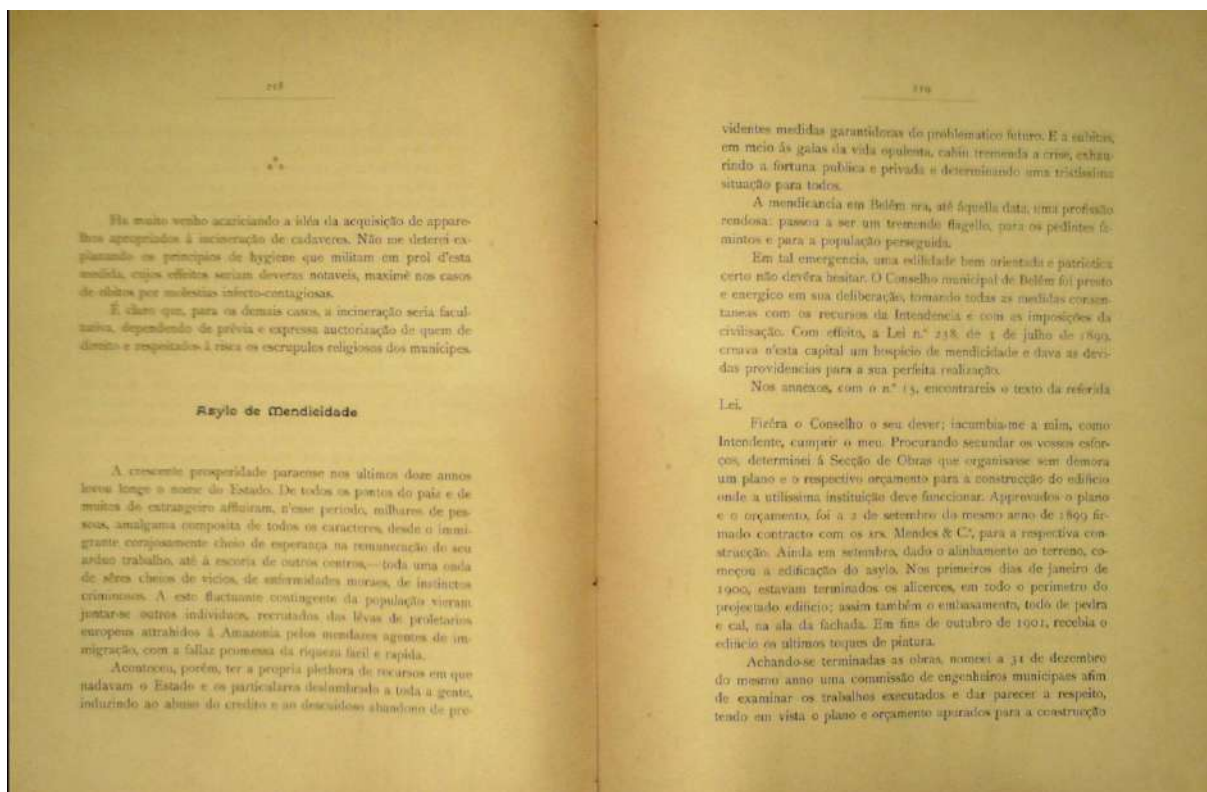
ZENI, M. **Os cegos no Rio de Janeiro do segundo reinado e começo da república**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 2005.

ANEXO A – LIVRO DO INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS (1851, RIO DE JANEIRO, 179 PÁGINAS)

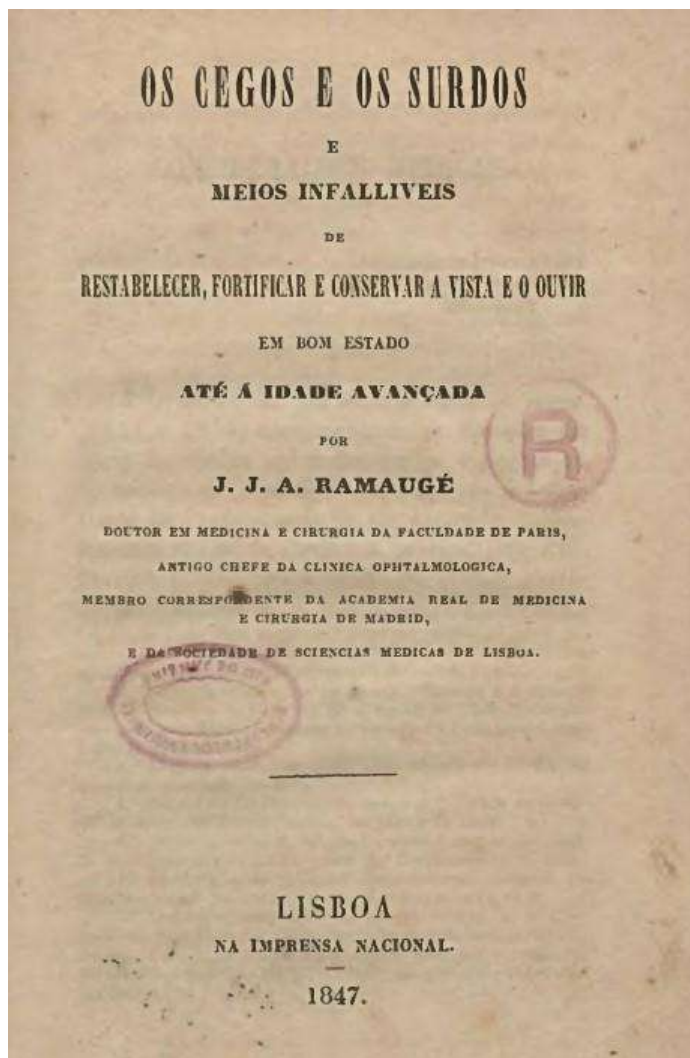


ANEXO B – LIVRO SOBRE EUGENIA (BELÉM-PA)

ANEXO C – O MUNICÍPIO DE BELÉM: RELATÓRIO DE ANTÔNIO LEMOS (CRIAÇÃO DO ASYLO DA MENDICIDADE) (1897-1902)



**ANEXO D – LIVRO “OS CEGOS E OS SURDOS E MEIOS INFALLIVEIS DE
RESTABELECEER, FORTIFICAR E CONSERVAR A VISTA E O OUVIR” (1847,
LISBOA, 108 PÁGINAS)**



ANEXO E – CURRÍCULO DO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS
(ALMANAK, 1888)

Horario ou distribuição do tempo no Instituto

5 horas da manhã—Levantam-se e compoem suas camas.

5 $\frac{1}{2}$ —6—Banho frio e tomam café.

6—8—Trabalhos nas chacaras e ás quintas-feiras gymnastica.

8—8 $\frac{1}{2}$ —Lavam os pés, mudam calçado e descansam.

8 $\frac{1}{2}$ —Almoçam carne verde, pão e café.

9—12—Trabalham nas officinas.

12—1—Recreio no pateo.

1—1 $\frac{1}{2}$ —Jantam sopa, pirão de feijão (*tútú*), carne verde, hervas, arroz e fructas (regimen invariavel).

1 $\frac{1}{2}$ —2—Descansam.

2—3 $\frac{1}{2}$ —Aula de desenho.

3—5—Aulas de linguagem escripta.

6—7—Aula de linguagem articulada e arithmetica.

8—Ceiam café e pão.

9—Oram e recolhem-se.

ANEXO F – TESES E DISSERTAÇÕES UTILIZADAS NA PESQUISA

Quadro I: Levantamento de Pesquisas sobre “História da Educação Especial” no Banco da CAPES (continua)

Nº	Autor	Título da obra	Tipo	Ano	Universidade Estado
1	RODRIGUES, Janine Marta Coelho.	As Classes Especiais: Espaço de Educação Especial e de Expressões perversas de escolarização.	Mestrado	1994	UFPB/PB
2	SOUZA, Terezinha Sirley Ribeiro.	A Educação Especial do Pará: Relato de seus autores.	Mestrado	1997	UERJ/RJ
3	MORO, Ederly Terezinha Loureiro Dal.	História, discurso político e realidades do processo de integração do portador de deficiência auditiva em Campo Grande Mato Grosso do Sul.	Mestrado	1997	UFMS/MS
4	SOUZA, Rita de Cácia Santos.	Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas.	Mestrado	2000	UFS/SE
5	SOUZA, Rita de Cácia Santos.	Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: Cuidar e Educar para civilizar.	Doutorado	2009	UFBA/BA
6	KRAUSE, Renate Frida.	Educação da pessoa com deficiência em escolas comuns nos últimos 50 anos.	Mestrado	2002	UFMS/RS
7	CORRÊA, Nesdete Mesquita.	A construção do processo de municipalização da Educação Especial em Campo Grande no período de 1996 a 2004	Mestrado	2005	UFMS/MS
8	BOTURA, GERALDA Catarina Bressianini.	Resgate histórico da Educação especial em instituições filantrópicas e rede pública na cidade de Ribeirão Preto-SP.	Mestrado	2006	UNESP/SP
9	VELLOSA, Sandra Cristina Lucio.	Educação Especial: rememorando os caminhos escolares e formativos de um grupo de professoras na cidade de Araraquara/SP.	Doutorado	2010	UNESP/SP
10	ROSADO, Rosa Maria Borges de Queiroz.	Educação Especial no Piauí-1968 a 1998: reflexões sobre História e Memória.	Mestrado	2010	UFPI/PI
11	RAFANTE, Heulalia Charalo.	Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil.	Doutorado	2011	UFS-CAR/SP
12	NUNES, Patricia Matos Souza.	O processo Educacional do cego em Aracaju (1950-1970)	Mestrado	2013	UFS/SE

13	BLANCO, Leila de Macedo Varela.	Convocando outras vozes: a trajetória de Maria Therezinha Machado na História da Educação Especial do Município do Rio de Janeiro.	Mestrado	2014	UERJ/RJ
----	---------------------------------	--	----------	------	---------

Quadro I: Levantamento de Pesquisas sobre “História da Educação Especial” no Banco da CAPES
(conclusão)

Nº	Autor	Título da Obra	Tipo	Ano	Universidade / Estado
14	SANTOS, Keisyani da Silva	História da Educação Especial produzidas a partir de matérias publicadas em Jornal Paulista: 1997-2004	Mestrado	2016	UFSCAR/SP
15	ABREU, Marcela Alves de.	História da Educação Especial no Brasil: Discursos presentes na criação dos primeiros institutos.	Doutorado	2017	UFRJ/RJ
16	SILVA, João Henrique da.	Federação Nacional das APAES, hegemonia e propostas educacionais (1990-2015).	Doutorado	2017	UFSCAR/SP
17	NASCIMENTO, Cibele Braga Ferreira	História da fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional.	Doutorado	2018	UFPA/PA
18	MINATEL, Martha Morais	Institucionalização e Educação do menor anormal em Sergipe (1940-1979)	Doutorado	2018	UFS/SE
19	BARBOSA, Esther Augusta Nunes	A Revista Infância Excepcional (1933-1979): Uma contribuição para a história da Educação Especial.	Mestrado	2019	UFMG/MG
20	BATISTA, Getsemane de Freitas.	O Centro Nacional de Educação Especial e o Atendimento aos “Excepcionais”: Antecedentes, atores e ações institucionais (1950-1979)	Mestrado	2019	UFRRJ/RJ
21	FARIAS, Roseane Rabelo Souza	Itinerários da Institucionalização da Educação Especial no Estado do Pará: Perspectivas a partir da História Social.	Doutorado	2019	USP/SP
22	NOGUEIRA, Tales Douglas Moreira	A Educação de surdos na Cidade de Belo Horizonte: Uma perspectiva histórica.	Mestrado	2021	UFMG/MG
23	GABRIEL, Emílio.	Uma história da Educação Especial no Município de Marilândia-ES: Memórias e Narrativas (1980-1999).	Mestrado	2023	UFES/ES

24	ROSADO, Rosa Maria Borges de Queiroz	Educação Especial no Piauí-1968-1998: Reflexões sobre história e memória.	Mestrado	2010	UFPI/PI
----	--------------------------------------	---	----------	------	---------

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados extraídos do catálogo de teses e dissertações da CAPES, (2023).

Quadro II: Levantamento de Pesquisas sobre “História da Educação Especial” no Banco de Teses e Dissertações – BDTD (2023)
(continua)

Autor	Título da Obra	Tipo	Ano	Universidade / Estado
JANUZZI, Gilberta Sampaio de Martino	História da educação do deficiente mental no Brasil: 1876 a 1935	Doutorado	1985	UNICAMP/SP
SOARES, Maria Aparecida Leite	O oralismo como método pedagógico: contribuição ao estudo da história da educação do surdo no Brasil.	Doutorado	1996	UNICAMP/SP
MARTINS, Marcela Barbosa	Educação especial em Santa Catarina: gênese da institucionalização (décadas de 1950 e 1960).	Mestrado	2003	UFSC/SC
SILVA, Elcilane Maria Murta da	A Política de Educação Escolar de Deficientes: Olhares Históricos e Contemporâneos.	Mestrado	2010	UECE/CE
BIANCHI, Vilma Aparecida.	As práticas de Assistência ao Deficiente no Município de Assis/SP: Delimitações Históricas.	Mestrado	2011	UNESP/SP
SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano	Educação especial em Roraima: história, política e memória.	Doutorado	2013	UFSCAR/SP
PEREIRA, Josiane Eugênio	História, memória e educação: infâncias de pessoas com deficiência mental/intelectual (Maracajá-SC, 1955-1970)	Mestrado	2013	UNESC/SC
GOBETE, Girlene	Educação Especial no município de Vitória/ES no período de 1989 a 2012: políticas e direito à educação.	Doutorado	2014	UFES/ ES
BORGES, Adriana Araujo Pereira	Entre tratar e educar os excepcionais: Helena Antipoff e a psicologia na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932-1942).	Doutorado	2014	UFMG/MG
ROSSATO, Solange Pereira Marques	Atividade docente e Educação Especial: dos encaminhamentos históricos ao contraponto Histórico-Cultural.	Doutorado	2016	UNESP/SP
BEZERRA, Giovani Ferreira	A Federação Nacional das APAES e seu periódico (1963-1973): estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em (re)vista.	Doutorado	2017	UFGD/MS
CASSEMIRO, Maria de Fatima Pio	Formação de professores para a educação especial: a experiência de Helena Antipoff e seus colaboradores na Fazenda do Rosário na década de 1960.	Doutorado	2018	UFMG/MG

Quadro II – Levantamento de Pesquisas sobre “História da Educação Especial” no Banco de Teses e Dissertações – BDTD (2023)
(conclusão)

Autor	Título da Obra	Tipo	Ano	Universidade / Estado
FRANCISCO, Ana Maria Milagres Belo Francisco	A avaliação diagnóstica das dificuldades escolares (1929-1973): preleções de Helena Antipoff.	Doutorado	2018	UFMG/MG
COSTA, Edivaldo da Silva	Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)	Doutorado	2018	UFS/SE
ANDRADE, Walna Patricia de Oliveira	Histórias e memórias de práticas educacionais relacionadas às pessoas com o autismo em Sergipe (1962-1993).	Mestrado	2019	UFS/SE
COSTA, Bianca Silva Lopes	“Milagre do Efatá”: discursos e práticas do catolicismo na educação de surdos no Brasil (1950-1980).	Doutorado	2019	UFBA/BA
SANTOS, Eli Ribeiro dos.	A educação da anormalidade na revista do ensino de Minas Gerais (1925-1940)	Mestrado	2019	UFOP/MG
PETERSEN, Laênia Martins Peterson	Diferenças individuais: contribuições dos estudos de Alfred Binet para as reformas educacionais de Minas Gerais (1925-1940)	Doutorado	2021	UFMG/MG
OLIVEIRA, Isabelle Karolline Chaves de	A Educação Especial no Estado de São Paulo no contexto da primeira república: uma análise da construção histórica dos alunos anormais e das propostas pedagógicas.	Mestrado	2021	UFSCAR/SP
OLIVEIRA, Paulo Cesar Soares de.	História e memória da educação do surdo em Goiás: escola estadual especial Maria Luzia de Oliveira (1988-2015).	Doutorado	2022	PUC/GO

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados extraídos do catálogo de teses e dissertações – BDTD (2023).

ANEXO G- CARTA DO PROFESSOR FRANCÊS EDUARD HUET (1855)

RELATÓRIO AO IMPERADOR

Rapport à L'Empereur.

Sire,

J'ai l'honneur de soumettre à l'appréciation de Votre Majesté ma pensée comme mes moyens d'action relativement à la création d'un établissement de sourds muets. Il va sans dire que mes intentions se conformeront toujours à celles de Votre Majesté et de son gouvernement, et que je recevrai avec reconnaissance les avis et les rectifications qu'elle jugera convenable d'y faire.

Je ne pense pas qu'aucun de ces utiles établissements puisse subsister s'il n'est soutenu par l'état, car la majorité des sourds muets appartient à des familles pauvres, hors d'état de payer pension. Le Gouvernement leur vient en aide de deux manières, selon qu'ils sont propriété libre ou propriété nationale. Dans le premier cas, il se borne à leur allouer une subvention et à y entretenir un nombre de bourses suffisant pour assurer leur existence. Le Directeur administre son établissement à ses risques et périls.

Il n'en est pas de même lorsque cet établissement est national. Toutes les dépenses sont supportées par le Gouvernement; le Directeur n'a que l'administration générale et la direction des études; il reçoit un traitement, ainsi que tout son personnel, tant professeur que domestique.

C'est à savoir le quel de ces deux modes d'établissement sera le plus agréable et le plus conforme au bon plaisir de Votre Majesté. Ayant successivement dirigé l'institution des sourds muets de Bourges sous les deux formes, je suis à cet égard tout disposé à

